

SOCIOLOGIA DOS DESASTRES

CONSTRUÇÃO, INTERFACES E
PERSPECTIVAS NO BRASIL

VOLUME III



RiMa

SOCIOLOGIA DOS
DESASTRES

CONSTRUÇÃO, INTERFACES E
PERSPECTIVAS NO BRASIL

VOLUME III

NORMA VALENCIO
ORGANIZADORA

RiMa

2012

© 2012 dos autores

Direitos reservados desta edição

RiMa Editora

Arte da capa

Arthur Valencio

S681s Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil – volume III /organizado por Norma Valencio – São Carlos : RiMa Editora, 2012.

350 p. il.

ISBN – 978-85-7656-255-9

1. Sociologia dos desastres. 2. Vulnerabilidade. 3 Defesa civil.
4. Mudanças climáticas. I. título. II. autor

CDD 303.4

COMISSÃO EDITORIAL

Dirlene Ribeiro Martins

Paulo de Tarso Martins

Carlos Eduardo M. Bicudo (Instituto de Botânica - SP)

Evaldo L. G. Espíndola (USP - SP)

João Batista Martins (UEL - PR)

José Eduardo dos Santos (UFSCar - SP)

Michèle Sato (UFMT - MT)

RiMa

www.rimaeditora.com.br

Rua Virgílio Pozzi, 213 – Santa Paula

13564-040 – São Carlos, SP

Fone/Fax: (16) 3411-1729

SOBRE OS AUTORES

Aline Silveira Viana – Graduanda em Gerontologia pela UFSCar. Membro do Grupo de Pesquisa Saúde e Envelhecimento. Bolsista pela FAPESP. Membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres. E-mail: aline_geronto@hotmail.com

Antenora Maria da Mata Siqueira – Doutora em Planejamento e Desenvolvimento Rural Sustentável/ Engenharia Agrícola pela UNICAMP. Mestre em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e especialização em Problemas Ambientais Regionais, pela UFF. Graduada em Serviço Social pela UFF. Atualmente, é professora do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense (UFF-Campos). E-mail: antenorams@gmail.com

Arthur Valencio – graduando do curso de Física da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres – NEPED da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. Bolsista CAPES do Programa Ciência sem Fronteiras – CSF junto à Unioversidade de Aberdeen, Escócia. E-mail: arthur_valencio@hotmail.com.

Boaventura Horta Vaz Santy – Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres – NEPED da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. É bolsista CAPES. E-mail: vazsanty@yahoo.com.br

Cláudia Silvana da Costa – Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos-UFSCar e em Direito pela Faculdade de Direito de São Carlos-FADISC. Mestre em Ciências Sociais pela UFSCar e doutora em Sociologia pela UFSCar. Coordena o Núcleo de Práticas Jurídicas do Centro Universitário UNIFAFIBE e como docente nos cursos de Direito e Administração de Empresas da referida instituição. É pesquisadora do NEPED/UFSCar. E-mail: clausilcosta@yahoo.com.br

Dora Vargas – Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ. Atualmente, é Assistente Social efetiva da Prefeitura de Juiz de Fora/MG, docente do Curso de Serviço Social da Universidade Salgado de Oliveira – Juiz de Fora e doutoranda em Sociologia pelo PPGS da UFSCar. É pesquisadora do NEPED/UFSCar. E-mail: doravargas@uol.com.br

José Augusto Carvalho Araújo – Mestre em Sociologia através do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, especialista em Ciência Política através do PPG da Universidade Federal do Pará – UFPA/IUPERJ. Ba-

charel em Ciências Sociais pela Universidade da Amazônia. Coordenador do Curso de Pós-graduação (*latu sensu*) em Movimentos Sociais na Amazônia. É pesquisador do NEPED/UFSCar e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia. E-mail: daylart@hotmail.com

Juliana Sartori – Socióloga, mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da EESC-USP-São Carlos. Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres-DS, vinculado ao Departamento de Sociologia da Universidade Federal de São Carlos – UFSCar. É Bolsista CAPES. E-mail: sartoriju@hotmail.com

Juliano Costa Gonçalves – Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos/UFSCar, mestre em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP e doutor em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo/USP-São Carlos. Atualmente, é professor do curso de Gestão e Análise Ambiental da Universidade Federal de São Carlos/UFSCar. E-mail: julianogon@yahoo.com.br

Lindomar Expedito S. Darós – Psicólogo (CRP-05/20.112) do quadro do TJRJ, lotado na Vara da Infância Juventude e Idoso (VIJI) de São Gonçalo-RJ, desde maio de 1999; Mestre em Psicologia Social; Psicoterapeuta; Membro do XII e XIII Plenário do CRP-RJ onde atuou por quatro anos como presidente da Comissão Regional de Psicologia e Políticas Públicas e atualmente preside, desde setembro de 2011, a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF). E-mail: lindodaros@yahoo.com.br.

Lucí Hidalgo Nunes – Graduada em Geografia (bacharelado e licenciatura), tem mestrado em Geografia Física e doutorado em Engenharia de Transportes (Universidade de São Paulo). É docente do Departamento de Geografia da Universidade Estadual de Campinas. É bolsista produtividade do CNPq, representante da América Latina junto a um programa do PAGES e membro da Academie Royale des Sciences D’Autre-Mer, Bélgica. E-mail: luci@ige.unicamp.br

Maria Soledad Etcheverry Orchard – Doutora em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia – IFCS/UFRJ, Professora do Departamento de Sociologia e Ciência Política (SPO/UFSC) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política (PPGSP/UFSC). Seus trabalhos e interesses de pesquisa estão ligados a temas da sociologia do trabalho, sociologia econômica, políticas públicas e sociologia do desenvolvimento. Linhas de pesquisa: Mundos do Trabalho; Estado, Mercado, Empresariado e Sistema Financeiro. E-mail: maria.soledad@terra.com.br.

Mariana Siena – Socióloga, mestre em Sociologia e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, onde atua, ainda, como Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres-NEPED, vinculado ao Departamento de Sociologia. É Bolsista FAPESP. E-mail: mari_siena@yahoo.com.br.

Marina Sória Castellano – Formada em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, possui Mestrado e atualmente é Doutoranda do Departamento de Geografia na mesma Instituição, na área de Climatologia Geográfica. Desde 2006

é integrante do Leclig – Laboratório de Estudos Climáticos do Instituto de Geociências. E-mail: nina_soria@yahoo.com.br.

Marisa Silvana Zazzetta – Assistente Social. Mestre e Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS). Especialização em Gerontologia Social pela PUC-RS. Docente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSCar. Docente do curso de graduação em Gerontologia da UFSCar. E-mail: marisam@ufscar.br

Norma Valencio – Economista, mestre em Educação, doutora em Ciências Humanas. Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da EESC-USP-São Carlos. Professora Associada do Departamento e do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFSCar, onde coordena o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres – NEPED. É Bolsista Produtividade do CNPq. E-mail: norma.valencio@pq.cnpq.br

Raquel Duarte Venturato – Tecnóloga em Gestão Ambiental. Mestre em Agroecologia e Desenvolvimento Rural pela UFSCar. Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências da Engenharia Ambiental da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo (PPGSEA/EESC/USP). Pesquisadora do Núcleo em Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED/UFSCar). Foi bolsista CAPES e é atualmente bolsista do CNPq.. E-mail: quelvento@yahoo.com.br

Reijane Salazar Costa – Graduanda em Gerontologia pela UFSCar. Membro do Grupo de Pesquisa Saúde e Envelhecimento. Bolsista CNPq. E-mail: reijane_costa@hotmail.com

Roberto Luiz do Carmo – Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (1992), mestrado em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (1995) e doutorado em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (2001). Atualmente é professor doutor do Departamento de Demografia da Universidade Estadual de Campinas. É Bolsista Produtividade do CNPq. E-mail: bobcarmo@uol.com.br

Rúbia dos Santos – Assistente Social (UFSC), Mestre em Serviço Social (UFSC), Doutora em Sociologia Política (UFSC), Professora do Departamento de Serviço Social da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), atua no programa de extensão universitária intitulado: “Assessoria e capacitação comunitária”. Linhas de pesquisa: Políticas Públicas e desastres socioambientais. E-mail: rubiasantos@furb.br.

Samira Younes-Ibrahim – Psicóloga, psicoterapeuta de abordagem humanista – transpessoal. Coordenadora da Rede de Cuidados-RJ/Psicologia das Emergências e dos Desastres. Facilitadora de grupos, consultora na área hospitalar e professora do curso de Pós-Graduação em Enfermagem em Nefrologia da Universidade Gama Filho. E-mail: samirayounes@gmail.com

Sofia Cristina Iost Pavarini – Enfermeira. Mestre e Doutora em Educação pela Unicamp. Especialização em Análise e Programação de Condições de Ensino pela UFSCar. Docente do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem da UFSCar. Docente e coordenadora do curso de graduação em Gerontologia da UFSCar. E-mail: sofia@ufscar.br

SUMÁRIO

Apresentação	xi
<i>Norma Valencio</i>	

SEÇÃO I

RISCOS E DESASTRES SOB UM OLHAR *STRICTU* DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Capítulo I – A Crise Social Denominada Desastre: subsídios para uma rememoração coletiva acerca do foco principal do problema	3
<i>Norma Valencio</i>	
Capítulo II – Mudanças climáticas e dinâmica demográfica: relações e riscos	23
<i>Roberto Luiz do Carmo</i>	
Capítulo III – A Política de Assistência Social em Contexto de Desastres Relacionados às Chuvas: um estudo sobre o município de Ribeirão Preto/SP	38
<i>Mariana Siena</i>	
Capítulo IV – Memória e Práticas Sociais de Idosos em Torno do Tema dos Raios: o caso de São Caetano do Sul/SP	62
<i>Juliana Sartori</i>	
Capítulo V – Representações Sociais dos Eventos Severos Relacionados às Mudanças do Clima: os <i>Bijagó</i> da Guiné-Bissau	83
<i>Boaventura Santy</i>	
Capítulo VI – A História das Enchentes no Município de Marabá: mitos e verdades no cotidiano da cidade	99
<i>José Augusto Carvalho de Araújo</i>	
Capítulo VII – O Corpo como Medida de uma Vida Diluída: o caso de Roraima	109
<i>Norma Valencio</i>	

SEÇÃO II

RISCOS E DESASTRES EM ABORDAGENS ANALÍTICAS INTERDISCIPLINARES

Capítulo VIII – Conflitos e Riscos Socioambientais da Construção e da Operação de UHEs no Município de Pereira Barreto/SP	129
<i>Juliano Costa Gonçalves</i>	

Capítulo IX – “Rosas”, “Dulces”, Comandantes e Peritos: a luta pela classificação do mundo no contexto dito “desastre”	153
<i>Dora Vargas</i>	
Capítulo X – Pedras no Caminho: o desastre e as vidas lascadas em Muqui/ES	175
<i>Norma Valencio, Mariana Siena, Arthur Valencio</i>	
Capítulo XI – Os Desafios de Proteção à Dignidade da Pessoa Humana: o caso dos refugiados haitianos no Brasil	194
<i>Cláudia Silvana da Costa</i>	
Capítulo XII – A Política de Assistência Social no Contexto do Desastre: o caso de Blumenau/SC	208
<i>Rúbia dos Santos, Maria Soledad Etcheverry Orchard</i>	
Capítulo XIII – Tragédia das Águas em Niterói e a Condição de Abandono dos Sobreviventes	230
<i>Norma Valencio, Lindomar Expedito S. Darós</i>	

SEÇÃO III

OS DESASTRES SOB OUTRAS PERSPECTIVAS: PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS DA VISÃO SOCIOLÓGICA

Capítulo XIV – Proteção Social e Enchentes: desafios profissionais em questão	257
<i>Antenora Maria da Mata Siqueira</i>	
Capítulo XV – Desastres Ambientais e Envelhecimento Populacional	278
<i>Aline Silveira Viana, Sofia Cristina Iost Pavarini, Reijane Salazar Costa, Marisa Silva Zazzetta</i>	
Capítulo XVI – Diário de Bordo: lideranças comunitárias em tempos de desastres	291
<i>Samira Yóunes-Ibrahim</i>	
Capítulo XVII – Povos Tradicionais e Mudanças Climáticas: resiliência ou necessidade adaptativa às novas condições ambientais?	307
<i>Raquel Duarte Venturato</i>	
Capítulo XVIII – O Poder Público Municipal de Campinas (SP) Diante das Inundações: uma análise dos Planos Diretores de 1996 e 2006	320
<i>Marina Sória Castellano, Lucí Hidalgo Nunes</i>	

APRESENTAÇÃO

Norma Valencio
(organizadora)

Esta coletânea visa apresentar ao público em geral, aos cientistas sociais, em particular, e aos sociólogos, especialmente, a importância da construção de um ambiente de diálogo no tema dos desastres.

De um lado, propõem-se a apresentar e difundir uma perspectiva propriamente sociológica de entendimento do conceito de desastre e, ainda, fazê-lo como esforço plenamente cabível e necessário ao contexto socioambiental brasileiro. A nação brasileira, por ora, não dispõe de uma literatura nacional densa nem de um ambiente consistente de debate naquilo que caracterize uma vertente eminentemente crítica e ciente da complexidade do tema dos desastres. Caminhamos coletivamente, passo a passo, para trazer o debate internacional para as nossas específicas circunstâncias – nas quais as desigualdades sociais e a dilapidação do meio miseravelmente se integram, apresentando-se como projeto enganoso de desenvolvimento enquanto, sem melindres, ameaça um projeto genuíno de civilidade – mas experimentamos a nossa forma própria pensar os nossos problemas. É preciso encorajar essa experimentação.

De outro lado, essa coletânea tem como propósito transcender os isolamentos interpretativos, as vaidades corporativas e as resistências institucionais para que interpretações variadas em torno do conceito de desastre possam se espargir e incrementar a consciência crítica e a mobilização da nação para um outro paradigma de produção e implantação de políticas públicas. Preocupantemente, um ambiente de negócios prolifera em torno dos dramas sociais nas territorialidades devastadas e se fecha, ao invés de abrir, a possibilidade de controle social sobre os processos deliberativos em torno das políticas e programas que visam estancar esse mal no plano macrossocial.

Ainda quando a possibilidade de convergência interpretativa não esteja ao alcance do conjunto dos textos dos autores aqui congregados, há um valor intrínseco dessa congregação de esforços e que não pode ser subestimado: trata-se do compromisso de cada qual em buscar uma verdade em

torno desse objeto, os desastres; sabê-la como verdade parcial e limitada, incapaz de açambarcar a totalidade de um fenômeno inerentemente complexo como este; manter-se aberto à verdade do Outro, que é a essência do espírito científico e democrático, sujeito a revisões e convivência com a diferença. Se perdermos a possibilidade de difusão das nossas ideias, as arenas para expressá-las – incluindo, as publicações – a disposição ao debate e ao respeito ao ponto de vista divergente, perdemos o que de mais caro uma sociedade precisa para amadurecer e recuperar o seu projeto civilizatório.

Nos volumes anteriores dessa coletânea (Volume I e Volume II), o caráter polissêmico evidente na contribuição dos diversos pesquisadores, da UFSCar e USP, vinculados ao Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres – NEPED/DS/UFSCar já estava presente nas diversas áreas de origem dos autores. Ali, a Sociologia já dialogava com a Economia, o Direito, o Serviço Social e outras áreas do conhecimento.

Nesse terceiro volume da coletânea, as contribuições continuaram a ser, em parte, de pesquisadores do NEPED – com vínculos na própria UFSCar, como também na USP-São Carlos, na UNIFAFIBE e na Universidade Salgado Oliveira/UNIVERSO – mas, noutra parte, são oriundas de pesquisadores externos, vinculados à Universidade Estadual de Campinas/UNICAMP, à Universidade Federal Fluminense/UFF, à Universidade Gama Filho/UGF à Universidade Federal de Santa Catarina/SC, à Fundação Universidade Regional de Blumenau/FURB ao Tribunal de Justiça do Estado de Rio de Janeiro/TJRJ. As áreas de conhecimento que, em graus variados, aqui dialogam com a Sociologia são: o Serviço Social, a Demografia, o Direito, a Psicologia, a Gerontologia, a Gestão Ambiental e a Geografia.

O apoio do CNPq, da CAPES e da FAPESP a muitos dos resultados de pesquisa logrados, e apresentados pelos autores nos diferentes capítulos, deve ser destacado e merece nosso agradecimento coletivo.

Os vinte e dois pesquisadores presentes nesse Volume III, distribuídos na autoria ou co-autoria dos dezoito capítulos da obra, encontram-se em diferentes estágios da trajetória profissional e científica – de graduandos a doutores – e, como reflexão individual ou coletiva, trazem quatro diferentes ênfases em torno dos desastres, a saber: a ênfase na dimensão psicossocial, na dimensão sociocultural, na dimensão socioambiental e na dimensão sociopolítica. Os focos macro e microssocial são igualmente contemplados e o contexto nacional como o regional e o local, idem, com a adição de contextos externos, como o africano, e transescalares, como o dos refugiados ambientais. No nível nacional, a discussão acerca do aspecto demográfico envolvendo os riscos e os desastres é apresentada e, noutra contribuição, a particular vulnerabilização de um grupo social, o de idosos, toma destaque.

As macrorregiões Sul, Sudeste e Norte foram especialmente focalizadas desta vez. Isso se manifestou através dos diferentes casos municipais (treze, ao todo) inseridos em sete diferentes Unidades da Federação, a saber: Teresópolis, Petrópolis, Niterói e Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro; Ribeirão Preto, São Caetano do Sul, Pereira Barreto, Campinas, no estado de São Paulo; Marabá, no Pará; Boa Vista, em Roraima; Muqui, no Espírito Santo; a região do Alto Juruá, particularmente uma Unidade de Conservação no Acre; por fim, Blumenau, em Santa Catarina.

Os dezoito capítulos foram agrupados em três diferentes seções. A primeira, dedicada a apresentar o tema dos riscos e desastres sob um olhar *strictu das Ciências Sociais*, predominantemente sociológico, desde as discussões mais teóricas aos estudos de caso. A segunda seção apresenta capítulos no qual as abordagens analíticas interdisciplinares prevalecem, tendo a problemática sociológica como referência. Na terceira e última seção, os autores trazem uma perspectiva diferenciada da sociológica e, em diferentes gradações, esforçam-se para encontrar um elo, aproximar-se o quanto possível, localizar um ponto em comum e favorecer o debate.

Esperamos que o leitor tenha uma boa leitura e uma grata surpresa ao constatar que a superação de polêmicas em torno de tecnicismos no tema dos desastres é possível, ainda mais em uma nação que clama por justiça ambiental. Tarefa para ontem, hoje e sempre!

SEÇÃO I

RISCOS E DESASTRES SOB UM OLHAR *STRICTU* DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

CAPÍTULO I

A CRISE SOCIAL DENOMINADA DESASTRE: SUBSÍDIOS PARA UMA REMEMORAÇÃO COLETIVA ACERCA DO FOCO PRINCIPAL DO PROBLEMA

Norma Valencio

INTRODUÇÃO

Mergulhados estamos na conturbada era da vertigem, que açambarca desde o ritmo da produção e disseminação da informação até a modificação do conteúdo dos territórios, não sem passar pelos costumes e formas usuais de interação social, que se alteram num piscar de olhos.

Dos piores efeitos da aceleração do mundo, destaca-se o de nos roubar a possibilidade reflexiva acerca da vida cotidianamente vivida; isto é, o de nos usurpar as condições que propiciam o cultivo coletivo de uma densidade existencial. Tal usurpação tem deletérios desdobramentos tanto na qualidade das relações que mantemos em sociedade quanto nos requerimentos em torno da paisagem na qual desenvolvemos nossa rotina cotidiana. As entranhas da velocidade dissolvem o valor cultural atribuído a muitas das indagações que, até então, se perenizavam na trajetória humana, incluindo a que se refere aos rumos que estamos coletivamente construindo e por quais razões.

Tal como convém à acumulação capitalista, a cidade tem se afirmado crescentemente como um território totalizante, aquele tido como o exclusivamente válido para parametrizar – no enodoar das paisagens delirantes com as relações sociais voláteis – o arcabouço de sentidos socioespaciais que assenta a ideia de rotina. Emblematicamente, é nela que proliferam os locais de entretenimento, no interior dos quais as atrações se orientam para a promoção da vertigem do corpo e para a exacerbação das emoções. Os

frequentadores, em número progressivo de pessoas, ficam sedentos por experimentar não apenas fortes sensações – quando não viciados em manter-se em contínua euforia –, mas também ansiosos para que as atrações sejam renovadas e mais radicais, culminando em lhes propiciar um estado, fisiológico e psíquico, de ‘estar por um triz’. Nesse ponto limite, quando a morte aparenta estar demasiado próxima, a atração precisa cessar e tudo, então, voltar ao ‘normal’. Do local de entretenimento dispersam-se os frequentadores, entre nauseados e exaustos, decididos a regressar oportunamente, mas não sem antes experimentar o alívio por terem, novamente, e ainda que por um breve período, os ‘pés bem assentados no chão’.

Não por acaso, uma das drogas ilícitas que emergiram nos últimos anos e cujo mercado esteve associado aos corriqueiros lugares de entretenimento da juventude urbana, as *raves* – possibilitando, entre os usuários, as sensações de rompimento com o tempo cronológico e social, tornando a diversão um *continuum* – foi denominada como *ecstasy*. Ao sabor de um conjunto de músicas – fracionadas, decompostas e recompostas pelos DJs, oferecido ao público em volume ensurdecador e em sonoridade hipnótica – e envolvidos num ambiente de constante euforia, os participantes tem garantida a sensação de alucinação.

Embora nem todos se animem a frequentar os ambientes da *raves*, usualmente, os habitantes da cidade são expostos aos dos grandes magazines e lojas de grife que vendem, dos móveis às xícaras, os objetos que apelam para a uma memória social em torno da ‘casinha da vovó’, mercantilizando-a. O setor produtivo, associado ao comércio e aos serviços de decoração, percebe no cultivo à cultura nostálgica um ambiente de negócios em ascensão. Desde aí, simula cumplicidade com as lembranças de uma trajetória de vida de um dado grupo social, isto é, simula deferência para com a sua *história*, a que o grupo aspira evocar com mais frequência através da recuperação de objetos no interior da moradia. Entretanto, o esforço de recuperação, que supre a paisagem do lar, se dá através da aquisição de objetos recém-fabricados, porém, impressos com ares de ‘coisa antiga’. O mercado propõe um falseamento das recordações, a que o consumidor corresponde, adquirindo tais objetos e assentando-os ao território da vida privada. Supõe, ilusoriamente, que essa adesão aos negócios em torno da réplica do passado – os quais aludem, simbolicamente, àquilo mesmo que, no plano concreto, se empenham em destruir – compense o que passou a faltar em consistência nas voláteis interações sociais.

O mercado administra, desse modo, a culpa coletiva pela destruição dos elementos de uma sociabilidade atrelada a uma temporalidade não vertiginosa e os consumidores, por seu turno, fingem estar tudo novamente no lugar, abafando, o quanto possível, as discussões acerca do ônus coletivo pelos

descartes fáceis: eis uma fórmula pretensamente conciliatória entre os requerimentos de vertigem e de estar com ‘os pés assentados no chão’.

A tendência para seguirmos em frente nessas falsificações e rumo a lugar nenhum – o que as inúmeras e simultâneas solicitações cotidianas que, presencial e virtualmente, recebemos se encarregam de fomentar – escasseia a possibilidade, por assim dizer, de uma digestão mais densa da experiência social contemporânea. E, ao seguir em frente, acentuamos as possibilidades de sofrer maior influência dos repertórios culturais alienantes, que ganham maior peso porque coadunados com um mundo social cuja fisionomia muda rapidamente. Então, mais facilmente nos desencorajamos da tarefa de subverter o ritmo célere do mundo, de desafiar os repertórios valorativos rasos, de resistir aos objetos inautênticos na sua referência aos sujeitos, aos lugares e à memória social.

Conforme analisou Ribeiro (2008), os *jogos de vertigem (ilinx)* suscitam uma espécie de transe bem como algumas perturbações, que podem ser de natureza orgânica, mental ou emocional. O referido autor, reportando ao estudo de Caillois (1958), salienta que a contemporaneidade tornou-se o *locus* no qual essa categoria de jogo se manifesta na plenitude através da busca pela alta velocidade, na perda de equilíbrio e na constante necessidade de êxtase. A linguagem também é um jogo, do qual as palavras participam, podendo ser essas ajustadas numa gramática particular da vertigem. Mas não só as palavras estão presentes na gramática da vertigem: há demais signos que provém elementos para uma simulação constante da vida social, nos levando ao limite da reversibilidade. Ou, retornando a Ribeiro (2008, p. 111), é na “*superabundância de signos e interpretações fornecidos pela mídia do tempo real*” que reside a crescente indeterminação e incerteza quanto ao presente e ao futuro. Em referência à obra de Baudrillard, continua:

(...) nossa produção moderna, nossa superprodução e superabundância de informação corresponde a um jogo de vertigem em que a determinação perde seu lugar para uma indeterminação generalizada, ao mesmo tempo em que o que se afirma é uma maior aproximação do real, em tempo real. A representação não é mais da ordem da *reapresentação* do que o signo deveria significar, mas é antes um jogo em que não há nenhuma relação entre o signo e a realidade: os signos são pura simulação, *simulacra* (...) Em contrapartida, apesar da perda do referente na linguagem, a busca da alta definição do real faz com que os modelos se apresentem mais reais do que o real, eles se tornam então, na terminologia de Baudrillard, *hiperreais* (RIBEIRO, 2008, p.111).

A cidade tem se encarregado de expandir o ambiente dos jogos de vertigem para as várias dimensões da vida cotidiana, na qual tudo se torna fugaz, dos objetos que mediam as relações sociais às próprias relações sociais escoradas por tais objetos. E, então, a tecnologia disponibilizada às massas desdobra a paisagem em outras geografias e multiplicam-se, virtualmente, as relações socioespaciais orientadas para a valorização da *hiperrealidade*. A dependência que se passa a ter desses aparatos maquinais as convence da consistência desses territórios transcendentais, das personagens ali encenadas e dos novos processos identitários, que por vezes ameaçam e por outras efetivamente desarrumam e invalidam as regras estabelecidas na vida social tida, ainda, como um plano concreto.

Todavia, quando no repertório sociocultural correspondente à ideia de plenitude na realização humana se torna assaz comprometido com o conjunto de sucessivas sensações fortes, provocadas pelo entremear (e entrecchoque) desses diferentes tipos de realidade, a visão aterrorizante de ‘estar por um triz’ se torna epidêmica. Essa visão, que continuamente interpela os envolvidos, os leva à beira do abismo e ali insinua ambigualmente que, ao cabo do ‘pulo às cegas’, o mundo os aguarda ‘tal como sempre foi’. Isto é, insinua que, aos exageros e incertezas, da coletânea de momentos de estresse e vibração, corresponderia a concretização de um anseio provavelmente mais enraizado, voltado para a continuidade de espaços onde se desenvolveria uma sociabilidade calcada em confiança, constância e em certezas, provendo a restauração necessária dos exaustos e nauseados, permitindo trazer, novamente, os seus ‘pés bem assentados no chão’. Mas essa insinuação é, no geral, falsa e a *hiperrealidade* volta a apelar ainda quando a extenuação é visível, provocando um sentimento de desfiliação socioespacial no plano concreto para dar margem a outros enredamentos alienantes.

Castells (2011) destaca a importância dos estudos que consideram o sistema de vizinhança (*neighbouring*) e a unidade ecológica particular (o bairro, a unidade de vizinhança), os quais explicam os processos de produção de um sentimento de filiação de uma coletividade e, por conseguinte, os critérios de divisão do espaço em relação aos dessemelhantes. Mas o autor afirma, centralmente, que “(...) o espaço, como produto social, é sempre especificado por uma relação definida entre as diferentes instâncias de uma estrutura social: a econômica, a política, a ideológica e a conjuntura de relações sociais que dela resulta” (p. 539). Assim, o espaço se torna, hodiernamente e segundo o autor, submetido precipuamente à lógica do capitalismo avançado. Nela, subjaz tanto um Estado servil, reduzido a funções de gestão, quanto os conflitos contínuos, referidos às distintas capacidades de sobrevivência e reprodução social. Isto é, o caráter classista na concentração dos meios de produção e nas possibilidades de consumo permanece como o fundamento da cidade.

Visto deste modo, os jogos de vertigem deflagrados desde as relações sociais intensificadas nesse território são parte constitutiva da aceleração do mundo que favorece a acumulação capitalista, posto que sejam jogos deflagradores de um contínuo desassossego no plano concreto do meio social. Exigem uma demarcação classista expansionista sobre todos os demais territórios do planeta – e seus recursos naturais –, avançando sem dó, presencial e virtualmente, sobre os sujeitos e as temporalidades sociais que nutrem *lugares*, públicos e privados, que se reconhecem no vagar, durabilidade e nas permanências. A acumulação submete tais sujeitos, subtrai tais valores e perverte o seu conteúdo.

No Brasil, as cidades tomam a precedência como referência socioespacial para a vida coletiva. Desde o nascimento, anseiam pela intensificação dos contatos e pela velocidade; mas, à medida que crescem mais nítido se vê como as mesmas são nutridas pelos jogos de vertigem e sucumbem às práticas econômicas expansionistas, que solapam quaisquer outros processos de territorialização que não lhes seja funcional. As possibilidades do pensamento crítico se esvanecem em meio à velocidade que a tecnologia imprime ao cotidiano daqueles que produzem, ativa ou passivamente, o conteúdo desse território hegemônico; os fragmentos da aspiração pelo diferente logo se perdem na correria entre o presencial e o virtual; os elos que ensinam uma repactuação em torno da paisagem abrem-se por força do maquinal, que exige atenção redobrada para oferecer o êxtase, e as peças, descoordenadas e zonzas, arremetem contra o nada. O sentido trágico subjacente ao jogo de vertigem, do qual o mundo urbano participa como contexto principal, está tanto no cuidadoso cerceamento das possibilidades de realização de devires socioespaciais alternativos – do que o alastramento do ambiente de negócios se encarrega ao imprimir a sua racionalidade para todos os cantos da vida social – quanto nos resultados infelizes provenientes da fecundação alucinada do projeto econômico expansionista por sobre o terreno social alienado, resultados esses dos quais se destacam os desastres.

É sobre o solo da alucinação urbana, mas alastrado para os demais territórios, que os desastres criam raízes, se robustecem e multiplicam. Suas sementes, fortalecidas pelo incremento da indiferença social, anunciam catástrofes. Por ângulos diversos daqueles que as fábricas de pensamentos acrílicos usualmente disseminam, é possível situar os desastres no jogo de vertigem contemporâneo, tomando corpo em distintos pontos do processo socioespacial doentio em que estamos enredados.

O CONCEITO DE DESASTRE COMO UM CAMPO DE DISPUTA CIENTÍFICA

Na disputa científica em torno do conceito de desastre, tem prevalecido a voz dos que o tomam na conta de ‘eventos pontuais’. Nessa perspec-

tiva, os desastres são tidos como um tipo de crise aguda, caracterizada como uma situação emergencial na qual, numa circunscrição geográfica reduzida – vista como cenário – os elementos materiais e as pessoas são compreendidos como estando ‘por um triz’. O cômputo e a descrição dos elementos que são representados, no cenário, como subitamente danificados e/ou destruídos delimitam a paisagem e o conjunto de afetados e, ao fazê-lo, esboçam os procedimentos que definem a situação como administrável pelas práticas técnicas as quais são municiaadas, principalmente, pelas ciências duras e da saúde. Os fatores de ameaça relacionados ao evento pontual se tornam, nessa abordagem, plenamente objetivados e monitoráveis por uma aparelhagem tecnológica, que é gradualmente mais sofisticada. Os danos humanos e materiais, por seu turno, passam a aparentar igual possibilidade de mensuração e, assim, tanto reparáveis pela intervenção técnica quanto compensáveis, eventualmente, pelo sistema securitário público e/ou privado.

No contexto sociopolítico que privilegia essa abordagem – através, sobretudo, do escamoteamento de outras possibilidades interpretativas –, os desastres não se apresentam como algo inusitado, tampouco ingovernável, mas como uma desorganização repentina dos elementos socioambientais que compõem um espaço restrito. Em última instância, no âmbito dessa visão, as causas principais do evento passam a ser referidas a *gaps* de planejamento dos atores locais, passando a exigir uma reorganização territorial em outros moldes o que, muitas vezes, não obedece à estrutura de sentidos do grupo afetado. Daí subjaz a prevalência da *ideia de gestão* – urbana, ambiental, de riscos e afins – que, municiaada por sentidos de mundo produzidos desde fora da cena, justifica a ampliação do aparato tecnológico para monitorar fatores que porventura tornem a ameaçar esse território e escora as práticas de eliminação dos lugares que se tornam disfuncionais aos novos parâmetros de segurança. As novas tecnicidades geram argumentos indecifráveis ao homem comum para expulsá-lo de sua territorialidade, quando esta é tida como ‘fora de padrão’, ao mesmo tempo em que reduz o conjunto dos sujeitos ditos competentes tanto para instruir quanto para atuar no campo decisório. Novos critérios são adotados para reorganizar o rol de grupos sociais, de objetos e de ações considerado como pertinente ao território a ser conduzido pela ‘boa gestão’.

Ao associar o acesso e domínio de ferramentas sofisticadas – de supercomputadores a satélites, cuja forma e conteúdo mudam vertiginosamente e exige continuada concentração de recursos financeiros para a sua atualização – aos meios necessários, e vistos como suficientes, de gestão, a tecnociência atua sobre a administração pública como contraponto à *ideia de política*. Esta última, em contextos democráticos, e particularmente participativos, pressupõe a possibilidade de ter como legítimo, na esfera decisória, a ótica dos di-

versos sujeitos e experiências diante o território coletivamente produzido e animado pelos mesmos, além de disposição para pulverizar os recursos econômicos. Mas é relevante salientar que a *ideia de gestão*, amplificada pela tecnociência, é também um projeto político, embora os seus produtores não o reconheçam abertamente como tal: trata-se de uma política de redução do campo decisório sobre a vida de uma coletividade.

Quanto mais detalhada e tecnicista a definição de desastre se tornar, fechada no vocabulário de jargão, mais afastada a mesma se faz passar do campo político: poucos são aqueles que, então, se sentem confiantes para expressar entendimento sobre a questão. E, suplementarmente, a vertigem da vida vivida retira dos inseguros a preocupação com esse desafio interpretativo e, entre acabrunhados e distraídos, distanciam-se do debate e entregam a decisão aos que se apresentaram como competentes no assunto.

As oligarquias brasileiras são *experts* nos jogos com a linguagem, que a *ideia de gestão* favorece amplamente, e o tomam como referência para a manutenção do seu controle sobre as instituições que, congregadamente, dão feição ao Estado. Do domínio em tais jogos provém o silenciamento recorrente da crítica da sociedade a uma deliberação potencialmente controversa que tais elites têm tomado e, sem sinuosidade, profere: “*essa decisão foi de caráter eminentemente técnico*”. Ao fazê-lo, o Estado se afasta progressivamente de seu princípio de ação que, segundo Bobbio (1986, p. 86), e de acordo com a vertente hegeliana, “*deve ser procurado na sua própria necessidade de existir, de uma existência que é a própria condição de existência (não só da existência mas também da liberdade e do bem-estar) dos indivíduos*”. Por um lado, tal afastamento torna o Estado refém da vertigem induzida pela tecnociência embora, num nível acima, esteja sob a égide das forças arcaicas. O tempo moroso dos poucos que se aferroam aos lugares de poder não é atropelado pela *ideia de gestão* nem pelas atualizações dos sistemas de objetos; ao contrário, é esse movimento na película das instituições que serve para disseminar, junto à opinião pública, um ambiente de alguma confiança, fazendo-a supor que as rotinas da máquina burocrática não estão sob o domínio do interesse particularista.

Todavia, quando o interesse público some de vista, a condição de existência do Estado parece esvaír-se. O aparato burocrático age para controlar essa ameaça, em parte, exercendo um controle cada vez mais forte sobre aqueles que não se veem representados, o que implica num inchamento dos quadros humanos a seu serviço e da estrutura maquinal; em outra, o aparato age explicitando seu estranhamento em relação à parcela da nação, o que evolui para episódios de intimidação e afrontamento àqueles que contribuíram para lhe dar existência e exigem o espelhamento de seus anseios no tecido institucional. Enfim, a representação da coisa toma o lugar da

própria coisa; cria uma realidade própria e hiperpotente. Nele, o aparato instaura, numa autonomia indevida, um ambiente assimétrico e orientado abertamente para os negócios, não há mais escrúpulos em dizê-lo e praticá-lo.

Nesse contexto, no que concerne aos desastres, a discussão sobre tragédias do varejo quanto aquelas que tomam a escala planetária passa a ser destrinchada pelos mecanismos de mercado. Ilustrativo disso é que o gigantismo produtivo e a financeirização da economia estão imbricados um no outro e ambos nas mudanças climáticas globais, cujos desdobramentos críticos sobre a base biofísica e o meio social são progressivamente explicitados. Mas, é aos mecanismos de mercado que o meio diplomático se rende em esmagadora maioria para pensar seus argumentos e a concertação multilateral que leve ao afastamento de catástrofes na sociedade global. O gigantismo produtivo, valorizado politicamente como meio imperioso para a reprodução social, demanda grandes somas de investimentos em fontes de energia igualmente colossais as quais, direta ou indiretamente, viabilizam-se com o aporte de recursos públicos; os artefatos que daí resulta, embora sendo rapidamente dispensáveis, dilapidam, à exaustão, os recursos naturais das nações, destroem irreversivelmente importantes ecossistemas naturais e socializam os graves riscos à saúde ambiental e humana. Todavia, o ambiente decisório do Estado, filtrado pela racionalidade sociotécnica, reduz o leque de argumentos no debate público sobre o tema socioambiental.

No que concerne à disseminação dos desastres, fenômeno cultivado por essa fase do modo de produção prevalente, as esferas decisórias abafam o limitado alcance das práticas de gestão expressas por planos de contingência e equivalentes, sejam essas elaboradas e executadas pelas equipes dos megaempreendimentos ou por órgãos públicos de emergência. As incongruências, conflitos e a célere decomposição e recomposição dos elementos observáveis no plano concreto do território são encetados por inúmeras forças que evocam tensões no terreno, mas o ultrapassam; tais forças, em embate, disseminam riscos, muitos dos quais, embora inominados, estão presentes. Quando se explicitam contundentemente e se concretizam como desastres – denotando os limites do escopo da *gestão* – caem na gaveta retórica da *fatalidade* (VALENCIO, 2010; 2012) para, em seguida, serem recapturados pelas práticas técnicas, de onde furtivamente tornarão a escapar, ainda mais fortalecidos.

Tal como ocorreu com o conceito de desenvolvimento sustentável, disputado acirradamente até que se lograsse o esvaziamento de seu conteúdo crítico para fazê-lo corresponder, no imaginário social, às migalhas de providências, públicas e privadas, mitigadoras de danos socioambientais muito ostensivos, o conceito de desastre tem sido disputado por forças sociais diversas. Aquelas economicamente mais robustas nele depositam e incul-

cam definições sujeitas unicamente ao universo da gestão e da tecnociência, tornando-o eixo orientador das medidas de reforçamento do aparato político-institucional que inibe todas as demais forças sociais. Começa com a legalização de práticas de higienismo social que visam apagar a marca dos aviltados no território. Mas, onde terminará?

Se o higienismo social encontra crescente validação nas soluções técnicas e atrela-se à *expansão do ambiente de negócios*, não é incoerente supor que a ocorrência de desastres seja o que deflagre uma *performance pública de cuidado* que, ao invés de contrapor, movimenta e viabiliza a acumulação. Daí porque, a cada desastre ocorrido, a vocalização da autoridade pública em torno de liberação de recursos financeiros destinados a projetos não deságue, no mais das vezes, em benefício direto aos grupos mais severamente afetados no evento, mas se faz passar por isso. É curioso analisar como um montante de dinheiro alocado para providências pulveriza-se, some nos meandros burocráticos e, muito mingudadamente, gera efeito positivo em torno de quem fala, isto é, os grupos que sofreram a decomposição dos elementos essenciais de sua rotina. Assim, o complemento antecedente à *performance pública do cuidado* é o insistente *bloqueio de demais forças sociais no ambiente político* incluindo as que representam os grupos severamente prejudicados nos acontecimentos. Esses são dissuadidos de esperar o reconhecimento público de seus dramas e de exercer o controle social sobre a materialização de providências voltadas para a restituição de sua dignidade. O aparato burocrático espera que a atuação dos mesmos se restrinja a de meros receptores dos parques suprimentos disponibilizados no imediato instante em que ‘o mundo ruiu’ e não muito além desse triste dia, que será evocado insistentemente como um único dia, para lembrar os prejudicados que aquele episódio virou passado.

Diante a problemática supra, e sob um olhar sociológico, há três aspectos essenciais acerca dos desastres que deveriam ser mais frequentemente considerados, a saber: (1) o cerne do desastre é o *meio social*, o conjunto complexo de sujeitos e forças atuantes; (2) um desastre pode ser descrito como um acontecimento social trágico e pontual sem que, com isso, seja preciso sonegar sua definição como um tipo de crise crônica na esfera social, ou seja, é possível convergir analiticamente *situação* e *processo*; por fim, (3) devido às características transescalares dos sujeitos e das relações sociais envolvidas, os desastres podem mesclar situações rotineiras e não-rotineiras. Passemos a cada um desses aspectos na tentativa de enfeixá-los sob uma vertente crítica.

DESASTRES NÃO GERAM EFEITOS SOCIAIS

Por definição, desastres são fenômenos que dizem respeito, centralmente, ao complexo mundo social. É extensa a literatura científica internacional que o reporta e enfatiza, num esforço contínuo para expandir o conteúdo

das dimensões sociopolíticas, socioculturais, psicossociais e socioeconômicas implicadas e, por que não dizer, tentar reparar o estrago que as interpretações tecnicistas dominantes fazem sistematicamente na alimentação do imaginário social, alijando as demais competências e saberes do debate e da atuação política.

Uma gama de estudiosos imprime ênfase ao foco analítico crítico em torno do conceito de desastre e assinalam os importantes desafios de análise que estão postos nessa forma de conceber o problema. Nesse esforço, se destacam autores como Quarantelli (1998; 2006), Oliver-Smith (2006), Dombrowsky (1998), Hewitt (1995), Dynes e Drabek (1994) e Kreps (1998), Lindel, Prater e Perry (2007) e outros, preocupados em assinalar que desastres, quaisquer que sejam os fatores de ameaça aos quais estejam atrelados, não envolvem apenas marginalmente as pessoas: trata-se de aquilo que ocorre centralmente *com* elas. Ao ter isso em consideração, a trama das relações em que tais pessoas estão envolvidas, a qualidade de sua interação com as instituições que adotam providências frente às suas necessidades e direitos é o enfoque necessário a ajustar.

Quanto mais o aparato público adia a valorização dessa abordagem do problema, mais protela a elaboração e condução de políticas públicas plenamente protetivas ou restaurativas dos que são o centro do desastre, as pessoas. Uma forma de protelação é a hipervalorização das práticas técnicas voltadas para as obras civis. E, também, da cartografização de risco na qual o sentido compartilhado de uma comunidade acerca de seu território, compreendendo o mesmo como um envoltório comum das suas rotinas, é descartado pelo sistema perito, que atribui outros sentidos, recortes e escalas do território e sobre esses constroem outras decisões alocativas em torno da vida da referida coletividade. Como contraponto a essa violência simbólica, outras cartografias sociais poderiam ser contrapostas pelos que se sentem aviltados, incluindo cartografias de seu mundo interior. Louise van Swaaij e Jean Klare (2004) lançaram tal cartografia, na qual, numa escala dita ‘inimaginável’, fez-se uma metáfora dos territórios de ilhas, países, cidades, com suas florestas, rios, montanhas, ruas e, nessas terras imaginadas – num simbolismo compartilhado universalmente – introduziu-se a paisagem dos acontecimentos da vida e da experiência emocional diante os mesmos. Mas, quaisquer cartografias sociais alternativas não alcançam o *status* de práticas técnicas válidas para reger a decisão política.

Os sujeitos bem constituídos nas arenas deliberativas não ignoram que a natureza dos desastres seja eminentemente social; ou seja, estão cientes de que os desastres não ‘geram’ efeitos sociais. Mas, tratá-los como tal significa antagonizar o projeto de poder que lhes têm servido prosperamente

e seria, por assim dizer, uma irracionalidade contradizer os próprios interesses corporativistas.

De um lado, o *approach* redutivista no *core* institucional funde a dominação oligárquica ao fetiche tecnológico hiperespecializado; de outro, inculca no imaginário social uma preocupante cultura de segurança, fazendo crer que a aliança supramencionada ofereça ao restante da nação a ilusão de manter os ‘pés bem assentados no chão’, isto é, a sensação de que os riscos que espreitam possam ser vigiados, controlados e dissipados por órgãos de monitoramento bem atentos, de tal forma que as rotinas da vida coletiva poderiam seguir normalmente o seu curso. Essa barganha tácita, além de corrosiva à vida democrática do país, é falsa, pois, conforme dissemos, a contemporaneidade imprime uma frenética recomposição socioespacial altamente dependente de mercadorias que desencadeiam circunstâncias coletivas de riscos múltiplos os quais, quando concretizados em desastres, rebatem ainda mais penosamente na vida dos grupos que ficaram à margem da fruição dos benefícios dessa hipertecnologização.

OS DESASTRES COMO EXPRESSÃO DE TRÊS CRISES SIMULTÂNEAS: DA DESUMANIZAÇÃO AO ANSEIO SOCIAL POR TER A POSSE

Se considerarmos os desastres como sendo uma forma de crise na *esfera social*, isto é, envolvendo tanto a *esfera privada* quanto a *esfera pública* da vida de uma dada coletividade, torna-se amplo o leque de possibilidades interpretativas e, por conseguinte, a gama de estudos disponíveis, que cobrem desde o plano da intersubjetividade ao plano político-institucional. O debate, em suas inúmeras vertentes, revela um aspecto transescalar nesse tipo de crise que, então, pode ser vista, simultaneamente, como uma *crise aguda*, no âmbito de uma localidade; uma *crise crônica*, concernente a um enfoque histórico-regional e uma *crise civilizatória*, no plano global.

As representações sociais que privilegiam a definição do desastre como tipo de *crise aguda* é o que usualmente se encontra no discurso e na prática técnica das instituições públicas brasileiras, civis e militares, e nas organizações da sociedade civil, a começar pelo voluntariado. Esse recorte socioespacial é o que corresponde melhor à concepção do território como cenário que aglutina a destruição de um amplo sistema de objetos, públicos e privados, de uso corrente de um dado grupo social além de, eventualmente, envolver a perdas de membros do grupo ou ferimentos ou outros tipos de agravos. Os atores externos e as providências que porventura venham tomar no imediato pós-impacto – chamando-as, no seu conjunto, de *resposta* – intervêm neste cenário com considerável possibilidade de visibilidade midiática e repercussão junto aos que se encontram ali, aflitos com as per-

das sofridas: focaliza-se a barraca no acampamento, que serve à família como abrigo provisório diante sua moradia destruída; o colchão doado e a refeição fornecida, que suprem circunstancialmente as necessidades vitais; os tratores que desobstruem ruas. Tudo corrobora para o sucesso da figuração pública de compromisso com a minimização da dor coletiva ali manifestada. Ocorre, assim, de essa *performance* pública de cuidado ser veiculada como exitosa e exigir, então, que o grupo atendido demonstre gratidão pelas manifestações de empenho e solidariedade havidos. Esse acordo tácito, a que os grupos afetados nos desastres e, portanto, em desvantagem, tem sido sistematicamente submetidos solapa a legitimidade dos mesmos buscarem noutro espectro de relações as causas profundas da crise em que se viram mergulhados. Muitas vezes, trata-se de crises que, embora pareçam pontuais, se repetem na mesma circunscrição local ou noutra parte.

Ocultadas as razões da sucessão de *crises pontuais*, aqui e acolá, com as mesmas características, essas passam a significar não apenas a admissibilidade político-institucional a que continuem ocorrendo – isto é, naturaliza-se que algo de trágico possa acontecer, com certa frequência, a uma parcela da sociedade –, mas que os aparatos que se põem no cenário sejam mais do que o suficiente para remediar a situação; ou melhor, sejam a prova do empenho público para saná-la. Daí porque o esforço de crescente explicitação de certo conjunto de informações – tais como o número de horas de voo de aeronaves em missão de resgate, o número de cestas básicas enviadas às famílias desabrigadas, o número de horas que as máquinas retiraram escombros, a quantidade de dinheiro transferido aos cofres públicos da localidade afetada, dentre outras – seja feito com uma tripla intenção: a primeira, a de sobrevalorizar as instituições que, segundo seus próprios parâmetros, tiveram uma ação decisiva para recompor as rotinas do lugar, o que tem desdobramentos orçamentários eventualmente positivos para as mesmas; a segunda, a de ocultar tanto os processos mais abrangentes de vulnerabilização dos grupos que sofreram o desvalimento derradeiro, quanto para invisibilizar às práticas intracomunitárias de apoio mútuo na mitigação dos danos e prejuízos; a terceira, a de refutar precocemente a possibilidade de que o grupo afetado se entenda como desamparado e, ao invés disso, tenha a memória do episódio como o de seus redentores, que passam a ser enaltecidos.

Quarantelli (1998; 2006) já apontava que o entremear das explicações do desastre como *crise aguda* e como *crise crônica* suscita uma possibilidade analítica que não deve ser desconsiderada. O debruçar investigativo sobre variadas crises agudas pode fornecer elementos indispensáveis para configurar a multidimensionalidade dos danos havidos com determinados grupos sociais. Mas pode, também, mostrar o quão semelhante é a natureza

dos danos sociais, materiais e simbólicos, muitos dos quais relacionados à inoperância e improvisação das práticas dos órgãos de emergência e às particularidades das representações sobre o acontecimento trágico que o voluntariado dissemina. No exame do tempo longo, observando uma sequência de crises pontuais, a regularidade aparece, isto é, os padrões observáveis no processo social que alimenta a crise crônica. Os vieses de classe e o racismo ambiental subjacente ao perfil dos grupos sociais sistematicamente prejudicados são ilustrações das regularidades que o estudo sociológico permite enxergar.

A interface analítica que propicia compreender os desastres, simultaneamente, como *crise aguda* e *crise crônica* na esfera social apresenta vantagens e desvantagens interpretativas. Entre as vantagens, está a de poder fazer convergir aspectos da *situação em si* com a do *processo no qual esta situação é produzida*, ou seja, capturar as particularidades do momento mais crítico sem desconsiderá-lo como parte de uma tessitura socioespacial dinâmica mais abrangente.

Todavia, quando adentramos no *tempo social* que remete aos desastres como expressão da crise civilizatória, tudo o mais, que acima destacamos, se nos parece como fagulhas de um imenso fogaréu. Em termos civilizatórios, não é apenas o contexto sócio-histórico de uma nação específica o que conta, mas sua adesão, dominante ou subordinada, ao *modo de produção capitalista*, que desenha os atores e a racionalidade que usurpam e cerceiam, continuamente, as possibilidades de um projeto genuíno de bem-estar social no nível global. Reduzidos ao universo da produção e consumo de máquinas, equipamentos e quinquilharias, premidos pela velocidade que tais artefatos impõem ao ritmo da vida e pelos quais passamos a mensurar a nossa condição humana, esquecemo-nos de observar o quão grande é a chama que arde. E que, ainda assim, há de cessar um dia, numa crise indisfarçável.

Numa passagem de um dos contos de Primo Levi, a personagem diz sabiamente: “(...) *as máquinas são importantes, não podemos prescindir delas, os aparelhos condicionam o nosso mundo, mas nem sempre são a melhor solução para os nossos problemas*” (trecho do conto *Pleno emprego*) (LEVI, 2005, p. 128). Adiante, em outro conto, Levi nos brinda com uma imagem futurista que faz alusão aos medos cultivados no cotidiano das massas pela associação do mercado e do Estado. Apresenta a rotina de uma família que, como as demais daquela sociedade, se via compelida a adotar, como vestuário, armaduras desconfortáveis – produzidas por uma empresa gigante outrora do ramo automobilístico – posto que a autoridade governamental assim o exigisse como medida de proteção contra as anunciadas chuvas de micrometeoritos, perigo tido como tangível para os habitantes da Terra, embora

raramente visto. Bombardeados continuamente pela publicidade (“*comprem apenas o aperitivo Alfa, somente os sorvetes Beta (...) o lustrador Gama para todos os metais*”) (p.177), pouco espaço havia para questionar os casos de ‘morte pelo céu’. Às tantas, Marta pergunta à Elena porque esta se sentia tão protegida com a couraça metálica a ponto de não apreciar despir-se da engenhoca. E Elena responde:

[me sinto protegida] contra tudo. Contra os homens, o vento, o sol, a chuva. Contra o *smog* e o ar contaminado e os dejetos radioativos. Contra o destino e contra todas as coisas que não se veem nem se preveem. Contra os maus pensamentos e contra as doenças e contra o futuro e contra mim mesma. Se não tivessem feito aquela lei [impondo o uso da armadura], creio que ainda assim eu teria comprado uma couraça (trecho do conto *Proteção*) (LEVI, 2005, p. 180-1).

O projeto totalizante, da máquina produtiva à indústria da comunicação, incide não apenas no fortalecimento dos desdobramentos extraterritoriais de nossa sociabilidade corriqueira, num ritmo por vezes incompatível com a capacidade de pensar criticamente sobre um mundo aparentemente moveído, mas também sobre a redução da complexidade das narrativas sobre esse mundo, o que ensaja a cultura do medo, subjacente aos jogos com linguagem.

Na simplificação das narrativas, cabe apenas o consumo irrefreado de mercadorias as quais associam sentidos irreais de segurança, o que é inerente ao *biopoder*. Conforme enfatizam Hardt e Negri (2001, p.52), “*A linguagem, à medida que comunica, produz mercadorias, mas, além disso, cria subjetividades, põe umas em relação às outras, e ordena-as. As indústrias de comunicações integram o imaginário e o simbólico dentro do tecido biopolítico, não simplesmente colocando-os a serviço do poder mas integrando-os, de fato, em seu próprio funcionamento*”. Ao refletir acerca dos benefícios que o capital, tido como o poder imperial contemporâneo, congrega num tipo frequente de desastre contemporâneo, as guerras, os autores identificam uma articulação entre a intervenção moral das ONGs e a intervenção militar para fazer o território e os atores locais a sucumbirem ao ordenamento global. Tal aliança propicia, pela destruição e pelos esforços de reconstrução em bases mais modernas, a instauração de uma nova ordem nos espaços ainda arredios ao biopoder:

As ONGs humanitárias são de fato (ainda que isso vá de encontro às intenções dos participantes) as mais poderosas armas de paz da nova ordem mundial (...) movem “guerras justas” sem armas, sem violência, sem fronteiras (...) esses grupos lutam para identificar necessidades universais e defender direitos humanos. Por meio de sua linguagem

e de sua ação, eles primeiro definem o inimigo como privação (na esperança de impedir graves perdas) e depois reconhecem o inimigo como pecado (...) Dentro desse contexto lógico, não é estranho, mas muito natural, que em sua tentativa de reagir à privação essas ONGs sejam levadas a denunciar publicamente os pecadores (ou melhor, o Inimigo, em termos adequadamente inquisitoriais); nem é estranho que eles releguem à “ala secular” a tarefa de enfrentar, de fato, os problemas (...) [a intervenção moral que essa prática expressa] serve como primeiro ato que prepara o palco para a intervenção militar. Em tais casos, a ação militar é apresentada como ação de polícia sancionada internacionalmente (HARDT e NEGRI, 2001, p. 54-5).

Para se contrapor à referida ordem, continuam os autores, seria preciso que a multidão se orientasse para a busca de uma cidadania global, propondo novas temporalidades as quais dissociassem a produção econômica do centro da vida social. Enfim, que a existência coletiva e cooperativa fosse desejosa de um tipo de liberdade em torno da vida – representada por *ter a posse* – que suplantasse a hidrificação de humano e máquina, se reapropriando da mente e do corpo:

Nesse contexto reapropriação significa ter livre acesso a, e controle de, conhecimento, informação, comunicação e afetos – porque esses são alguns dos meios primários de produção biopolítica (...) O nome que queremos usar para nos referirmos à multidão em sua autonomia política e atividade produtiva é o termo latino *posse* – poder (...) *posse* é a máquina que costura conhecimento e ser num processo expansivo, constitutivo (...) *Posse* é o que o corpo e o que a mente podem fazer (HARDT e NEGRI, 2001, p. 430-1).

Trata-se, assim, de um projeto político na contramão da vertigem.

SERIA O EVENTO NÃO ROTINEIRO UMA CARACTERÍSTICA INDISPENSÁVEL NA DEFINIÇÃO DE DESASTRE?

Muito amiúde, o conceito de desastre incorpora, em sua definição, a característica de evento não rotineiro. Mas isso pode ser dispensável, embora que esse descarte mereça ser problematizado. Afinal, acontecimentos adversos que ocorram rotineiramente num dado meio social podem ser chamados de desastre?

A escala local é aquela em que muitos dos ‘desastrólogos’ se detêm para enfatizar a característica do evento não apenas como crise aguda, mas como algo não rotineiro e súbito na vida de uma dada comunidade. Tais atribu-

tos se tornam quase como essenciais para estabelecer o que pode ser considerado como desastre ou não. Contudo, conforme já tratamos em estudos recentes, há coletividades que vivenciam essas crises de maneira, por assim dizer, rotineira. Isto é, embora o cotidiano esteja se desenrolando de modo a parecer ultrapassar as ameaças de contínua aparição, essas, volta e meia, manifestam-se e assombam, evidenciando que a sua subtaneidade interage com a perenidade do processo de vulnerabilização no qual aquele meio social está enredado. Porém, as indagações do tipo “*por que isso sempre acontece nesse lugar?*”, no geral, não podem ser respondidas nos limites da cena objetivada.

A constância da má qualidade das providências públicas que visem à redução do sofrimento dos grupos sociais que passam inúmeras vezes pelos mesmos percalços é algo subjacente à impossibilidade de suplantação de sua fragilidade por meios próprios. Há que enfatizar, de um lado, que a pobreza é um tipo de crise na esfera social que se naturaliza em certos contextos sociopolíticos e socioespaciais. De outro, ponderar que certas ameaças sérias podem desfigurar elementos vitais da territorialização de um dado grupo social e, especialmente, recrudescer a penúria dos empobrecidos. Isso é, há que se ter em conta a ocorrência de crises intensas dentro de crises naturalizadas e que ambas não podem ser ultrapassadas apenas pelo clamor dos que saem prejudicados.

Ao se evocar a noção de ‘acontecimento rotineiro’, muitas vezes o centro do que está sendo observado fica obscuro, além do que a ideia de rotina, aplicada a um desastre, parece comportar facilmente a de que os danos havidos são suportáveis para o grupo afetado. Uma comunidade pode, eventualmente, relatar que a lama que invade as vias de tráfego e as moradias do seu bairro seja uma rotina na estação chuvosa; mas isso não significa que os transtornos suportados por ela sejam, de fato, suportáveis: uma crescente danificação material e emocional pode dilapidar a capacidade de enfrentar esse evento a cada vez que o mesmo ocorre e, ademais, acontecimentos insuportáveis são impressos na rotina dos que não dispõem de recurso de voz, isto é, de efetiva expressão política. Da mesma forma, embora na estação chuvosa haja uma expectativa do meio social de que realmente chova, uma precipitação pluviométrica súbita e volumosa num dia específico daquela temporada pode colocar a perder, inesperadamente, mais do que o esperado com o lamaçal corriqueiro. O mesmo se pode dizer em relação à rotina de comunidades empobrecidas que convivem com a falta de acesso aos serviços de abastecimento hídrico, quando as secas lhes usurpam as frágeis estratégias de armazenamento hídrico e se veem na necessidade de percorrer grandes distâncias para acessar mananciais cujas águas, rasas, apresentam qualidade duvidosa para o consumo humano. Nos casos em tela, onde, então, começaria o desastre? E como dissociar a crise aguda da crônica?

Nos recortes socioespaciais e temporais mais abrangentes, a sequência de crises agudas com teor semelhante – em relação ao fator de ameaça e ao perfil dos grupos sociais prejudicados – torna ainda mais identificável a crise crônica, podendo permitir a identificação de padrões dos quais apenas se suspeita no estudo de caso. É nesses recortes mais amplos que se observa a nítida correlação entre as pessoas severamente prejudicadas no que é representado como tragédia e a sua situação de desvantagem das rotinas da vida cotidiana. Num caso ou noutro, muitas políticas seguem esquecidas de suscitar uma transformação profunda do tecido social e invisibilizam o desamparo, agudo e crônico, através de estatísticas de atendimento, como se essas tivessem a suficiência em dar o panorama da superação da penúria. Nas estatísticas de atendimento não cabem os rastros da dignidade humana, que se esvai, inconsolavelmente, embrenhada nos lugares desfeitos e nos corpos decompostos e ao desabrigo da consciência pública.

A rotina das tragédias contemporâneas denominadas desastres está notadamente atrelada, no imaginário social, a fatores de ameaça tidos como externos ao meio social, o que é contestável. Das mudanças climáticas às guerras, dilacera-se o alvorecer do século XXI e, de modo desalentador, Bobbio (2009) ponderou que, embora muitos sejam os saberes que apontam a situação-limite que poderia nos levar a catástrofes de dimensões planetárias (referindo-se especialmente àquela relacionada ao uso de armas nucleares), os governos que demonstram uma potência sobre-humana não são detidos e escarnecem das Nações Unidas.

A propósito de um ataque contra civis, na Índia, gerando mortos e desaparecidos, e frente aos esforços espontâneos dos cidadãos locais para organizar e suprir os campos onde os grupos-alvo se sentiam menos vulneráveis, Veena Das (1985) mostrou a passividade com que as forças policiais assistiam a tudo, numa clara conivência com a violência imperante, que tinha contornos estamentais. A autora conta que, ao dirigir-se à localidade onde se encontravam as vítimas, mais do que comida – embora estivessem como fome – essas queriam ser escutadas para legitimar a sua versão acerca do que havia ocorrido e quem eram os que lhes infligiam a experiência de violência. *“To the victims, the horror of the violence consisted in the details. They wanted their suffering to become known as if the reality of it could only be reclaimed after it had become part of a public discourse”*, lembra Das (p. 5). Se essa escuta for feita – não apenas em contexto de guerra, mas também no de desastres – estabelecendo melhores conexões entre *evento* e *representação*, novos elementos podem incrementar o repertório interpretativo com o qual os membros do grupo prejudicado se identificam e, desde modo, não se vejam tão propícios a internalizar a culpa (de sobrevivente) pelo desaparecimento de seus entes queridos, e cesse a contínua despolitização do contexto da tragédia

coletiva. Também Oliver-Smith (1994) pondera que, longe de se tratar apenas de uma mera reconstrução física, os grupos afetados nas catástrofes precisam participar das soluções e situá-las no âmbito de sua própria cultura, a fim de que não se sintam desmoralizados com a imposição de concepções e donativos que os desabilita como atores políticos.

Assim, não parece ser no interior da lógica maquinal, que ativa as catástrofes, que encontraremos meios de evitá-las; mas, quem sabe, refundando, o quanto antes, a concepção de sociedade, através de uma febril e inesperada atividade criadora, subvertendo os jogos com linguagem, *ter posse* sobre o pensamento e a palavra e, então, ampliar a possibilidade de resistência do humano.

PARA CONCLUIR

Sendo os desastres fenômenos sociais e transescalares, sua descrição e análise mais pertinentes não são as que dizem respeito aos objetos na paisagem que configuram um território, mas as que reportam às relações sociais em si, cujo produto é, apenas em certa medida, espacialmente visível.

Ao focalizar estritamente os objetos danificados ou destruídos no território, descolando-os dos sentidos que a coletividade que os organizou lhes atribui bem como descolando dos anseios comunitários relativos à sua recuperação, a ideia de gestão de que se imbuí o ente público se anuncia como uma forma de violência contra o meio social local.

Embora impalpáveis, as regularidades presentes no conteúdo das interações sociais dos grupos envolvidos; a lógica regente de seus discursos e práticas; os conflitos, explicitados ou velados, entre os que agem na cena e para além dela, configurando um campo político; o repertório simbólico que os afetados acessam para explicar os acontecimentos; por fim, a paisagem interior referida ao seu estado emocional, individual ou coletivo, são alguns dos elementos indispensáveis para a adoção de um *approach* analítico mais qualificado para compreender os desastres e a lógica operativa das forças sociais que o deflagram.

O desastre de contínua repetição, embora ateste um vergonhoso fracasso social, se incorpora plenamente à lógica burocrática dos países onde vicejam a desigualdade estrutural, como o Brasil. É um fenômeno social característico de uma deformação na conectividade entre os que representam institucionalmente o povo e este em si. Afirma-se, como diria Foucault (1998), como *jogos de poder* que ora ocultam, ora explicitam as mazelas das tragédias, sem nunca solucioná-las, para manifestar uma *verdade* sobre o caso. Mas, aproxima-se, desventuradamente, da boa ficção, como a que nos ofe-

rece o moçambicano Mia Couto, na obra *O último voo do flamingo*, onde os episódios dos ‘*explodidos*’ se sucedem. Lá pelas tantas, a carta de Estêvão Jonas, administrador da localidade de Tizangara, dirigida a Massimo Rizi, o enviado das Nações Unidas, dá conta do que se passa:

(...) Era o que acontecia se havia as visitas de categoria, estruturas e estrangeiros. Tínhamos orientações superiores: não podíamos mostrar a Nação a mendigar, o País com as costelas todas de fora. Na véspera de cada visita, nós todos, administradores, recebíamos a urgência: era preciso esconder os habitantes, varrer toda aquela pobreza.

Porém, com os donativos da comunidade internacional, as coisas tinham mudado. Agora, a situação era muito contrária. Era preciso mostrar a população com a sua fome, com suas doenças contagiosas. Lembro bem as suas palavras Excelência: a nossa miséria está render bem. Para viver num país de pedintes, é preciso arregaçar as feridas, colocar à mostra os ossos salientes dos meninos. Foram essas palavras do seu discurso, até aponte no meu caderno manual. Essa é a actual palavra de ordem: juntar os destroços, facilitar a visão do desastre.

Para que não caiamos em total desesperança, entre as ocultações e explicitações daquilo que jamais chegará a ser a verdade dos que sofrem, convém trazer a oportuna reflexão filosófica de Vasconcellos (2008) volta da para o tema do acaso, do risco e do perigo. Segundo o autor, “*o perigo é o caminho que pode ou não ser tomado*” ao passo que o risco “*é o próprio caminho que se coloca à frente daquele que caminha*”. Discriminá-los, em sua matriz, respectivamente, lógica e ontológica, é assaz oportuno para que cultivemos disposição para desvelar a obscuridade do real; mas, o que nos habilita a ultrapassar tal obscuridade, para além da vertigem alienante, é não temer o impensável e as incertezas, nos encorajando a seguir pelas veredas da criação: “*Criar é lançar-se à maior das vertigens (...) Criar é a vertigem radical, a vertigem do pensamento* (VASCONCELLOS, 2008, s/p).

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, N. *Estado, governo, sociedade*: por uma teoria geral da política. Tradução Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- BOBBIO, N. *O terceiro ausente*: ensaios e discursos sobre a paz e a guerra. Tradução de Daniela Beccaccia Versiani. Organização de Pietro Polito. Prefácio de Celso Lafer. Barueri, São Paulo: Manole, 2009.
- CAILLOIS, R. *Les jeux et les hommes*. Paris: Gallimard, 1958.
- CASTELLS, M. *A questão urbana*. Tradução Arlene Caetano. 4.a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

- COUTO, M. *O último voo do flamingo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- DAS, V. Anthropological knowledge and collective violence: the riots in Delhi. *Anthropology Today*, v.1 n.3, jun. 1985.
- DYNES, R. R.; DRABEK, T.. The structure on disaster research: its policy and disciplinary implications. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, n. 12, p. 5-23, 1994.
- DOMBROWSKY, W. R.. Again and again: is a disaster what we call a “disaster”? In: QUARANTELLI, E. L. (org). *What is a disaster?* Perspectives on the question. London? New York: Routledge, 1998. p. 19-30.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura de Almeida Sampoio. 6ª ed. São Paulo: Loyola, 1998.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Tradução de Berilo Vargas. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HEWITT, K.. Excluded perspectives in the social construction of disaster. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, v. 13, n. 3, p. 317-339, nov. 1995.
- KREPS, G. A.. Disaster as systemic event and social catalyst. E. L. Quarantelli (Ed.). *What is a disaster?* Perspective on the question. London/New York: Routledge, 1998, p. 31-55.
- LEVI, P. *71 contos*. Tradução de Maurício Santana Dias. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- LINDELL, M.K.; PRATER, C.; PERRY, R. W. *Introduction to emergency management*. Hoboken: John Wiley & Sons, 2007.
- OLIVER-SMITH, A. The five hundred year earthquake: natural and social hazards in the third world (Peru). In: A.Varley (Ed.). *Disasters, Development and the Environment*. London: Belhaven Press, 1994.
- OLIVER-SMITH, A.. Disasters and Forced Migration in the 21st Century. *Understanding Katrina Essay Forum: perspectives from the social sciences*, v. único, Social Science Research Council, New York (EUA), 11 jun. 2006. Disponível em: <<http://understandingkatrina.ssrc.org/Oliver-Smith/>>. Acesso em: 30 nov. 2006.
- RIBEIRO, J. Jogos de acaso e de vertigem na linguagem. *Work. Pap. Linguíst.*, 9(2), jul. dez. 2008.
- SWAAIJ, L.; KLARE, J. *Atlas da experiência humana – cartografia do mundo interior*. Tradução de Celso de Campos Jr. E Isa Mara Landol. São Paulo, Publifolha, 2004.
- QUARANTELLI, E. L.. Epilogue. In: _____. *What is a disaster?* Perspectives on the question. London, New York: Routledge, 1998. p. 234-273.
- QUARANTELLI, E. L.. Catastrophes are Different from Disasters: Some Implications for Crisis Planning and Managing Drawn from Katrina. *Understanding Katrina Essay Forum: perspectives from the social sciences*, v. único, Social Science Research Council, New York (EUA), 11 jun. 2006. Disponível em: <<http://understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/>>. Acesso em: 22 mar. 2007.
- VALENCIO, N. Desastres, ordem social e planejamento em defesa civil: o contexto brasileiro. *Saúde e Sociedade* (USP. Impresso), v. 19, p. 748-762, 2010.
- VALENCIO, N. *Para além do ‘dia do desastre’ – o caso brasileiro*. Curitiba: Editora Appris, 2012.
- VASCONCELLOS, J. Entre o risco e o acaso: a vertigem do pensamento. *ComCiência Revista Eletrônica de Jornalismo Científico*. 10/12/2008. Disponível em: <http://comciencia.br/comciencia/?section=8&edicao=41&id=498> Acesso em: 14/05/2010.

CAPÍTULO II

MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DINÂMICA DEMOGRÁFICA: RELAÇÕES E RISCOS

Roberto Luiz do Carmo

INTRODUÇÃO

O início do Século XXI tem sido marcado pela discussão a respeito das mudanças climáticas, suas origens e suas implicações sobre a humanidade e sobre o ambiente. Ainda persistem questionamentos e incertezas nessa discussão, conforme apontam De Freitas (2002), Kininmonth (2004) e Green e Armstrong (2007), dentre outros. E, também, surgem questionamentos sobre o que fazer frente à configuração dessa nova situação.¹

O relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas, IPCC (2007), que analisou as melhores bases de informação climática disponíveis em nível global, empregando as metodologias computacionais de modelagem, diminuiu significativamente as incertezas nos dois sentidos. Por um lado, afirmando que as mudanças climáticas realmente estão se processando, com uma elevação da temperatura que pode chegar a 5°C até o final do século XXI. Por outro lado, o relatório concluiu que as mudanças climáticas estão associadas às emissões de gases-estufa decorrentes de atividades humanas.

Nesse contexto, as mudanças climáticas terão impactos significativos nas condições de vida da humanidade, principalmente para os grupos sociais que não dispuserem de meios para enfrentar ou para se adaptar aos efeitos negativos das mudanças. De maneira geral, pode-se dizer que os grupos potencialmente mais suscetíveis aos efeitos negativos das mudanças climáticas são aqueles que já se encontram em situação precária

Uma versão deste trabalho foi apresentada no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu, MG, Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

1. Nessa linha, Carter(2007: 61) afirma que: "Attempting instead to 'stop climate change' by reducing human carbon dioxide emissions is a costly exercise of utter futility. Rational climate policies must be based on adaptation to dangerous change as and when it occurs, and irrespective of its sign or causation."

em termos de acesso a serviços de saneamento e de condições de habitação. Estes grupos já estão expostos a riscos que poderão ser amplificados pelas decorrências da mudança climática.

Tendo em vista estes aspectos, este trabalho apresenta algumas das principais conexões entre as mudanças climáticas, e as decorrentes mudanças ambientais globais, e os componentes da dinâmica demográfica. Entende-se que no caso das mudanças climáticas se efetivarem, na velocidade que está sendo prevista, vão afetar de maneira significativa o ambiente do planeta e, conseqüentemente, todas as suas formas de vida, desencadeando as mudanças ambientais em nível global. Daí a expressão “mudanças ambientais globais”, que expande a perspectiva de análise em relação aos impactos previstos em função das mudanças climáticas.

O objetivo do texto é realizar uma abordagem sintetizada da interação entre os componentes da dinâmica demográfica (fecundidade, mortalidade e migração) e as mudanças ambientais globais. Salienta-se que O´Neill *et al.* (2001) realizaram uma descrição pormenorizada dos processos que estão envolvidos nessa relação. Hogan (2001) analisou aspectos da dinâmica demográfica e suas relações com as mudanças ambientais globais, trabalhando principalmente a redistribuição espacial da população. Procura-se neste texto destacar a relação também com os outros componentes da dinâmica demográfica.

A seguir são discutidos cada um dos componentes da dinâmica demográfica e suas relações com as mudanças ambientais globais.

CRESCIMENTO POPULACIONAL: QUEDA DA FECUNDIDADE E TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

De maneira muito simplificada, pode-se dizer que a variação bruta do número de indivíduos de um determinado grupo populacional, que ocupa um determinado espaço, ocorre a partir dos acréscimos decorrentes dos nascimentos e da chegada de indivíduos de outras áreas (imigração), enquanto a diminuição ocorre em função dos óbitos e da emigração.

A imagem global do crescimento populacional expressivo em termos numéricos é marcante, por isso vale tecer algumas considerações. A população mundial passou de 1,2 billhão de pessoas em 1850, para 1,6 billhão de pessoas em 1950, segundo Livi-Bacci (1990), sendo que em 2010 a população mundial estimada é da ordem de 6,9 bilhões de pessoas.² Todavia, quando se considera situações específicas, como a dos países euro-

2. Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat (2010).

peus, observa-se uma tendência de taxas de crescimento muito próximas a zero, apontando para a possibilidade de decréscimo populacional nas próximas décadas. O Japão já vivencia essa situação de taxas negativas de crescimento populacional, conforme apresentado por Komine e Kabe(2009). Por outro lado, em alguns países da África e da Ásia as taxas de crescimento ainda são elevadas.

Essa diferença entre o crescimento populacional de países ricos e países pobres tem servido para reavivar a discussão malthusiana, centrada na discussão da pressão do volume populacional sobre a disponibilidade de recursos, conforme apresenta Szmrecsányi (1982). A proposta malthusiana, ou neomalthusiana, destaca a necessidade de controle do crescimento da população, com a finalidade de evitar os impactos sociais e ambientais decorrentes desse crescimento. A solução para os problemas identificados estaria no controle da fecundidade. Com a importância adquirida pelas discussões sobre mudanças ambientais globais, ressurge com força, tendo em vista que o volume da população mundial possui um significado relevante em termos de aumento da emissão de gases estufa, considerando as necessidades de energia e produção de alimentos, por exemplo.

Entretanto, há que se considerar que esse impacto, apreendido a partir de uma perspectiva crítica ao neomalthusianismo, será mediado pelas mudanças tecnológicas e culturais, que certamente serão fundamentais nas próximas décadas no sentido de diminuir a emissão de poluentes, e também no sentido de aumentar a produtividade e a racionalidade no consumo de alimentos e de bens ambientais. Ou seja, a questão do padrão de consumo é mais relevante do que o volume populacional quando se discute a mitigação, que são as medidas necessárias para diminuir a emissão de gases estufa.

Não se pode perder de vista a importância do volume populacional. Entretanto, a “explosão demográfica” que se havia prenunciado na década de 1960 não aconteceu. O que se verifica nesse início do Século XXI é a consolidação de uma tendência de diminuição das taxas de crescimento populacional, na qual podem ser identificados diversos estágios do processo denominado “transição demográfica”. A transição demográfica é um processo que decorre da diminuição das tendências de mortalidade e de natalidade, que ao longo do tempo declinam e se equilibram em patamares mais baixos. A transição demográfica ocorre como resultado de transformações sociais e econômicas tais como industrialização, urbanização, mudanças no papel social da mulher, dentre outros aspectos que são discutidos por Goldani (2001).

No caso brasileiro, os níveis de mortalidade e natalidade caíram de maneira muito significativa nos últimos 50 anos, com a taxa bruta de

natalidade caindo de 45 por mil, para cerca de 20 por mil habitantes, enquanto que a taxa bruta de natalidade passou de pouco mais de 20 para menos de 10 por mil habitantes, conforme Berquó (2001). Como o declínio da mortalidade foi mais acentuado durante as décadas de 1960 e 1970, estes foram os períodos nos quais se verificaram as maiores taxas de crescimento populacional, próximas a 3% ao ano para o conjunto do país. Com a queda acentuada da fecundidade (número médio de filhos por mulher em idade reprodutiva), houve um arrefecimento do crescimento populacional, completando a transição demográfica.

O Brasil já se encontra em uma fase adiantada da transição demográfica. Ou seja, as taxas de natalidade e mortalidade foram reduzidas de maneira significativa, e nas próximas décadas parar de crescer, atingindo um volume populacional de cerca de 206 milhões de habitantes no ano 2030 de Camarano e Kanso (2009), tendendo a diminuir o volume populacional na década seguinte. Nesse contexto, salienta-se que na interface entre população e mudanças ambientais globais existem outros fatores, que serão tão importantes quanto o crescimento populacional em números absolutos.

Um dos aspectos decorrentes da diminuição acentuada da fecundidade em alguns países tem sido o envelhecimento demográfico. Ou seja, uma proporção menor de nascimentos diminui o peso relativo do grupo etário jovem, o que implica em um aumento do peso proporcional dos idosos, potencializado pelo aumento da expectativa de vida.

Dalton *et al* (2006), em um estudo que cria cenários futuros de crescimento populacional e emissão de CO₂, chegaram à conclusão que o envelhecimento da população dos Estados Unidos pode levar a uma redução das emissões desse gás em 40% até o final do Século XXI. O pressuposto desse trabalho é que os domicílios com população mais idosa possuem um padrão de consumo menor do que os domicílios habitados por jovens. Aplicando este princípio ao caso brasileiro, a mudança na estrutura etária que vai marcar o país nas próximas décadas também pode ter efeito semelhante.

MORBIMORTALIDADE E MUDANÇAS AMBIENTAIS GLOBAIS: “NOVOS” RISCOS

As mudanças ambientais globais podem implicar em uma série de problemas para a saúde, incidindo diretamente sobre um dos componentes da dinâmica demográfica, a mortalidade, impactando também em termos de morbidade, ou seja, em termos do conjunto de doenças que afetam os grupos humanos.

A Organização Mundial da Saúde, World Health Organization (2003), identificou um aumento da quantidade e da intensidade dos even-

tos climáticos extremos e de seus efeitos sobre a saúde humana. Tais eventos são classificados por essa organização em duas categorias: eventos simples, definidos a partir de variações estatísticas, como temperaturas muito elevadas ou muito baixas; eventos complexos, como secas, inundações e furacões. O Quadro 1 apresenta os principais eventos relacionados com as mudanças ambientais globais, os efeitos desses eventos e os grupos populacionais mais afetados.

Quadro 1 Eventos relacionados com as mudanças ambientais globais, seus efeitos e os grupos populacionais mais afetados

Evento	Efeitos	Grupos populacionais mais afetados
Temperaturas extremas	Aumento da mortalidade; hospitalização e atendimentos de emergência;	Idades extremas (crianças e idosos); pessoas com problemas respiratórios; pessoas que realizam atividades físicas intensas;
Eventos extremos (inundações, ventos fortes, secas, furacões, tornados, tempestades)	Mortalidade diretamente associada; hospitalização; doenças infecciosas; <i>status</i> nutricional; saúde mental;	Embora atinja toda a população, os mais pobres são mais vulneráveis;
Doenças de veiculação hídrica e/ou alimentar	Mortalidade por doenças infecciosas; morbidade;	Embora atinja toda a população, os mais pobres são mais vulneráveis;
Elevação do nível do mar	Prejuízos materiais; salinização da água e do solo; necessidade de deslocamentos populacionais;	Embora atinja toda a população, os mais pobres são mais vulneráveis;
Aumento da concentração de ozônio de outros contaminantes do ar;	Aumento das doenças respiratórias (asma, rinites, alergias)	Idades extremas (crianças e idosos); pessoas com problemas respiratórios;
Doenças disseminadas por vetores	Aumento do número de casos e ampliação geográfica de doenças como dengue, malária, encefalites, dentre outras;	Embora atinja toda a população, os mais pobres são mais vulneráveis;

Fonte: adaptado de World Health Organization (2003).

Nesse contexto de exposição a um conjunto bastante amplo de perigos, consideramos importante retomar o conceito de vulnerabilidade, para compreender que os diversos grupos sociais são afetados de maneira diferenciada por esses perigos.

Assim, a princípio, todo o conjunto da população humana está exposto aos riscos provenientes dos perigos trazidos pelas mudanças ambientais globais. Entretanto, a capacidade de enfrentar e de reagir a estes riscos é diferenciada, fazendo com que se constituam grupos sociais mais vulneráveis.

Kaztman (1999a e 1999b) associa a vulnerabilidade com a capacidade de mobilizar ativos para fazer enfrentar determinados riscos que se apresentam aos grupos sociais. Nesse sentido, embora as condições econômicas sejam importantes em termos de configuração de grupos vulneráveis, a capacidade de mobilizar ativos de diversas outras ordens, inclusive em termos de redes sociais e de capacidade de mobilização política, podem diminuir a vulnerabilidade social. Marandola Jr. e Hogan (2006) realizam um amplo levantamento sobre a utilização das concepções de vulnerabilidade e risco nos estudos populacionais e ambientais, evidenciando a utilidade dessas concepções quando se trabalha com realidades complexas. No caso das mudanças ambientais globais, o conceito de vulnerabilidade social é fundamental, por incorporar elementos que estão além das definições estritas de pobreza.

Epstein (2005) aponta alguns exemplos das decorrências de eventos climáticos extremos em diversas partes do mundo: em 1998 o furacão Mitch atingiu a América Central, trazendo como resultado um aumento expressivo dos casos de malária, dengue, cólera e leptospirose; no ano 2000, chuva e três ciclones inundaram Moçambique durante seis semanas, fazendo com que a incidência de malária aumentasse cinco vezes; em 2003 uma onda de calor durante o verão matou milhares de pessoas, comprometeu as colheitas e as florestas, além de provocar o derretimento de 10% da massa glacial dos Alpes. Embora eventos naturais desse tipo tenham sido registrados ao longo da História, aponta-se que estes eventos estão recrudescendo nas últimas décadas, como decorrências das mudanças ambientais globais.

Os eventos climáticos extremos, como chuvas, ressacas marítimas e secas podem, por si mesmos, desencadear o aumento da mortalidade, tendo em vista que são perigos que vão se converter em riscos frequentes, capazes de atingir contingentes cada vez maiores da população mundial. Apesar das dificuldades de obtenção e sistematização dessas informações em nível global, dados da Organização Mundial de Saúde evidenciam o

impacto desses fenômenos, conforme pode ser observado na Tabela 1. Os dados permitem visualizar que houve, considerando o mundo como um todo, um aumento no número de eventos e no número de pessoas afetadas por esses fenômenos. Mesmo considerando eventuais distorções nos dados, em função da melhoria dos registros dos eventos ao longo do tempo, existem situações diferenciadas no tempo e no espaço, com a África tendo sido mais atingida por eventos climáticos extremos durante a década de 1980, e os países asiáticos sofrendo mais na década seguinte. O número de óbitos, mesmo considerando esse contexto, diminuiu no período mais recente.

Tabela 1 Número de eventos climáticos extremos, número de óbitos e população afetada, por região do mundo, nas décadas de 1980 e 1990.

Região	Década de 1980			Década de 1990		
	Eventos	Óbitos (milhares)	População afetada (milhões)	Eventos	Óbitos (milhares)	População afetada (milhões)
África	243	417	137,8	247	10	104,3
Europa do Leste	66	2	0,1	150	5	12,4
Europa Mediterrânea	94	162	17,8	139	14	36,1
América Latina e Caribe	265	12	54,1	298	59	30,7
Sudeste da Ásia	242	54	850,5	286	458	427,4
Oeste do Pacífico	375	36	273,1	381	48	1.199,8
Desenvolvidos	563	10	2,8	577	6	40,8
Total	1.848	692	1.336	2.078	601	1.851

Fonte: World Health Organization (2003).

Na medida em que os eventos extremos se tornarem mais frequentes, ou mais intensos, os investimentos sociais deverão ser direcionados para diminuir a vulnerabilidade frente a esse conjunto de perigos ambientais. Entretanto, além do efeito direto dos eventos extremos, existem as outras situações mais complexas, como por exemplo o aumento da morbidade e da mortalidade associadas à expansão de doenças infecciosas, especialmente aquelas transmitidas por vetores.

Existe uma série de aspectos intervenientes nas epidemias associadas a vetores de transmissão, como mosquitos, que envolvem aspectos complexos para serem debelados, conforme apontam Epstein *et al.* (1998). Não

é o caso de estabelecer uma relação direta entre as mudanças climáticas e a eclosão de epidemias, especialmente no contexto atual de complexas relações entre população e ambiente. Entretanto, as mudanças ambientais globais podem criar situação propícia para a proliferação de vetores, conforme sustentam Epstein (2002) e Epstein (2005).

Conforme resumem Knobler, Mahmoud e Lemon (2006), o processo de globalização que se acelerou durante o Séc. XX possibilitou a comunicação e o deslocamento de pessoas e de mercadorias de uma forma nunca antes observada na história humana. Os autores afirmam que nunca antes se verificou a transposição de fronteira políticas de maneira tão rápida e livre, tanto por pessoas quanto por alimentos, animais, commodities e capital. E, ao mesmo tempo, os fatores patogênicos tiveram também ampliada a oportunidade de circular mundialmente em aviões, pessoas e produtos.

Lipp, Huq e Colwell (2002) discutem os efeitos das mudanças climáticas sobre as doenças infecciosas, focalizando principalmente o caso do cólera. Os autores salientam que as questões climáticas sempre estiveram presentes na abordagem epidemiológica, especialmente no caso das doenças em que os vetores exercem um papel importante, como é o caso da dengue e da malária. Variações climáticas cíclicas, tanto as variações de sazonalidade quanto as variações de período temporal mais amplo, como o *El Niño*, possuem capacidade de impacto importante sobre as doenças, principalmente nas doenças como o cólera, que estão diretamente associadas à água. Lipp, Huq e Colwell (2002: 767) mostram que nos anos marcados pelas variações *El Niño*, principalmente em função da elevação da temperatura da água, favorece a proliferação e o desenvolvimento do vibrião colérico. Os autores afirmam que este também é o caso do cólera, e de sua dispersão pelo mundo no final do Séc. XX. As mudanças em termos de aquecimento global podem potencializar epidemias que envolvam situações como esta exemplificada pela difusão do cólera.

Entretanto, além das mudanças climáticas, outros fatores bem mais concretos possuem impacto sobre a proliferação de vetores, dentre os quais se encontra o a forma adquirida pelo recente processo de expansão urbana, principalmente nos países menos desenvolvidos. Ocorrido em escala mundial, esse processo apresentou-se no Brasil de forma muito intensa, UN-HABITAT (2006) e UNFPA (2007). A forma de ocupação do espaço urbano repete a mesma fórmula desde as décadas de 1960 e 1970, com a expansão ocorrendo através da ocupação de espaços descontinuados, principalmente com finalidades de valorização imobiliária dos espaços vazios deixados durante esse processo, conforme já mostrava Kowarick

(1983) ao analisar o município de São Paulo. Esses espaços vazios, muitas vezes deixados com objetivo de especulação, formam um lócus adequado para a proliferação de vetores que transmitem doenças, principalmente em um contexto no qual ainda existem carências importantes em termos de infra-estrutura de saneamento.

A população urbana brasileira aumentou em mais de 130 milhões de pessoas entre os anos de 1950 e 2000. As conseqüências desse processo rápido de urbanização podem ser notadas quando se observam as condições de habitação nas áreas urbanas, especialmente em termos de acesso a serviços de saneamento básico, como água tratada, esgotamento sanitário e coleta de lixo, conforme descrito em Carmo (2005b). Embora nas últimas décadas a cobertura desses serviços tenha aumentado de maneira significativa, ainda existem situações de precariedade bastante marcadas, quando se constata, por exemplo, a quantidade de domicílios que não possuem banheiros, cerca de 3,7 milhões de domicílios brasileiros no ano 2000, segundo Carmo (2002).

Esses problemas de infraestrutura se refletem na dificuldade de se controlar doenças como a dengue, que ressurgiu no Brasil durante a década de 1990. Mesmo com os investimentos em termos de ações de saúde, a falta de infraestrutura acaba inviabilizando resultados mais efetivos. A necessidade de armazenar água, em função de não ter acesso à rede de água tratada, faz com que a dengue atinja principalmente os grupos populacionais em situação mais precária.

Além da questão dos vetores, essa característica de ocupação das áreas urbanas brasileiras segrega grupos populacionais em favelas e ocupações de baixa renda, geralmente construídas em áreas inadequadas, com riscos de enchente e deslizamento. Justamente esses riscos é que serão amplificados em função dos eventos climáticos extremos. Nesse sentido, a identificação dos grupos sociais mais vulneráveis a estes riscos ambientais constitui-se em uma das mais contribuições prioritárias em termos de aumentar a capacidade de enfrentar as decorrências das mudanças ambientais globais.

MOBILIDADE ESPACIAL DA POPULAÇÃO

Outro componente da dinâmica demográfica que poderá ser afetado pelas mudanças ambientais globais é a mobilidade espacial da população. A mobilidade quando implica em mudança de residência é definida como migração, embora a definição de migrante dependa muito do tipo de abordagem empregada pelo pesquisador. De maneira geral, circunscrito um

espaço específico, e um determinado período de tempo, a chegada e saída de contingentes populacionais é que define os imigrantes e os emigrantes.

Considerando a imigração nos Estados Unidos, Pitkin (2007) mostra que os diferentes níveis de incorporação dos imigrantes ao padrão de consumo norte-americano, assim como a velocidade dessa incorporação, podem significar mudanças importantes em termos de emissão de CO₂. Tal fato é relevante naquele país, tendo em vista a importância da imigração em termos de composição do crescimento populacional, e também considerando as diferenças que existem em termos econômicos entre os imigrantes e os naturais daquele país.

Durante as últimas décadas houve uma mudança importante na dinâmica migratória brasileira, Cunha (2006). Os movimentos de longa distância que foram característicos das décadas anteriores a 1980, deram lugar a uma mudança, com os deslocamentos passando a ser principalmente de curta distância, Hakkert e Martine (2006). Os movimentos de retorno, com os migrantes retornando a sua região de nascimento, também foram ampliados. Por outro lado, a mobilidade de curta distância, realizada com finalidade de realizar atividades como trabalhar ou estudar, sem que isso signifique mudança de residência, tem aumentado de maneira significativa. Esse tipo de movimento é chamado de “mobilidade pendular”, e ocorre de maneira muito evidente entre os municípios das regiões metropolitanas brasileiras.

Existe uma ampla gama de fatores que podem estar associados ao deslocamento populacional no espaço. Dentre esses fatores, destaca-se a busca por oportunidades de trabalho e a busca por melhores condições de vida. Entretanto, outros aspectos, de caráter mais impositivo, também podem fazer com que haja um deslocamento populacional. É o caso, por exemplo, dos deslocamentos em função de constrangimentos ambientais ou socioeconômicos. Assim, os períodos de seca contínuos favoreceram os deslocamentos de população da Região Nordeste do Brasil em direção ao Sudeste.

A construção de barragens para geração de hidroeletricidade é outro exemplo, que exige deslocamento não voluntário de contingentes populacionais. Considerando as possíveis implicações das mudanças ambientais globais, esse tipo de deslocamento não voluntário pode vir a se tornar mais frequente, criando uma categoria de migrantes forçados, os “refugiados ambientais”, Bates (2002). Com a elevação do nível do mar os habitantes de pequenas ilhas têm sido os primeiros refugiados ambientais diretamente associados às mudanças ambientais globais.

Em relação à elevação do nível do mar é importante considerar que existe um volume considerável de população residindo em municípios litorâneos do Brasil. Alguns trabalhos já foram realizados no sentido de avaliar de maneira mais exata o conjunto de população exposta ao risco de elevação do nível do mar, Carmo (2005a), Carmo e Nunes (2005), Carmo e Young (2007).

O litoral brasileiro é subdividido administrativamente em 478 municípios. Desses municípios alguns estão mais suscetíveis aos efeitos da elevação do nível do mar. Alguns critérios podem ser utilizados para definir qual o volume populacional mais exposto a essa situação. Carmo e Silva (2009) consideraram os municípios brasileiros cujas sedes se encontravam a 5 km da linha do mar, e com uma altitude inferior a 20 m. Dentre os municípios litorâneos, 165 se encaixam nessa categoria. Nesse conjunto de municípios, foram identificados 24,3 milhões de habitantes residindo em áreas urbanas. Esse seria o contingente populacional mais diretamente exposto ao risco de elevação do nível do mar, de acordo com dados do ano 2000 do IBGE, supondo que as populações urbanas se concentram primordialmente nos locais definidos como sede municipal. Durante a década de 1990, essa população apresentou um crescimento anual médio da ordem de 2,1% ao ano. Ou seja, é um contexto de expansão populacional ainda com crescimento expressivo, mesmo considerando que o crescimento da população urbana brasileira é foi de 2,4% ao ano no mesmo período.

Mas os efeitos das mudanças ambientais globais não serão sentidos apenas pelas populações urbanas. Caso os efeitos das mudanças climáticas se efetivem, os impactos podem ser significativos em termos de produção agrícola, com uma série de cultivos que podem vir a ser atingidos, Pinto *et al.* (2002). Tais mudanças podem ter implicações importantes em termos de redistribuição espacial da população, especialmente dos grupos populacionais relacionados com as atividades agrícolas.

Sant´Anna Neto e Almeida (2007), em um texto muito interessante sobre a expansão da soja no Brasil, apresentam os cenários de desenvolvimento dessa cultura frente às hipóteses de mudança climática. Os autores analisam os casos do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso, que representam o avanço da fronteira agrícola brasileira para esse cultivo. Um dos aspectos apontados como decisivos para a elevada produtividade da soja no estado do Mato Grosso, onde se encontra a principal região produtora do país, é a regularidade das chuvas características do clima tropical. Entretanto, em decorrência da diminuição das chuvas e da elevação da temperatura, associados ao aquecimento global e ao desmatamento da Amazônia, estaria ocorrendo uma diminuição das chuvas na região. Os

autores apontam que, caso sejam confirmadas essas tendências, haverá uma diminuição da produção e da lucratividade da cultura de soja, com impactos significativos sobre a economia brasileira e sobre a segurança alimentar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É importante salientar que ainda persistem incertezas a respeito da extensão e da velocidade com se sentirão os efeitos mais severos das mudanças ambientais globais. Também ainda existem incertezas sobre o impacto real da ação humana sobre as mudanças climáticas, e sobre a capacidade de mitigação dos impactos provocados.

De qualquer forma, considera-se que um conjunto importante de problemas pode ser amplificado pelos efeitos das mudanças ambientais globais, principalmente no caso de que essas mudanças se efetivem em curto período de tempo. São problemas que já existem há décadas, decorrentes de processos sociais e econômicos, que fazem com que grupos populacionais sejam segregados, principalmente nos espaços urbanos, e se encontrem em situação de vulnerabilidade acentuada aos riscos ambientais como enchentes, deslizamentos de terra e riscos decorrentes da falta de infraestrutura de saneamento.

O que se procurou mostrar nesse texto é que os componentes da dinâmica demográfica, principalmente a mortalidade e a mobilidade populacional, podem ser impactados pela concretização dos riscos decorrentes das mudanças ambientais globais. Ainda não existem trabalhos conclusivos sobre os efeitos das mudanças climáticas sobre a fecundidade, sendo que a diminuição da fecundidade é considerada em muitos momentos como um dos aspectos capazes de mitigar a emissão dos gases de efeito estufa.

Em síntese, considerando a fecundidade, a tendência é de que haja uma diminuição dos níveis globais nas próximas décadas. No caso brasileiro, a taxa de fecundidade já se encontra abaixo do nível de reposição. Apesar das diferenças regionais e socioeconômicas, as taxas encontram-se em declínio, sinalizando o final do processo de transição demográfica. Ou seja, outros aspectos, além apenas do volume populacional, devem ser privilegiados nessa discussão, especialmente no caso brasileiro.

Os eventos climáticos extremos podem vir a aumentar a mortalidade e a morbidade, principalmente em regiões em que a infraestrutura de saneamento básico for insuficiente. Os prejuízos materiais desses eventos sobre a infraestrutura existente podem comprometer os níveis de saúde da população como um todo, principalmente considerando o risco de epidemias de doenças infecciosas.

Fatores ligados à expansão de doenças, como a proliferação e expansão territorial de vetores, podem fazer com que as epidemias globais se tornem uma grande preocupação nos próximos anos. Principalmente, considerando que os vetores de doenças (como dengue, malária e cólera) estão muito correlacionados com as variações climáticas. O aquecimento global poderá favorecer a expansão das áreas sujeitas a essas doenças.

Em termos da mobilidade espacial da população, áreas específicas podem estar mais sujeitas às mudanças ambientais globais, como as áreas costeiras. Nesse caso, a elevação do nível do mar pode trazer a necessidade de deslocamentos populacionais para áreas mais distantes da linha do mar. Esse risco pode configurar a necessidade de deslocamentos forçados por uma causa ambiental, dependendo da velocidade em que esses processos ambientais ocorram.

Os impactos em termos de aptidão agrícola dos solos decorrentes das mudanças climáticas podem fazer com que ocorra o deslocamento de grupos populacionais para áreas mais adequadas aos cultivos afetados. Esses deslocamentos podem vir a ser significativos no contexto das populações e das atividades rurais. Nesse sentido, os processos migratórios podem servir como solução, acompanhando a busca de áreas mais adequadas.

Enfim, tanto nas áreas urbanas quanto nas áreas rurais os efeitos das mudanças ambientais podem vir a ser bastante significativos. Principalmente, considerando seus impactos, tanto em termos de potencialização de riscos ambientais já existentes, quanto em termos de configuração de novos perigos, ainda não muito bem avaliados. O que é importante salientar é que estes riscos e perigos, referentes às mudanças ambientais globais, serão piores para as populações que já se encontram atualmente vivendo em situação de risco ambiental. Pensar em termos de adaptação frente às novas situações climáticas exige que se considere este aspecto fundamental.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATES, D. C. Environmental Refugees? Classifying Human Migrations Caused by Environmental Change. *Population & Environment*. Volume 23, Number 5. 2002.
- BERQUÓ, E. Demographic evolution of the Brazilian population during the twentieth century. In: HOGAN, D. (Org.) *Population change in Brazil: contemporary perspectives*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2001.
- CAMARANO, A. A.; KANSO, S. *Perspectivas de crescimento para a população brasileira: velhos e novos resultados*. Brasília; IPEA; 2009. 30 p. tab, graf. (IPEA – Texto para discussão, 1426).
- CARMO, R.L. . Population and Water Resources in Brazil. In: HOGAN, D. J.; BERQUÓ, E.; COSTA, H. S. M.. (Orgs.). *Population and Environment in Brazil: Rio + 10*. Campinas: MPC Artes Gráficas, 2002.

- CARMO, R.L.; NUNES, L. H. Impacts of Environmental Change on Human Activities in Brazil. In: The 6th Open Meeting of the Human Dimensions of Global Environmental Change Research Community, 2005, Bonn. The 6th Open Meeting of the Human Dimensions of Global Environmental Change Research Community. *Bonn*, 2005. v. 1. p. 427-427.
- CARMO, R.L.; SILVA, C. A. M. da. População em zonas costeiras e mudanças climáticas: redistribuição espacial e riscos. In: HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR.. (Org.). *População e Mudança Climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais*. 1 ed. Campinas: Núcleo de Estudos de População; UNFPA, 2009, v. 1, p. 137-158.
- CUNHA, J. M. P. A migração no Brasil no começo do século 21: continuidades e novidades trazidas pela PNAD 2004. *Parcerias Estratégicas*. Vol. 22. 2006.
- DALTON, M.; O'NEILL, B. C.; PRSKAWETZ, A.; JIANG, L.; J. PITKIN. Population aging and future carbon emissions in the United States. *Energy Economics*, Vol.:10, 1016. 2006.
- EPSTEIN, P. R.; DIAZ, H. F.; ELIAS, S.; GRABHERR, G.; GRAHAM, N. E; MARTENS, W. J. M.; MOSLEY-THOMPSON E.; SUSSKIND, J. Biological and Physical Signs of Climate Change: Focus on Mosquito-borne Diseases. *Bulletin of the American Meteorological Society*. Vol. 79, No. 3, pp.409-417. 1998.
- EPSTEIN, P. R. Climate Change and Infectious Disease: Stormy Weather Ahead? *Epidemiology*, Vol. 13 No. 4, 2002.
- EPSTEIN, P. R. Climate Change and Human Health. *New England Journal of Medicine*. Vol. 353, N.14, pp. 1433-1436. 2005.
- DE FREITAS, C. R. Are observed changes in the concentration of carbon dioxide in the atmosphere really dangerous? *Bulletin of Canadian Petroleum Geology*. Vol. 50, No. 2, pp. 297-327, 2002.
- GREEN, K. C.; ARMSTRONG, J. S. Global warming: Forecasts by scientists versus scientific forecasts. *MPRA Paper No. 4361*, posted 05. 2007. Online at <http://mpra.ub.uni-muenchen.de/4361>.
- GOLDANI, A. M. *Rethinking Brazilian Fertility Decline*. In: Anais, Brazilian Session da XXIV General Population Conference IUSSP, Salvador, Bahia, 2001. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/index.htm>> (Anais da Sessão de Demografia Brasileira na IUSSP).
- HAKKERT, R.; MARTINE, G. Tendências migratórias recentes no Brasil: as evidências da PNAD de 2004. *Parcerias Estratégicas*, vol. 22. 2006.
- HOGAN, D. J. Demographic Aspects of Global Environmental Change: what is Brazil's Contribution? In: HOGAN, D. J.; TOLMASQUIM, M. T. (Eds.). *Human Dimensions of Global Environmental Change: Brazilian perspectives*. Rio de Janeiro; Academia Brasileira de Ciências; 2001.
- IPCC (Intergovernmental Panel On Climate Change). *Climate Change 2007: The Physical Science Basis, Summary for Policymakers*. 2007. Disponível em: <http://www.ipcc.ch/SPM2feb07.pdf> (consultado em 10/08/2007).
- LIVI-BACCI, M.. *Historia minima de la poblacion mundial*. Barcelona: Ariel; 1990. 222 p.
- KAZTMAN, R. et al. *Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay*. Santiago do Chile: OIT, 1999a. (Documento de Trabajo, 107).
- KAZTMAN, R. (Coord.). *Activos y estructura de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en Uruguay*. Uruguay: PNUD-Uruguay e CEPAL-Oficina de Montevideo, 1999b.
- KININMONTH, W. *Climate Change: A Natural Hazard*. Reino Unido: Multi-Science Publishing Co. Ltd. 2004.

- KNOBLE, S.; MAHMOUD, A. e LEMON, S. (Eds.). The impact of globalization on infectious disease emergence and control : exploring the consequences and opportunities : workshop summary. Forum on Microbial Threats ; Board on Global Health, 2006.
- KOMINE, T. e KABE, S.; Long-term Forecast of the Demographic Transition in Japan and Asia. *Asian Economic Policy Review*, 4: 19–38. 2009. doi: 10.1111/j.1748-3131.2009.01103.x.
- LIPP, E. K., A. HUQ, and R. R. COLWELL. Effects of global climate on infectious disease: the cholera model. *Clinical Microbiology Reviews* 15:757-770. 2002.
- MARANDOLA Jr., E. e HOGAN, D. J. Vulnerabilities and risks in population and environment studies. *Population and Environment*. New York. Vol. 28, Iss. 2; Nov 2006.
- MARTINE, G. (Org.). População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições. Campinas: Editora da UNICAMP; 1993. 207 p. (Coleção Momento).
- O'NEILL, Br.; MACKELLAR, L.; LUTZ, W. Population and climate change. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, 266pp
- PINTO, H. S.; ASSAD, E. D.; ZULLO J. R.; BRUNINI, O. O aquecimento global e a agricultura. *Revista Eletrônica do Jornalismo Científico, COMCIENCIA, SBPC*, v. 35, p. 1-6, 2002.
- PITKIN, J. Projected impacts of U.S. immigration on per capita greenhouse gas emissions, 2050 and 2100. Interim Report IR-07-006. Laxenburg, Austria: IIASA. 2007.
- Population Division of the Department of Economic and Social Affairs of the United Nations Secretariat. *World Population Prospects: The 2006 Revision*. New York: United Nations. 2007.
- SANT'ANNA NETO, J. L. e ALMEIDA, I. R. The Variability in Precipitation and the Expansion of Soybean Crop in Brazil: Possible Scenarios under Hypothesis of Climatic Changes. In. SILVA DIAS, P. L.; RIBEIRO, W. C. e NUNES, L. H. A Contribution to Understanding the Regional Impacts of Global Change in South America. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, 2007.
- SZMRECSÁNYI, T. (org.). Thomas Robert Malthus: Economia. São Paulo: Ed. Ática, 1982.
- UNFPA. *State of World Population 2007: Unleashing the Potential of Urban Growth*. New York: UNFPA, 2007.
- UN-HABITAT. *State of the World's Cities 2006/7*. London, Earthscan, 2006.
- WORLD HEALTH ORGANIZATION CLIMATE. *Change and human health: risks and responses. Summary*. World Health Organization, 2003.

CAPÍTULO III

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CONTEXTO DE DESASTRES RELACIONADOS ÀS CHUVAS: UM ESTUDO SOBRE O MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO/SP

Mariana Siena

INTRODUÇÃO

Frente a um fenômeno entendido como desastre,¹ a defesa civil tem a missão institucional de coordenar todas as ações no cenário, inclusive aquelas de assistência social. Contudo, a realidade nacional nos indica que, nos municípios brasileiros, a assistência social tem uma presença institucional significativamente maior em relação à defesa civil. Para ilustrar tal descompasso, atenta-se que 99,9% dos municípios possuem estrutura organizacional para tratar da política de assistência social enquanto que apenas 59,26% dos municípios possuem unidade de defesa civil (IBGE, 2010). Todavia, seja com a presença da defesa civil, seja com a presença da assistência social, o atendimento público àqueles grupos sociais que intensificam sua vulnerabilidade diante eventos ameaçantes tem se caracterizado pela precariedade.

Estudos sobre as políticas de defesa civil em cenário de desastres foram feitos por Valencio (2009), Valencio e Valencio (2010) e Marchezini

Apoio: FAPESP.

1. No debate sociológico contemporâneo, não há um consenso acerca do que o termo desastre designa para as várias partes constituintes de uma dada sociedade. Contudo, uma definição que tem tido êxito é aquela que compreende o desastre como a articulação dos prejuízos materiais, morais, físicos e emocionais propiciando à sociedade interrogar-se a si mesma, “em seus meios e propósitos, tanto por aquilo que (não) se fez antes (a prevenção e a precaução), como naquilo que (não) se faz durante (a gestão da crise) ou depois (as transformações necessárias)” (LIEBER & ROMANO-LIEBER, 2005, p. 71).

(2010). Porém, há uma lacuna no debate quando se trata do atendimento estratégico da assistência social em desastre. Assim, este trabalho tem o intuito de analisar as razões pelas quais, no contexto de desastre, o atendimento às populações vulneráveis continua tão precário. Para isso, tem-se como objetivo uma análise sociológica do discurso e prática de assistência social em cenário de desastre; ou seja, focaliza os modos como a assistência social interpreta o contexto de desastre e, desde aí, identifica os grupos e sujeitos afetados junto aos quais realizará a sua atuação técnica.

Para compreender o fenômeno do desastre um conceito fundamental e preliminar é o de vulnerabilidade, pois este é que define a identificação dos sujeitos na interação supracitada, isto é, o grupo social passível a sofrer danos (VALENCIO *et al.*, 2006). O grau de afetação de um grupo social está ligado à interação do evento físico com os fluxos e fixos em que o grupo se insere, ou seja, o contexto socioambiental e socioeconômico no qual este grupo social está circunscrito pode reduzir ou incrementar a vulnerabilidade. Mas, não somente isso, o contexto sociopolítico também é importante nesta equação, pois a presença ou não do grupo social nas arenas decisórias em que são produzidas as tentativas de minimização dos desastres, ou de proteção dos grupos afetados pode reduzir ou incrementar a vulnerabilidade do grupo social. Assim, o impacto dos agentes externos e, eventualmente, naturais – por exemplo, as chuvas intensas – será um estressor maior ou menor dependendo dos contextos acima elencados.

Em tempos de asseveramento dos eventos críticos relacionados às chuvas, o presente trabalho tem o propósito de analisar o contexto sociopolítico em desastres no qual as frações do Estado a se destacar sejam a assistência social e à defesa civil na sua relação com os grupos sociais mais severamente afetados em termos de danos humanos e materiais. A opção por este eixo analítico se deve à degradação do contexto sociopolítico que permeia a relação entre os grupos sociais em desvantagem e o sistema protetivo do Estado. Por fim, busca-se analisar qual tem sido, ou será, o papel da assistência social diante deste quadro desafiante para o planejamento urbano que se apresenta como algo balizado pela busca de equidade social expressa territorialmente.

DESASTRES: SUJEITOS ENVOLVIDOS E QUESTÕES PARA O DEBATE

Por que as políticas públicas de atendimento aos grupos afetados em desastres caracterizam-se pela precariedade?

Para responder a tal pergunta e analisar o processo sociopolítico – em momentos pré, durante e pós-impacto – que envolve determinados grupos sociais em relação às frações do Estado, representadas aqui pela assis-

tência social e defesa civil, é necessário compreender os conceitos que podem aparecer na construção de políticas públicas para grupos afetados em desastres. Os principais conceitos para desenhar essa problemática são os de vulnerabilidade e desastre.

Como parte da pesquisa documental que busca o discurso institucional sobre desastres, documentos oficiais da assistência social e defesa civil, tais como, normas operacionais, políticas, legislações e decretos foram analisados.

Já as incursões em campo foram fundamentais no intuito de observar como as categorias contidas nesse discurso institucional foram assimiladas e operacionalizadas, na prática, pelos diferentes agentes do Estado. Aprender as categorias, no discurso, e observar sua forma de operacionalização, na prática, permitiu vislumbrar a dinâmica de funcionamento das políticas públicas em desastres. No campo, adotamos procedimentos qualitativos que subsidiaram a melhor compreensão do processo sociopolítico em desastres. No município de Ribeirão Preto, foram realizadas entrevistas com as assistentes sociais que lidam com os grupos sociais afetados nessas circunstâncias e com a Secretária Municipal de Assistência Social, buscando analisar como, na prática, a instituição tem lidado com o tema. Um grupo de moradores, realocados da Vila Elisa (bairro atingido recorrentemente pelas enchentes) para o Jardim Wilson Toni e que interagiram diretamente com as assistentes sociais, também foi entrevistado a fim de contrapor as visões em torno das ações recuperativas. Os procedimentos adotados em campo integraram a observação direta e assistemática das práticas dos entrevistados, por meio: da elaboração de um diário de campo para registro de informações; da coleta de relatos orais (QUEIROZ, 1991), auxiliada por um roteiro semi-estruturado de entrevistas, com a utilização de um gravador, quando permitido pelo entrevistado; e da fotodocumentação, a fim de visualizar/compreender, para além das palavras, como se deram os processos analisados.²

2. O uso dos vários procedimentos adotados em campo, inclusive entrevistas e fotodocumentação, são bem definidos por José de Souza Martins no trecho a seguir: “Em particular na Sociologia, a imagem, sobretudo a fotografia, por ser flagrante, revelou as insuficiências da palavra como documento da consciência social e como matéria prima do conhecimento. Mas, nessa dialética, revelou suas próprias insuficiências. É nos resíduos sociológicos desse peneiramento que está a imensa riqueza da informação visual e que estão os desafios da fotografia às ciências sociais. Tomar a imagem fotográfica como documento social em termos absolutos envolve as mesmas dificuldades que há quando se toma a palavra falada, o depoimento, a entrevista, em termos absolutos, como referência sociológica, que são as dificuldades de sua insuficiência e de suas limitações” (MARTINS, 2008, p. 11).

O município de Ribeirão Preto, localizado no interior do estado de São Paulo, foi selecionado, em primeiro momento, por se tratar de um município que recorrentemente tem sofrido com os desastres, principalmente aqueles relacionados às chuvas intensas. Segundo a Coordenadoria Municipal de Defesa Civil de Ribeirão Preto, nos últimos anos, a cidade vem enfrentando, de maneira cada vez mais frequente e com maior intensidade, enchentes e alagamentos. Segundo estudos de Maia e Pitton (2009) Ribeirão Preto tem, em média, cerca de três inundações/ano. Além disso, o município foi selecionado pela Secretaria Nacional de Defesa Civil para discutir a reformulação da Política Nacional de Defesa Civil (PNDC), no ano de 2005, em razão de ser um dos municípios mais atingidos no interior do Estado de São Paulo em decorrência de enchentes e inundações.

Espera-se que a coleta, a sistematização e a interpretação de depoimentos oriundos da pesquisa de campo, juntamente com a revisão bibliográfica e documental, possibilitem uma melhor compreensão do olhar sociológico sobre o tema de desastres no contexto brasileiro, ressaltando a importância das várias vulnerabilidades dos grupos que são e serão recorrentemente afetados.

OS DISCURSOS DE DEFESA CIVIL E ASSISTÊNCIA SOCIAL EM CONTEXTO DE DESASTRES

Para entender o discurso da assistência social e defesa civil em contexto de desastres, é preciso depreender como o conceito de desastre é acionado na formulação das políticas. Este exercício se faz necessário, pois, conforme o conceito de desastre for acionado, podemos esperar certos discursos que impactam diretamente na atuação dos agentes que implementarão as políticas.

No campo de estudos da Sociologia dos Desastres, o termo desastre é objeto de grandes discussões e de poucos consensos. Para Quarantelli (1998), a falta de um consenso mínimo na definição do que se chama desastre impede o avanço no debate científico. Segundo a análise do autor, a ênfase nas discussões e estudos de casos de desastres é um obstáculo para o aprimoramento teórico e compreensão do fenômeno como um todo. Além disso, aponta outras dificuldades em obter essa definição, quais sejam: a grande complexidade dos eventos a serem analisados que combinam, por exemplo, convulsões sociais, terremoto, fome em uma determinada localidade; a distância analítica entre as duas principais correntes que entendem o desastre ou como acontecimento físico ou como construção social.

As diferentes abordagens sobre o conceito de desastre, de acordo com Claude Gilbert (1998), poderiam ser agrupadas em três principais paradigmas, quais sejam: o desastre como replicação de um modelo de guerra; o desastre como expressão social da vulnerabilidade; e o desastre como um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições.

No paradigma do desastre como replicação de um modelo de guerra, o acontecimento físico (as chuvas, por exemplo) tende a ser concebido como um agente externo (o inimigo) que causa impacto (uma desordem) sobre as comunidades humanas e frente a ele deve-se monitorar para controlar, dissuadi-lo e retornar ao estado de normalidade inicial (GILBERT, 1998). Cientistas sociais europeus incomodados com tal definição do desastre passaram a balizar suas análises não somente nos “agentes externos ameaçadores”, mas no desastre como certo tipo de vulnerabilidade. Para estes cientistas, o desastre não é uma consequência social, mas sim uma ação social, uma ação coletiva criada no interior da própria sociedade, ou seja, o desastre como expressão social da vulnerabilidade. Neste segundo paradigma, os agentes destrutivos externos passam a ser compreendidos não como causa do desastre, mas sim como prenúncio de uma crise de determinados comportamentos relacionados ao contexto social que já estão em processo.

No paradigma que entende o desastre como um estado de incertezas geradas pelas próprias instituições, acredita-se que a incerteza poderia ser compreendida como produzida pelas sociedades complexas, a partir de disfunções resultantes das frágeis articulações entre as especialidades científicas, criando vácuos de representações e práticas capazes de reduzir os riscos, o que ocorreria tanto em regimes democráticos quanto autoritários. A incerteza não seria meramente produzida em razão da ausência de comunicação ou informação, mas também pela divulgação desordenada de informações que interfere nos sistemas de pensamentos e nos modos de organização das esferas administrativas, políticas e científicas (IDEM, 1998). Alguns cientistas sociais criticam esse paradigma por pensarem que ele desconsidera as dimensões interpretativas de outros sujeitos sociais.

Para fins de orientação na análise empreendida no presente estudo, optou-se pelo paradigma do desastre como expressão social da vulnerabilidade. Entende-se a vulnerabilidade como o estado de um sujeito/grupo social que, numa determinada circunscrição socioambiental, socioeconômica e também sociopolítica, recebe o impacto do fator de ameaça e reage de maneira menos ou mais adversa (ADGER, 2006; BLANKIE ET AL., 1995; VALENCIO ET AL., 2006). Portanto, o desastre constitui-se não apenas como acontecimento físico, mas também como desaglutinador da ordem

social, ou seja, ele é a vivência de uma crise e, portanto, nos mostra o limite de uma determinada rotina e a necessidade de construção de uma nova ordem social.

Quando falamos de desastre, o que era abstrato (o risco) se torna concreto, não apenas pela destruição e/ou danificação que o acompanham, mas também porque em cenário de desastres, visualizam-se a necessidade, a responsabilidade de entes que na dimensão do risco não estavam explicitados, como por exemplo: em um cenário de enchentes, no qual a água demora a escoar, percebe-se que os serviços estruturais ou de manutenção das redes de água e esgoto de determinada localidade não estão sendo realizados de forma satisfatória, como o que aconteceu com os moradores dos bairros paulistanos Jardim Pantanal e Romano no início do ano 2010, pois, mesmo depois de cessadas as chuvas, ficaram sob as águas de mais de uma enchente.

Exposto os principais paradigmas sobre o desastre, em qual deles as políticas nacionais de defesa civil e assistência social se pautam?

O Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) entende por defesa civil “o conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar desastres e minimizar seus impactos para a população e **restabelecer a normalidade social**” (BRASIL, 2010). A partir desse conceito de restabelecimento da normalidade social, “já se depreende que o paradigma orientador das ações de defesa civil não se define pela compreensão do desastre como expressão social da vulnerabilidade (...)” (MARCHEZINI, 2010, p. 35), pois se parte do pressuposto que há uma ordem normal das coisas e que um evento adverso externo irá desordená-la, o que exigirá um restabelecimento da ordem (VALENCIO, 2010a). Assim, medidas de “assistência humanitária” – como prover com colchões e cestas-básicas – são consideradas suficientes pela defesa civil (IDEM, 2010). Dados do site *Contas Abertas* (2010a; 2010b; 2010c) demonstram que o investimento em prevenção é pífio e sujeito a cortes orçamentários, enquanto o montante destinado aos municípios em situação de emergência e estado de calamidade pública ultrapassa o orçamento previsto, uma vez que esses recursos são liberados por meio de medidas provisórias.³ E ainda, em análise feita por Valencio e Valencio (2010) com base no relatório da Secretaria de Fiscalização e

3. “Situação de emergência é o reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando danos (superáveis) à comunidade afetada” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p. 200). “Estado de calamidade pública é o reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade e à vida de seus integrantes” (IDEM, 2006, p. 196).

Avaliação de Programas do Governo (SEPROG), tornado público pelo Tribunal de Contas da União (TCU), nota-se assimetrias na distribuição de recursos, movidos por interesses de certos grupos políticos. Isto é, constatada-se a ausência de critérios objetivos para a distribuição de recursos para obras de prevenção os desastres.

Surgida num contexto de Guerra, a defesa civil brasileira aplicou um modelo de gerenciar desastres como se estivesse atuando em guerras, em que os civis indefesos deveriam ser protegidos dos ataques (BRASIL, s/d), ou seja, pautou-se desde seu surgimento na concepção de desastre como replicação do modelo de guerra. Mas o desastre não compreende somente as ações de socorro e resgate, pois a sua continuidade, o seu prolongamento se perpetua mesmo após a interrupção do impacto do fator ameaçante, como, por exemplo, chuvas intensas ou prolongadas, quando muitos dos afetados que perderam sua moradia, danificada ou destruída, terão de ocupar os abrigos provisórios ou a casa de parentes/amigos/conhecidos.

Já no que diz respeito aos afetados pelos danos de desastres relacionados às chuvas intensas há uma invisibilidade de problematização na Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Segundo os termos da própria Política, o público usuário dela são os cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como:

Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (BRASIL, 2005a, p. 33).

A PNAS faz apenas uma citação indireta e superficial que subjaz, entre outras coisas, a categoria de afetados pelos danos de um desastre:

Proteção Social – segurança de sobrevivência ou de rendimento e de autonomia, através de benefícios continuados e eventuais que assegurem: proteção social básica a idosos e pessoas com deficiência sem fonte de renda e sustento; **pessoas e famílias vítimas de calamidades e emergências**; situações de forte fragilidade pessoal e familiar, em especial às mulheres chefes de família e seus filhos (BRASIL, 2005a, p. 40), grifo nosso.

Outro documento que também remete à questão de forma implícita é a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS):

Benefícios Eventuais: são previstos no art. 22 da LOAS e visam ao pagamento de auxílio por natalidade ou morte, ou para atender necessidades advindas de situações de vulnerabilidade temporária, com prioridade para a criança, a família, o idoso, a pessoa com deficiência, a gestante, a nutriz e nos **casos de calamidade pública** (BRASIL, 2005b, p. 94), grifo nosso.

Se a própria PNAS afirma que as famílias “*precisam ser compreendidas em seu contexto cultural, inclusive ao se tratar da análise das origens e resultados de sua situação de risco*” (BRASIL, 2005a, p. 37), deixar de problematizar a vulnerabilidade dos grupos recorrentemente afetados em desastres e, por conseguinte, não colocar os desabrigados como grupo que merece específica atenção seria negligenciar as próprias diretrizes pelas quais a PNAS está respaldada. Pois, como discutido anteriormente, o fator ameaçante, como as chuvas, apenas põem em evidência vulnerabilidades que um dia de sol pode mascarar.

Uma das explicações para o não aparecimento do grupo de afetados por desastres na PNAS foi dada por uma técnica do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)⁴ nas discussões da Mesa Redonda “Sistemas Públicos de Proteção Social (MDS)”. Na ocasião, a referida técnica foi indagada a respeito da não problematização na PNAS dos grupos sociais mais vulneráveis às intempéries cotidianas e que são recorrentemente afetados pelos danos dos desastres. Apesar de afirmar a preocupação do Ministério com o tema, como resposta a técnica enfatizou que os atendimentos aos afetados pelos desastres são considerados **emergenciais** e a PNAS está preocupada com o atendimento **permanente**.

Focando-se na leitura dos principais documentos da assistência social brasileira e em sua trajetória de construção como política pública, observa-se que há uma construção histórica dos serviços socioassistenciais visando apagar suas marcas de um assistencialismo passado que agia apenas em **situações de emergência**, em atividades consideradas como de “plantão social”.

4. A Mesa Redonda “Sistemas Públicos de Proteção Social (MDS)” ocorreu no âmbito do 34º Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/ANPOCS, na cidade de Caxambu/MG, em outubro de 2010.

Neste momento, voltamos ao problema de conceituação do que vem a ser o desastre. Se considerarmos o desastre como algo que rompe com a normalidade social pré-existente, assim como faz a defesa civil, o atendimento aos afetados pelos danos do desastre será reconhecidamente um atendimento **emergencial** para recomposição de um cenário que anteriormente ao impacto do desastre é considerado viável, normal. Contudo, se voltarmos para uma conceituação que encara a vulnerabilidade de grupos sociais aos desastres como algo que está presente antes mesmo do impacto de um agente externo, o tipo de atendimento que esta população merecerá receber será de caráter **permanente**. Se a vulnerabilidade é decorrência de uma relação histórica estabelecida entre diferentes segmentos,

para eliminar a vulnerabilidade será necessário que as causas das privações sofridas pelas pessoas ou grupos sociais sejam ultrapassadas e que haja mudança nas relações que os mesmos mantêm com o espaço social mais amplo em que estão inseridos. (...) **Se a vulnerabilidade é uma relação e não uma “carência”, não poderá ser atacada através da oferta compensatória de bens** (ACSELRAD, 2006, p. 2 e p.4. grifo nosso).

Segundo o levantamento documental feito neste trabalho, um dos poucos documentos da assistência social que faz menção direta aos grupos sociais afetados pelos danos de desastres é a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. O Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), em reunião realizada nos dias 11 e 12 de novembro de 2009, aprovou a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, organizada por níveis de complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS): Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade.

Dentre os serviços de proteção social especial de alta complexidade, destaca-se o Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências. Tal serviço tem como objetivo promover o apoio e proteção à população atingida por situações de emergência e calamidade pública, com a oferta de alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. Além disso, procura assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados e o provimento das necessidades verificadas (BRASIL, 2009). Por tratar-se de um documento relativamente novo, foi verificado no município de Ribeirão Preto/SP qual o nível de conhecimento e adequação a esta tipificação, no que diz respeito ao Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Portanto, o discurso institucional, em âmbito nacional, de defesa civil e de assistência social que é válido para reger as práticas profissionais voltadas para a interação com o grupo social afetado em desastres preza pelo restabelecimento de uma normalidade prévia ao momento do impacto da ameaça externa, por vezes, natural.

Agora, faz-se necessário analisar como se configura estes processos sociopolíticos dentro da estrutura democrática de um município, dentro do conjunto de demandas de determinado município. As políticas são construídas de maneira genérica e baseadas em um nível ideal de atendimento. Quando se leva tais políticas para uma dimensão considerada microssocial, por mais que os agentes do Estado estejam imbuídos do discurso institucional, há um conjunto de fatores limitantes da realidade concreta, de condições materiais que permitem ou não dar operacionalidade para tais políticas. Assim, a partir da análise do caso do município de Ribeirão Preto/SP buscar-se-á a análise da práxis (no sentido marxiano), pois se acredita que as políticas de assistência social e defesa civil sejam sistemas abertos para incorporação da práxis dos dois grupos envolvidos nesta análise, quais sejam: sociedade civil (grupos sociais afetados pelos danos do desastre) e agentes do Estado (profissionais da assistência social e defesa civil). Conforme Silva (2005, p. 134-135):

A teoria (...) e a prática (...), formam uma unidade-diversa, ou seja, elas não devem ser identificadas nem pensadas separadamente. A teoria pode qualificar uma prática como crítica, isto é, não repetitiva, não espontânea e pensada; a prática, por sua vez, exige uma teorização concreta, não abstrata, ou seja, debruçada sobre os temas nevrálgicos para a profissão em um dado momento histórico. Embora a intervenção profissional ocorra através de ações práticas, essa última somente potencializa seu lado transformador e propositivo se estiver acompanhada por um apoio teórico consistente. Por outro lado, a teoria se materializa quando se volta para temas concretos que a realidade lhe impõe, propondo alternativas a partir das condições históricas já existentes. Somente assim é possível pensar em uma relação entre teoria e prática que não subestime ou supervalorize o papel dessas duas dimensões, realçando seu potencial transformador e revolucionário, como “concreto pensado”, através da práxis.

A POLÍTICA DE ATENDIMENTO AOS AFETADOS EM DESASTRES: O CASO DO MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO PRETO/SP

Para alcançar o objetivo da análise sociológica do discurso e prática de assistência social em cenário de desastre, as incursões em campo foram

fundamentais no intuito de observar como as categorias foram assimiladas e operacionalizadas, na prática, pelos diferentes agentes do Estado – representados pela Secretária Municipal de Assistência Social e por duas assistentes sociais da prefeitura neste campo realizado no município de Ribeirão Preto. Apreender as categorias, no discurso (pesquisa documental), e observar sua forma de operacionalização, na prática (pesquisa de campo), permitiu vislumbrar a dinâmica de funcionamento das políticas públicas em desastres.

Distante da capital 313 km, Ribeirão Preto localiza-se no Nordeste do Estado de São Paulo, possui uma área de 652,2 km² com uma população total de 603.401 habitantes (IBGE, 2010). O IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), no ano de 1991, era de 0,822, apresentando uma melhora de 4,01% no ano 2000, quando alterou-se para 0,855. A dimensão que mais contribui para este crescimento foi a Educação, com 50,5% (em 1991, o IDH-Educação era de 0,869, passando para 0,918 no ano 2000). A dimensão de Renda teve participação de 25,8% no crescimento, ao passar de 0,798, em 1991, para 0,823 no ano 2000. A dimensão da Longevidade só contribui com 23,7% para o crescimento do IDH do município: no ano de 1991, o IDH-Longevidade era de 0,800 e, no ano 2000, sofreu um pequeno aumento, passando para 0,823. Com estes números, o município possui um IDH superior ao do Estado de São Paulo. A renda per capita média do município cresceu 16,04%, passando de R\$ 465,20 em 1991 para R\$ 539,84 no ano de 2000. A pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 75,50, equivalente à metade do salário mínimo vigente em agosto de 2000) cresceu 45,92%, passando de 5,9% em 1991 para 8,6% no ano de 2000. A desigualdade neste período aumentou no município, o Índice de Gini⁵ passou de 0,53 em 1991 para 0,56 em 2000 (PNUD, 2000). Ou seja, a soma de todos estes dados positivos e negativos de Ribeirão Preto nos indica que houve um crescimento sim, mas assentado numa concentração de renda.

Apesar de ser um município rico, as desigualdades sociais e econômicas são enormes e crescentes e se refletem nas desigualdades territoriais, isto é, nos processos de ocupação do solo. Por isso, para além da inunda-

5. O Índice de Gini mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula). Disponível em: <http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=97>

ção constante do centro da cidade (largamente noticiada pelos órgãos de mídia), atingindo com frequência estabelecimentos comerciais numa área antiga e dinâmica, muitas são as famílias localizadas em assentamentos humanos precários na periferia do município. Essas são recorrentemente afetadas em desastres relacionados às chuvas intensas.

Duas incursões de campo em Ribeirão Preto foram empreendidas: uma no final do ano de 2010 e outra no final do ano de 2011. Na primeira incursão, os dias da pesquisa de campo foram a partir do dia 03 de dezembro de 2010, após uma chuva intensa que alagou vários pontos da cidade, causou danos e desabrigou, aproximadamente, 211 famílias. Na Vila Elisa, na zona Norte do município, 50 moradias foram inundadas, uma vez que a água atingiu mais de 1,5m de altura e os bombeiros precisaram fazer 45 resgates (vide Figura 1)(A CIDADE, 2010a).



Figura 1 Crianças se abrigam sobre o telhado de uma casa na favela da Vila Elisa, em Ribeirão Preto/SP (Foto de F. L. Piton – A CIDADE(2010b)).

Segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, neste evento foram atendidas todas as 211 famílias desabrigadas no que diz respeito ao fornecimento de colchões novos, cobertores, cestas básicas, marmitas, móveis – os móveis foram adquiridos por meio de doações que a população ribeirãopretana forneceu. Oito pessoas ficaram desabrigadas e passaram alguns dias no abrigo CETREM (Central de Triagem e Encaminhamento ao Migrante, Itinerante e Morador de Rua) até que pudessem voltar para suas casas.

No município de Ribeirão Preto/SP, o primeiro lugar visitado pela pesquisadora foi a Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS). Na ocasião, a pesquisadora teve uma audiência com a Secretária Municipal de Assistência Social e esta alertou para a importância da assistência social atuar nos casos de grupos sociais que foram acometidos pelos danos de um desastre, afirmando que *“em tudo que envolve pessoas, a assistência social tem que estar presente”*.

No atual governo, a assistência social criou endogenamente um projeto de defesa civil em adequação metodológica à Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais. Trata-se de um documento intitulado “Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências” que versa sobre o local de atendimento às pessoas afetadas, à capacidade; aos objetivos de tal atendimento; sobre os recursos humanos envolvidos etc. Os objetivos específicos presentes em tal documento são os seguintes:

- ◆ Assegurar acolhimento imediato em condições dignas e de segurança.
- ◆ Manter alojamentos provisórios, quando necessários.
- ◆ Identificar perdas e danos ocorridos e cadastrar a população atingida.
- ◆ Articular a rede de políticas públicas e redes sociais de apoio para prover as necessidades detectadas.
- ◆ Promover a inserção na rede socioassistencial e o acesso a benefícios eventuais.
- ◆ Oferecer meios para capacitação continuada à equipe de trabalho.

(RIBEIRÃO PRETO, 2010, s/p).

Segundo a Secretária, antes da implementação deste programa em Ribeirão Preto, o que competia à assistência social era o chamado “pós-desastre”: *“depois que tivessem lavados as ruas, tivessem baixado as águas e tudo mais a assistente social ia de casa em casa verificar se precisava de colchão, cesta básica, cobertor”* (relato da Secretária Municipal de Assistência Social). Assim, a atual gestão criou este projeto com o intuito de deixá-lo como política pública municipal para as próximas administrações darem continuidade. As metas do programa são as seguintes:

- ◆ minimização de danos causados por perdas parciais ou totais, aos atingidos por situações de emergência e de calamidade pública;
- ◆ estruturação, ampliação e oficialização da equipe intersetorial, que já realiza este serviço no município;

- ♦ realização de reuniões sistemáticas desta equipe, para planejamento de atividades de orientação, prevenção e enfrentamento em situações de eventos adversos.

(RIBEIRÃO PRETO, 2010, s/p).

Especificamente em+ relação ao evento ocorrido no município, no dia 03 de dezembro de 2010, a Secretária informou que

A maioria [das pessoas afetadas pelo desastre em sua moradia] pode voltar para sua casa depois de limpar e tudo mais. Mas, nós tivemos três [pessoas] que nós mandamos para o CETREM [Central de Triagem e Encaminhamento ao Migrante, Itinerante e Morador de Rua]. Lá a gente tem uma ala, onde ficam as mulheres que nós costumamos a deixar meio separado para a família, para a mulher e a criança. A mulher e a criança ficam nessa ala e os homens ficam na ala dos homens. **Porque lá não pode ficar junto.** A gente abriga, mas a mãe, mulheres da família e as crianças ficam numa ala e os homens ficam na ala dos homens. As famílias ficaram apenas na noite do ocorrido, pois no dia seguinte já foram procurar parentes.

A responsabilidade pela compra de colchões, cestas básicas, em caso de atendimento aos afetados pelos desastres, é da assistência social, segundo a Secretária: “*nós até pedimos para a defesa civil do Estado colchões, que deve chegar amanhã, porque acabamos com nosso estoque e recurso*”. Ao ser indagada sobre qual o papel da defesa civil no município de Ribeirão Preto/SP, a Secretária disse o seguinte:

A defesa civil se preocupa com a vida e tudo mais. Agora no pós [enchente] quem cuida deles? É a assistência social. No dia seguinte, como que eles vão fazer comida? Esta é a nossa preocupação...fazer naquela sujeira, naquela coisa. Por isso, a gente tem servido marmitex, conseguido mobilizar restaurantes para doar marmitex. Eu estive lá presente todos os dias e eu senti a necessidade de alguém fazer alguma coisa. E se a gente [entenda-se assistência social municipal] não assumisse esta responsabilidade eles iam ficar sem nada. Por exemplo, a assistência social não tem “chapa” – carregador de móveis. Aí, o que aconteceu? Várias pessoas estavam doando móveis. Nós tivemos que montar um grupo de pessoas dentro da assistência para ir poder buscar essas coisas. Como que a gente ia dar respaldo para a comunidade que estava oferecendo móveis, roupas, mantimentos se a gente não tivesse pessoas para buscar isso? Ai você pode falar: “ah, existe o voluntariado”, sim existe, mas não na hora que você precisa e sim na hora que ele pode. Então,

nós tivemos que recrutar os funcionários que tiveram de se transformar, se doar mesmo. Tenho muito que agradecer aos meus funcionários que ficaram trabalhando sábado e domingo direto. A gente tem que reconhecer. A assistência social neste momento, na vida destas pessoas, foi muito importante.

Na lacuna deixada pela defesa civil, a assistência social é quem tem assumido o momento da resposta ao desastre (reabilitação) e também da reconstrução, já que, segundo informações da própria Secretária, um condomínio de prédios estava sendo construído no bairro Jardim Wilson Toni para receber as pessoas que sofriam recorrentemente com as enchentes na Vila Elisa. E, estaria sob a responsabilidade da assistência social convencer e preparar estas pessoas para a mudança.

O discurso apropriado, em termos de cidadania, que se encontra no documento feito pela assistência social do município, em adequação a Tipificação Nacional dos Serviços de Assistência Social, contradiz o plano da prática no atendimento aos afetados em desastres. Na prática, a partir das observações em campo, nota-se que a atuação da assistência social é uma improvisação de recursos materiais (o carro que não tem; os colchões que não têm) e humanos (funcionários realocados de suas funções). Ao lidar com as famílias desabrigadas, a assistência social parece buscar a volta de uma “normalidade” anterior ao impacto das chuvas. Mais uma vez, assistimos a categoria desastre sendo utilizada como replicação de um modelo de guerra, no qual após o controle da ameaça externa (por exemplo, as chuvas) procura-se o restabelecimento rápido da roupagem anterior de “normalidade”.

Ao utilizarem a Central de Triagem e Encaminhamento ao Migrante, Itinerante e Morador de Rua/CETREM como abrigo provisório para as famílias que tiveram o uso de suas moradias inviabilizado homogeneizam os pobres, tratam os desabrigados como se estes tivessem na mesma situação de vulnerabilidade dos moradores de rua. Este viés de classe, que identifica os grupos sistematicamente afetados nos desastres, evidencia desigualdades sociais mal equacionadas pelas políticas públicas. Sendo assim, a naturalização, a banalização e homogeneização das desigualdades sociais contidas no aparato do Estado faz com que os projetos para a pobreza sejam pobres. Isto é, na ocorrência do desastre, a qualidade das ações de reabilitação colocadas em curso caracteriza-se pelos baixos padrões de qualidade, balizadas na “assistência humanitária” (VALENCIO, 2010b).

Além do mais, esta prática da assistência social com os desabrigados conflita com o primeiro objetivo específico que consta no documento “Ser-

viço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências”, qual seja: “*Assegurar acolhimento imediato em condições dignas e de segurança*”. Separar a família, no contexto de abrigo provisório, não pode ser considerado uma prática adequada e digna, como estudos de Siena (2009) demonstram:

A família foi a última coisa que restou no meio dos vários danos materiais e é com base nela, na sua unidade, que tudo mais pode ser refeito, pois trata-se da instituição primordial de constituição do *habitus*. Porém, quando o Estado fragmenta a própria família, que é reconhecida constitucionalmente como célula da sociedade, e tira a possibilidade dela exercer seus vários papéis, não só na individualidade de cada um que a constitui, mas também na intersubjetividade, rompendo as amarras de entendimento do sujeito com ele próprio e em relação ao outro, faz com que o tipo de sofrimento vivido termine numa indiferença social paulatina que rompe ainda mais qualquer possibilidade de cidadania. Ou seja, o Estado açambarca a família e depois na relação de dominação a fragmenta, já que ele não presta toda a assistência a que se tem expectativa deixando o outro sem a oportunidade de se realizar e prover com base na família (SIENA, 2009, p. 57).

Por indicação da própria Secretária, assistentes sociais que trabalharam no desastre aqui retratado foram entrevistadas. Uma das entrevistadas trabalha em dois órgãos da assistência social: um é o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS-2) e o outro é o Núcleo Administrativo do Simione. Ela era a principal referência de atendimento àquela população afetada, já que o CRAS-2 é quem presta assistência às famílias da Vila Elisa, onde se encontram a maioria dos afetados pelas enchentes do dia 03 de dezembro.

Como a referida assistente social tem trabalhado permanentemente com as famílias da Vila Elisa, pôde nos contar como estava sendo o trabalho de preparação para que essas pessoas saíssem de suas casas na Vila Elisa e fossem ocupar apartamentos no Jardim Wilson Toni – vale ressaltar que à época da entrevista as famílias ainda não haviam sido realocadas.

Ao indagá-la sobre como eram as atividades de preparação das famílias para a mudança de residência os seguintes comentários foram tecidos pela assistente social:

A mudança de local eles estão aceitando, só que o nosso trabalho maior é porque vai ser apartamento. Eles querem casa. Mas, o pro-

grama Minha Casa Minha Vida, de até 3 salários mínimos, que enquadra a nossa população, é apartamento. Por isso, vamos começar o trabalho social por isso, estamos organizando o material (...) Na favela, no assentamento precário eles não têm o hábito de pagar luz, de pagar água, jogam o lixo no córrego. Só que agora eles vão para um apartamento. Então, o que a gente vai fazer? E, ainda, eles têm muita criação: galinha, porco, cabra, cavalo, papagaio, cachorro. Estamos montando o material, fazendo um videozinho mostrando o apartamento e eles nas favelas, mostrando o contraste. Mas, se fosse casa, o trabalho seria bem mais fácil. Agora, um apartamento de 42m², onde o tanque fica ao lado da pia da cozinha (...) eu fico pensando: onde eles vão estender a roupa? Eu ainda não consegui achar o espaço para isso não.

E a preocupação da assistente social com o tipo de trabalho que estava realizando era legítima porque a resistência das famílias em relação aos apartamentos pode comprometer o processo de realocação para o novo bairro. Aqui, assistimos uma política criada em âmbito nacional (Minha Casa Minha Vida) atingir diretamente o trabalho das assistentes sociais de Ribeirão Preto/SP e impactar na vida dos cidadãos que dela irão fazer uso. Neste caso, a relação entre a política criada em âmbito nacional e a sua aplicação em âmbito local é conflituosa, pois a Política Nacional não considera a especificidade do local.

Além disso, nas entrevistas com as assistentes sociais, era nítido o cansaço pelo acúmulo de tarefas no exercício da profissão. No município de Ribeirão Preto, não há uma Secretaria de Habitação. Assim, segundo uma das entrevistadas, muitas demandas que têm surgido da área da habitação estão sendo supridas por oito técnicas da Secretaria de Assistência Social há dois anos. Tanto que uma das assistentes sociais reclamou da sobrecarga de trabalho.

Segundo os relatos das assistentes sociais, o trabalho delas no momento pós-impacto das chuvas (reabilitação) tem sido, primordialmente, o cadastramento das famílias. Assim, contabilizam-se as perdas e estimam-se os bens essenciais que este grupo necessitará para o devido provimento. Este trabalho balizado na “assistência humanitária” que identifica a carência, não o direito, e supre num nível mínimo tem se sobressaído ao trabalho que deveria ser essencial para a assistência social e defesa civil, qual seja: a reconstrução de uma territorialidade adequada, em uma moradia que garanta a segurança e os termos de sociabilidade pelos quais as famílias estão ancoradas. Assim, apenas o deslocamento destas populações de um bairro para o outro não garantirá a proteção de seus direitos

(à moradia, à alimentação, à saúde, à educação, à segurança); pelo contrário, poderá ferir ainda mais o acesso a alguns deles (como veremos no subitem a seguir).

A MUDANÇA DE ENDEREÇO E A PERMANÊNCIA DAS VULNERABILIDADES DOS AFETADOS EM DESASTRES

Para compreender como a mudança de endereço dos afetados em desastres em Ribeirão Preto/SP resultou na permanência de suas vulnerabilidades e, também, na criação de novas, uma segunda incursão em campo se deu, no final do ano de 2011, pouco tempo após as famílias, da Vila Elisa, terem sido realocadas para o Jardim Wilson Toni (vide figura 2). Nesta segunda incursão a campo optou-se pelo não acompanhamento de assistentes sociais na realização das entrevistas para que os entrevistados se sentissem mais à vontade para expressar, em seus depoimentos, suas opiniões em relação ao meio técnico envolvido na adoção daquela medida recuperativa. Os moradores foram interpelados de forma aleatória pela pesquisadora, nas ruas do bairro, e alguns deles abriram as portas de suas casas para a realização das entrevistas.



Figura 2 Conjunto de condomínios prediais no Jardim Wilson Toni, Ribeirão Preto/SP (Autor: Mariana Siena, nov. 2011).

Observa-se, no caso destas famílias, que a mudança para um bairro que não sofresse com as enchentes não solucionou os problemas, pelo contrário, criaram-se novos. Os entrevistados queixaram-se das altas contas de luz, de condomínio e da parcela da casa que agora tinham de pagar.

Nota-se que essas famílias foram inseridas em uma lógica que não fazia parte de sua realidade. Onde moravam, não havia conta de água, e, de modo repentino, se viram endividadas e sem dinheiro para a alimentação digna da família.

A gente paga o aluguel, paga o condomínio, paga a luz (...) a gente tem que pagar muita coisa, o condomínio vai aumentando todo mês! **Como é que a gente vai fazer para comer?** Três meses que nós estamos aqui pra ir aumentando tudo? Pagar condomínio todo mês? Como é que o pobre vai comer? Eu não tenho cama, meu guarda-roupa quebrou, como é que a gente vai comprar? Eu gosto daqui, gosto da vista, mas não tem como comer. Lá [no antigo bairro que morava] eu não passava apertada não! Falaram que iam mandar uma cesta, já faz 25 dias e até agora não chegou. É 5 quilos de arroz, atum, molho...uma cesta até que dá pra ajudar, **mas e a mistura? Ou come ou paga conta** (entrevistado 1).

Eu acho que a gente não merece sair de um lugar que não pagava nada e **comia bem** e agora pagar esse monte de conta (entrevistado 2).

(...) como eu sofro de ver meu menino pedir as coisas [coisas relacionadas à alimentação]. Eu acho que eles deviam sim ter tirado os pobres de lá, mas **não deviam cobrar o tanto que eles estão cobrando** (entrevistado 3).

Somando-se ao endividamento, está a falta de infraestrutura pública no novo bairro. Alguns entrevistados reclamaram da distância da escola em relação à nova moradia: *“eles queriam colocar meu filho lá ‘adiantão’ [longe], eu não tenho saúde nem dinheiro para levar esse menino (filho de 9 anos). Reclamamos, veio até reportagem, aí agora vem um ônibus buscar”* (entrevistado 1).

Se o problema em relação ao transporte escolar para as crianças foi resolvido, a distância do posto de saúde ainda é algo que dificulta o tratamento dos residentes no Jardim Wilson Toni. Um dos entrevistados sofre de dores crônicas em um dos pés – quadro que o fez aposentar por invalidez – e precisa se deslocar até ao posto de saúde para pegar a receita de seu analgésico. E não só: precisa se deslocar do posto de saúde, munido da receita, até outra localidade para adquirir o remédio. Este “calvário”, assim denominado pelo próprio entrevistado, se repete todo mês desde que se mudou para lá.

Não bastassem os novos problemas enfrentados por estas famílias, elas ainda convivem sob uma ordem ditada pelos grupos ligados ao tráfico. O bairro, de onde vieram, era dominado por tais grupos e a mudança

de bairro, contudo, não mudou este antigo cenário. Um dos moradores nos mostrou o “agradinho”, assim denominado, para que o botijão de gás que adquiriu – o qual ficava na parte externa do edifício residencial – não fosse roubado (vide Figura 3). Segue o relato:

Eu fiz o ‘agradinho’ para não roubar o meu bojão, porque tavam roubando muito. Só que eles até cobraram barato, olha aqui [entrevistado mostrou o comprovante do ‘agradinho’, vide Figura 4], agora ele já tá cobrando 60, 40 reais.



Figura 3 Vista da área comum onde ficam armazenados os botijões de gás dos moradores do Jardim Wilson Toni (Autor: Mariana Siena, nov. 2011).

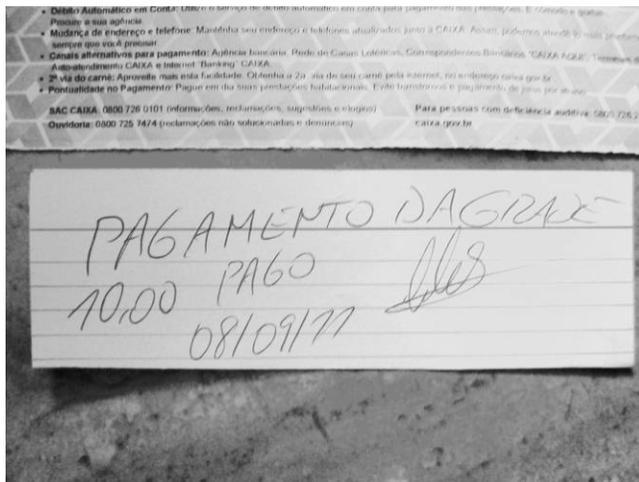


Figura 4 Documento que garante ao morador não ter o seu botijão de gás furtado (Autor: Mariana Siena: nov. 2011).

Assim, além dos moradores pagarem as contas tidas como oficiais (luz, condomínio, parcela da casa), passaram a se enquadrar nessa outra ordem, que também tem sua própria burocracia.

A sociabilidade rural, na qual viviam anteriormente na Vila Elisa, tem conflitado com a lógica de condomínio imposta para esses moradores. O livre acesso de vizinhos, “*uns nos terreiros dos outros*”, não é mais possível na lógica condominial. Muitos reclamam que os portões fechados inviabilizam a entrada e saída de vizinhos/amigos, conforme o relato a seguir:

Eu achei errado ele [síndico] trancar o portão. Fica trancado 24 horas e as pessoas começam a pular a cerca. Trancaram por excesso de muita gente, mas os que moram aqui são amigos dos de lá. Os de lá vem pra cá, aí fica pulando a cerca porque é longe pra vir ficar abrindo o portão (entrevistado 1).

Para a classe média e alta, no contexto urbano das grandes cidades e de naturalização das desigualdades sociais, viver em um condomínio significa se proteger dos perigos da cidade (assaltos, sequestros, furtos) e garantir a preservação de seu patrimônio imobiliário. Para os moradores do Jardim Wilson Toni o viver em condomínio não é garantia de nenhuma destas coisas, pois eles vivem sob uma ordem que os obriga a pagar um “agradinho” para manterem seus botijões de gás incólumes. Então, qual o sentido, para essas pessoas, de se manter o portão do condomínio fechado?

CONCLUSÕES

Frente ao objetivo de analisar sociologicamente as lógicas subjacentes a forma como a política de atendimento aos afetados em desastres tem se concretizado, pode-se concluir que os processos sociopolíticos envolvidos no tratamento de populações que vivenciam desastres estão incrementando sua vulnerabilidade. A rapidez com que se repetem os desastres não tem sido acompanhada pelas ações do poder público municipal de, por exemplo, levar as famílias afetadas para localidades mais seguras. E não somente encaminhar para localidades mais seguras em relação às intempéris cotidianas, como também para localidades que respeitem os termos de sociabilidade pelos quais esta população está ancorada e que garantam uma vida digna.

A lógica subjacente à forma como a política de atendimento aos afetados em desastres tem sido concretizada não permite uma abordagem institucional focada na proteção dos direitos da pessoa humana, no que se refere à construção de padrões de igualdade. Os **direitos humanos**

constituiriam a medida de atendimento aos grupos sociais vulneráveis diante do impacto das chuvas intensas e não as **necessidades**. Fora do escopo da cidadania, o atendimento a estas populações será nada mais que a “gestão da pobreza”.

As políticas de atendimento aos afetados em desastres estão enredadas num contexto maior, no qual o Estado, por meio de suas várias frações, lida com a situação de **vulnerabilidade** dos grupos sociais afetados em desastres como sendo a situação de **normalidade**. Isso porque se trata de um Estado que trata a chamada “questão social” contaminado por uma visão de mundo que é inerentemente excludente, com viés de classe, fazendo com que a qualidade das ações de reabilitação colocadas em curso caracterize-se pelos baixos padrões de qualidade, balizadas na provisão das necessidades consideradas básicas (colchão e cesta-básica). Por fim, enquanto a persistência da vulnerabilidade for tratada como a situação normal as políticas de atendimento aos afetados em desastres continuarão precárias.

REFERÊNCIAS

A CIDADE. Temporal alaga ruas, casas e para Ribeirão. *Caderno Cidades*. Ribeirão Preto, 04 dez. 2010a. Disponível em: <<http://www.jornalacidade.com.br/editorias/cidades/2010/12/04/temporal-alaga-ruas-casas-e-para-ribeirao.html>>. Acesso: 04 dez. 2010.

_____. Veja fotos das áreas alagadas em Ribeirão Preto nesta sexta-feira. *Galeria de Imagens*. Ribeirão Preto, 04 dez. 2010b. Disponível em: <<http://www.jornalacidade.com.br/editorias/cidades/galerias/2010/12/03/veja-fotos-das-areas-alagadas-em-ribeirao-preto-nesta-sexta-feira.html>>. Acesso: 04 dez. 2010.

ACSELRAD, H. *Vulnerabilidade Ambiental, processos e relações*. Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.justicaambiental.org.br/projetos/clientes/noar/noar/UserFiles/17/File/VulnerabilidadeAmbProcRelAcsehrad.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2012.

ADGER, N. W. Vulnerability. *Global Environmental Change*, Elsevier, v. 16, p. 268–281, 2006.

BLANKIE, P et al. Vulnerabilidad: el entorno social, político y económico de los desastres. *Red de Estudios Sociales em Prevención de Desastres em América Latina*. Santafé de Bogotá: La Red, 1995. Disponível em: <<http://www.crid.or.cr/digitalizacion/pdf/spa/doc8400/doc8400.htm>>. Acesso em: 03 out. 2008.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. *Retrospectiva Histórica da Evolução da Defesa Civil no Brasil*. s/d. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/historico/retrospectiva.asp>>. Acesso em: 20 mar. 2012.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010*.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: MDS, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social/PNAS 2004*. Brasília: MDS/SNAS, 2005a. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/menu_superior/publicacoes>. Acesso em: 24 set. 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social -NOB/SUAS*. Brasília: MDS/SNAS, 2005b. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/suas/menu_superior/publicacoes>. Acesso em: 10 ago. 2010

CONTAS ABERTAS. *Chuvvas: governo gastou apenas 21% com prevenção a desastres em 2009*. 05 jan. 2010a. Disponível em: <<http://contasabertas.uol.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspx?Id=2948>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

_____. *Metade dos recursos de prevenção a desastres foi para a Bahia*. 06 jan. 2010b. Disponível em: <<http://contasabertas.uol.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspx?Id=2949>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

_____. *Verba de prevenção a desastres cai pela metade em 2010*. 08 jan. 2010c. Disponível em: <<http://contasabertas.uol.com.br/WebSite/Noticias/DetalheNoticias.aspx?Id=2951>>. Acesso em: 10 jan. 2010.

GILBERT, C. Studying disaster: changes in the main conceptual tools. In: QUARANTELLI, Enrico L. *What is a disaster? Perspectives on the question*. London; New York. Routledge, 1998. p.11- 18.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado da Defesa Civil. Subsecretaria Adjunta de Operações. Instituto Tecnológico de Defesa Civil. Escola de Defesa Civil. *Administração para Abrigos Temporários*. Rio de Janeiro: SEDEC-RJ, 2006.

IBGE/Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. MUNIC/Pesquisa de Informações Básicas Municipais. *Perfil do Municípios Brasileiros: assistência social 2009*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LIEBER, R. R., ROMANO-LIEBER, N. S. Risco e precaução no desastre tecnológico. *Cadernos de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 67-84, 2005.

MAIA, D.; PITTON, S. Caracterização das Enchentes na Área Urbana de Ribeirão Preto (SP): um enfoque através das notícias de jornal. *Revista Geografia*, América do Norte, n. 34, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/ageteo/article/view/3177>>. Acesso em: 02 fev. 2011.

MARCHEZINI, V. *Desafios de Gestão de Abrigos Temporários: uma análise sociológica de inseguranças e riscos no cotidiano de famílias abrigadas*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2010.

MARTINS, J. S. *Sociologia da Fotografia e da Imagem*. São Paulo: Contexto, 2008.

QUARANTELLI, E. L. Epilogue: Where we have been and where we might go. In: _____ (ed.) *What is a disaster? Perspectives on the question*. London; New York, Routledge, 1998. p. 234-273.

QUEIROZ, M.I.P. *Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1991.

RIBEIRÃO PRETO. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Assistência Social. *Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e Emergências*. Ribeirão Preto: SEMAS, 2010.

SIENA, M. *A Dimensão de Gênero na Análise Sociológica de Desastres: conflitos entre desabrigadas e gestoras de abrigos temporários*. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Pro-

- grama de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2009.
- SILVA, J. F. S. da. Teoria e Prática no Trabalho Profissional do Assistente Social: Falsos e Verdadeiros Dilemas. *Revista Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 14, n. 2, p. 133-154, 2005.
- VALENCIO, N. O desastre como *locus* da barbárie: apontamentos sobre o caso brasileiro. In: _____ (org). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. Volume II. São Carlos: RiMa Editora, 2010a. p. 31-52.
- _____. Desastres, ordem social e planejamento em Defesa Civil: o contexto brasileiro. *Saúde e Sociedade*, v. 19, n. 4, p. 748-762, 2010b.
- _____. Da 'área de risco' ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V.; GONÇALVES, J. C. (orgs). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 34-47.
- VALENCIO, N. et al. Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de defesa civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 96-108, 2006.
- VALENCIO, N; VALENCIO, A. O Guardador do Portal de Hades: elementos sociopolíticos para uma análise acerca do enfrentamento institucional dos desastres no Brasil. In: VALENCIO, N (org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. Volume II. São Carlos: RiMa Editora, 2010.

CAPÍTULO IV

MEMÓRIA E PRÁTICAS SOCIAIS DE IDOSOS EM TORNO DO TEMA DOS RAIOS: O CASO DE SÃO CAETANO DO SUL/SP

Juliana Sartori

INTRODUÇÃO

O medo e o mistério associados aos fenômenos que advêm da natureza constituem parte do imaginário humano. Desde os primórdios, no âmbito das diversas sociedades, as pessoas buscam explicações para seus medos, e hoje, condicionam suas práticas ao tamanho do temor a certos acontecimentos, situações e afins. Os raios são um desses elementos que atemorizam muitas sociedades, sejam os indivíduos ou os grupos nos quais estejam vinculados. Contudo, as representações sobre os raios, vinculadas às diversas tradições, são variadas, moldando condutas que, com o passar do tempo, se tornam naturalizadas. Por outro lado, as representações de cunho científico tendem a moldar outras tantas.

O presente texto tem por objetivo analisar o imaginário social de idosos residentes no município de São Caetano do Sul/SP acerca dos raios. Busca-se evidenciar, nesse estudo, a imbricação dos discursos, das crenças e valores que compõem a memória do referido grupo em relação aos raios, uma vez que o município possui incidência significativa de descargas elétricas. Por mais que consideremos, na atualidade, o senso-comum e o discurso técnico científico como dois universos desagregados, pretende-se analisar, sociologicamente, por meio de um estudo do imaginário, como ambos coexistem na vida cotidiana e nas práticas sociais do referido grupo. Tais práticas derivam da interpretação cultural do fenômeno atmosférico de descargas elétricas, assim como dos estados emocionais e das relações intersubjetivas ocorrentes durante as tempestades, passadas e recentes, entre outros.

O Brasil destaca-se como o país com o maior número de descargas elétricas no mundo, gerando, anualmente, vultosos danos em todo o país. Um estudo feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) comparou a incidência de descargas elétricas nos municípios brasileiros e identificou que, em São Caetano do Sul, no período de 2005/2006, houve a maior incidência de raios por km² no Brasil com a incidência de 12,1528 raios/km²/ano. Já no período de 2008/2009, as estatísticas do INPE demonstram que o município foi o segundo colocado com 12,1919 raios/km²/ano. É de significativa importância mostrar que no ano de 2009/2010, o número de descargas elétricas foi de 22.8189 raios/km²/ano. Sendo assim, deve-se enfatizar que houve um crescimento de 93,5% do número de descargas elétricas no município, no período de 2008 até 2010. Por esse fato, selecionamos o referido município para realização da pesquisa documental e de campo.

O município de São Caetano do Sul está situado a sudeste (SE) da capital do estado de São Paulo. O número de habitantes é estimado em 152.093 habitantes em uma área de 15,36 km², em que a população de idosos representa em média 16% da população, ou seja, 22.430 habitantes (IBGE, 2001). O município possui o elevado nível de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0,919 (PNUD, 2000).

O desastre é considerado como uma ruptura da rotina de vida em um dado meio social e contexto espaço-temporal. Os desastres articulam *prejuízos materiais, morais, físicos e emocionais* (VALENCIO, 2009, p. 37). E ocorrem tanto como um fenômeno social, quanto como um acontecimento físico (SIENA; VALENCIO, 2009). Por isso, existe uma dificuldade das descargas elétricas se configurarem como incitadores de desastres, já que as ocorrências e seus efeitos constituem-se de maneira *pulverizada*. Ou seja, o desastre causado pelas descargas elétricas está fragmentado em diversas localidades, mas os raios, da nuvem para o solo, são a principal causa de morte por fenômenos naturais após as enchentes (PINTO, 2008). Nos casos de desastres causados por enchentes, deslizamentos de terra, entre outros, a vulnerabilidade precedente de um grupo pode ser mais perceptível por concentrar-se em um determinado território. A vulnerabilidade em relação aos raios é um foco crescente de preocupação da esfera pública, porém, nem sempre na forma como é comunicado pelos órgãos de emergência à população.

Esse estudo se caracteriza como pesquisa social de base qualitativa. Consiste em três partes, a saber: na revisão bibliográfica, na pesquisa documental, e na pesquisa de campo. A revisão bibliográfica consistiu na busca dos autores significativos em torno dos principais temas da presente pesquisa: Memória, Representações Sociais e Imaginário Social. A

pesquisa documental consistiu em análise de registros e fontes providas pela Fundação Pró-Memória do município de São Caetano do Sul e na visita ao Museu Histórico Municipal. E, por fim a pesquisa de campo consistiu em entrevistas feitas com os idosos contatados pela autora em três Centros de Convivência da Terceira Idade existentes no referido município. São eles: (A) o Centro de Convivência João Nicolau Braidó (CEC); (B) Centro Educacional e Recreativo para a Terceira Idade Moacyr Rodrigues (CERTI); (C) o Centro Educacional e de Convivência Francisco Coriolano de Souza.

MEMÓRIA E IMAGINÁRIO SOCIAL

Inicialmente, quando refletimos sobre o que é imaginação, a vinculamos a algo íntimo, que acreditamos ser produto de nossos sonhos. O que devemos nos ater, no momento, é que o que imaginamos nem sempre é reflexo dos devaneios mais profundos de nossa alma. A imaginação é, também, algo particular, que constitui a subjetividade, e está vinculada ao grupo social ao qual pertencemos. Logo, a compreensão do imaginário não se desvincula do contexto histórico, social, econômico em que o indivíduo está inserido; ou seja, não podemos compreender um universo simbólico sem penetrar nas dimensões culturais que amoldam o sujeito analisado.

Os estudos sobre o imaginário social de idosos não podem se desvincular do estudo sobre memória, pois como bem nos lembra Bosi (1979), os velhos são os *guardiões do passado*. Os mais velhos, a partir de suas experiências, retomam as tradições e lembranças de um tempo longínquo e as insinuam como algo vivo nos meandros do presente. Pela memória dos idosos, percebem-se as transformações ocorridas no espaço, na história, nas instituições, nos papéis sociais e no imaginário social ao longo das gerações.

Inicialmente, a lembrança pode ser compreendida como “*a representação de um objeto ausente.*” (BERGSON, 2006, p. 275). De acordo com Bosi (1979), o verdadeiro propósito de Bergson é elucidar a forma como o passado conserva-se e articula-se com o presente. A maneira que notamos o mundo ao nosso redor, para Bergson, é individual. E as *reações motoras e excitações sensoriais* são proporcionadas pelo sistema nervoso, constituindo a relação do nosso corpo com o universo.

O presente configura-se como um *estado de nosso corpo*, enquanto algo *sensorial e motor* (BERGSON, 2006). Assim, a seleção de uma determinada lembrança, por meio da percepção imediata, emerge a *luz da consciência*. Esse ponto é essencial na diferenciação entre Halbwachs (2006) e Bergson que iremos nos ater, no momento.

Halbwachs debruça seu esforço intelectual para compreender a existência da memória que, para ele, está além de uma relação sensorial e

motora do corpo com o ambiente em que vivemos. O autor propõe a existência da memória coletiva, que influencia e contempla as nossas memórias individuais. Nesse sentido, “*não há lembranças que não reaparecem sem que de alguma forma seja possível relacioná-las ao grupo*” (HALBWACHS, 2006, p.40). Nesse sentido, Halbwachs afasta-se de Bergson por considerar a evocação de uma determinada lembrança, como reflexo das representações constituídas socialmente.

Para Halbwachs, o que é selecionado em nossa memória não é algo que controlamos conscientemente. Há uma dificuldade em perceber a influência da coletividade no que recordamos, pois o que se lembra nos parece particular. Uma “*corrente de pensamento*” social normalmente é tão invisível quanto a atmosfera que respiramos” (HALBWACHS, 2006, p.46). O autor propõe, em sua análise, que a lembrança individual está vinculada à memória social do grupo no qual o sujeito faz parte. Para ele,

a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo ao presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora já saiu bastante alterada (HALBWACHS, 2006, p. 91).

Halbwachs não negligencia a permanência intacta do passado em nosso inconsciente, mas não considera que possa existir uma reprodução exata de uma lembrança, pois a nossa forma de ver o fenômeno passado modifica-se ao longo do tempo. A memória deixou de ser uma resposta a estímulos sensoriais, para incorporar algo que lhe é exterior, que estrutura e fundamenta a percepção do mundo que nos cerca. O conceito de percepção no pensamento de Halbwachs configura-se como algo imposto ao grupo, que faz parte de um intenso e constante processo de *disciplina* (social).

Tudo o que nos lembramos e que se torna importante para nós é construído socialmente, por meio do processo de disciplina social, e relaciona-se com a preocupação atual de um determinado grupo, como um acontecimento histórico significativo. Ou seja, quanto mais estamos envolvidos em um determinado grupo social, mais nos aproximamos de sua memória.

O pensamento de Halbwachs pretende, portanto, mostrar que “*cada memória individual é um ponto de vista da memória coletiva*” (HALBWACHS, 2006, p.69).

A particularidade de nosso pensamento, para o autor, está infiltrado em um extenso grau de complexidade, que se vincula a algo múltiplo. Ou seja, estamos, a todo o momento, evocando outras memórias para referirmos ao que é nosso. O pensamento individual parece não existir em si

mesmo, por ser reflexo de uma coletividade. O que pensamos, sentimos e fazemos está anexado ao corpo social do qual fazemos parte.

Inspirada por Halbwachs, Mancuso (1998) considera que o ato de rememorar é constituído coletivamente:

(...) o único estado de consciência puramente individual é a imagem, destacada da palavra. Não há, porém, lembranças às quais não correspondam palavras, assim como não há palavra que não contenha lembranças (MANCUSO, 1998, p. 24).

Nesse caso, a subjetividade da memória só existe na construção da imagem. O que parece sucumbir o indivíduo no processo de construção do pensamento.

Para Mancuso, “*as vivências subjetivas são fortemente marcadas pela cultura*” (MANCUSO, 1998, p. 35). O fato de a cultura influenciar nossas preocupações presentes, e conseqüentemente, o que lembramos, não quer dizer que a única característica puramente individual consistiria na *imagem* da lembrança. Nesse aspecto, a subjetividade permanece obscura no pensamento de Halbwachs.

Michael Pollak (1989) modifica o plano de análise sobre a memória e critica a abordagem teórica inserida na obra de Halbwachs:

Halbwachs não percebe a memória coletiva como uma imposição (forma específica de dominação e violência simbólica), pois para ele, as hierarquias e classificações da memória coletiva são dotadas de um sentimento de pertencimento que reforça as fronteiras sócio-culturais. Como se fosse algo coeso, e existisse uma conciliação entre memória coletiva e individual (POLLAK, 1992, p.4).

O autor nos mostra a influência durkheimiana na obra de Halbwachs ao considerar a memória enquanto um fato social, e coloca que a proposta atual em torno dos estudos da memória consiste em

analisar como os fatos sociais se tornam coisas, como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade. Aplicado a memória coletiva, essa abordagem irá se interessar, portanto, pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e formalização das memórias (POLLAK, 1989, p.4).

Não nos cabe contrapor ao fato que reconstruímos o presente de acordo com as representações constituídas coletivamente. Importa-nos considerar que o passado se conserva da forma que convém ao indivíduo. Assim,

a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado. (...) A memória é, em parte, herdada, não se refere apenas à vida física da pessoa. A memória também sofre flutuações que são funções do momento em que ela é articulada, em que está sendo expressa. (POLLAK, 1992, p.4)

A memória, para Pollak (1992), se estrutura de acordo com as preocupações pessoais e políticas que caracterizam um determinado momento. O autor estabelece três critérios que, direta ou indiretamente, influenciam e constituem nossa memória: *os acontecimentos* – que caracterizam a memória que herdamos do grupo ao qual pertencemos ou mesmo a memória dos acontecimentos que vivemos pessoalmente – *personagens* e *os lugares*.

Para Pollak, as preocupações presentes constituem-se como elementos responsáveis na estruturação da memória. Sendo assim, a memória seria como um “*fenômeno construído social e individualmente*” (POLLAK, 1996, p. 5).

Por influência do pensamento de Pierre Bourdieu, Pollak (1992) considera a memória como um processo que integra a objetividade e a subjetividade. O indivíduo realiza, portanto, um intenso trabalho psicológico que consiste, a todo o momento, no “*controle de feridas, tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e as suas lembranças pessoais*” (POLLAK, 1989, p. 12).

Por meio da conciliação das memórias oficiais com as individuais, existe uma intensa contradição em que a memória se configura. Ou seja, pelos desencontros, pelas constantes rupturas, construções e reelaborações do passado que a memória acontece. A memória não permanece intacta, nem coesa, pois ela é uma constante representação de algo que já vivemos. Ao longo de uma história comum e dinâmica “*a memória, no entanto, não é um patrimônio definitivamente constituído; ela é viva precisamente porque nunca está acabada*” (GODÓI, 1999, p. 147).

HISTÓRIA ORAL NO CONTEXTO DA MODERNIDADE

A história em constante construção modifica o conceito da memória solidificada e precisa. A história é vivenciada por meio das relações cotidianas.

O pensamento de Martins (2008) ultrapassa a compreensão da modernidade brasileira em sua homogeneidade, que caracteriza a pretensão da globalização. O contexto da modernidade no Brasil configura-se de maneira única, pois “*nossa autenticidade está no inautêntico*” (MARTINS, 2008, p.29). Assim, pretende-se mostrar que o moderno foi incorporado pela nossa cultura, não de forma integral, mas *desfigurada*. A proposta do autor seria compreender a forma como “*o moderno e os signos da modernidade são incorporados pelo popular*” (MARTINS, 2008, p. 29).

Nas relações cotidianas, “*no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais*” (MARTINS, 2008, p. 52).

Para adentrarmos na proposta teórico-metodológica de Martins, é importante compreendermos a vida privada e cotidiana. Há um distanciamento do autor em considerá-la como algo banal ou indefinido, ou mesmo enquanto *rotina dos usos e costumes*. Para ele, a vida privada e cotidiana constitui-se enquanto processo. Ou seja, o cotidiano está diretamente relacionado com o contexto histórico no qual fazemos parte.

O que nos basta, por ora, é compreender como Martins introduz a memória na etnografia do cotidiano. Para ele, a memória

se inscreve e se constrói no cotidiano. Ao mesmo tempo em que apreendemos a memória através do imaginário, do senso-comum, construímos memórias através de nossas relações cotidianas que se perpetuam nos gestos, sentimentos e atitudes.” (MARTINS, 2008, p.129).

Para penetrar nesse imaginário que se concretiza por meio dos gestos, dos cheiros, do modo de falar, é necessário perceber que

a nossa rotina de vida é feita de sobressaltos, do vai-e-vem do cotidiano ao não cotidiano, ao mágico, ao religioso. É um cotidiano inconstituído, apenas evidenciado na realidade vivida da imensa maioria da população (MARTINS, 2008, p. 93).

A proposta de mergulhar no mundo do homem simples mostra uma nova perspectiva, que segue à margem da História Oficial. Para complementar a história documental, é importante contemplar a vida cotidiana e, junto a ela, o senso-comum. É importante conceituarmos senso-comum, pois este não deve ser compreendido como algo *destituído de verdade*, mas algo enquanto *conhecimento partilhado* entre os membros de um determinado grupo social (MARTINS, 2008). O homem simples deve ser considerado como agente da História. Assim, a importância de trabalhar com memórias é que “o relato oral transforma objetos de estudo em sujeitos” (ALMEIDA, 2001, p. 62).

RELATOS DO COTIDIANO: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DOS RAIOS

A fim de ilustrar o imaginário social de idosos sobre os raios, trazemos os principais relatos colhidos a partir das entrevistas realizadas no município de São Caetano do Sul, em novembro de 2010.

Quando adentramos, especificamente ao tema da pesquisa, foi perguntado aos idosos se, em sua infância, as pessoas de sua família tinham medo das grandes tempestades e o que faziam para se proteger:

se ela (a mãe) estava com alguma coisa, faca, tesoura ela jogava até no quintal. Primeira coisa que ela fazia. E sempre ensinou nós a falar assim: (silêncio) (...) e agora, eu esqueci. *Anjinho da guarda bendito companheiro do senhor, senhor te encomendou que te revistes e embalastes; A minha alma guardastes com festas e alegria.* Ainda lembro de coisa de pequeno, hein? (Pesquisadora: que legal; E sua mãe jogava tudo fora?) Jogava, depois tinha que ir buscar (risos). Diz que atrai o raio os negócios metálicos, né? (...) Acho que é uma coisa que tem que respeitar, não precisa estar agradando, mas tem que respeitar, né? (Entrevistado A, 79 anos).

ela (a mãe) não deixava a gente mexer com tesoura, com faca, não deixava a gente mexer com nada. (...) espelho era mais que ela cobria. (...) ela falava que o espelho chamava o raio, e eu dava risada, tadinha. (...) Quando dava trovoada muito forte, ela pedia pra gente rezar com ela, a gente rezava. (...) o Pai Nosso, Ave Maria, naquele tempo era o que mais se rezava (Entrevistada L, 72 anos, Centro de Convivência A).

não se ligava rádio, TV já não tinha, não se passava roupa, não se mexia em nada de eletricidade, nada de cobre, longe das tomadas (...) rezava o Pai Nosso e Ave Maria pra Santa Bárbara pra acalmar a chuva. Principalmente, quando estava chovendo muito forte e a gente precisava ir a escola, a gente pegava ovo, punha na árvore e rezava, e aí passava a chuva. E, às vezes, passava por coincidência e a gente achava que era aquilo. (...) nós subíamos em cima da árvore com o ovo e deixava lá, rezava o pai Nosso e Ave Maria, e pedia pra passar a chuva, pra agente poder sair (Entrevistado J, 75 anos, Centro de Convivência A),

naquela época, acho que não tinha pára-raios, né? Pára-raios segura? Antes tinha bastante trovoadas. (...) a gente também tinha medo, quando tinha chuva forte, a gente não saía de dentro de casa. (...) Tinha uma época, quando era muito vento e a tempestade muito forte, não é lenda não. Antes os antigos eram muito católicos, minha mãe, quando era sexta-feira santa, ela pegava palmas e ia benzer na igreja. A palma que sobrou do ano anterior ela guardava, ela colocava dentro de uma frigideira com carvão, o fogão era à lenha. E queimava a palma, e saía uma fumaçinha, e isso acalmava a tempestade. Eu não sei se a gente ficava com aquilo na

mente, mas parecia que acalmava mesmo (Entrevistada O, 75 anos, Centro de Convivência B).

Ela (a mãe) dizia pra todo mundo ir pra debaixo da mesa, ou pra rede, pra gente se cobrir lá do pé a cabeça, não sei por que... cobria espelho, não podia ter espelho descoberto. Toda vez cobria, por que diz que puxa o raio. Minha mãe, quando ia na missa, eles benziam as velas, e ela pegava essa vela, e ela acendia a vela benta em casa. Ela dizia: Acende as velas, acende as velas... ela acendia as velas pra tempestade parar. (...) era costume antigo. Na época fazia benzer de mal olhado, fazia benzer, pois não tinha médico. Ou era chá ou benzimento. E parece que dava mais certo do que agora. Por que agora é só remédio e parece que complica mais (Entrevistada Q, 63 anos, Centro de Convivência C).

quando vai dar raio, você tem algumas simpatias que você faz, né? (...) Daí, quando dava temporal, que que a gente fazia? A gente ficava tudo com as mãozinhas assim (direcionadas para o burro do lado de fora da cocheira), porque o burro tem o pêlo, que também atrai (o raio). Então era preferível que fosse pro burro do que pra nós, né? (risos). Então a gente fazia isso. É tudo credence, né?! (...) A gente cobria os aços, não saía lá fora de jeito nenhum por causa das árvores. Meu pai sempre falava. Se a tempestade pegar vocês, não fiquem embaixo de árvore. Mas não tinha muito o que fazer, era árvore pra todo lado. Tinha que confiar em Deus (Entrevistada S, 70 anos, Centro de Convivência A).

meu pai era muito católico, eu lembro que ele guardava uns ramos, do Domingo de Ramos, ele acendia num vasinho aqueles ramos, era um ritual que ele fazia sempre pra espalhar a chuva. Porque eles tinham muito medo, eu não sei como eu não sou medrosa, por que eles eram. (Pesquisadora: e espalhava a chuva?) A gente achava que sim, eu acho que isso é um mito, mas não sei... agora eu acredito que era uma credence. Eu já não sou tão assim. (...) Eles rezavam, eles queimavam os ramos, seria como um incenso, eles guardavam os ramos atrás de um quadro de Jesus que eles tinham. Quando começava a chover, eles iam lá e tiravam um pouquinho...e na época nós tínhamos fornalha a carvão. Então, ele pegava umas brasinhas e colocava num potinho que ele tinha, colocava as brasinhas, os ramos e queimava, ele se protegia da chuva. Deixava lá aceso queimando e aí fazia a oração (Entrevistada E, 64 anos, Centro de Convivência C).

As famílias de A, L e J permaneciam longe de talheres ou qualquer objeto de metal ou cobre. Os que disseram que cobriam os espelhos nos relatos foram as famílias de L e Q. Alguns entrevistados, como E e O, queimavam os ramos da palma benta do Domingo de Ramos. Outros entrevistados também cobriam espelhos, não utilizavam talheres, faziam orações para Santa Bárbara, entre outras práticas.

As gerações anteriores dos entrevistados enfrentavam de forma distinta o fenômeno das tempestades. Quando as tempestades se anunciavam, todos interrompiam suas atividades: quem estava trabalhando na roça voltava para casa; a dona de casa que estivesse passando roupa ou lavando louça e atividades domésticas similares, abandonava imediatamente seus afazeres; chamava as crianças para dentro de casa e tomava as medidas julgadas necessárias para se protegerem.

Todos os entrevistados destacaram a mulher, chefe do lar, como a detentora do medo das descargas elétricas. Essa interpretação merece destaque, pois, por meio dos relatos vemos que o medo existe no outro e para o outro e nunca em si mesmo. Esse aspecto é relevante porque mostra as práticas do passado como algo que possa ser superado, mas esse medo aparece em algumas nuances do discurso dos idosos, deixando, assim, evidente a influência do imaginário do grupo social em relação às tempestades; e, em segundo, pelo papel fundamental da mulher, enquanto figura social de protetora dos membros da família. O ato de fechar a casa, cobrir os espelhos, não mexer com talheres, ficar embaixo da mesa, ou em cima da cama, queimar a palma benta, orar para Santa Bárbara e afins consiste em um *ritual de proteção* contra os raios. A figura materna se caracteriza como a fonte provedora do acolhimento, da proteção, do porto-seguro em que o ato de estarem todos reunidos dentro de casa gera um sentimento de segurança, tranquilidade e pertencimento à família. Mesmo que as práticas do passado tenham se modificado ao longo do tempo, os idosos acreditavam que aquelas medidas protetivas utilizadas realmente funcionavam. A confiança na mãe para proteger seus filhos do inseguro aparece claramente nos relatos, pois ela, por meio de seu escopo cultural, garante o cumprimento de seu papel social.

A tempestade era, também, o momento em que a família permanecia unida, seja em silêncio ou em oração. Enquanto as atividades rotineiras se interrompiam, as mães faziam bolinho de chuvas, contavam histórias para acalmar as crianças dentro de casa, ou mesmo ficavam embaixo da mesa, esperando que a chuva terminasse. Foi relatado que, no subúrbio, grande parte das casas não possuía forro no teto, intensificando as ações das grandes tempestades e seus efeitos sonoros dentro da moradia.

O ritual de proteção que envolve a queima da palma benta do Domingo de Ramos consistia em *simpatias* e evidencia o sincretismo existente nas práticas cotidianas. O *habitus* dessas famílias é composto por um imaginário *familístico, rural* (MARTINS, 2008).

Os relatos de L, E e O indicam a existência de um processo de desvinculação das práticas exercidas no passado, seja por qualificá-las como mito ou mesmo como uma espécie de atraso cultural e o expressam ao rir das práticas do passado. Quando os idosos relatam que, atualmente, têm maior acesso às informações, desvinculam-se e desmerecem o passado. É como se a adesão ao imaginário moderno anulasse a veracidade do outro. Como se houvesse, portanto, um *escalonamento do processo histórico* em que as práticas do passado fossem superadas (MARTINS, 2008).

Quando as pessoas queimavam a palma benta, também faziam orações à Santa Bárbara. A seguir, algumas delas:

eu lembro bem que o meu pai fazia uma reza. Eles tinham tanto medo da chuva, que meu pai tinha uma reza: (...) Santa Bárbara se vestiu; Santa Bárbara se calçou; Seu caminho caminhou; Lá no meio do caminho; Jesus Cristo a encontrou; Onde vais Bárbara virgem?; Vou espalhar a trovoada que no céu anda armada; Espalha, espalha lá pra longe; Lá para o Monte Marinho; Onde não haja pão e vinho; Nem bafinho de Menino (Entrevistada E, 64 anos, Centro de Convivência C).

Já o pai da entrevistada S era benzedor e, sempre que chovia, a família queimava a palma benta e fazia uma oração: “*Santa Bárbara, São Simão; Leva essa tempestade pra longe e também esse trovão*” (Entrevistada S, 70 anos, Centro de Convivência A). A entrevistada P, em conversas informais, também recitou uma oração para Santa Bárbara: “*Santa Bárbara bendita; Que no céu está escrita; Com um raminho bento na mão; Livrai-nos do trovão*”.

Outra crença relevante é a do *machadinho* e da *espada de pedra*, que aparecem nos relatos das entrevistadas S e Q:

quando caía um raio lá, os homens falavam que tinha que esperar 7 anos pra cavar e pegar o machadinho. (...) É o raio, diz que é um tipo de machadinho, que fica embaixo da terra, quando eles estavam na roça e eles viam cair, eles depois de sete anos iam lá e tiravam o machadinho. (...) Se você está na roça, você vê mais ou menos onde ele cai. (...) Eles iam lá e marcavam, era incrível, a gente não acreditava, mas os mais velhos falavam e confirmavam (Entrevistada Q, 63 anos, Centro de Convivência C).

a gente tem lá no interior, um tipo de uma espada de pedra que foi feita por um raio. Ele entrou na terra e fundiu a areia e transformou aquilo num tipo dum estilete. Tá guardado até hoje (Entrevistada S, 70 anos, Centro de Convivência A).

As pessoas tinham costume de guardar a pedra “feita” pelo raio, e alguns acreditavam que servia de proteção, pois, para elas, o raio não caia duas vezes no mesmo lugar. E alguns, somente a guardavam para mostrar o poder que o raio possui.

A rotina de vida transita entre o cotidiano ao não-cotidiano, ao mágico, ao religioso (MARTINS, 2008). A linearidade do processo histórico só existe na forma como é documentada, pois no que é vivido, partilhado e sentido não se desvincula completamente do imaginário, do senso-comum advindo de outra geração.

A entrevistada C veio do município de Registro/SP e, quando era nova, colhia broto de chá em uma fazenda. Ela e toda sua família tiveram um medo constante de raio relata. Informou que, quando estavam dentro de casa,

a gente se escondia em um cantinho ou subia na cama e colocava o cobertor em cima da cabeça, pra não escutar aquele barulho, né? Todos nós, eu e os meus irmãos, e a minha mãe. A gente ficava escondido até acabar o barulho, A gente tinha medo que caísse um raio, por causa das árvores (Entrevistada C, 74 anos, Centro de Convivência C).

Se estivesse chovendo forte em época de colheita ela não podia parar o serviço. Ela informou que o período da colheita se estendia de setembro a abril, que coincidia, justamente, com a época das chuvas:

a gente colocava plástico em cima pra colher os brotos de chá, porque broto de chá não pode parar a colheita, tem dia certo pra colher né? (Pesquisadora: E o que a senhora fazia?) Colocava a capa de chuva e colocava chapéu. (Pesquisadora: A senhora não tinha medo de cair um raio?) Tinha medo sim, mas tinha que trabalhar. (...) O broto de chá vai até março, abril, depois não tem mais. (...) E não pode parar de colher, pois o broto fica duro. (...) Quando estava chovendo muito forte, continuava trabalhando, ou se escondia debaixo de uma árvore. (Entrevistada C, 75 anos, Centro de Convivência C).

O medo que ela tinha de ser atingida por um raio era suplantado pela necessidade de trabalhar e garantir o sustento da família. Ou seja, as prá-

ticas que não poderiam ser interrompidas, nesse caso, eram as atividades vinculadas ao trabalho.

Esse fato relaciona-se também com a influência dos valores morais do grupo social perante o comportamento da família de dona C. Se o grupo social valorizasse mais a proteção contra um evento adverso da natureza em relação ao trabalho, todos estariam protegidos em suas casas, mesmo em período de colheita.

Recorrentes nas entrevistas foram os relatos de ocorrência de pessoas atingidas por raios. Todos os entrevistados, ainda que não conhecessem diretamente, sabiam casos de alguém que foi atingido por uma descarga elétrica ou mesmo que perdeu algo em casa. Dentre eles, os três a seguir:

foram dois eletricitistas, que estavam arrumando umas coisas lá e caiu um raio no prédio e pegou os dois, assim embaixo, eles estavam arrumando o sistema de para-raios no aterramento em baixo. Um estava segurando pra fazer o aterramento, e estava começando a chover e eles acharam que não teria problema e os dois foram queimados. Eu estava em outro local da empresa, meu setor era de calderaria e eles eram de elétrica, estavam instalando o para-raio, aí não deu tempo de nada. Foi aquele estrondo, e os caras começaram a gritar.. – morreu gente, corremos pra ver, chegamos lá estavam os dois queimados. (...) Foram atingidos fazendo a proteção, como não estava pronto ainda, eles acharam que foram negligentes continuar trabalhando, vendo que estava relampião...ainda mais com eletricidade. Acho que faltou um pouco de noção das coisas (Entrevistado D, 65 anos, Centro de Convivência C).

tem uma prima minha lá no Castanho, em Jundiá. Ela morreu de raio. (...) Meu tio tinha seis ou sete filhos. Na hora da chuva todos estavam com os pés na cadeira, ela levantou pegou a Palma-Benta e foi acender no fogo. Na hora que pôs no fogo, o raio furou ela, todos sentados viram quando ela foi atingida, ela tinha uns 18 anos. (...) dá pra acreditar, ela que foi queimar a Palma Benta, que era o costume da época, e o raio pegou ela dentro de casa. Não devia, né? Eu acho que não tem céu, é opinião minha, (...) não tem inferno, acho que não tem Deus, eu sou católico (Entrevistado M, 81 anos, Centro de Convivência B).

eu lembro bem que lá perto do Brás, nós tínhamos um cemitério, as pessoas que iam ao cemitério se escondiam embaixo das árvores pra se esconder das chuvas, e morriam ali mesmo. (...) Cemitério da Quarta Parada. Foram vários casos que nós tivemos

conhecimento. (...) as pessoas não sabiam que embaixo de árvores atraia raios. Então, se escondiam lá ao invés de se esconder na Capela, como as pessoas estavam dentro do cemitério, o local mais apropriado era debaixo das árvores. Não deveria ser assim, mas as pessoas faziam e morriam mesmo. (...) A gente que morava e tinha contato com o pessoal que tinha parentes enterrados lá. Iam, geralmente, em época de finados, a turma até falava: ah eu não vou no finados não... porque finados chove, o pessoal tinha medo (...) por causa do raio. Não sei se é por que tinha muitas árvores lá e atraia, então minha família falava, ah não, eu vou no dia de Todos os Santos, mas no finados não (Entrevistada E, 64 anos, Centro de Convivência C).

No primeiro caso, os eletricitas responsáveis na instalação de pára-raios foram atingidos. Aqueles que proporcionam proteção a terceiros, se expõem ao risco como se não existisse a possibilidade de quem detém o poder tecnológico ser atingido pelo fator de ameaça.

No segundo caso, uma moça foi atingida na tentativa de fazer a oração para Santa Bárbara, isto é, quando estava realizando uma prática ritual protetiva. A morte da jovem desestruturou as crenças familiares. Tanto, que o entrevistado M, mesmo se considerando católico, afirma que Deus não existe. O raio que atingiu a jovem, que ansiava proteger o grupo familiar contra a tempestade foi significado, social e moralmente, como um fenômeno de caráter punitivo. Nesse caso, o raio não foi representado como uma *força de atração* física (como foi considerado por vários entrevistados), pois, no mundo simbólico, o evento foi caracterizado como um *raio que pune*. Vale ressaltar que, durante as entrevistas, quando foi perguntado o que seria o raio para os idosos, muitos consideraram como uma força de atração.

O terceiro caso mostra o tabu existente no município de São Paulo em ir ao *Cemitério da Quarta Parada* em dia de finados. A entrevistada E afirma que diversas pessoas vieram a falecer porque se escondiam embaixo das árvores do cemitério, ao invés de se abrigarem na capela. Ela explicou, em sua fala, que as mortes ocorriam devido à atração das árvores. Em conversas informais com a senhora H, ao relatar a morte de uma moça nesse mesmo cemitério, disse: “*minha mãe contou que a moça entrou rindo no cemitério. E ela sempre dizia que não pode entrar no cemitério rindo. É falta de respeito*”.

Assim, identificamos os limites da incorporação do discurso científico pelo grupo focalizado. Este não se materializa nas representações mais significativas das memórias do grupo. Martins (2008) mostra que o público, por meio do rádio, televisão, internet, entre outros, penetra nas relações cotidianas. E, ao longo das entrevistas, foi constatado que o acesso

à informação de base científica, muitas vezes, mascara o medo, pois o discurso técnico-científico é intimidador.

Porém, durante as entrevistas, quando os idosos falaram sobre suas práticas, em relação às tempestades, pareciam desvincular-se das representações oriundas do saber tradicional. Alguns dos entrevistados, disseram não ter medo dos raios. E disseram ainda que, durante as tempestades, somente fechavam a casa, desligavam alguns aparelhos elétricos e tiravam as roupas do varal. É relevante perceber outra camada de representações na fala dos entrevistados que se diferencia da absorção estrita da racionalidade técnica.

Para ilustrar, seguem dois exemplos a seguir. Primeiramente, dois momentos na fala do senhor J. No início da entrevista:

nossa, tinha e tenho muito medo, eu sou muito medroso com esse negócio de raio, era muito mais... essas coisas dos antigos que não é realidade, a realidade é outra, não é tudo isso aí não... cientificamente hoje, os estudos disso aí, deve se proteger, continuar a mesma coisa, não ficar em lugar exposto quando tem temporal, evitar piscina, esses negócios, mas não é tudo isso aí, hoje em dia tem a televisão, a máquina chamada televisão e a internet, foi uma beleza, hoje as crianças de 4 ou 5 anos já sabe tudo isso aí, sobre tempo, temperatura (Entrevistado J, 79 anos, Centro de Convivência A).

E, ao longo da conversa, o mesmo entrevistado externou outras representações em relação aos raios:

eu sinto que o Papai do Céu está bravo, nós estamos fazendo tanta coisa errada aqui na terra, que Ele fala: Deixa Eu dar uns gritos... pra vê se eles...(...) é pra gente baixar um pouco a bola. Às vezes eu penso isso mesmo, é verdade. Deus pensa: deixa Eu dar um sustinho neles. Não morre quase ninguém, mas assusta (Entrevistado J, 79 anos, Centro de Convivência A).

No caso da entrevistada P, percebe-se uma mudança significativa, entre o tipo de representação sobre os raios no início e ao final da entrevista:

(quando inicia a tempestade) fico em casa, e fecho tudo só se chover forte, pois, agora tem as obrigações também, fazer ginástica, faço compra, vou a banco, então conforme o dia de chuva, se tem que sair eu saio. Eu não tenho medo, se precisar eu saio. A gente evoluiu. (...) acho que era as crendices que eles falavam. Antiga-

mente não tinha rádio, não tinha todas essas informações né? (Entrevistada P, 74 anos, Centro de Convivência C).

Ela disse que não mantinha a tradição da família, como cobrir os espelhos e talheres, para se proteger contra os raios. Mas, adiante, afirmou:

a gente evolui, então, a gente foi aprendendo. (...) até quando era mocinha eu fazia isso. (...) a gente acha que não tem problema, mas às vezes ainda fico com aquilo na cabeça. Ai meu Deus, será que não vai acontecer (risos). Acho que no inconsciente, a gente volta pra aquilo. Incomoda de não cobrir as coisas. (Entrevistada P, 74 anos, Centro de Convivência C).

O discurso científico é tão intimidador que a entrevistada P deixa de cobrir as coisas, mesmo tendo medo de ser punida, nas relações transcendentais, por isso, posteriormente.

A entrevistada R relata que sua mãe tinha muito medo de relâmpagos e, sempre que começava uma tempestade, ela rezava muito, não deixando as crianças pegarem talheres e, ainda, cobria os espelhos da casa. Mas, ela dizia não ter tanto medo como sua mãe:

porque tanto medo, tanto medo, a gente falou assim: se ela tinha tanta fé, né? Rezava tanto não era pra ter tanto medo, né? Mas tinha... (risos) Agora porque? Ah...medo de acontecer alguma coisa, né? Acontecer alguma tragédia dentro de casa, sei lá (Entrevistada R, 59 anos, Centro de Convivência C).

O medo de sua mãe era falhar em seu papel social mais importante, a de protetora do lar. E depois, ela continua:

ah eu vou falar a verdade, né? Acho que por causa da criação também, eu não fico...pondo...rezando...pondo ramos, mas, né? Eu evito, eu evito. Negócio de costura, essas coisas, eu evito de pegar, né? Deve ser por causa do costume mesmo, né? (risos) (...) Mas tem umas coisas assim que ficou, né? (...) No subconsciente, né? Pra ter um pouco de cuidado. (risos) (...) Pra tomar cuidado, né? Também se tiver uma tempestade eu não vou sair se não tem necessidade. Porque os raios estão caindo por tudo quanto é lugar agora, né? (Entrevistada R, 59 anos, Centro de Convivência C).

Os relatos apresentados acima mostram, a todo o momento, uma contraposição do discurso técnico-científico com as *crendices*, que faziam

parte do cotidiano e do lastro cultural, isto é, da forma de interpretação de mundo herdada das tradições familiares que paulatinamente, vão incorporando o novo. Quando dona P diz: “*a gente evoluiu. (...) Antigamente não tinha rádio, não tinha todas essas informações né?*”. A *evolução* não eliminou, completamente, seu medo, já que, ao final da entrevista, ela confessa ter pavor de raio. Tanto, que ela não cobre mais certos objetos em sua casa, mas até hoje tem medo que aconteça alguma coisa. O discurso técnico-científico é incorporado pela população, mas algo ainda permanece, e como bem lembra a entrevistada R: “*deve ser por causa do costume mesmo, né? (risos) (...) Mas tem umas coisas assim que ficou, né? (...) No subconsciente, né? Pra ter um pouco de cuidado. (risos)*”.

Seria possível aos indivíduos se desvincular completamente da trajetória de suas vidas, do que lhe foi transmitido desde a infância, do que foi vivenciado no cotidiano? Se desvincular das *crendices* é esquecer toda a história do grupo. Porém, é dessa forma que a modernidade se configura, ao suprimir o senso-comum, aquilo que é partilhado, pois tudo tem que ser *cientificamente* comprovado. Categoriza-se, portanto, o que é certo, errado, mito, ciência, como se uma forma de compreensão do mundo se contradissesse as demais, as quais precisariam, então, ser descartadas.

Para Pollak (1991), a memória coletiva consiste em uma imposição, uma forma de dominação e violência simbólica já que, a todo o momento, o indivíduo controla as feridas, as tensões e contradições, em torno do constante conflito da imagem pessoal e da imagem oficial. Assim, o que lembramos é algo constituído social e individualmente. Os indivíduos, ao relatar suas memórias pessoais, notam que as mesmas se contrapõem às informações oficiais que lhes foram transmitidas. E o idoso tem que, a todo o momento, lidar com essas contradições entre esses saberes, suas feridas, apreensões e ressignificá-las.

Muitas dos entrevistados diziam não ter medo de raio atualmente. E, quando lhes era perguntado para caracterizar os raios, evocavam respostas influenciadas por um arcabouço técnico. A maioria disse que o raio era o *choque entre as nuvens*, ou mesmo uma *força de atração* que o raio exercia sobre o centro da terra. Mas, quando perguntado o que *sentiam* frente a esse fenômeno natural, houve certo espanto dos idosos com a indagação. E dentre os relatos, percebeu-se a mistura de sentimentos:

Eu fico bem impressionada (com o raio), nem eu não sei o que é.. Que as coisa de Deus é bem feito, né? Eu me assusto mais com o trovão, do que com o raio. (...) Eu acho bonito, ao mesmo tempo, tenho medo. É que as pessoas fizeram a gente ter medo (Entrevistada Q, 63 anos, Centro de Convivência C).

Medo não, mesmo porque a tempestade quando eu ouço o trovão, que ele me assusta, eu já não tenho mais o perigo, porque o perigo já passou, porque quem ouviu o trovão já não tem mais perigo, o perigo é antes. (...) um certo tremor sempre dá...não assim que a gente tenha medo, mas a natureza humana, ela reage. (...) Descarga é um encontro das nuvens que dá... o choque lá, né? E dá a descarga elétrica (Entrevistada B, 75 anos, Centro de Convivência C).

Pra mim (o raio) é coisa de delírio, eu acho que o céu fica lindo, eu adoro a chuva, eu adoro o raio, eu sou observadora da natureza, dá um efeito que nenhum computador, nenhuma imagem consegue, a natureza é bárbara, então é claro que eu fique extremamente emocionada, se precisar ajudar alguma coisa é claro que eu vou ajudar, é claro que tem lugar que alaga, tem gente que desespera, mas eu não vivi esta experiência, então meu filtro é outro (Entrevistada F, 59 anos, Centro de Convivência C).

A natureza é que manda. Cai (o raio) aonde der, não é onde a gente quer. A natureza não tem controle. (...) porque a natureza é solta, não tem controle, ela se manda sozinha (Entrevistada I, 82 anos, Centro de Convivência B).

Sinto medo, acho que é coisa de Deus, mas tem lugar que não chove. E tem lugar que chove, não entendo. (...) Será que é o destino? Não sei...não sei...mas que agente sente medo, sente sim. (...) Dá medo de atingir agente, mas depois que dá o estouro, onde tinha que cair já caiu (Entrevistada L, 74 anos Centro de Convivência A).

[explicação que deu ao filho de seu primo que tinha muito medo de trovão] (...) Quando começou a chuva, o trovão eu falei pra ele: não precisa ter medo não...Você não foi ver eu jogar bocha? Você viu quando a bola bate na tábua? Ele respondeu: já. E eu disse: então, é São Pedro que está jogando bocha lá em cima (risos). Quando ele joga a bola faz esse barulho. Ele disse: ah é? Nunca mais ele teve medo. (Entrevistada H, 81 anos, Centro de Convivência B).

Porque raio pra mim é aquele raio quando cai e estraga onde cai, né? (Entrevistada R, 59 anos, Centro de Convivência C).

Nos relatos, as informações midiáticas se relacionam, a todo o momento, com as crendices, com os *causos* do passado. As representações não são superadas e sim complementadas, retirando, assim, o caráter linear das narrativas socioambientais.

O raio, para a entrevistada R, é “*o raio quando cai e estraga onde cai*”. Ou seja, é raio que pune, que fere, que destrói. Considera bonito ver o clarão no céu, mas sente medo de ser atingida. O medo em torno das descargas elétricas, em geral, é esse: um espetáculo da natureza engendrando afetações, objetivas e subjetivas, no grupo que o vivencia.

CONCLUSÕES

Durante uma tempestade, sentimentos brotam do íntimo de nossa alma, que partem da mistura do encantamento e do medo de vivenciar esse espetáculo. O barulho das gotas d’água que, violentamente, tocam o chão, os relâmpagos que surgem, por entre as nuvens, e penetram em nosso ser ao som do trovão. E pode nos colocar, em um instante, em contato com algo que extrapola a nossa temporalidade moderna. Nas relações cotidianas, apreendemos o movimento e o acontecer histórico a partir da fluidez do tempo social. Nessa, há diversas temporalidades que se mesclam nos discursos sobre nossa experiência e memória.

No caso do estudo em tela, conclui-se que não existe uma história que deve ser superada, esquecida, pois tudo está articulado em um complexo na vida vivida. Se os entrevistados se desvinculam da memória, negam sua história perpetuada nos gestos, sentimentos e atitudes.

O estudo sobre o Imaginário Social de idosos em relação aos raios iniciou a análise com a relação do raio com desastres dispersos, em vista de elucidar a relevância e a magnitude dos efeitos das descargas elétricas no Brasil. Permite compreender o homem simples, imerso no cotidiano e um plano microssocial desse desastre.

Vimos, por meio do discurso dos idosos, a partir das ocorrências no contexto sul-caetanense, que a relação do homem comum com os elementos da natureza ocorre de forma ambígua. Reproduz-se o discurso técnico-científico em torno das descargas elétricas, em grande parte, desmerecendo as crenças do passado. Mas, os relatos vão descortinando experiências que permanecem vivas em suas memórias, nelas, um repertório alternativo de representações dá espaço às explicações científicas sobre os fenômenos atmosféricos. A tradição permanece nas relações sociais, por mais que novos elementos sejam incorporados no processo. Os idosos incorporam os produtos da modernidade, por meio da imprensa escrita, da televisão, do rádio, da internet. O discurso técnico-científico difundido intimida os entrevistados, que ficam melindrados em dizer que ainda reproduzem as práticas protetivas de outrora frente as grandes tempestades que ocorriam nos dias atuais; ou que, de alguma forma, os medos do passado ainda os assombram.

As histórias da vida cotidiana consistem na força real que movimentam a História. Ao permanecer à margem, essas memórias esvaziam-se de sentido como se fosse algo que se possa descartar. Assim, o indivíduo tem que, a todo o momento, controlar suas feridas emocionais, tensões e contradições, pois a imagem pessoal se conflita com a imagem oficial. E essa imagem oficial, de acordo com Pollak (1981), é forma de violência simbólica, pois as antigas práticas do passado se contrapõem à veracidade do moderno. Não existe um escalonamento do processo histórico, e as crenças e causas que caracterizam a *cultura familística e rural* sejam algo igualmente portador de verdade (MARTINS, 2008).

Em termos sociológicos, é importante atentar os processos através dos quais determinados grupos sociais internalizam o novo, e como isso é incorporado nas relações suas rotineiras. A existência de ambiguidades nas falas dos idosos quando se referem aos medos, sentimentos, práticas em relação ao fenômeno atmosférico dos raios é parte de tais processos.

Na maioria das falas, os idosos disseram não ter medo de raios. Mas, ao longo das entrevistas, o medo que, inicialmente, aparecia no outro, no final da entrevista, reapareceu como sendo reconhecido como o do próprio entrevistado. Pelas beiradas dos discursos, emergiam os seus medos e ansiedades. E por trás das explicações técnico-científicas, os acontecimentos do passado permaneciam na memória. Assim, há um pulsante embate entre o tradicional e o moderno. Compreender o imaginário social sobre as descargas elétricas é penetrar, minimamente, nas relações cotidianas que marcaram a vida dos idosos residentes do município de São Caetano do Sul.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rita Cássia.(2001). *Memórias do rio do Monjolinho*. O processo de Urbanização e os impactos sobre os recursos hídricos. São Carlos, 2001. 120p. Dissertação (Mestrado). Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.
- BERGSON, Henri. *Matéria e Memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução Paulo Neves. – 3ª Ed.- São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade*: Lembranças de Velhos. T.A. Queiroz, Editor, Ltda. São Paulo-SP, 1979
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Tradução Fernando Tomaz 12ª edição. Editora Bertrand Brasil, 2009.
- GODÓI, Emília Pietrafesa de. *O trabalho da memória*: cotidiano e história no sertão do Piauí. Campinas, São Paulo, Editora da Unicamp, 1999. (Coleção Pesquisas)
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.
- MANCUSO, Maria Inês R. *A cidade na memória de seus velhos*. Dissertação de doutorado. 1998. UFSCar.

MARTINS, José de Souza. *A Sociabilidade Do Homem Simples*. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2010. v. 1. 172 p

MARTINS, José de Souza . *Subúrbio* (Vida cotidiana e História no subúrbio de São Paulo). São Paulo: Editora Hucitec, 1992. v. 1).

PINTO, Osmar J.;PINTO, Iara R. *Relâmpagos*. 2ª Edição Ed. Brasiliense, 2008.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Atlas do Desenvolvimento Humano: PNUD; 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>> Acesso em: dezembro de 2010.

POLLAK, Michael. *Memória, Esquecimento, Silêncio*. In Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol.2, n. 3, 1989, p.3-15.

. *Memória e Identidade Social*. In Estudos Históricas, Rio de Janeiro, vol.5, n.10, 1992.

SIENA, Mariana; VALENCIO, Norma. Gênero e desastres: uma perspectiva brasileira sobre o tema. In: Norma Valencio; Mariana Siena; Victor Marchezini; Juliano Costa Gonçalves (Org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. 1 ed. São Carlos/SP: RiMa, 2009, v. 1.

VALENCIO, N. Da Morte da Quimera à procura de Pégaso: A importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: Norma Valencio; Mariana Siena; Victor Marchezini; Juliano Costa Gonçalves (Org.). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. 1 ed. São Carlos/SP: RiMa, 2009, v. 1.

SITE

<http://www.inpe.br/webelat/homepage/menu/infor/ranking.de.municipios.php>

CAPÍTULO V

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS EVENTOS SEVEROS RELACIONADOS ÀS MUDANÇAS DO CLIMA: OS *BIJAGÓ* DA GUINÉ-BISSAU

Boaventura Santy

INTRODUÇÃO

De acordo com o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças do Clima (IPCC, na sua sigla em Inglês, 2007a), dentre os vários povos do mundo, os africanos, potencialmente, serão os mais prejudicados pelos efeitos adversos das mudanças do clima. Contudo, tal prognóstico revela-se mais preocupante quando se trata da grande maioria de países situados na região da África subsaariana. Segundo o IPCC (2007a, 2007b), tal situação se deve, no mais das vezes, a problemas estruturais sérios, como: pobreza, má governação, dependência financeira, tensões e conflitos, entre outros. E continua,

Novos estudos confirmam que a África é um dos continentes mais vulneráveis à variabilidade e mudança do clima por causa de múltiplas tensões e da baixa capacidade de adaptação. Um pouco de adaptação à variabilidade climática atual está ocorrendo, contudo pode não ser suficiente para as futuras mudanças do clima (IPCC, 2007a, p.11).

O aumento substancial da temperatura média global do ar e do oceano, o derretimento generalizado da neve e do gelo, a elevação do nível global médio do mar, entre outros, constituem algumas das possíveis consequências das mudanças do clima. Tais alterações, em alguns casos,

de acordo com IPCC (2007b), já são observáveis nos sistemas biofísicos, e com reflexos nos sistemas humanos, no qual os processos de vulnerabilização e adaptação em curso contam para ampliar ou reduzir a probabilidade de um cenário desastroso.

Com efeito, os grupos sociais, cuja subsistência dependem diretamente dos recursos naturais do entorno dos seus lugares de residência, seriam mais vulneráveis aos eventos adversos das mudanças do clima (idem).

[...] estudos mostram que os impactos projetados da mudança do clima podem variar bastante em razão da trajetória de desenvolvimento adotada. Por exemplo, pode haver grandes diferenças regionais de população, renda e desenvolvimento tecnológico em cenários alternativos, as quais são com frequência um forte determinante do nível de vulnerabilidade à mudança do clima [...] Para ilustrar, em uma série de estudos recentes dos impactos globais da mudança do clima na oferta de alimentos, risco de inundações costeiras e escassez de água, o número projetado de pessoas afetadas é consideravelmente maior no cenário de desenvolvimento do tipo A2 (caracterizado por uma renda per capita relativamente baixa e grande crescimento populacional) [...] Essa diferença é explicada em grande parte não pelas diferenças das mudanças climáticas, mas pelas diferenças de vulnerabilidade (IPCC, 2007a, p.26).

Também a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO, na sua sigla em inglês) endossa essa interpretação e, num relatório institucional recente (FAO, 2010), afirma que no continente africano encontram-se os sistemas sociais potencialmente mais vulneráveis aos efeitos adversos das mudanças do clima.

Os impactos dos eventos severos/extremos se farão sentir, sobretudo, nos setores-chave da produção, como: agricultura, pesca, pecuária e recursos hídricos. A segurança alimentar que constitui, atualmente, grande desafio para o continente africano, poderá ser prejudicada, sobretudo, pelas seguintes razões adicionais à pobreza estrutural:

[...] because of the heavy reliance on rain-fed agriculture, the poor level of water control and the poor replenishment of reservoirs. Climate induced change in flow regimes has resulted in reduced flow velocity in watercourses, temperature changes as well as deterioration in water quality, particularly in sub-Saharan Africa. This has often affected functioning of irrigation schemes, hydroelectric power

generation and created very conducive conditions for the proliferation of aquatic weeds (Niasse *et. al.*,¹ 2004 *apud* FAO, 2010).²

Os dois documentos supracitados indicam, ainda, que a elevação do nível do mar, como consequência das mudanças do clima, representará grandes constrangimentos para os Pequenos Estados Insulares (PEI), dos quais muitos países africanos fazem parte; entre eles, a Guiné-Bissau. Mudança no ecossistema do litoral, incluindo a redução da base territorial disponível, terá uma incidência direta sobre assentamentos humanos, desde o que implica as necessidades de moradia, como áreas de plantio e acesso a mananciais de água doce. Significa dizer que moradores de áreas costeiras assim impactadas não terão alternativas senão migrar. Conforme o relatório do IPCC,

As pequenas ilhas, quer estejam localizadas nos trópicos ou em latitudes mais altas, têm características que as tornam especialmente vulneráveis aos efeitos da mudança do clima, da elevação do nível do mar e dos eventos extremos [...] Prevê-se que a deterioração das condições costeiras, como a erosão das praias e o branqueamento dos corais, afete os recursos locais, como por exemplo, os criatórios de peixes, e reduza o valor desses locais para o turismo [...] Prevê-se que a elevação do nível do mar aumente as inundações, marés de tempestade, erosão e outros riscos costeiros, ameaçando, assim, a infra-estrutura vital, os assentamentos humanos e as instalações que propiciam os meios de subsistência das comunidades da ilha [...] (IPCC, 2007a, p.16).

De acordo com o relatório do IPCC (2007a), a Guiné-Bissau se encontra entre os quinze países mais susceptíveis à subida do nível do mar e, conseqüentemente, será um dos que enfrentarão maiores desafios num período de meio a longo prazo. Sua repercussão poderá obrigar à desloca-

-
1. NIASSE, M., AFOUD, A., and AMANI, A. (Eds.). Reducing West Africa's Vulnerability to Climate Impacts on Water Resources, Wetlands and Desertification: Elements of Regional Preparedness and Adaptation. IUCN, Gland, Switzerland and Cambridge, UK. 2004.
 2. [...] Por causa da forte dependência da agricultura de sequeiro, o baixo nível de controle da água e os pobres reposição dos reservatórios. A mudança climática induzida em regimes de fluxo resultou em velocidade de fluxo reduzido em cursos de água, mudanças de temperatura, bem como a deterioração na qualidade da água, particularmente na África subsaariana. Isto tem muitas vezes afetados funcionamento dos sistemas de irrigação, geração de energia hidrelétrica e criou condições muito propícias para a proliferação de plantas aquáticas [...] (tradução nossa).

mento de um número grande de pessoas e grupos sociais para lugares que apresentarem melhores condições de subsistência, o que aponta para a possibilidade de futuros conflitos territoriais de grupos sociais distintos em torno da disputa das áreas restantes e fisicamente viáveis. A essa nova categoria de deslocados tem sido atribuído o nome de “deslocados ambientais”.³ Ademais, o custo para adaptação aos impactos da subida do nível do mar nos países em desenvolvimento poderá ascender a pelo menos de 10 a 50% do Produto Interno Bruto (FAO, 2010), o que implica num investimento difícil para países estruturalmente pobres, como a Guiné-Bissau.

Frente ao cenário que se desenha, os grupos humanos que mais serão afetados são o de mulheres e crianças (FAO, 2010; IPCC, 2007a). Nesse caso, em especial, as mulheres e crianças provenientes de áreas rurais, que se ocupam da agricultura de subsistência e da gestão de recursos naturais locais. Estas geralmente vivenciam condições de trabalho muito degradantes posto que, na divisão sexual do trabalho, é-lhes reservado trabalhos penosos: a mulher, na terra, enquanto as crianças percorrem grandes distâncias para recolher água e lenha para confecção de alimentos (FAO, 2010). O impacto dos eventos severos relacionados às mudanças do clima também se fará sentir na saúde. Segundo a FAO (idem), as alterações do clima poderão gerar riscos para saúde, seja porque incide sobre a capacidade de produção de alimentos e nutrição, seja porque maiores taxas de desnutrição ampliam a suscetibilidade a outras doenças, além de afetar a atividade econômica da agricultura através da perda de mão-de-obra, de conhecimentos e habilidades dos trabalhadores porventura debilitados. Trata-se, assim, de uma espiral descendente que compromete a segurança humana, a qual se acresce o risco de aumento de incidência de pragas e a escassez dos demais recursos naturais que concorrem para o sucesso das safras.

Os relatórios do IPCC (2001, 2007a) reportam estudos que evidenciaram a relação entre a condição de pobreza social - e um conjunto de constrangimentos que dela pode advir - e a baixa capacidade de mitigação e adaptação aos impactos resultados dos eventos severos/extremos relacionados às mudanças do clima. Em vistas disso, o grupo dos Países Menos Desenvolvidos (PMA), do qual faz parte a Guiné-Bissau, foi contemplado com um financiamento do Fundo Mundial para o Ambiente (FMA ou GEF, na sua sigla em inglês), no âmbito de adesão destes à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Mudanças do Clima (CQNUMC) e

3. “Deslocados ambientais” se diferenciam dos demais refugiados, por não serem “vítimas necessariamente de perseguições, mas são obrigados a deixar o território de origem ou de residência em virtude do desaparecimento das possibilidades de ali sobreviver” (COSTA, 2009, p.237).

o Protocolo de Quioto, para construção de um Plano de Ação Nacional de Adaptação aos Efeitos das Mudanças do Clima (PANA ou NAPA, sigla em inglês). O PANA pode ser considerado uma espécie de IPCC dos países em desenvolvimento. Funciona em nível nacional e tem como objetivos: a produção de conhecimento sobre as alterações do clima, os potenciais impactos biofísicos e sociais, a vulnerabilidade e a capacidade de mitigação e adaptação dos diferentes sistemas do país, assim como a construção de políticas necessárias para fazer face ao desafio por estas apresentadas (REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, 2006).

A partir da perspectiva do quarto relatório do IPCC (2007), pode-se dizer que a Guiné-Bissau reúne, atualmente, um conjunto de características que jogam para um desfecho desastroso da interação entre os eventos severos/extremos relacionados às mudanças do clima e os sistemas socioecológicos. Essa interação é frágil em muitas nações empobrecidas do planeta (ADGER, 2006). O país é assolado por um conjunto de tensões de várias naturezas.

Atualmente, a preocupação social em abrangência nacional recai, principalmente, sobre a instabilidade político-militar, a qual já dura mais de uma década. Em 1998, o país imergiu numa guerra civil, que veio a terminar somente onze meses depois. De lá para cá, houve sucessivos golpes de Estado, quase todos resultando em derramamento de sangue, com o assassinato de altas chefias militares. Mais recentemente, em 2009, foram assassinados o Chefe de Estado Maior das Forças Armadas e o Presidente da República eleito democraticamente (SEMEDO, 2009). Em dezembro de 2011, houve uma perturbação da ordem social anunciada oficialmente pelo governo como tentativa de subversão de ordem constitucional. Políticos e militares de alto escalão foram presos e outros perseguidos em decorrência de tal acontecimento. Essa onda de instabilidade, todavia, tem refletido negativamente na sociedade guineense. Isso porque seu Estado depende, em grande medida, da ajuda externa para honrar seus compromissos financeiros e sócio-políticos. A instabilidade política e o ambiente de constante violência social têm repellido os potenciais parceiros internacionais. Desde 1994, altura em que foi realizada a primeira eleição democrática, os sucessivos governos tem fracasso no propósito de terminar o seu mandato, deixando seus programas de governo sempre para concluir. O atual governo, eleito em 2008, teria sido alvo de várias tentativas de golpes de Estado, sem sucesso. Nesse ano de 2012, está às vésperas de cumprir uma missão histórica, caso até o mês de novembro consiga concluir o tempo regular do mandato conforme a prescrição eleitoral.

O presente trabalho teve como umas das motivações o fato da Guiné-Bissau, como a maioria dos países africanos, ser caracterizada por uma

sociedade multiétnica tradicional. Os diferentes grupos étnicos dopaís “constituem, no geral, visões de mundo, discursos e práticas sociais típicos de um modo de vida tradicional” (VALENCIO, 2009, p. 227).

A tradição reafirma-se a cada nova geração através não apenas de processos endógenos de transmissão e assimilação de valores, regras e rituais, mas quando este arcabouço cultural permite ao grupo, dentre outros aspectos, sobreviver em um dado meio que lhe é familiar e se manter pleno, na realização de sua humanidade, quando reconhece a si mesmo como parte constituinte de uma identidade coletiva. A experiência de fortalecimento da identidade para os diversos grupos sociais guineenses vem resultando em sínteses particulares entre componentes étnicos e religiosos e está incisivamente atrelada com as interações estabelecidas em uma base territorial específica a qual, por seu turno, guarda suas características ecossistêmicas próprias (idem).

Todavia, conforme descrito acima, o cenário ambiental sinalizado pelo IPCC (2007b), pela FAO (2010) e, no nível nacional, pelo REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU, (2006), prevê um grande desafio para estes grupos sociais, sobretudo na manutenção de seus modos de vida característico. É caracterizado, em geral, por uma economia de subsistência, dependente, em grande medida, dos recursos naturais do entorno dos lugares onde residem.

[...] o arcabouço cultural da tradição pode, por um lado, ser visto como um recurso pouco válido para gerar respostas adaptativas na mesma celeridade como o contexto adverso vier exigir, suscitando situações coletivas de anomia, como a desesperança e prostração; ou, de outro lado, ser reafirmado ou renovado para compor, a partir do acesso, respeito e reiteração dos fundamentos de sua cultura, novas soluções para os novos desafios que o espaço apresentar (VALENCIO, 2009, p. 227).

A ambiguidade em relação à capacidade do saber tradicional para fazer frente aos efeitos adversos de mudanças do clima é, em parte, resultante do quase consenso em relação à origem das mudanças do clima no processo de modernização da sociedade ocidental; isto é, o problema foi ocasionado no escopo de um modo de produção que renegou os meios e modos de vida dos povos tradicionais. Sendo este um problema da modernidade, caberia aos saberes e valores modernos retratarem-se e produzirem ambientes políticos para a sua discussão, com encaminhamento das soluções possíveis tendo em conta a participação ativa desses povos. Mas

isso, sabidamente, não ocorre. Ainda que as sociedades tradicionais sejam apontadas como as mais fragilizadas diante o cenário de mudanças do clima, são escassos os estudos científicos que tenham uma atenção voltada para as particularidades das mesmas. O Plano Nacional de Adaptação as Mudanças do Clima da Guiné-Bissau, em termos gerais, privilegiou a recomendação de soluções técnicas inspiradas no conhecimento científico e especializado em detrimento de um diálogo mais profícuo com as diferentes formas de saber existente nesta sociedade multicultural. As comunidades tradicionais foram mantidas à margem tanto do debate quanto do processo decisório.

Ante a diversidade do povo guineense, propusemo-nos a descrever e analisar sociologicamente as representações sociais de um dos vários grupos étnicos nacionais, os *Bijagó* da Ilha de Formosa, em relação aos fenômenos do clima. O processo de mudança bem como suas potenciais repercussões sobre a reprodução socioespacial comunitária e riscos de migração forçada foram o foco da análise mencionada. A entrevista não direcionada ofereceu melhores possibilidades de captura de detalhes das representações sociais locais e mais elementos para a nossa análise sociológica e, respeitando os valores locais, buscamos, em primeiro lugar, falar com as autoridades tradicionais, o *Balobeiro* ou *Balobeira* da tabanca, a partir de quem nos foi autorizado interagir com os demais membros da comunidade. Ao contrário do que imaginávamos, as indicações recebidas, através do método “bola de neve”, não se limitou somente às pessoas da mesma tabanca. Entrevistados de uma tabanca indicaram pessoas de tabancas vizinhas para serem entrevistadas, reconhecendo nelas a qualidade de trabalhador (pescador ou agricultor de subsistência) sensível ao problema em tela. Entrevistamos, além de autoridades tradicionais locais, homens e mulheres com responsabilidades socioculturais diferentes, cuja experiência na produção econômica remonta a muitos anos, bem como os jovens, rapazes e moças, também afectos à produção econômica da comunidade. Junto aos entrevistados, procuramos saber, com base na sua experiência, quais mudanças estariam ocorrendo no processo de produção da subsistência, a que se deviam caso ocorressem, e quais suas possíveis repercussões no processo de reprodução socioespacial.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONCEITO DE VULNERABILIDADE: O DEBATE SEGUNDO O IPCC

No segundo relatório do IPCC, publicado em 1995, Adger e Kelly (2000) entenderam, como sendo mais apropriada, a definição de vulnerabilidade como “*the extent to which climate change may damage or harm a system;*

it depends not only on a system's sensitivity but also on its ability to adapt to new climatic conditions".⁴ (WATSON et. al,⁵ 1996 *apud* ADGER e KELLY, 2000, p.326-327). Segunda tal definição, a sensibilidade seria medida pela capacidade de resposta do sistema às mudanças, nesse caso, as do clima. Esta definição, de acordo com os autores mencionados, sugere que vulnerabilidade seja avaliada a partir de estimativas do "potencial de mudança do clima" e as correspondentes "respostas adaptativas".

Em 2001, foi lançado o terceiro relatório do IPCC e, nesse documento, a vulnerabilidade passou a ser definido como:

The degree to which a system is susceptible to, or unable to cope with, adverse effects of climate change, including climate variability and extremes. Vulnerability is a function of the character, magnitude, and rate of climate variation to which a system is exposed, its sensitivity, and its adaptive capacity (IPCC, 2001 *apud* BROOKS, 2003, p.5).⁶

A partir do referido relatório, o tema da vulnerabilidade passou a ocupar lugar de destaque no IPCC, ao figurar-se como um dos principais temas do II Grupo de Trabalho, junto com a problemática dos impactos e de adaptação às mudanças do clima (O'BRIEN *et al.*, 2004). Em 2007, foi publicado o quarto e último relatório do IPCC e, **nele, a vulnerabilidade passou a ser definida como o "grau de suscetibilidade ou incapacidade de um sistema para lidar com os efeitos adversos da mudança do clima, inclusive a variabilidade climática e os eventos extremos de tempo"** (IPCC, 2007a, p.28).

As definições de vulnerabilidade, desde o início das discussões o IPCC, foram orientadas por um foco específico na exposição dos sistemas, sociais e ambientais, a determinados eventos críticos do clima e como lidariam com tais circunstâncias. Na ausência de um consenso entre os pesquisadores da temática, prevaleceu a indagação: seria a vulnerabilidade determinada puramente pelas características internas de um sistema ou por sua com-

4. À medida em que a mudança do clima pode danificar ou prejudicar um sistema, que depende não apenas da sensibilidade de um sistema, mas também da sua capacidade de se adaptar às novas condições climáticas (tradução nossa).

5. WATSON, R. T. ZINYOWERA, M. C., and MOSS, R. H. (eds.): 'Climate Change 1995', in Impacts, Adaptations and Mitigation of Climate Change: Scientific-Technical Analyses, Cambridge University Press, Cambridge.1996.

6. O grau em que um sistema é suscetível a, ou incapaz de lidar com os efeitos adversos da mudança climática, incluindo variabilidade climática e os extremos. Vulnerabilidade é uma função do caráter, magnitude e taxa de variação climática ao qual um sistema é exposto, sua sensibilidade e sua capacidade adaptativa(tradução nossa).

binacão com o fator ameaçante? Para responder tal questionamento, duas abordagens teóricas e metodológicas tensionaram, a saber: a que adota a compreensão da vulnerabilidade como “ponto final” e a que se refere à vulnerabilidade como “ponto de partida” (ADGER and KELLY, 2000).

A vulnerabilidade como “ponto final” seria resultado da interação entre impactos de um dado evento (no caso em tela, daqueles relacionados às mudanças do clima) e o processo de adaptação empreendido. A interação do evento ameaçante com o sistema social ou ambiental e a capacidade de mitigação de danos eventualmente havidos revelariam quão vulnerável o mesmo seria ou não. Por seu turno, a vulnerabilidade como “ponto de partida” seria um estado precedente do referido sistema, mas que poderia ser agravado pela interação com eventos críticos (ADGER and KELLY, 2000).

A abordagem da vulnerabilidade como “ponto de partida” valoriza acentuadamente o estudo de dimensão natural das mudanças do clima, a saber: a construções de projeções de tendências futuras de emissões, o desenvolvimento de cenários climáticos, o impacto biofísico. Após compreender tais aspectos, busca identificar as possibilidades de adaptação e, por fim, avaliar o grau de vulnerabilidade do sistema medida pelo número de mortos, o nível de destruição das infraestruturas, o impacto na economia etc (ADGER e KELLY, 2000). De acordo com O’Brien *et al* (2004), o diagnóstico dos eventos biofísicos relacionados às mudanças do clima constitui a principal preocupação desta abordagem, que aponta para a necessidade de reduções de emissões de gases de efeito estufa e afins. Prevalence, aqui, o olhar das ciências exatas e naturais na medida em que essas desenham o problema e têm competências específicas para manejar os instrumentos requeridos para o diagnóstico e prover soluções.

Enquanto isso, a abordagem da vulnerabilidade como “ponto final” avalia o problema independente de previsões de comportamento adaptativo; ou seja, ao largo do que vai acontecer após o impacto de um fator ameaçante (ADGER e KELLY, 2000). Sua análise concentra-se, antes de tudo, na sensibilidade prévia do sistema. As estratégias de adaptação, nesse caso, estão atreladas às limitações constatadas no período anterior ao impacto do evento adverso previsto. A analogia com a metáfora do “soldado ferido” ilustra bem a fundamentação desta perspectiva: um soldado ferido deitado em pleno campo de batalha, ou seja, com as suas capacidades de resistência sendo testadas ao limite ao encontrar-se sob riscos de ataque. A sua vulnerabilidade, no entanto, não se deve à possibilidade de ser atacado ou ser morto pelo inimigo, mas pelo ferimento precedente, o qual o impossibilita lutar em iguais condições ao inimigo, ou mesmo, decidir por uma opção diferente. Assim, a vulnerabilidade deve-

rá ser definida pelo estado existente (a ferida existente) e não por aquilo que pode acontecer no futuro (qualquer ataque eventual) (ADGER e KELLY, 2000). O foco nos fatores pré-existentes, que restringem a capacidade de responder é, pois, prioritário nessa segunda abordagem em torno do conceito de vulnerabilidade a qual, então, adotamos para fins de subsidiar a interpretação do caso dos *Bijagó* da Ilha de Formosa, na Guiné-Bissau.

Os *BIJAGÓ*

Os *Bijagó* são um grupo étnico da Guiné-Bissau que guarda nas suas práticas cotidianas os valores típicos da tradição ancestral. Residem, na sua grande maioria, no arquipélago que leva o mesmo nome da etnia. O isolamento geográfico em relação as outras regiões do país contribui, em certa medida, para a conservação de um modo de vida baseado na produção da subsistência, mantendo uma relação mais integrada com o meio natural do seu entorno. Conforme Diegues, em sociedades tradicionais, geralmente,

[...] existe uma interligação orgânica entre o mundo natural, o sobrenatural e a organização social. Nesse sentido, [...], não existe uma classificação dualista, uma linha divisória rígida entre o “natural” e o “social” mas sim um *continuum* entre ambos (DIEGUES, 2000, p.1).

Esta é uma marca fundamental da sociedade *Bijagó*. Dentro de sua comunidade, “*as decisões relativas à utilização do espaço e dos recursos são tomadas pelos mais velhos, em cerimônias durante as quais são consumidos recursos específicos da fauna e/ou da flora (manatins, ostras, mangas...)*” (AMBROISE; HENRIQUES, 2009, p. 5). O uso dos recursos naturais é feito de forma comedida, de modo que possa haver disponibilidade constante para os membros da comunidade.

A atividade produtiva de subsistência mais importante para os *Bijagó* é a produção de arroz, a qual os mesmos chamam de *pabi*, que dura quase o ano inteiro, havendo no máximo dois meses de intervalo para o reinício de todo o ciclo de produção. Este ciclo, em geral, começa a partir de dezembro, com a cerimônia de “*cura fanadu*”. Os mais velhos, liderados pelo *Balobeiro*,⁷ junto com os jovens adultos, chamados de *camabi*,⁸ se deslocam

7. Líder tradicional e espiritual.

8. Para cada fase da vida do *Bijagó*, tanto homem como mulher, o indivíduo passa por uma cerimônia de iniciação onde ele adquire legitimidade e passa a pertencer a uma determinada camada, adquirindo seus direitos e deveres, *camabi* é a fase intermediária entre a juventude e a vida adulta.

à um lugar sagrado e isolado na floresta, por um período de duas a quatro semanas, onde realizam cerimônias e pedem aos ancestrais uma boa safra para o ano agrícola que começará. Ao terminarem tal cerimônia, comunicam à comunidade que já foi abatida a primeira árvore, *corta pó*. Este é um ato simbólico que autoriza a comunidade a proceder com o abate das demais árvores e limpeza do lugar de produção. Assim que a comunidade termina a limpeza, passa-se para a cerimônia posterior, que autoriza o desrriame das palmeiras. Nesta, pede-se aos ancestrais que proteja a comunidade, sobretudo os homens, dos riscos de trepar uma palmeira e do perigo de encontrar com algum animal perigoso, como é o caso de cobras, animal abundante nas ilhas. Da referida cerimônia, só participam os mais velhos, isentando os *camabis* de participação “obrigatória”. Após isso, a comunidade procede ao desrriame das palmeiras. Os ramos são deixados até se secarem para, em seguida, serem queimados.⁹ Ao realizar a queimada, o lugar fica pronto para ser semeado. Para isso, novamente, os mais velhos realizam a cerimônia que permitirá a comunidade começar a semeadura. Quando o arroz começar a florescer, todos os que possuem um campo de cultivo, um *lugar*, são obrigados a sacrificar uma galinha, pedindo uma boa safra aos Irã.¹⁰ Já em fase bem avançada de produção, as mulheres assumem a cerimônia, retirando parte do produto final para ser oferecida em sinal de reconhecimento e agradecimento, aos ancestrais, pelos serviços prestados à comunidade.

O primeiro do grupo que tiver pronta a sua safra deverá avisar ao *Balobeiro* para este agradecer aos ancestrais. Essa cerimônia possui menos formalidades, porém, é obrigatório efetuar a comunicação antes de começar a colheita. As atividades como a pesca, a colheita, a *corta*, a coleta de mariscos e dos frutos silvestres são complementares à produção de arroz. A realização de cerimônias antes do período da produção visa não somente produzir um efeito de controle sobre a natureza como também tem como objetivo oferecer garantia de segurança à comunidade para realizar suas atividades cotidianas sem grandes preocupações.

OS FATORES DE AMEAÇA SEGUNDO O OLHAR COMUNITÁRIO

A grande variabilidade das ocorrências de chuvas e limitações para a realização das cerimônias mencionadas constituem dois dos maiores fatores de ameaça à produção de subsistência e a manutenção do modo de

9. De acordo com os relatos, a queimada possui duas funções principais: a de melhorar a fertilização do solo e a de diminuir a capacidade de crescimento de ervas daninhas.

10. Entidade sagrada e espírito protetor, presente na maioria do povo tradicional da Guiné-Bissau.

vida dos *Bijagó* de Formosa. Vejamos, pois, como os argumentos comunitários se desenrolam.

DISCURSO DE ESCASSEZ E ALTA VARIABILIDADE DA CHUVA

Idéia Central: A irregularidade da chuva é o maior perigo a produção da subsistência

Clima atual é diferente com o do passado, antes chovia muito, trabalho corria satisfatoriamente, trabalhávamos sem problema. Atualmente, chove, mas não como dantes. Chove uma vez, demora muito tempo para voltar a chover, por vezes, chove numa região, e na outra não. Geralmente, chovia no mês de maio, trabalho de campo era feito em dois a três meses, mas agora, chove só no fim de junho e início de julho, com isso, as pessoas são obrigadas a trabalhar somente dois meses (julho e agosto). Se não terminarem o seu trabalho nestes dois meses, tudo o que vier a ser feito depois, corre o risco de não dar certo, porque termina de chover em outubro. Tem-se agora, mais ou menos, quatro meses de chuva, ao invés de seis, não chove mais em maio, nem em novembro. Quando demora para chover, causa-nos muito problema, muitos não conseguem nada no “lugar”, parte da plantação sai bem e outra não, por isso, perdem vontade de repetir o mesmo trabalho, com medo de se fracassar novamente. A chuva tem sido o nosso maior problema, não se sabe o que será dela daqui para frente, há anos em que chove bem, em outros, chove mal.

Nesse caso, a variabilidade na ocorrência de chuvas não é um problema em si mesmo, mas quando articulado às práticas econômicas no interior da comunidade.

Tendo em conta um *continuum* entre o natural e o social, no imaginário local, o não cumprimento dos compromissos assumidos pelos Irãs poderá acarretar em penalização de toda a comunidade, através da recusa da natureza em prover os bens vitais necessários à subsistência da mesma. Esses compromissos são temporariamente renovados através de cerimônias de iniciação, onde os indivíduos, além de passarem por uma socialização específica com os membros da comunidade a reproduzem com a própria natureza do seu entorno, através da transmissão dos segredos de uso e manipulação do *tchon*.¹¹ Renova-se constantemente o pacto com o *tchon* outrora feito pelos

11. Termo nativo para território.

ancestrais e, conforme demonstrará a representação seguinte, o abandono dos valores tradicionais, como este, está na origem de fenômenos naturais que limitam a sobrevivência do grupo social.

DISCURSO TRADICIONAL DE DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA DA ESCASSEZ DA CHUVA

Idéia Central: A escassez da chuva é um problema socialmente construído

Quando não chove, os mais velhos se reúnem no “fanado” para pedir chuva aos “Irans”. Estes por seu turno, se estiverem satisfeitos, geralmente, nos enviam à chuva. Chove, porém, vem e vai rápido. Todo mundo tem seu uso e costume, mas, atualmente, estamos espalhados, não existe união, não se consegue falar sozinho pela comunidade, as pessoas têm de se juntar em torno do mesmo objetivo. É importante que os mais velhos, antes que morram, transmitam aos mais novos os ensinamentos e “segredos” do “tchon”, para que o nosso laço se mantenha firme. Tudo o que se faz é parte da lei dos *Bijagó* de todo o país. Todos têm sua Baloba que nos diz o que fazer, essa é a regra. O “tchon” está estragando conosco devido o abandono dos mais jovens, não empenham mais em aprender com os mais velhos, nem se dedicam à comunidade. Costumamos buscar solução de “tchon” para o problema da escassez da chuva. Quando a comunidade se junta ao balobeiro, as coisas decorrem como desejado, mas as pessoas estão abandonando a tradição e os “irans” não ficam satisfeito com isso.

Esta última representação complementa as anteriores.

OS ATRASOS NO CALENDÁRIO DAS CERIMÔNIAS É O MAIOR PROBLEMA EM RELAÇÃO AO ATRASO DAS CHUVAS

Idéia Central: As cerimônias constituem a base de subsistência dos *Bijagó*

O problema maior da produção de arroz reside no calendário que não é respeitado. Antes, geralmente, no início de maio, todo mundo já teria preparado o seu lugar. Assim que chovesse, plantava-se, em três meses ficava tudo pronto. No entanto, uma dificuldade que encontramos, talvez mais forte do que a da chuva, tem a ver com

o calendário das cerimônias. Os *Bijagó*, antes do processo de produção no “lugar”, fazem cerimônias para que todo o processo corra bem. Antes se fazia cerimônia em tempo certo, no entanto, dada algumas mudanças, alguns jovens abandonaram as cerimônias que se fazia. É uma das coisas que nos atrasa mais, porque antes das cerimônias não se pode fazer absolutamente nada. Devido esse atraso, as pessoas começam o trabalho só em abril, meados de maio. Às vezes chove antes do termino do trabalho preparatório necessário para uma boa produção, principalmente a queimada, o que prejudica todo o processo de produção, por que o arroz não cresce como deveria. Mais do que a chuva, o atraso nas cerimônias é o maior problema.

PARA CONCLUIR

O Homem constitui aqui a medida de todas as coisas. Se, para o IPCC, as mudanças do clima são decorrentes da intervenção humana na natureza, para os *Bijagó* também ocorre o mesmo; todavia, diferenciam-se na forma como a natureza é concebida e na relação que os indivíduos mantêm com ela. Pode-se dizer que a natureza, para os *Bijagó*, constitui uma entidade não apenas viva, mas social, a qual por meio de um conjunto de pactos se mantém num ritmo que contribui para a sobrevivência de ambas as partes. A perda de valores culturais e a recusa de práticas tradicionais por membros da comunidade *Bijagó* estão presentes no processo de imigração dos membros mais jovens do grupo. Com sua partida, sua socialização sofre influência dos valores exógenos aos da etnia, sobretudo valores da modernidade, o que é visto, no interior do grupo, como uma das causas da crise comunitária *Bijagó* que tem reflexo na forma como a natureza se manifesta.

*Ronea Irã*¹² tem sido o maior recurso do repertório cultural dos *Bijagó* para fazer frente às dificuldades enfrentadas em termos da segurança alimentar. Devido sua forte confiança na capacidade de proteção dos *Irãs*, os *Bijagó* não se vêem como altamente vulneráveis. Asseveram que o recurso aos *Irãs*, em casos de perigo, geralmente, tem sido eficiente.

Observou-se uma nítida resistência cultural comunitária para acessar outras formas de interpretação das mudanças que estão ocorrendo nos fenômenos atmosféricos o que, eventualmente, poderá constituir um fator de vulnerabilidade para os *Bijagó*, na medida em que, conseqüentemente, dificulta a adoção de medidas preparativas alternativas que reduzam sua vulnerabilidade diante eventos extremos do clima. Por outro lado, a

12. Adoração de Irã, geralmente feita com sacrifício de galinhas, oferta de bebidas e realização de danças tradicionais sob o comando do Balobeiro.

sua condição de povo tradicional poderá colocá-lo na condição de subalterno frente a grupos modernos, como os que se apresentam como peritos da área ambiental, o que poderá incidir numa interação social que silencie ou desmereça as aceções *Bijagó* sobre as mudanças bióticas e abióticas em curso bem como tratar como irrelevante o sentido de mundo e de pertencimento que o caracterizam.

Na perspectiva *Bijagó*, o fator “social” possui maior peso na construção do entendimento de si como grupo vulnerável do que o fator “natural”. Isso porque, para o mesmo, o “natural” depende fortemente do social. O grupo se reconhece como parte das transformações socioambientais em curso, dos problemas que estão ocorrendo, como em relação à irregularidade das chuvas. Assim, o grupo se considera como detentor de poder de resolução, podendo reduzir sua vulnerabilidade através da maior coesão social.

De acordo com Adger (2006), a incerteza representa um dos maiores problemas de vulnerabilidade. Esta pode induzir os diversos grupos a erros na tomada de decisão quanto na atitude necessária para fazer face aos desafios ante um determinado fator de risco. Os medos e as incertezas levantadas são sempre referentes ao meio social e não às coisas. O êxodo dos jovens e a perda de referências e valores tradicionais certamente concorrem para influenciar deletariamente sua relação com o *tchon* e, independentemente da ocorrência dos eventos críticos que as mudanças climáticas apontam, essa prática coletiva pode estar pondo a perder o domínio de modos particulares de socialização não apenas referidos à produção da subsistência comunitária, mas à retroalimentação identitária coletiva.

REFERÊNCIAS

- ADGER, W. N.; KELLY, P. M. Theory and practice in assessing vulnerability to climate change and facilitating adaptation. *Climatic Change* 47. 325-352, 2000.
- ADGER, N. W. Vulnerability. *Global Environmental Change*, Elsevier, v. 16, p. 268–281, 2006.
- AMBROISE, B. R.; E. HENRIQUES, A. *Palavra de Urok!* Ensinos e impactos da Área Marinha Protegida Comunitária das Ilhas Urok. 2009. Disponível em: www.lafiba.org/index.php/fr/content/.../1/.../101ParolesUROKPort.pdf Acesso em: 29/10/2010.
- BROOKS, N. Vulnerability, risk and adaptation: a conceptual framework, Working Paper 38, 845 Tyndall Centre for Climate Change Research, Norwich, UK. 2003.
- DIEGUES, A. C. Conhecimento e manejo tradicionais. *Ciência e biodiversidade*. São Paulo, NUPAUB-USP. 2000.
- FAO. Climate change implications for food security. Twenty-sixth Regional Conference for Africa. Luanda, Angola, may, 2010.
- LEFRÈVRE, F., LEFRÈVRE, A.M.C. Os novos instrumentos no contexto da pesquisa qualitativa. In: Lefèvre F, Lefèvre AMC, Teixeira JJV, organizadores. *O discurso do*

sujeito coletivo: uma nova abordagem metodológica em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS; 2000. p.35-52.

O'BRIEN, K. ERIKSEN, S. SCHJOLDEN, A. NYGAARD, L. What's in a word? Conflicting interpretations of vulnerability in climate change research. CICERO Working Paper. 2004.

IPCC - PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS DO CLIMA. *Impactos, adaptação e vulnerabilidade*. Bruxelas, 2007a.

IPCC - PAINEL INTERGOVERNAMENTAL DE MUDANÇAS DO CLIMA. *A base das ciências físicas*. Paris, 2007b.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. *Programa de Ação Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas na Guiné-Bissau (PANA)*, 2006.

SEMEDO, R. *PAIGC: a face do monopartidarismo na Guiné-Bissau (1974 a 1990)*. São Carlos: UFSCar, 2009. 115 p. Dissertação do Mestrado em Ciência Política.

VALENCIO, N. Defesa civil num contexto multiétnico e multireligioso: uma contribuição da sociologia nos caminhos para assistência humanitária em Guiné-Bissau. In: VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor; GONÇALVES, Juliano Costa. *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: Rima Editora, 2009.p.227-235.

CAPÍTULO VI

A HISTÓRIA DAS ENCHENTES NO MUNICÍPIO DE MARABÁ: MITOS E VERDADES NO COTIDIANO DA CIDADE

José Augusto Carvalho de Araújo

INTRODUÇÃO

Esse estudo teve como objetivo analisar sociologicamente a formação do município de Marabá, no estado do Pará, e os desastres relacionados às enchentes, que ali se tornaram frequentes. Fez-se uma síntese da literatura sobre o tema bem como levantamento e análise de registros documentais de acervos de instituições locais, como os do órgão de Defesa Civil, da Universidade Federal do Pará – UFPA, da Universidade Estadual do Pará – UEPA e da Casa da Cultura. A pesquisa de campo ocorreu especificamente num bairro localizado na parte mais baixa da cidade, onde se localiza a Marabá Pioneira, conhecido como “Cabelo Seco”. Ali foi fundado o município de Marabá, pelo maranhense Francisco Coelho da Silva, no ano de 1898.

Foram realizadas entrevistas abertas com o representante da Coordenadoria da Defesa Civil do Município de Marabá – COMDEC e com a população ribeirinha da localidade, os quais apresentam pontos de vista distintos sobre o problema socioambiental supra. No que concerne à população ribeirinha e aspectos essenciais da constituição de sua territorialidade fragilizada, apresenta-se dimensões da sua organização familiar, do processo de adaptação ao ambiente alterado e de seu espaço de convivência.

UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA SOBRE AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DOS DESASTRES: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A interpretação do que seja desastre depende do repertório cultural e do funcionamento interno de cada sociedade. Num desastre, os traços culturais dos grupos afetados podem ser acentuados e submetidos a exa-

Apoio: Universidade do Estado do Pará – UEPA, Campus de Marabá.

mes por quem está de fora do acontecimento (GHERARDI, 1998; ALEXANDER, 2005).

Desastres são fenômenos sociais e os grupos que moram em áreas consideradas de riscos não contam com uma política preventiva.

No caso de Marabá, os desastres estão historicamente relacionados às cheias excepcionais e geram perdas materiais e mudanças no cotidiano da população local. Como as enchentes são também sazonais, suscitam processos de migrações internas no município. Essa situação provoca a desorganização das rotinas normais da vida comunitária, gerando adversidade, desamparo e sofrimento nas pessoas afetadas.

Para interpretar o simbolismo da catástrofe, é útil distinguir entre os pontos de vistas individuais e coletivos (DYNES and QUARANTELLI, 1976). Para os que sobrevivem, o desastre é um marco nas suas vidas, define o resto do significado da vida. Os desastres trazem às pessoas de volta para a sobrevivência do dia a dia, onde oprime a privação de bens, há o sofrimento decorrente da lesão ou das perdas havidas (ERICKSON, 1994). Interpretações do desastre pode ser dividido em três categorias: a) funcionais, quando incluímos os processos simbólicos, físicos e sociais; b) lingüístico, na expressão verbal sobre os acontecimentos e c) na forma de alegoria ou parábola, isto é, como um conto a ser contado, uma estória de vida, um tipo moral (ALEXANDER, 2005). Um desastre pode ser considerado como um castigo divino ou uma traição da confiança em sistemas de segurança (HORLICK-JONES, 1995) e nas sociedades ocidentais há uma tendência crescente para recriminar os grupos afetados, tidos como negligentes, idéia que têm forte conotação moral (OLSON, 2000).

No caso de Marabá, a especificidade de sua circunscrição na região amazônica traz particularidades socioambientais ao problema do desastre. Neste breve texto, nos propomos a apresentar sucintamente a formação do núcleo urbano, com os seus contrastes, alguns dos significados nas práticas de territorialização dos grupos tradicionais e também dos empobrecidos na localidade e as resistências às medidas técnicas diante às cheias excepcionais, particularmente no que concerne à medida de deslocamento das famílias mais afetadas para os abrigos temporários instalados pela Defesa Civil do município.

UM BREVE HISTÓRICO SOBRE A FORMAÇÃO DA CIDADE DE MARABÁ E AS CHEIAS NO SUDESTE DO ESTADO DO PARÁ

Por volta do ano de 1898, no Vale Médio do Tocantins, a ocupação humana se deu motivada pelo extrativismo da borracha. Os castanhais estavam localizados na porção meridional da região norte dos rios Tocan-

tins, Tapajós, Xingu e Madeira, além da margem esquerda do Rio Amazonas, em menor proporção (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ, 1984). No início da década de 1920, a decadência da borracha é nítida e a ascensão da exploração da castanha-do-pará torna-se o mote da ocupação humana. Com isso, Marabá continuou sendo espaço de exploração comercial por migrantes que chegavam ainda mais à região.

Até que as estradas chegassem, como parte do planejamento do governo militar tentando integrar esta região ao resto do país, havia uma interação entre a cidade e as comunidades ribeirinhas estabelecidas às margens dos rios Itacaiúnas e Tocantins (PEREIRA, 2006). Na década de 1980, com a implantação dos projetos de exploração de minérios de ferro, manganês, bauxita, além da exploração do ouro, em Serra Pelada, a supremacia dos fluxos sociais e econômicos por via fluvial foi substituída pelas estradas, acelerando o processo migratório para a região, principalmente de maranhenses, goianos e cearenses (EMMI, 1987).

Esses três momentos – o da borracha, da castanha-do-pará e o da exploração mineral – marcam o adensamento rural e urbano de Marabá. E esse último se torna ascendente, mas caracterizado por uma pobreza estrutural devido às incertezas e à degradação humana da forma como se constituiu o extrativismo mineral na região.

O clima do município de Marabá é do tipo AM, na classificação de KÖPPEN, no limite de transição para AW (MEDEIROS, 1974 citado por YOSHIOKA, 1986). A localidade está em uma altitude média de apenas 125 metros em relação ao nível do mar e compreende uma área de aproximadamente 37.373 km².

O aumento da massa de ar relacionada à precipitação pluviométrica acontece entre os meses de dezembro a janeiro. No mês de fevereiro, a temperatura cai para a menor média anual, em torno de 21° C. Em março, geralmente, registra-se o maior índice pluviométrico na localidade, ultrapassando os 2.000 mm. A partir de julho, a influência da massa equatorial atlântica diminui o índice pluviométrico e a temperatura, por sua vez, aumenta, chegando acima de 30° C (MEDEIROS, 1974 citado por YOSHIOKA, 1986).

Historicamente, o núcleo urbano de Marabá sofre periodicamente com as enchentes de maior ou de menor intensidade. Entretanto, na década de 1970, as cheias ocorreram com maior frequência. Há registros de grandes cheias nos anos de 1906, 1910, 1926, 1947, 1957, 1968, 1974, 1978, 1979, 1980. Segundo os moradores locais, as cheias da década de 1980 chegaram a alcançar 17,42 metros de altura, sendo a maior de toda

a história, segundo o serviço de hidrologia do Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE, do Ministério de Minas e Energia (YOSHIOKA, 1986).

A enchente de 1926 inundou toda a cidade, destruiu todas as casas e os moradores do local tiveram de deixá-lo. Por quatro meses, o povoado Lago Vermelho (hoje Itupiranga) abrigou parte desses moradores tornando, inclusive, provisoriamente, a Sede da Comarca de Marabá (CORREIO DO TOCANTINS, 05/04/2000 p.05), outros procuraram abrigo no Amapá, bairro localizado do lado esquerdo do Rio Itacaiúnas. A enchente ocorrida no ano de 1980 é considerada, até a presente data, a maior da história de Marabá. O rio Tocantins passou o nível de 12 metros, do período do verão, para 17,42 metros, no período denominado regionalmente como inverno (equivalente ao das chuvas) (CORREIO DO TOCANTINS, 2000 e MATTOS, 1996). Atualmente, as enchentes afetam, sobretudo, a população mais pobre de Marabá. Quando a água dos mananciais sobe, esse grupo é obrigado a se instalar, muitas vezes durante três ou quatro meses, em abrigos improvisados. O trabalho a que se dedicam alguns dos membros das famílias abrigadas se inviabiliza, tal como o que realizam os pescadores, as lavadeiras, os carregadores, os oleiros. Esses perdem os seus meios de sobrevivência uma vez que são deslocados para abrigos instalados longe de seus lugares de trabalho, os quais eram nos rios ou em suas margens. Muitas casas, por vezes em condições construtivas bastante precárias, se deterioram irreversivelmente com as enchentes e os quintais, onde muitos plantam legumes e hortaliças, são por elas destruídos (PEREIRA, 2006).

UM TRAÇO CULTURAL ENTRE O DIVINO E O SAGRADO DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NO MUNICÍPIO DE MARABÁ

O termo *marabá* é de origem indígena, *tupi guarani*. Segundo Gastão Cruis, Marabá seria toda pessoa que, por algum motivo, se torna indesejável na tribo. Baseado nas crenças indígenas, a criança marabá traria uma herança que poderia trazer tanto benefícios como malefícios para a tribo; mas, como prevenção, temendo eventuais desgraças que pudessem assolar a tribo, era preferível sacrificar o *marabá*. O poeta maranhense Gonçalves Dias fez outra interpretação do significado da referida palavra. Tratar-se-ia de “*toda criança que nascesse do cruzamento com um europeu, com um invasor. Portanto marabá seria um filho da mistura mestiça e, segundo as tradições da cultura indígena, seria ou deveria ser desprezado pelos outros índios, uma vez que acontecesse a miscigenação das raças*” (JADÃO, 1984 p.23)

A Região de Marabá possui uma área indígena cujas etnias estão distribuídas, principalmente, entre os índios *Txicrim*, *Caiapó*, do grupo *Gê* – ambos localizados principalmente às margens dos rios Itacaiúnas (na área indígena Cateté – os *Surui*, do grupo *Tupi-guarani* – localizados na afluição do rio Itacaiúnas, já às proximidades de Marabá (na área indígena Sororó) – e os índios *Gaviões*, também do grupo *Gê*, moradores da margem direita do rio Tocantins (na área indígena Mãe Maria) (JADÃO, 1984 p. 131-132). Diz a lenda, na mitologia dos *Gaviões*, que nos primórdios do mundo, os que viviam nas matas da roça caçavam para sobreviver. Mas, havia um enorme tatu deitado por sobre as águas de todo o planeta, controlando e deixando fluir somente o necessário para os homens, animais e flora consumirem. Com a escassez da caça no entorno da comunidade, houve a necessidade dos índios viajarem para muito longe das suas aldeias para caçarem. Então, se formaram dois grupos: um, de preguiçosos, os quais não queriam fazer esforço algum para caçar os seus alimentos (“homens ruins”) e outro, o grupo dos que preferiram esforçar-se e foram para longe, matar o tatu para comer, o que correspondeu à origem dos *Gaviões* (“homens bons”). Poucos podiam vigiar o tatu das águas o tempo todo, que logo foi morto pelo grupo de “preguiçosos” caçadores. Diz a lenda que, imediatamente após à morte do tatu, as águas começaram a subir de forma incontrolada, inundando todo o planeta Terra.

Na interpretação dos índios *Gaviões*, os “maus homens” voltaram em cima de canoas para atrapalhar a sua vida bem como a dos homens civilizados. A partir daí, as enchentes teriam passado a ser constantes tormentos na vida do povo marabaense (JADÃO, 1984).

Os povos indígenas foram os primeiros habitantes da região de Marabá e, como ocorreu no restante do Brasil, foram povos perseguidos pelos exploradores da referida região, além de alvos de ameaça de caçadores de pele e de garimpeiros. Tais grupos invasores trouxeram consigo não apenas a naturalização das práticas perseguição aos povos tradicionais ali inseridos, mas trouxeram doenças, que suscitavam o extermínio desses povos. Atualmente, a região de Marabá é heterogênea na sua formação social e cultural e, além de etnias indígenas, a mestiçagem propiciou a importante ocupação territorial por grupos caboclos. O bairro ribeirinho denominado “Cabelo Seco” faz alusão à presença de negros na constituição do lugar, oriundos das comunidades quilombolas na região.

Pereira (2006) procura demonstrar que há uma invisibilidade da pobreza em Marabá, proliferada pelos vários bairros urbanos sem água encanada e sistema de esgoto, cujos moradores são, no geral, migrantes, trabalhadores itinerantes, de vida marcada pela provisoriabilidade e mobili-

dade, polivalentes em termos ocupacionais e que lutam cotidianamente pela sobrevivência. O que movimenta a cidade, segundo o autor, seria essa pobreza generalizada.

Em entrevista concedida ao autor, o historiador e professor da Universidade Federal do Pará – UFPA, Airton Pereira, faz uma crítica aos pioneiros invasores que posam como heróis nas crônicas do desenvolvimento da cidade, em comparação aos milhares de migrantes, de vidas itinerantes e marcadas pelos conflitos, sem profissão definida e cujos espaços de moradia, de sociabilidade e de vivências cotidianas alavancaram o comércio e contribuíram para a formação do núcleo urbano. Esses grupos desenvolveram uma vida comunitária e uma relação direta com os rios que circundam Marabá, incluindo o que se dá tanto no campo mítico como religioso.

O encanto com as águas que banham a cidade de Marabá é parte da cosmogonia comunitária marabaense. Diz a lenda “Encanto das Águas” que, os viajantes que trafegavam no rio Itacaiúnas se deparavam com uma “cachoeira grande”, muito perigosa, que causava grandes naufrágios; principalmente, para as pequenas embarcações com motor de popa. Em uma das travessias do rio, uma moça jovem, por infelicidade, teria morrido afogada nas águas profundas e o seu corpo nunca fora encontrado; mas, se encantara para ajudar os navegantes na difícil e perigosa travessia da referida cachoeira. Com o tempo, uma pequena capela foi erguida à margem esquerda do rio Itacaiúnas para abrigar uma imagem do Divino Espírito Santo. Porém, é para a menina encantada que muitas preces dos navegantes são endereçadas (JADÃO, 1984). Até hoje, o bairro do Cabelo Seco, animado pela população ribeirinha, cabocla e moradores em geral na Marabá Pioneira, promove, na primeira semana de junho, a festa do Divino Espírito Santo.

Os moradores se envolvem de várias maneiras com os rios, através de seus antepassados que cultivam essa relação, a exemplo das lavadeiras, dos pescadores. Os antigos moradores vivenciam as suas experiências até hoje. Quando os botos sobem os leitos dos rios há uma sinalização de previsão de enchentes na região. Vôos de pássaros nas margens dos rios é outra sinalização de enchentes, pois para os moradores a espécie de caramujo chamado Aroá deposita os seus ovos em cima das árvores para protegerem as suas crias das cheias (Sr. Barreto, 42 anos, morador e Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Cabelo Seco).

Os sincretismos mítico-religiosos foram produzidos ao longo do tempo e representam a vida da cidade e de seu povo, a exemplo do significado da festividade do “Divino Espírito Santo”: trata-se de uma prática religi-

osa em alusão a uma pedra, encontrada por pescadores da região, onde se via esculpido uma pomba, cunhada pelo tempo e de forma natural, e que representaria o Divino Espírito Santo. A comunidade passou a cultuá-la como forma de gratidão à proteção espiritual que a pedra lhes traria.

Além da festa do Divino Espírito Santo existe a Festa de São Sebastião que também faz parte das tradições do povo marabaense. Ela acontece sempre no mês de janeiro e têm como tradição as orações, cantarolas, distribuição de alimentos prontos, confraternização entre amigos. A Festa de São Sebastião admite o Sagrado e o Profano. O festejo de São Félix de Valois é outra festa da comunidade que promove a procissão da imagem. A festividade tem no Santo o Padroeiro da Cidade de Marabá, que acontece geralmente na última semana de novembro. Outra tradição já extinta há pelo menos três décadas chamava-se o Terecô de influência africana e de descendentes das entidades e do sincretismo religioso da Umbanda, através dos Orixás, do Espírito Santo, do uso de defumações; e da reza do terço da influência do catolicismo (**Sr. Barreto, 42 anos, morador e Presidente da Associação dos Moradores do Bairro Cabelo Seco**).

As diversas manifestações culturais estão distribuídas ao longo do ano, e, geralmente, acontecem às margens dos rios que banha o Bairro do Cabelo Seco, localizado na Marabá Pioneira. A maior parte dessas festividades acontece no período das cheias dos rios Itacaíúnas e Tocantins. Mas é nas margens desses rios que outras atividades são desenvolvidas pela comunidade ribeirinha, como a lavagem de roupas pelas mulheres e a colheita de horti-fruti-granjeiros na região, realizadas predominantemente pelos homens. Quando abrigos temporários são erguidos, pelo órgão de defesa civil, fora do bairro, nas áreas mais altas da cidade e distantes, a população ribeirinha se sente deslocadas também culturalmente:

A comunidade ribeirinha não aceita ir para os abrigos temporários da Defesa Civil, por isso as famílias geralmente voltam para as margens dos rios. Na beira dos rios acontecem todas as festividades: as quadrilhas juninas em junho; as festas de carnaval, em fevereiro; o festejo de São Félix, em novembro; a festa do Divino Espírito Santo, em junho; a festa de São Lázaro, em fevereiro e a de São Sebastião, em janeiro. A Defesa Civil está sempre atrasada em relação aos donativos e ao planejamento de remanejamento. A comunidade tem uma relação de cuidado e preservação com os rios, que alimentam e fertilizam as vazantes dos rios, onde são plantados milho, macaxeira, abóbora, jerimum, melancia, feijão, e verduras em geral. As frutas e

verduras são geralmente trocadas por peixes entre pescadores e moradores, pois quase sempre são entre familiares (**Sr. Raimundo Coelho de Souza, 67 anos – conhecido como o Sr. Chengo, morador da comunidade Cabelo Seco**).

Ao consultar a Defesa Civil local, fui informado que uma nova metodologia tem sido utilizada para estabelecer os parâmetros adotados para o controle do nível dos rios. São parâmetros técnicos, que levam em consideração apenas os índices pluviométricos, conforme abaixo explicado:

A Defesa Civil usa a régua pluviométrica. É feito um estudo anual em dois períodos, inverno e verão para encontrar o nível baixo da lâmina d' água para ser monitorado. A partir daí delimita-se o nível zero, onde se encontra um ponto seguro, onde a régua é fixada e não poderá ser removida. O posicionamento das réguas é de um em um metro de distância de cada régua fixada até o limite máximo estabelecido no município, que é de 14 metros, que é altura da orla da cidade, ou seja, a parte mais alta. A partir dos 10 metros de altura do nível dos rios Marabá entra em nível de alerta. Com 12 metros de altura o município entra em situação de emergência e a partir de 14 metros o município entra em estado de calamidade pública, fato este que já aconteceu nas cheias de 1926, 1957, 1980 e 1997. Com a cheia de 1980, que chegou a 17,42m, se originou os Núcleos da Nova Marabá e Cidade Nova. Existem também especulações de que a cheia de 80 foi provocada pela construção da Barragem da Hidrelétrica de Tucuruí (**Joab Barbosa Pontes, Coordenador da Defesa Civil do Município**).

O processo de desapropriação das terras para a construção dos novos bairros é avaliado pela Defesa Civil como uma prática da administração pública relevante para o município de Marabá, por vários fatores, dentre os quais se destaca a necessidade de abrigar a população residente na parte baixa da cidade (Marabá Pioneira), a qual, desde o início do século XX, sofre com as enchentes e de criar novas estruturas de moradias compatíveis com o crescimento desordenado do município, devido o aumento desenfreado do processo migratório e aos grandes projetos na região. Para a Defesa Civil de Marabá, houve outros encaminhamentos por parte do poder público, às vezes desconhecido pela população local, com o objetivo de resolver os problemas das cheias sofridos pela população local:

Antes de 1935, houve na gestão do então interventor o General Intendente (Governador) Magalhães Barata a criação de um loteamento residencial denominado “quindangues” localizados na Marabá Pioneira, na margem esquerda do Rio Itacaiúnas e tinha

como finalidade transferir as famílias atingidas pelas enchentes. Esses lotes eram legalizados, mas logo foram vendidos pelas famílias que acabaram retornando para as áreas alagadas. Posteriormente, passou-se a pensar na construção de novos bairros. Me lembro que o Prefeito Municipal era o Dr. Haroldo Bezerra e o Governador do Estado era o professor Aluísio Chaves e eles foram um dos idealizadores. Eu era vereador municipal pela ARENA na época, no período que foi de 01/02/1971 a 01/02/1977. O Prefeito Haroldo Bezerra fixou cartazes nas áreas que alagavam proibindo a fixação de residência, a exemplo do Bairro do Amapá, Bairro da Santa Rosa, e algumas ruas transversais da Marabá Pioneira, mas a população não aceitou tal decisão e ao anoitecer retiraram todas as placas fixadas pela Prefeitura. Foi na gestão do Prefeito Haroldo Bezerra que foi criado o decreto que desapropria parte das terras no município para a construção do novo bairro [a nova Marabá], no ano de 1971, com fins a acomodar as famílias atingidas pelas enchentes (**Francisco Ribeiro Alves, conhecido como “bebé”, Coordenador Municipal de Defesa Civil**).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O modo de vida ribeirinho prevalece no processo de territorialização dos grupos que constituíram Marabá. Suas tradições mítico-religiosas, suas lendas e formas de viver e experimentar as suas tradições, ainda perdura de forma peculiar na Região de Marabá, resistindo a uma lógica de organização e planejamento modernos que se respalda num sistema de significados adotado pelo poder público, a exemplo dos abrigos temporários e dos novos bairros que visam deslegitimar o cotidiano de convivência com os rios que cortam a localidade. No bairro Cabelo Seco, as águas fluviais fazem parte do cenário da vida cultural e das tradições do povo marabaense.

Segundo Conceição (2001), continua sendo um desafio conhecer sobre as sociedades amazônicas, principalmente, pelo rearranjo adaptativo dos grupos que ali se territorializam e que interagem. O próprio fenômeno migratório em si, como um fenômeno histórico regional, não tem merecido grande atenção por estudiosos e pesquisadores.

A migração que constitui fator indutor ao crescimento urbano, nas últimas décadas, está relacionada à expulsão das terras rurais, considerando a crescente concentração fundiária e a implantação dos grandes projetos de investimento na Amazônia desde a década de 1960.

O melhor destino que possa ter as populações tradicionais não está atrelado apenas às políticas governamentais, mas ao respeito de seu

arcabouço cultural, sua memória, o misto de símbolos e signos do povo, formado pelo conagraçamento das diversas etnias locais. São práticas e modos de vidas permeados pelas águas doces e que deveriam ser considerados nas medidas que visam a proteção global da comunidade.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, D. An interpretation of disaster in terms of changes in culture, society and international relations In: Quarantelli, E.L; Perry, R. W. (org). *What is a disaster? New answers to old questions*, 2005. Vol. 4; Pag. 25-38. <http://www.saarc-sadkn.org/downloads/whatisdisaster.pdf>. Acessado em 13 de setembro de 2011.
- CONCEIÇÃO, M.F.C. Populações tradicionais, sociabilidade e reordenação social na Amazônia. In: JACKSON, Maria José (Org.). *Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa*. Belém: UFPA, 2001, p 141-164.
- DYNES, R. and QUARANTELLI, E. L. The family and community context of individual reactions to disaster. In: Parad, H. Resnick, H. and Parad, L. (eds.) *Emergency and disaster management: a mental health sourcebook*. Bowie, Maryland: Charles Press, 1976. p. 231-245
- EMMI, M.. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: Centro de Filosofia e Ciências Humanas/NAEA/UFPA, 1987.
- ERIKSON, K.T. *A New species of trouble: explorations in disaster, trauma and community*. New York: Norton, 1994.
- GHERARDI, S. A cultural approach to disasters. *Journal of Contingencies and Crisis Management*, 1998 6(2): 80-83.
- HORLICK-JONES, T. Agency and power in modern disasters. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, 1995 13: 357-359.
- JADÃO, P.B.R.. *Marabá: a história de uma parte da Amazônia, da gente que nela vivia e da gente que a desbravou e dominou, fazendo-a emergir para a civilização*. De 1892 até nossos dias. Prefeitura Municipal de Marabá. 1984.
- CORREIO DO TOCANTINS. Marabá, a cidade que nasceu e cresce à beira das águas. Marabá, 05 de abril de 2000.
- MATTOS, M. V. B.. *História de Marabá*. Marabá: Grafil, 1996.
- OLSON, R.S. Toward a politics of disaster: losses, values, agendas and blame. *International Journal of Mass Emergencies and Disasters*, 2000, 18 (2): 265-287.
- PEREIRA, A.R.. *A cidade invisível de Marabá*: Marabá. UFPA, 2006.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABÁ. *Marabá: a história de uma parte da Amazônia, da gente que nela vive e da gente que a desbravou e dominou, fazendo-a emergir para a civilização. De 1892 até nossos dias*. Marabá: PMM, 1984.
- YOSHIOKA, R. *Avaliação de implantação de núcleo urbano na Amazônia: exemplo de Nova Marabá-Pará*. São Paulo, 1986. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

CAPÍTULO VII

O CORPO COMO MEDIDA DE UMA VIDA DILUÍDA: O CASO DE RORAIMA

Norma Valencio

INTRODUÇÃO

Em junho de 2011, adentrando a Roraima pelos céus, e abaixo das grossas nuvens, via-se um impressionante misto de extensas áreas verdejantes e áreas alagadas. Águas infindas se sobrepunham sorrateiramente às rodovias, fazendo, por assim dizer, pouco caso da importância social dessa infraestrutura para o tipo de progresso que, sedento por asfalto, chegava naquela porção da Amazônia brasileira: aquele território lhes pertencia e por isso inundava-o por quilômetros a fio. Um trecho do pavimento, aqui ou acolá, ficava a seco. Mas, com o restante do asfalto mergulhado, o fluxo viário permanecia obstruído, com um punhado de motoristas fora de seus veículos, e se entendiam como reféns da situação, esperando o imprevisto de embarcações para resgatá-los.

Quem vinha de outras unidades da federação para a capital, Boa Vista – muitos desses, pessoas humildes, retornando de comprinhas ou de visita aos familiares no Amazonas e redondezas – era logo alertado pelos meios de comunicação: o ônibus mal ajambrado de costume não venceria àqueles percalços. Sem dinheiro para bancar a aquisição de um trecho aéreo, caro para as suas modestas economias, muitos ficaram longe de casa, de imprevisto, no terreno alheio, dormindo em rodoviárias, “se virando”, conforme vocalizam sem graça e com a feição aflita à espera de notícias de que as águas, por fim, baixaram.

Outros milhares de pessoas seguiam isolados pelas águas em vários municípios por todo o estado de Roraima, tanto em comunidades indígenas, como nas periferias urbanas e na zona rural. As chuvas intensas e

Apoio: MCT/CNPq.

Agradeço ao Corpo de Bombeiros Militar de Roraima as informações prestadas acerca de ações de Defesa Civil.

esparramadas estavam, como em outras ocasiões, bem acima da capacidade operativa dos órgãos envolvidos nas providências de reabilitação dos grupos sociais afetados. Infelizmente, a interrupção da vida cotidiana desses grupos, com a concretização de perdas e danos, era apenas mais um caso que ilustrava uma forma típica de atuação do Estado diante a sociedade, nos três níveis de governo: espera-se que algo de muito ruim, grave e inadmissível aconteça num dado meio social para que, então, alguma providência mais incisiva seja tomada. E, mesmo que tal providência se caracterize pela grandeza da escala e com muita repercussão midiática, está, no geral, abaixo do patamar que é requerido por aqueles que foram mais seriamente prejudicados nos acontecimentos. As insistentes rajadas de ar quente e úmido que me batiam a face ao descer do avião serviam para lembrar que mais águas seriam derrubadas dos céus ao longo daqueles dias e que, tão cedo, a terra de lavrar, as ruas de trafegar e as moradias nos baixios ficariam indisponíveis para um cotidiano tido como ‘normal’ naquelas terras do extremo Norte do país.

Nesse texto, tenciono apresentar alguns flagrantes desse processo de vulnerabilização dos grupos em corrente desvantagem social em Roraima, a partir de informações documentais e de campo. Através das mesmas, suscitar uma reflexão sociológica acerca das distinções entre a forma como o problema dos desastres relacionados às chuvas é concebido e enfrentado pelas autoridades locais e a forma como o mesmo é vivido pelos setores mais fragilizados da sociedade.

PANORAMA SOCIOAMBIENTAL E OS DESASTRES RECENTES

Até bem pouco tempo, Roraima constituía um dos territórios federais brasileiros ao lado de Rondônia, Amapá e do Acre. No ano de 1988, com a nova Constituição brasileira, elevou-se à categoria estadual, conferindo-lhe mais autonomia em termos governativos.

Segundo o Censo Demográfico do ano de 2010, a população total do estado de Roraima é de 450.479 habitantes, equivalendo a 115.844 domicílios. Desta população 49.637 é indígena, distribuídas em 2.551 ocas ou malocas assim como em aglomerados subnormais (85 pessoas), área urbana (5.983 pessoas) e área rural (2.465 pessoas). Os indígenas em Roraima são de diferentes etnias, dentre as quais se destacam as *yanomami*, *macuxi*, *ingariçô*, *patamona*, *waimiri-atroari*, *waiwai*, *taurepang* e *wapixana*.

Tal como ocorre em toda a Amazônia brasileira, Roraima tem sido palco de significativas tensões socioespaciais envolvendo povos indígenas e grupos migrantes de grandes produtores voltados para a rizicultura. Os primeiros sofrem um bombardeamento de visões preconceituosas em re-

lação aos seus direitos territoriais, as quais se disseminam pelo imaginário social para legitimar o projeto de modernização representado pelos últimos. Um dos episódios mais recentes, no âmbito de tais tensões, foi o que ensejou, por parte do Supremo Tribunal Federal (STF), a homologação em área contínua da Terra Indígena Raposa do Sol, episódio que levou à expulsão dos rizicultores que, ao longo de vários anos, inseriam-se naquele território e ganharam grande influência política estadual.

É pertinente trazer as considerações de Cunha (1994, p.25) sobre a importância que os indígenas tiveram nas questões geopolíticas, desde os tempos coloniais, para consolidar fronteiras, incluindo o caso do ora denominado estado de Roraima:

Alguns grupos [indígenas] apenas foram mantidos nos seus lugares de origem para que atestassem e defendessem os limites da colonização portuguesa: foram eles os responsáveis pelas fronteiras atuais da Amazônia em suas regiões. E o caso dos Macuxi e Wapixana, na Roraima atual, chamados no século XVIII de *muralhas do sertão*. O Barão de Rio Branco e Joaquim Nabuco fundamentaram na presença destes povos e nas suas relações com os portugueses a reivindicação brasileira na disputa de limites com a então Guiana inglesa, no início deste século. E há quem venha agora dizer que os Macuxi se instalaram apenas recentemente na área Raposa-Serra do Sol! Do ponto de vista da justiça histórica, é chocante hoje se contestar a conveniência de grupos indígenas povoarem as fronteiras amazônicas que eles ajudaram a consolidar.

Uma década e meia após tais considerações, de Cunha, o direito dos povos indígenas em relação à sua territorialidade na Raposa-Serra do Sol ainda seguia aviltado pelos grandes fazendeiros e pelos meios de comunicação que aderiam à causa desses, banalizando as formas intrusivas no território indígena. Na imprensa escrita e outras, matérias jornalísticas imprimiam adesão ao olhar *etnofóbico*.

A decisão do STF foi um duro golpe no processo de naturalização das práticas econômicas expansionistas dos grupos sociais modernizadores que, na agropecuária quanto no setor de energia e mineral, adentraram celereamente na Amazônia brasileira nas últimas décadas e impuseram uma reconfiguração territorial em nome de um vago 'interesse nacional'. Para os povos da floresta, a decisão foi celebrada, dentre outros, por sinalizar que os lugares não são descartáveis; ao contrário, ser e estar tornam-se binômios. As identidades acionadas por estes referem-se à memória coletiva de uma relação dinâmica entre os elementos naturais e as funções sociais do espaço, legado não facilmente substituível por compensações

monetárias. Lembra-nos Cunha (1994, p.121) que “*pode-se entender a identidade como sendo simplesmente a percepção de uma continuidade, de um processo, de um fluxo, em suma, uma memória*” razão pela qual “*os traços culturais tornam-se assim no mínimo bissêmicos: um primeiro sentido prende-se ao sistema interno, um segundo sistema externo*” (p.122).

Contudo, novos golpes contra a política de demarcação de terras indígenas, com conseqüente solapamento da legitimidade da precedência de seu uso para as práticas rituais e de reprodução social, voltam a ferir a autodeterminação do grupo. O olhar unidirecional do crescimento econômico concentracionista torna a ter força política para desorganizar e desconsiderar o sistema de objetos e o ambiente que respaldam a dignidade dos povos indígenas assim como a de demais povos tradicionais. Tais injunções sociopolíticas repercutem não apenas numa degradação dos processos identitários, numa descontinuidade arbitrária das possibilidades de entendimento de si no mundo, mas num novo colonialismo, mais impiedoso, que incide em pressões para a mobilidade sociespacial desses povos. Os impele a se pulverizar e se reterritorializar em periferias urbanas a que o ente público, retardando providências de infraestrutura e demais serviços, torna a denominar como sendo a territorialidade dos ‘problemáticos’. Assim, retornando a Cunha (1994, p. 125) “*As populações indígenas encontram-se hoje onde a predação e a espoliação permitiu que ficassem*”.

Os desastres relacionados às queimadas e às chuvas participam do processo de incorporação de novos espaços geográficos para a acumulação capitalista. São acontecimentos que, embora trágicos, e por causa disso, desfazem os meios de vida que grupos fragilizados detêm e facilitam o seu descolamento dos territórios que não condizem com a ideia de lugar pautada pela afluência econômica.

No período 2003-2010, a evolução das ocorrências de desastre em Roraima – na forma de situação de emergência (SE) ou estado de calamidade pública (ECP) – aludia aos danos e prejuízos decorrentes tanto da impossibilidade de contenção das queimadas quanto das enchentes, nas áreas urbanas, rurais e indígenas.

No ano de 2003, o estado de Roraima apresentou desastres intensos, na forma de estado de calamidade pública (ECP), relacionados a incêndios florestais, abarcando os municípios de Paracaima, Alto Alegre, Cantá, Iracema, Mucajá e Caracarái. Em 2004, houve desastre relacionado a inundações em Uiramutã. Em 2006, as enchentes deram o tom dos desastres em cinco municípios, a saber: Uiramutã, Normandia, Cantá, Bonfim, Amaraji. Duas grandes enchentes marcaram a situação de emergência, em 2007, em Roraima, a saber, nos municípios de Caroebe e

Caracarái. Em 2009, foram seis as situações de emergência (SE), relacionadas à estiagem e compreendendo, respectivamente, os municípios de Caroebe, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz do Anauá, Bonfim e Cantá. Na primeira metade do ano de 2010, até abril, as situações de emergência relacionaram-se à estiagem, envolvendo nove decretos municipais e, a partir do mês de maio do referido ano, foram outros nove decretos, compreendendo, respectivamente, contextos de alagamento (01 decreto), enxurradas (07 decretos) e vendaval (01 decreto).

Em meados do ano de 2011, uma nova onda de situações tidas como calamitosas (ECP), relacionadas às chuvas intensas, se alastrou num decreto estadual abrangendo quinze municípios, a saber: Alto Alegre, Amajari, Boa Vista, Bonfim, Cantá, Caracarái, Caroebe, Iracema, Mucajaí, Normandia, Pacaraima, Rorainópolis, São João da Baliza, São Luiz do Anauá e Uiramutã.

Os habitantes, da capital e do interior, clamaram simultaneamente por sua reabilitação – abrigo, alimentação, água potável, colchões e outros itens –, uma vez que as escassas medidas de preparação não lhes tinham alcançado.

Uma vez que as perdas concretizavam-se, mas evidente ficou a incapacidade das autoridades, municipais e estaduais, para prover os requerimentos de reabilitação e, então, solicitaram apoio da esfera nacional que, visando dar celeridade para a feitura de projetos e liberações de recursos, mas reforçava uma concepção de desastre na qual os afetados eram alijados das decisões; isto é, o olhar desses permanecia prescindível na construção do problema e nas soluções adotadas, cabendo-lhes unicamente cumprirem o papel de vítimas.

Segundo os registros do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima, cumprindo as funções da defesa civil estadual, a população em risco alimentar – decorrente do isolamento da localidade pelas cheias e da perda da agricultura de subsistência – era de mais de trinta mil pessoas, pouco mais do que seis mil famílias.

No Quadro I, a seguir, é possível visualizar alguns contornos demográficos da calamidade: na capital, aproximadamente 600 pessoas foram afetadas, correspondendo a 119 famílias, parte das quais, indígenas, o que implicava num coletivo que, em termos socioculturais, demandava soluções diferenciadas das que o meio técnico era treinado para adotar nos manuais de defesa civil. Nos demais municípios, o contexto era igualmente desafiador. Normandia e Bonfim foram os municípios que apresentaram as situações socialmente mais dramáticas em termos do quantitativo de pessoas diretamente afetadas com, respectivamente, 7.300 pessoas/1.460 famílias e 5.810 pessoas/1162 famílias em risco alimentar devido o

isolamento ou perda da produção de autoconsumo. Não menos dramático foi a situação de Rorainópolis e Caracaraí, onde, respectivamente, 4.500 pessoas/900 famílias e 3.500 pessoas/700 famílias ficaram sob o mesmo tipo de risco, envolvendo o comprometimento crítico dos seus mínimos vitais.

Quadro 1 População em risco alimentar devido o isolamento de localidade ou perda da agricultura de subsistência (*status* 21/6/12) e proporção em relação ao total da população.

Município	Número de famílias	Número de pessoas	Observações
Caracaraí-Baixo Rio Branco	700	3.500	
Boa Vista	119	595	ÁREA INDÍGENA
Rorainópolis	900	4.500	
Normandia	1.460	7.300	
Amajari	543	2.715	
Uiramutã	390	1.978	
Alto Alegre	796	3.975	
Bonfim	1.162	5.810	
TOTAL	6.070	30.373	

Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Roraima.

O isolamento implicava a perda de garantia dos mínimos vitais coletivos não apenas porque as cheias destruíam a produção, mas porque suprimiam o ritmo dos fluxos econômicos e extra-econômicos cotidianos onde as alternativas de abastecimento poderiam ter sido eventualmente buscadas. Essa debilitação foi do acesso aos grãos à água potável.

Ademais, no meio urbano e rural, as enchentes traziam mais do que águas para dentro das moradias, estabelecimentos comerciais e públicos: em meio a elas, a lama, os animais peçonhentos, os dejetos orgânicos e demais resíduos multiplicavam os riscos à saúde – indo de doenças de veiculação hídrica aos ataques de cobras, além de ferimentos provocados por objetos cortantes e buracos ocultados sob a água opaca –, sem que as medidas de higienização, sobretudo das localidades mais empobrecidas, fossem tomadas.

Um bairro da capital, em particular, denominado Francisco Caetano Filho, às margens do rio Branco e integrado ao centro da cidade, era visto pelo meio técnico governamental como um caso de difícil enfrentamento. Misturava-se um julgamento moral sobre os moradores, tendo-os como incorrigíveis; a sua condição social, tida como irremediavelmente deplorável, entre pobre e miserável; por fim, a naturalização como a coletânea de desastres parecia predispor tal comunidade. A solução era desmanchá-la, o que se fazia não apenas evitando melhorias no lugar mas, através disso, convencendo as famílias a tomarem um rumo na direção das novas periferias, em local mais afastado e nas porções mais altas da cidade, em especial, no afastado bairro dos Estados, próximo ao aeroporto, onde projetos habitacionais de interesse social teriam início (Foto 1).



Foto 1 Mapa da cidade situa a distância entre o bairro Francisco Caetano Filho e o dos Estados, em direções opostas em relação ao centro urbano (N. Valencio, 2011).

Ocorre que a dita região do baixio, visto como naturalmente sujeito às cheias e insalubre, é também vizinha às obras de infraestrutura que revitalizaram o centro histórico, com novos apelos culturais, ao turismo e ao entretenimento. A vista do local, tanto para o restante da cidade, quanto para o rio Branco, é aprazível e concentra ao redor a ‘boa gente’ da sociedade. Enfim, a localidade que as autoridades anseiam por ver desocupada, por entendê-la como ‘área de risco’ – e em conflito com o desejo de permanência dos moradores –, é propensa a ser integrada à porção dinâmica da paisagem urbana, remetendo ao processo de valorização imobiliária e a atração de um novo fluxo de investimentos, compatíveis com a face moderna e afluyente de Boa Vista.

O DESASTRE COMO UMA RELAÇÃO ENTRE O CORPO E O LUGAR

Naquela temporada chuvosa, em todo o estado de Roraima havia 769 pessoas desabrigadas, distribuídas em 136 famílias. Dessas, 541 pessoas/98 famílias eram do município de Caracará e outras 120 pessoas/27 famílias residentes na capital. O restante dos desabrigados era composto por moradores dos municípios de Bonfim e Iracema (Quadro 02).

Quadro 2 Desabrigados no Estado de Roraima (*status* de 21/6/2011).

Municípios	Número de famílias	Número de pessoas
Boa Vista	27	120
Bonfim	11	46
Caracará	98	541
Iracema	*(-)	62
Total Geral	136	769

*(-) sem informação

Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Roraima.

Em Boa Vista, abrigos provisórios foram montados em dois diferentes ginásios de esportes na periferia urbana, denominados, respectivamente, de Tancredo Neves e Ulisses Guimarães, ambos num bairro afastado daquele de onde a maioria dos abrigados provinha. Pouco mais da metade das 120 pessoas abrigadas era composta por menores de idade (= 68 pessoas), isto é, tratava-se de crianças e adolescentes. Ações de recreação foram promovidas dentro dos abrigos (Foto 02), mas o fato é que essas crianças e adolescentes estavam fora de seu espaço de moradia e distan-

tes do local de sua escola. Para muitas daquelas famílias – cuja moradia era precária em termos construtivos, circunscrita em local de infraestrutura débil e frequentemente afetada pelas cheias – recorrer a abrigos provisórios montados pela prefeitura municipal era algo frequente, ali se sujeitando a ficar por várias semanas e, por vezes, durante meses inteiros, ao longo da temporada das chuvas. Essa prática corrente incutia, no conjunto de seus membros e, em especial, nas crianças e adolescentes, desde a tenra idade, a naturalização de viver no *reino da necessidade* (cf. ARENDT, 2010) e do amparo do Estado para acessar o provimento mais básico.



Foto 2 Crianças sendo entretidas por agentes municipais (N. Valencio, 2011).

A estrutura de autoridade familiar estava subordinada aos técnicos municipais. Esses eram os que distribuíram, conforme o número de famílias que acorreram ao abrigo, as frações do território coletivo para que fizessem o papel da moradia. Um reduzido conjunto de objetos de uso imediato cabia nessas frações; outros ficavam do lado de fora. Priorizavam-se as funções do território fracionado como um espaço de dormir.

Ao adentrar num desses abrigos provisórios, vê-se as funcionalidades típicas da moradia – como espaço onde os membros da família realizam suas práticas da vida privada – tornarem-se públicas e exigindo, ao invés do *habitus* (cf. BOURDIEU, 2004), um regramento exógeno consoante com a vigilância igualmente alheia. Famílias de tamanhos distintos, predominantemente das *etnias* indígenas locais, eram distribuídas no ginásio de modo a ocupar

uma fração pequena, porém, similar do espaço disponibilizado. Cada família era identificada por um cubículo, cuja fronteira era formada por lençóis, constituindo apenas uma barreira simbólica para a privacidade de cada uma; pois estavam, na verdade, expostas, frente a elas mesmas, aos técnicos que ali trabalhavam e às demais pessoas que ali circulavam (Foto 03). Com as frágeis barreiras de lençóis e esse trânsito público de pessoas, a segurança em relação aos poucos bens de valor econômico ou sentimental inexistia. A vida íntima de casais restou prejudicada e ademais, sem qualquer divisão interna no interior dos cubículos, não havia como resguardar minimamente a privacidade dos membros de uma mesma família.



Foto 3 Frente ao amplo ginásio, os cubículos onde as famílias reproduziam o espaço da casa (N. Valencio, 2011).

As refeições eram preparadas numa cozinha coletiva e as mesas postas à frente da mesma, num refeitório improvisado, visto como o local apropriado para que, aqueles que se servissem, pudessem comer comunitariamente (Foto 04). Também ali ficava o bebedouro, onde a sede era saciada. Banheiros, próximos à cozinha, também eram de uso coletivo, feminino de um lado, masculino de outro.

O local de lavar e estender as roupas, disputado entre as mulheres. Uma vez secas, ou prestes a secar, as roupas no geral não contavam com um lugar próprio para serem guardadas e eram, então, penduradas em meio aos lençóis, ali reforçando, ambigualmente, a exposição dos objetos associados diretamente ao corpo e a barreira simbólica para que este não fosse visto (Foto 5).



Foto 4 Refeitório improvisado, próximo às instalações da cozinha (N. Valencio, 2011).



Foto 5 Roupa dependurada (N. Valencio, 2011).

No meio da manhã, os varais, inúmeros e cheios de roupa dependurada, nas raras horas em que o sol aparecia ou em que, pelo menos, não chovia, dava mostras do quão ocupadas estiveram as mulheres desde cedinho, na tarefa da lavagem e na disputa por esses espaços externos de secagem, sobretudo, daqueles protegidos por uma minúscula cobertura (Fotos 06). O mato alto, ao redor do ginásio e em meio aos varais, trazia insegurança à tarefa doméstica ali reproduzida, além do desassossego às mães, com receio de ataques de cobras e escorpiões às crianças que ali também brincavam.



Foto 6 Varal protegido da chuva? (N. Valencio, 2011).

Dona S., indígena, falou de sua vivência da enchente de modo a representá-la, simultaneamente, como evento sobre o corpo e a casa, confundindo-os. A água que se elevou rapidamente dentro da casa, contou ela, ia destruindo os seus objetos e era uma força que, ao mesmo tempo, impedia o corpo de resgatá-los a contento. Entendi que o corpo dava a medida de como se perdia o domínio sobre o espaço de convívio da família e o sistema de objetos que a congregava. A narrativa de perda do controle sobre o espaço privado era medida, passo a passo, pelas demarcações que Dona S. fazia em seu corpo (Fotos 07 e 08). A referida chefe do lar associava o gestual à possibilidade de compreensão plena dessa interlocutora quanto ao ponto em que as coisas da família poderiam ter sido salvas ou estavam além de suas forças.



Fotos 7 e 8 Demarcações no corpo: quando a água estava ‘aqui’ [à esquerda], era possível salvar as coisas da casa; quando ficou ‘aqui’ [à direita], já não havia como fazê-lo (N. Valencio, 2011).

A deterioração das relações de vizinhança e o benefício do recebimento de vacina após o contato prolongado com as águas de enchente foram dois dos aspectos salientados por Dona S., no contraponto entre a moradia no bairro e o abrigo provisório, assim como a preocupação com a situação de isolamento em que se encontravam parentes no interior do estado:

(...) é a terceira vez [que sofre com as enchentes e a família se torna desabrigada], uma em 96 outra em 2006 e essa agora, em 2011. [Foi pior] em 96 e 2011. No meio de março, começou a encher e encheu mesmo em 5 de junho. Somos onze pessoas, eu o meu marido, meus sobrinhos e minha nora. [Quando começou a entrar água na casa] foi muito rápido, eu não ia nem pro abrigo. Da última vez, eu fiquei dentro de casa e ela foi secando. Quando foi essa vez, não deu nem pra tirar as coisas de dentro, a água já foi entrando e foi subindo, já fui pondo as coisas na rua. Mas, quando foi no outro dia, não teve jeito (...) As roupas, panela (...) Ainda por cima, quando voltei lá, me deu um aperto no peito, aquela vontade de chorar: quando estava tudo secando, foram lá e pegaram [os vizinhos] (...) é, agora vai ter que comprar tudo novo...telha, que roubaram. Vai ter que comprar fogão. Eu tinha dois guarda-roupas. [Em relação à perspectiva de retornar para a casa] provavelmente, lá pro mês de setembro. Acho que, agora, eles [os filhos] tão um pouco prote-

gidos, estão vacinados. Mas, antigamente [em outras situações de abrigo] tinha mais coisas [donativos que chegavam] de balde, tinha roupa, tinha panela e, até agora, a gente não teve nada. [A assistente social] cadastrou todo mundo, perguntou o que a gente perdeu. Até agora, não veio nada, só preencheu o papel. A minha mãe é do interior e não conseguiu também vir pra cá (...) dá uma dor também a gente ficar jogando coisa fora, dá uma pena...

Conduzindo-me ao interior do cubículo que a sua família ocupava no abrigo, Dona S. indicou a forma de divisão do espaço: na cama, dormiam quantos podiam; num degrau da arquibancada, ali junto aos eletrodomésticos resgatados da enchente, dormiam outros tantos. Como um sinal de vitória, nos mostrava os seus móveis que, embora bastante danificados, puderam ser salvos e trazidos para o abrigo e para o seu cubículo, como o armário de cozinha que permitia estocar os mantimentos da família (Foto 9).



Foto 9 Móvel resgatado da ‘luta’ contra as enchentes (N. Valencio, 2011).

Por um lado, esse resgate do mobiliário permitia reproduzir alguns aspectos da moradia, o que tornava suportável, para essa chefe do lar, o tempo de espera até as águas baixarem e poder voltar para a sua mora-

dia. De outro, era como se fosse um troféu: imprimia veracidade na imagem de luta travada contra as forças das águas – a qual, parcialmente, se via como vitoriosa – e, principalmente, uma luta contra a pobreza, que as enchentes, uma após a outra, aprofundavam. Estava convencida de que vencer periodicamente essa luta, sem escapar dela, era o máximo que poderia esperar para o futuro da família.

Os desalojados também foram muitos em Roraima, naquela ocasião, num conjunto de quase treze mil pessoas. Foram, na maioria, moradores de Caracarái-sede (7.623 pessoas ou 1.524 famílias), seguida da capital, Boa Vista (4.727 pessoas ou 946 famílias) (Quadro 03).

Quadro 3 Desalojados no Estado de Roraima (*status* de 21/6/2011).

Municípios	Número de famílias	Número de pessoas
Boa Vista	946	4.727
Rorainópolis	31	120
Normandia	12	85
Bonfim	13	46
Caracarái-sede	1.524	7.623
Iracema	85	120
Total Geral	2.611	12.721

Fonte: Corpo de Bombeiros Militar de Roraima.

Nos baixios da periferia urbana de Boa Vista, como nos bairros de São Vicente e de Francisco Caetano Filho, eletrodomésticos e móveis que as famílias adquiriram, esperando que tivesse um uso prolongado, ficaram inutilizados pela sujeira que as águas da enchente traziam para dentro da moradia. As pilhas de objetos descartados eram colocadas na frente das casas, sob as calçadas ou na rua, esperando providências de recolhimento do executivo municipal. A sucessão de empilhamentos constituía uma paisagem externa desoladora, mas também com desdobramentos subjetivos críticos: de um lado, expressava um ato que, certamente, causava sofrimento às famílias; de outro, indicava, na simultaneidade dos empilhamentos, uma indignação social, isto é, uma interlocução deteriorada com o meio político-institucional, que teria resultado em tantas perdas. Tratava-se de uma decomposição indesejável para todas as famílias que a haviam sofrido: tais objetos deveriam estar íntegros e manter a sua funcionalidade para a dinâmica do dia-a-dia no interior das moradias. O descarte dos objetos estragados no território público, em frente às casas,

tornava-se não apenas parte das práticas objetivas de limpeza no interior da moradia, mas também uma denúncia do sofrimento geral da comunidade por danos inesperados, que passariam a requerer esforços econômicos adicionais de seus membros para uma nova aquisição (dos que eram passíveis de reposição), pelo o que o ente público deveria pronunciar-se. O montante de descartes era um indício do montante de esforços que as famílias teriam que fazer para chegar àquele mesmo patamar que nem era, assim, o mais apreciável para as suas aspirações de vida. As marcas da enchente, nas paredes externas e interiores das moradias, denotavam terem requerido das famílias um esforço de limpeza à exaustão, para livrar o espaço da água, da lama, dos dejetos, dos riscos de doença e do mau cheiro impregnado em tudo (Foto 10 e 11).



Fotos 10 e 11 Das marcas na parede ao descarte involuntário dos objetos destruídos pela enchente (N. Valencio, 2011).

Uma moradora do bairro São Vicente, Dona C., e seu marido, Sr. R., comentam a situação em que ficou a sua moradia e, ainda assim, da necessidade de voltar.

Dona C. inicia:

[Moro aqui] com minha mãe e meus irmãos, desde criança. Aqui atrás é o córrego [que faz ligação com o rio Branco]. Em maio pra começo de junho que o rio começou a encher rápido. A época de chover mesmo é no final de maio. A gente saiu quando a água ficou aqui assim [apontando para a casa]. Foi de dia [mas, já na noite anterior, não dava para dormir]. Minha mãe não quis dormir mais não, porque ela ficou com medo de cobra, meu irmão achou uma cobra aqui. A gente tava tirando as coisas quando foi enchendo, quando meu irmão achou uma cobra. Aqui fica cheiro forte de esgoto e tem muito garrafa PET aí atrás...

E o Sr. R. complementa:

(...) a água chegou a entrar na casa...chegou a entrar, olha a marca que está lá. [Conseguimos tirar] fogão, colchão, roupa essas coisas. Teve coisa que teve que jogar fora roupa, guarda roupa...isso perdeu. Voltamos na semana passada [após dez dias] quando a água foi baixando. A gente só veio aqui pra lavar porque aqui está sem energia. Lá, na avenida, cortaram a energia porque estava dando choque no pessoal. Aí, cortaram a energia e não voltou mais, choque mesmo, porque começou a dar choque na água. [Sobre cadastro de assistências social] não, não veio ninguém. [Como fazer para recuperar isso que foi perdido] trabalhar né... Não tem outro jeito.

Moradias modestas, quando sob as águas contaminadas da enchente, levaram à dispersão os membros da família; desalojados, cada um para um canto. Aos poucos, com as águas mais contidas, voltavam a se reunir no espaço do domicílio, ainda que os dejetos represados ameaçassem constantemente a moradia, lembrando-lhes que a vulnerabilização ainda não tinha sido superada.

PARA CONCLUIR

Desabrigados e desalojados são grupos sociais que compõem o centro de um meio socioespacial ao qual é apropriado representar como sendo o foco principal de um desastre. Convém continuamente reiterar esse foco de análise para assentar adequadamente o esforço interpretativo acerca do significado que o conjunto de objetos componentes do cotidiano da vida privada, subitamente danificados ou destruídos, toma para as famílias afetadas e que dimensões de supressão evocam tanto para essas quanto para a sua comunidade de inserção. Isso inclui a moradia com traços da invasão das águas insalubres, de difícil disfarce.

O mesmo se pode dizer quanto aos procedimentos de descarte de tais objetos que, para além de um gesto automático, pode ser interpretado como uma manifestação coletiva de um desgaste na relação comunitária com o ente público.

Por fim, é importante atentar que os relatos e as práticas dos que traduzem a sua grave experiência de danificação – mesclando desalento, medo e indignação – não deve ser confundida nem diluída em meio ao olhar e práticas do gestor público, pois se trata de contrapontos na relação sociopolítica. Instituições públicas como as de defesa civil, o corpo de bombeiros, a de assistência social, a de obras viárias, saneamento e outras exer-

cem ações em meio a uma calamidade. As deficiências de sua atuação, quando as medidas de prevenção e preparação efetuadas junto ao meio social não correspondem aos níveis em que os fatores ameaçantes esperados se explicitam, contribuem decisivamente para que uma calamidade ocorra. Contudo, a calamidade que se concretiza diz respeito a um grupo social que não está apenas envolto, como tais órgãos, pela situação crítica: o *seu* drama é o núcleo do problema. Na multidimensionalidade do drama de viver o desastre, é de fundamental importância associar, o quanto possível, as danificações objetivas e subjetivas bem como as dimensões simbólicas. São esses nexos que denotam a intensidade da experiência de privação para aqueles que por ela passaram e a natureza política do problema.

Como as demais unidades da federação da região amazônica, o estado de Roraima tem sido atravessado pelas forças modernizantes que desorganizam e reorganizam o território rapidamente, de modo que os povos tradicionais são impelidos a ser acomodados nas bordas desse progresso predatório. E, mesmo ali, são cada vez mais acudados, submetidos aos desastres e às limitantes espacializações, onde os seus dramas se concentram para, dali a pouco, se dissipar na memória do meio político, quando o abrigo se desfaz ou as águas recuam.

O pequenino menino indígena veio em minha direção quando adentrei um abrigo provisório na capital. Trouxe-me, com ares de urgência, seu balão desinflado, para que eu o soprasse – já que suas inúmeras tentativas pareciam ter sido infrutíferas, tomando em conta o volume de saliva depositava no bico do balão ainda murcho – o que me fez sentir, por um momento, útil à felicidade imediata do menininho, reintegrado à roda das demais crianças que pulavam para tocar em seus coloridos balões de borracha, jogados ao léu. No momento seguinte, pairou sobre mim, e permaneceu, uma sensação de tristeza: pensei se acaso haveria uma ‘Boa Vista’, um horizonte promissor para esse grupo. O mesmo estava sendo forjado, pelo meio público, para continuamente ficar em posição de dependência, naturalizar a perda de suas raízes, depositar num estranho qualquer uma imerecida confiança, aspirando que lhe trouxesse uma alegria ínfima, um suprimento imediato. Fugaz e sem nenhum amanhã.

REFERÊNCIAS

- ARENDRT, H. (2010) *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 10.a Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 7.a Ed.. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CUNHA, M.C. O futuro da questão indígena. *Estudos Avançados*, 8(20), 121-136, 1994.

SEÇÃO II

RISCOS E DESASTRES EM ABORDAGENS ANALÍTICAS INTERDISCIPLINARES

CAPÍTULO VIII

CONFLITOS E RISCOS SOCIOAMBIENTAIS DA CONSTRUÇÃO E DA OPERAÇÃO DE UHEs NO MUNICÍPIO DE PEREIRA BARRETO/SP

Juliano Costa Gonçalves

INTRODUÇÃO

O município de Pereira Barreto surgiu a partir do loteamento da Fazenda Tietê, organizado por uma companhia estatal japonesa de colonização. A compra da Fazenda Tietê ocorreu, principalmente, devido às suas características particulares: terra de boa qualidade, água em quantidade e a facilidade de transporte ocasionada pela ferrovia Noroeste do Brasil. A presença desses fatores ensejou um processo de territorialização de imigrantes japoneses nesse local, em busca da propriedade da terra, a qual lhes proporcionaria acesso e controle sobre os recursos terra e a água.

Por conta da existência de potencial hidrelétrico, a região do município de Pereira Barreto recebeu os impactos socioeconômicos e ambientais, em maior ou menor grau, de três usinas hidrelétricas (UHEs), construídas pela Companhia Energética de São Paulo (CESP) e que formam o Complexo de Urubupungá, a saber, as UHEs de Jupuíá, Ilha Solteira e Três Irmãos. Houve, também, a construção do Canal de Pereira Barreto – que liga o reservatório das UHEs Três Irmãos e Ilha Solteira, permitindo o funcionamento da hidrovía Tietê-Paraná e o gerenciamento do volume de água reservada. Como num crescente, os impactos e os conflitos socioambientais gerados por cada UHE implantada foram aumentando. O Complexo de Urubupungá, composto pelas três hidrelétricas supracitadas, foi responsável por dar o impulso às iniciativas públicas e privadas de desenvolvimento regional e, depois, por contribuir para estagnação do município de Pereira Barreto.

A construção e a operação das referidas UHEs ocasionaram diversos impactos e conflitos socioambientais imediatos, como, por exemplo, a per-

da de terras agriculturáveis, o deslocamento compulsório de famílias, a perda de infraestrutura e de marcos históricos e culturais, dentre outros. Porém, alguns impactos e conflitos socioambientais possuem longa duração, com os seus efeitos sendo sentidos a longo prazo. Dentre os efeitos de longo prazo, um dos mais negligenciados é o que diz respeito à relação entre as usinas hidrelétricas e o risco que, diretamente ou indiretamente tais empreendimentos suscitam no espaço de inserção. Barragens são objetos da modernidade e isso significa que, nesse estágio, denominado como *sociedade de risco* (BECK, 1997), a possibilidade de colapso de barragens, como as que estão associadas às UHEs, é real a ponto de uma legislação específica no tema, a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), ter sido aprovada no Brasil em 2010 (VALENCIO; GONÇALVES, 2006; GONÇALVES; MARCHEZINI; VALENCIO, 2009).

O presente texto tem por objetivo analisar os conflitos socioambientais, de curto e de longo prazo, que são refletidos nos processos de des/re/territorialização que ocorreram no município de Pereira Barreto devido à existência das referidas UHEs em seu território. Parte-se da ideia de que territorializar-se “é, sobretudo, exercer controle sobre os movimentos - de pessoas, objetos ou informações - que se dão no e pelo espaço” (HAESBAERT, 2006).

Uma sucinta apresentação do debate científico recente, aliada ao estudo de caso – abordando as transformações no município de Pereira Barreto, no período de 1960 a 2009 – será o foco do texto, dividido três seções. A primeira seção apresenta os impactos oriundos da construção das UHEs de Jupiá e Ilha Solteira no município de Pereira Barreto. A segunda seção apresenta os impactos da construção da UHE Três Irmãos na região. Por fim, a terceira e última seção discorre sobre os conflitos sociais que esta última hidrelétrica gerou mais especificamente sobre o município de Pereira Barreto.

A CONSTRUÇÃO DAS UHEs DE JUPIÁ E DE ILHA SOLTEIRA E SUAS REPERCUSSÕES SOBRE O MUNICÍPIO DE PEREIRA BARRETO

Nos anos de 1960, o município de Pereira Barreto teve seu cotidiano marcado pela construção de duas importantes usinas hidrelétricas no rio Paraná. A primeira foi a UHE de Jupiá - conhecida, atualmente, como Engenheiro Sousa Dias -, que começou a ser construída no ano de 1962 e entrou em operação no ano de 1969. A UHE de Jupiá está localizada no Rio Paraná, entre as cidades de Andradina e Castilho (SP) e Três Lagoas (MS). Essa UHE, com 5.600 metros de comprimento, possui 14 unidades geradoras e um reservatório de 330 Km². Entre outros impactos, a UHE

Jupia “atingiu os municípios de Castilho, Pereira Barreto e Itapura, no estado de São Paulo, bem como o Município de Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul” (SANTOS, 2003, p. 42).

A segunda foi a UHE de Ilha Solteira, construída no município de Pereira Barreto - o município de Ilha Solteira só se emancipou em 1992. Trata-se da maior UHE do estado de São Paulo. As obras civis dessa UHE tiveram início no ano de 1965 e sua inauguração ocorreu em 1974. A construção da UHE de Ilha Solteira trouxe efeitos diretos para Pereira Barreto. Houve um grande investimento na construção desta UHE e “para abrigar o enorme contingente de trabalhadores exigido para a construção de Ilha Solteira foi necessário construir um núcleo urbano de proporções compatíveis com o porte do empreendimento, um acampamento com características de cidade” (FROELICH, 2001, p. 119). A explicação técnica para a decisão de construir um núcleo urbano foi o porte do empreendimento, realizado em uma área de 380 hectares e “totalizando quase 35 mil habitantes no pico da obra, previsto para dezembro de 1972” (FROELICH, 2001, p. 122). O município de maior porte por perto era Pereira Barreto, distanciando-se em apenas 45 quilômetros do canteiro de obras. Contudo, não é possível descartar uma explicação política para a construção do núcleo com a tentativa de transformar tal núcleo em um polo de desenvolvimento regional, “símbolo de ostentação de grandeza e poder, além de significar o aproveitamento social do investimento” (FROELICH, 2001, p. 122).

Mesmo que a construção da UHE de Ilha Solteira e do núcleo urbano tenham trazido alguns empregos para a localidade e ajudado a aquecer o comércio e a produção de alimentos em Pereira Barreto, alguns aspectos negativos devem ser mencionados, tais como:

Com a construção da usina hidrelétrica e da cidade de Ilha Solteira, Pereira Barreto sofreu o inchaço de sua periferia. Isso ocorreu já que Ilha Solteira até 1973 era um espaço muito controlado. As entradas da cidade eram guardadas por guaritas. Não era permitido entrar e, muito menos, permanecer na cidade se não estivesse direta ou indiretamente envolvido com a construção da usina. Assim, desempregados e prostitutas dirigiam-se para Pereira Barreto e instalavam-se em sua periferia, constituindo, assim, zonas de meretrícios e favelas (ENNES, 2001, p. 77).

A prostituição foi uma exigência do “primeiro administrador de Ilha Solteira, nos anos de 1968 e 1969, o general João da Rocha Frago, ex-secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo” (FROELICH, 2001, p. 130). O general exigiu que Pereira Barreto tivesse uma zona de prostituição para atender à população masculina do núcleo

[...] sob a alegação de que esse tipo de atividade era incompatível com aquelas próprias do acampamento, supostamente ligadas à segurança nacional. Com base nessa mesma justificativa, o general João Fragoso montou um verdadeiro serviço de informações em Ilha Solteira, vasculhando o passado político dos funcionários e criando um clima de suspeição e medo, que tornava ainda mais duras as relações de trabalho (FROELICH, 2001, p. 130).

A esse respeito, o depoimento concedido, no ano de 1992, por Armandinho Trentim, ex-delegado de polícia e vereador do município de Pereira Barreto, é bastante revelador:

Com a barragem veio o progresso, mas também vieram muitos problemas sociais. Um episódio que aconteceu aqui na época da ditadura, onde eu ainda não era delegado, foi a criação de uma zona de prostituição. O general Fragoso convidou [o mais correto seria convocou] o delegado, o prefeito, o promotor e o engenheiro e comunicou que ele queria e que precisava ser feita uma zona de metrício. Ele não perguntou se era ilegal, pois isso na verdade é exploração de lenocínio. Ele simplesmente queria saber se tinha algum empresário que pudesse fazer aquilo. No fim foi um oficial de justiça que tinha uma área de terra e construiu a zona. Ela começou a ser construída em 1968, o delegado da época não gostou muito, mas enfim ela ficou até o fim do ano passado [dezembro de 1991]. Permaneceu em franca atividade durante uns sete anos. Todas as mulheres da região vinham para cá, o comércio ficava todo centralizado aqui nos dias de pagamento. Em contrapartida o índice de criminalidade era muito alto, o sujeito bebia, matava, era uma promiscuidade, ruas mal iluminadas. O número de acidentes nas estradas era bastante grande. A inundação acabou com essa zona, mesmo com o tempo ela foi se destruindo, casas de tábua foram caindo. Apesar dela ter sido planejada não havia nenhuma preocupação com a infra. Eu acho que a Cesp deveria ter construído a cidade aqui em Pereira Barreto, porque muita coisa que a Cesp gastou lá já tinha aqui na cidade, Ilha Solteira seria um bairro a mais em Pereira. [Assim] (...) a não construção da cidade em Pereira Barreto por uma questão de segurança... não se justifica (FROELICH, 2001, p. 221).

A participação de várias autoridades de Pereira Barreto na organização do prostíbulo permite perceber como a territorialidade da UHE Ilha Solteira foi preponderante sobre as demais. O controle do território que se expressava na área de segurança nacional do núcleo urbano de Ilha Solteira se expressou, também, em Pereira Barreto.

A construção da UHE de Ilha Solteira ocorreu em um período burocrático-autoritário. Por isso, apesar do canteiro de obras e do núcleo urbano da UHE Ilha Solteira pertencerem ao município de Pereira Barreto, o controle da obra era exercido pela Cesp e pela empreiteira Camargo Correa enquanto que o controle do núcleo urbano era exercido pela Cesp. A prefeitura municipal de Pereira Barreto pouca influência exercia na área de segurança nacional onde o empreendimento estava (FROELICH, 2001). Isso significa que uma parte do território foi submetida ao domínio completo dos interesses desenvolvimentistas estatais (Cesp) e privados (Camargo Correa).

Soma-se a isso, o fato da região de Pereira Barreto ser, historicamente, frágil do ponto de vista econômico, com dificuldade de agregar e fixar população. O fim do ciclo do algodão no município, na década de 1960, trouxe dificuldades para a economia local e a pecuária utilizava “contingente bem menor de trabalhadores, apresentando baixo coeficiente de retenção” (FROELICH, 2001). A vulnerabilidade econômica da região só aumentou com a construção das UHEs, “dado o caráter transitório da atividade barrageira” (FROELICH, 2001, p. 89). Os grandes investimentos mobilizaram um grande número de trabalhadores e prestadores de serviço que, com a obra concluída, depois saíram ou se inseriram na região muitas vezes em situação precária. Esse conjunto de situações permitiu às UHEs de Jupia e de Ilha Solteira se imporem ao município de Pereira Barreto, que se subordinou às forças do progresso. A territorialidade desses empreendimentos originou um processo de reterritorialização da população do município.

A UHE de Ilha Solteira inundou muitas terras do município de Pereira Barreto para formar seu reservatório de 1.195 Km². Pereira Barreto seria, ainda, área de influência de outro reservatório para geração de hidroenergia: Três Irmãos. A construção de Três Irmãos começou no ano de 1980 e o enchimento do reservatório ocorreu em 1990. Essa UHE trouxe sérios problemas socioambientais para o município de Pereira Barreto, dentre esses, a demora na construção e finalização da obra. O Quadro 1, abaixo, apresenta as datas referentes a construção das UHEs do complexo de Urubupungá, cujas obras, do início até à fase de operação, levaram aproximadamente uma década.

Durante a década de 1980, a divulgação das áreas inundáveis e a postergação da inundação, devido aos problemas econômicos da CESP, “gerou a desvalorização e o abandono das propriedades e das atividades praticadas nas áreas inundáveis. Os prejuízos econômicos e materiais se tornavam cada vez maiores” (ENNES, 2001, p. 78).

Quadro 1 Datas referentes a construção das Usinas Hidrelétricas do complexo Urubupungá.

População Total								
Municípios	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2010
Ilha Solteira*	7748	2715	21416	16896	21713	22178	23986	25064
Pereira Barreto	22231	33543	26226	20729	25584	25359	25027	24962
Total	29979	36258	47642	37625	47297			
População Urbana								
Ilha Solteira	289	148	172	15875	20627	21268	23208	23 520
Pereira Barreto	2942	10079	17662	18128	23020	23404	23141	23 235
Total Urbana	3231	10227	17834	34003	43647			
População Rural								
Ilha Solteira	7459	2567	21244	1021	1086	910	778	1544
Pereira Barreto	19289	23464	8564	2601	2564	1955	1886	1727
Total	26748	26031	29808	3622	3650			

* Nota: O núcleo de Ilha Solteira pertencia ao distrito de Bela Floresta, comarca de Pereira Barreto, até o ano de 1989, quando se tornou sede do distrito para, em 1991, se emancipar do município de Pereira Barreto.

Fonte: Censos demográficos do IBGE.

OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA CONSTRUÇÃO E OPERAÇÃO DA UHE TRÊS IRMÃOS

O objetivo dessa seção é apresentar os impactos socioambientais relacionados com o controle de água e terra e ilustrar o processo de territorialização/reterritorialização empreendido pela construção e operação da UHE Três Irmãos nos municípios que tiveram áreas alagadas.

A construção da UHE Três Irmãos teve início no ano de 1980. Seu reservatório foi formado em 1990 e a obra foi inaugurada em 12 de março de 1991. O atraso na construção da obra está relacionado com as dificuldades de financiamento das empresas estatais. No programa Roda Viva, da TV Cultura, em entrevista concedida no dia 12 de março de 1990, o então governador Orestes Quércia colocava, como meta em seu governo, concluir as obras e inaugurar a UHE Três Irmãos. Para tanto, seria necessário resolver os problemas relacionados com a desapropriação das áreas destinadas à formação do reservatório. Disse, na referida ocasião, o governador:

Mas nesse ano, por exemplo, nós vamos fechar a Três Irmãos. A Três Irmãos, estamos já preparando a desapropriação, está havendo até alguns problemas com relação à população, mas vamos fechar... Eu vou inaugurar a Três Irmãos [...] nós vamos sair de transporte fluvial, de Barra Bonita, como eu disse, no futuro, podemos chegar até

perto de São Paulo, vamos lá no noroeste pelo canal do Pereira Barreto, Três Irmãos, Paraná, vamos até o centro de Goiás. O centro de Goiás vai ser ligado ao porto de Santos de uma forma excepcional. Vamos diminuir o transporte de soja, por exemplo...O grande problema do Brasil é que nós temos a nossa soja, por exemplo, ela é produzida muito mais barato. O que encarece a soja é o transporte (QUÉRCIA, 1990, s/p.).

A entrevista permite concluir que a UHE Três Irmãos é estratégica, não somente por conta da geração de energia, mas, principalmente, pela possibilidade de utilizar a hidrovía e, é preciso acrescentar, pela ligação do reservatório de Três Irmãos com o reservatório da UHE de Ilha Solteira. Apesar dos problemas com as indenizações, como disse o governador, ele se comprometia, mesmo assim, a iniciar o enchimento do reservatório, afinal, outros interesses, além dos hidroenergéticos, pressionavam. Quando ele se referia aos problemas de desapropriação, realmente, muitos processos estavam parados. Não havia acordo a respeito da indenização para a desapropriação. Inclusive, o licenciamento ambiental estava impedindo, até aquele momento, o fechamento das adufas, pois a desapropriação das terras era um dos elementos levados em conta no processo de licenciamento ambiental.

O licenciamento ambiental da UHE Três Irmãos foi um caso à parte. A CESP tentou se esquivar de fazê-lo por julgar que iniciou o empreendimento antes da aprovação e regulamentação da legislação sobre o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), que são instrumentos necessários para o licenciamento ambiental e obtenção das licenças prévia, de instalação e de operação. No Brasil, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº 6938 de 31 de agosto de 1981) instituiu, como um de seus instrumentos, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), regulamentado por resolução do CONAMA (Conselho Nacional de Meio Ambiente) em 1986. Os aproveitamentos hidrelétricos estão entre os empreendimentos que devem elaborar o EIA. Em 1989, a CESP não havia preparado o EIA/RIMA, apesar da expectativa de começar a encher o reservatório da UHE no ano seguinte. Por isso, “a Cesp foi surpreendida, quase às vésperas do fechamento das adufas da barragem, por uma liminar judicial que determinou a paralisação da obra condicionando-a a aprovação de um EIA/RIMA, por força de um processo movido pela Curadoria do Meio Ambiente” (PARECER CPLA/DAIA SMA/7005/90 SOBRE O EIA/RIMA DA HIDRELÉTRICA TRÊS IRMÃOS, 1990, p. 6). O empreendimento foi dispensado de obter licença prévia e licença de instalação, mas não a licença de operação. A CESP ten-

tou cassar tal liminar, mas não conseguiu. Contudo, obteve uma vitória parcial ao conseguir uma liminar que lhe permitia “fechar, não definitivamente quadro das adufas para preparar suas paredes para concretagem” (idem, ibidem), sob a alegação de que o fechamento seria reversível, se o nível das águas subisse além das expectativas (idem).

Isso atrasou o prazo de fechamento das adufas. Quatro seriam fechadas em 01/02/1990 e as outras quatro dois meses depois, pois o EIA/RIMA ficou pronto somente em janeiro de 1990. Em março de 1990, houve a audiência pública no município de Pereira Barreto, por pressão da Curadoria do Meio Ambiente, ocasião em que a população local teve oportunidade de discutir “as implicações socioeconômicas e ambientais decorrentes da obra” (Idem, p. 9).

No caso de Três Irmãos, o EIA/RIMA foi elaborado pela equipe da própria CESP, sob a alegação de aproveitar a experiência, dados acumulados e que os programas de mitigação já estavam em implantação ou em negociação (Idem), mesmo que a legislação ressalte a necessidade de uma equipe multidisciplinar independente, ou seja, sem vinculação com a empresa ou o Estado. O PARECER CPLA/DAIA SMA/7005/90 caracteriza o EIA/RIMA de Três Irmãos como “emergencial” (Idem, p. 10) e ainda faz as seguintes constatações a respeito do trabalho que foi executado no EIA:

embora a empresa seja pioneira, em seu ramo, no trato da questão ambiental (mesmo porque isso é importante para a melhor conservação e a ampliação da vida útil de seus empreendimentos), ainda não se verifica igual preocupação com as questões ambientais em todos os seus diversos departamentos. Este fato ficou evidente no grau de aprofundamento, bastante variado, que as diversas equipes imprimiram aos seus relatórios setoriais componentes do EIA/RIMA, levando a seguidos contatos para superar dúvidas. Isto finalmente ocorrera em 16.04.90, quando a CESP entregou volumosa documentação compreendendo o requisitado formalmente e parte de outras informações solicitadas, em caráter de “urgência”, via contatos telefônicos e reuniões informais, permitindo assim completo esclarecimento do assunto.

A dificuldade da CESP denotava a incapacidade da empresa, à época, em internalizar a questão ambiental, além de, anacronicamente, tentar passar por cima das jovens instituições ambientais. A empresa fez uso de seu corpo de advogados para tentar evitar a necessidade de elaborar o EIA/RIMA referente o caso. Mesmo com a elaboração de tal estudo, este foi considerado impreciso e bastante vago necessitando de posterior cor-

reção para complementar as informações necessárias ao licenciamento ambiental.

Em consonância com o discurso do governador Orestes Quécia, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) da UHE Três Irmãos, reafirmaram, basicamente, os mesmos objetivos e funções descritos pelo governador, que são:

O reservatório de Três Irmãos, além de acumular água para a geração de energia, terá ainda a finalidade de nivelar este trecho do rio Tietê com o reservatório de Ilha Solteira no rio Paraná e interligá-los através do canal de Pereira Barreto, constituindo mais um elo na implantação da Hidrovia Tietê – Paraná (CESP, 1990, p. 1).

Em termos de área alagada, o município de Araçatuba perdeu 333 Km² devido à implantação da referida obra, seguido por Pereira Barreto, que perdeu 217 km², e pelo município de Sud Mennucci, que perdeu 77,33 Km². Esses três municípios foram os que mais perderam área para a formação do reservatório. Quando se observa a área alagada frente à área total é possível perceber que a situação se inverte um pouco. Sud Mennucci perdeu 14,70% de seu território para o reservatório, Araçatuba perdeu 12,48% e Pereira Barreto perdeu 11,99%. Porém, em 30 de dezembro de 1991, Suzanápolis e Ilha Solteira conseguem a emancipação administrativa do município de Pereira Barreto e, a partir das eleições municipais de 1994, constituem prefeituras próprias. Quando o cálculo é refeito com os dados de 1992, em que os municípios de Ilha Solteira e Suzanápolis se emanciparam, a área alagada do município de Pereira Barreto frente a sua área total passa de 12% para 22,10%. A área do município de Pereira Barreto, que anteriormente era de 1.811 Km², em 1990, passa a ser de 982,70 Km², em 1992; por isso, com o fechamento das comportas da UHE Três Irmãos, este município perde mais de um quinto de sua área, após a emancipação dos seus distritos. Isso significa que os impactos negativos oriundos da construção da UHE Três Irmãos se tornaram mais concentrados sobre o município de Pereira Barreto, cujo conteúdo social das perdas havidas será discutido na próxima seção.

De acordo com o EIA, foram 572 propriedades foram parcial ou totalmente afetadas por essa megaobra, o que corresponde aos 72.725,73 hectares de área inundada. O EIA/RIMA (CESP, 1990, p. 116) afirma que a estrutura fundiária da área que seria alagada era concentrada na região, atenuando os impactos difusos sobre a produção. Contudo, esse mesmo documento fazia uma ressalva: “todavia, aqueles pequenos produtores e suas famílias, cujas áreas de exploração serão totalmente afetadas, ficarão impossibilitados de exercerem suas atividades e garantir as mesmas

condições de sua existência”. Isso leva o EIA/RIMA a concluir que a “maior desorganização socioeconômica está localizada no pequeno produtor, que dificilmente encontrará opção de se reestruturar, acarretando assim a perda total de sua produção na região, bem como sua marginalização social quando se dirige para as cidades” (CESP, 1990, p. 117).

Era o município de Pereira Barreto aquele que concentrava o maior número de pequenos (estrato de área menor que 10 hectares) e médios produtores (estrato de área de 10 a 100 hectares). O estrato de área de pequenos proprietários (menos de 10 ha) respondia por 5,9% do número total de desapropriados e 0,1% da área total dos estabelecimentos desapropriados. O estrato de área de 10 a 100 ha somou 36,5% do número de estabelecimentos desapropriados e 4% da área total desapropriação. No estrato de área de 100 a 1.000 ha estavam 40,7% do número de estabelecimentos desapropriados e 29,5% da área total dos estabelecimentos. Nesse estrato, o município de Araçatuba foi o mais atingido, com 115 estabelecimentos, totalizando 12 mil hectares. O estrato de área de 1.000 a 10.000ha respondeu por 16,4% do número de estabelecimentos e 65,2% da área total. Daí, a conclusão do EIA de que a maioria dos estabelecimentos alagados foram grandes ou médios. Quantitativamente, esta conclusão estava correta. O EIA, contudo, não informava que o município de Pereira Barreto seria o principal atingido nos estratos de área pequenos e não estabelecia medidas mitigadoras para os impactos ocorridos nos proprietários de tal estrato, muito mais frágeis socioeconomicamente que os demais.

Mesmo havendo algumas exigências da Secretaria de Meio Ambiente do Estado de São Paulo para a obtenção da licença de operação da UHE Três Irmãos, a estratégia da CESP era outra; com a obtenção de um Mandato de Segurança e o depósito em juízo do valor declarado para fins de imposto territorial desapropriou as terras e iniciou o enchimento do reservatório, pois, o juiz responsável pela decisão judicial entendeu “que não haveria prejuízo aos mais de 300 proprietários que ainda tentavam sacar o dinheiro referente a 60% do valor de suas terras” (VILLELA, 1992, p. 76). O enchimento do reservatório de Três Irmãos deveria parar na cota 310 m, mas ele continuou até a cota 328 m, alagando as terras que estavam entre a cota 310 m e 328 m, “que não apresentavam qualquer avanço nas negociações, e seus proprietários, assim como os demais, cerca de 200 produtores rurais, nada receberam (...)” (VILLELA, 1992, p. 76).

Com essa medida judicial, as recomendações dos órgãos de licenciamento ambiental viraram letra morta. Nenhum projeto de mitigação, para pequenos e médios produtores, foi feito e nenhuma comissão foi constituída. Mesmo que o processo democrático tenha conferido alguma voz, na audiência pública, aos desapropriados, a CESP continuou fiel às práticas

de que fez uso durante a construção de suas outras UHEs. O autoritarismo, como concepção de gestão, e os interesses econômicos associados ao controle dos rios, que o governador expressou em sua entrevista, subordinaram os interesses dos proprietários de terra e da produção até ali estabelecida.

O valor das indenizações foi outro motivo de contestação da sociedade local face à imposição do empreendimento e à desconfiguração territorial. Como lembra o sr. Igi, produtor rural e historiador do município de Pereira Barreto:

Eu tinha 200 alqueires de terra boa, ai veio essa inundação e boa parte da fazenda ficou embaixo da água. A Cesp indenizou, demorou, mas indenizou, mas o dinheiro que a Cesp pagava para a gente não dava para comprar a mesma área que perdi, porque a Cesp pagava menos.

Muitos que se sentiram lesados e puderam arcar com as despesas de um processo judicial conseguiram, após alguns anos, receber complementos de valor às indenizações. Outros não puderam esperar, como relata o sr. Paulo Yamamoto, produtor rural de Pereira Barreto:

Na época, a Cesp queria nos indenizar um valor muito baixo, nós entramos com um processo judicial, mas, enfim... acabamos fazendo um acordo. (...) Nós achamos que iria demorar muito e tinha que colocar o gado em algum local, então nós achamos por bem aceitar o que a Cesp pagaria e comprar uma área no Mato Grosso.

A urgência no fechamento das adufas e formação do reservatório atropelou os procedimentos de licenciamento ambiental e tolheu as recomendações propostas, manifestando, realmente, quem detinha o poder naquele território. Da mesma forma que a UHE Três Irmãos subjugou o rio Tietê, ela conseguiu fazer o mesmo com o território de sua área de influência. Um uso da água que prevaleceu foi o de gerar força hidráulica para movimentar as turbinas. A terra foi alagada e saiu do controle social do município para ser leito do reservatório.

A próxima seção se debruça sobre os impactos da UHE Três Irmãos especificamente sobre o município de Pereira Barreto.

A SUBORDINAÇÃO DA TERRA À ÁGUA NO MUNICÍPIO DE PEREIRA BARRETO

Conforme dissemos, o município de Pereira Barreto foi o mais afetado com a construção da UHE Três Irmãos. Parte de sua área rural e parte de sua área urbana foram atingidos. O objetivo dessa seção é apresentar

os aspectos da subordinação dos usos da terra ao da água no município de Pereira Barreto.

O município de Pereira Barreto possuía um sistema de captação de água no rio Tietê, o qual foi alagado pelo reservatório de Três Irmãos, bem como a lagoa de estabilização de efluentes. O cemitério municipal, pela elevação do lençol freático, também foi afetado, motivo pelo qual o mesmo foi transferido para uma nova área (CESP, 1990). Com a finalidade de mitigar esses impactos, a CESP se comprometeu a perfurar um poço artesiano, para que o abastecimento de água não fosse interrompido, bem como a montar um sistema de tratamento de esgoto.

Em março de 1990, os trabalhos de remoção dos 700 túmulos que seriam afetados pelo enchimento do lago estavam longe do ideal, trazendo preocupação às autoridades pelo risco de contaminação pelos fundos das covas. O risco de contaminação do lençol freático por fungos foi descrito como a ‘maldição do Faraó’, em alusão aos fungos que matavam os saqueadores de tumbas no Egito (O Estado de São Paulo, 27 de março de 1990). Em Pereira Barreto, dizia-se que a UHE Três Irmãos incomodava até os mortos (O Estado de São Paulo, 17 de fevereiro de 1990). O cemitério antigo foi desativado e as covas foram removidas para um novo cemitério.

O município de Pereira Barreto, de acordo com o EIA, teve 212 Km² de sua área rural alagada pelo reservatório da UHE Três Irmãos. Além disso, foi o único município que teve a sua área urbana afetada. Foram alagados 369,82 ha de área urbana, dos quais, cerca de 211,42 ha, exploravam atividades agrícolas e pecuárias, em pequenas chácaras e sítios, compondo uma área de transição rural-urbana, “com avicultores, suinocultores, pecuaristas de leite e horticultores” (CESP, 1990, p. 118). A área “propriamente urbanizada com a existência de loteamentos, arruamentos, infraestrutura de serviços e estradas, compreende os 158,4 ha restantes, existindo 132 imóveis que serão afetados” (CESP, 1990, p. 118).

Outros impactos registrados na infraestrutura do município de Pereira Barreto foram os da rede viária, com a inundação “de 0,94 km de acesso asfaltado entre Pereira Barreto e a SP-310. A ponte Novo Oriente que faz a transposição sobre o rio Tietê, ligando Pereira Barreto à Andradina através da SP-583, ficará submersa” (CESP, 1990, P. 118). Por conta desses impactos, no EIA/RIMA havia a seguinte afirmação:

O impacto sobre a área urbana de Pereira Barreto será imediato e irreversível, provocando alterações importantes sobre sua estrutura espacial. O sistema de saneamento básico, a área destinada ao lixo, o matadouro, edificações, trechos da rede viária e de energia elétrica

ca serão inundados causando enormes prejuízos a municipalidade e a população local (CESP, 1990, p. 118-9).

As áreas alagadas pelo enchimento do reservatório da UHE Três Irmãos podem ser observadas na Figura 1, abaixo. Nessa figura, as margens do rio Tietê são destacadas para facilitar a percepção da extensão de terra alagada para a formação do reservatório.

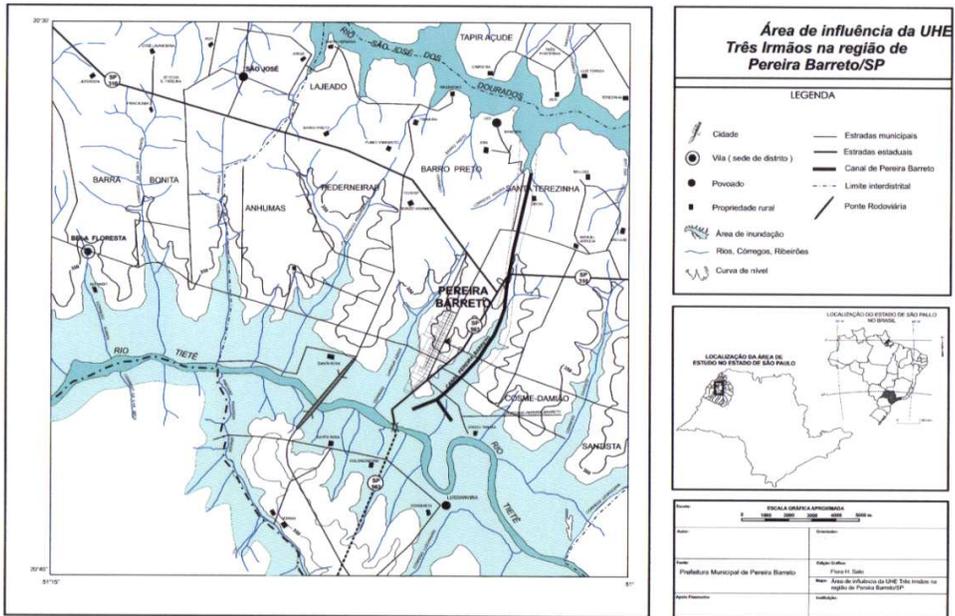


Figura 1 Área de influência da UHE Três Irmãos na região de Pereira Barreto. *Fonte:* SABBAG, 2006, p. 66.

Para mitigar o impacto do reservatório em Pereira Barreto, a CESP organizou três reassentamentos, a saber: 1) o reassentamento provisório de produtores rurais (27 famílias); 2) o reassentamento urbano (43 famílias); e 3) o Complexo Hortifrutigranjeiro, voltado para os pequenos avicultores que antes ocupavam o chamado “Cinturão Verde” do referido município (70 famílias).

As 27 famílias do reassentamento provisório foram levadas para o canteiro de obras da UHE Três Irmãos até que a CESP conseguisse realocá-los em outra área. Para o reassentamento urbano, a Prefeitura Municipal doou os lotes e a CESP providenciou a edificação das casas.

O último reassentamento foi o do chamado Complexo Hortifrutigranjeiro, realizado em virtude da pressão da Cooperativa Agrícola da

Fazenda Tietê, fundada no ano de 1935, e que congregava grande parte dos produtores rurais do município de Pereira Barreto. Desde o ano de 1983, já ocorriam reuniões para apreciar o projeto da Cooperativa, que objetivava constituir um Complexo Hortifrutigranjeiro, previsto inclusive no EIA do empreendimento. A Cooperativa entendia que sua sobrevivência estava em jogo e que seria necessário que as compensações pela desapropriação de terras, em conjunto com o Complexo, funcionassem para garantir o esforço dos sujeitos ali congregados. Isso decorre do argumento de que a

A demarcação extra-judicial da área do futuro reservatório, que irá alimentar a hidrelétrica em apreço, sem a indenização prévia das propriedades e benfeitorias configuradas na mesma, levou a maioria delas a Inviabilização econômica, ao longo dos últimos dez anos de expectativa; fustigadas pelas constantes prorrogações do cronograma das obras de ‘Três Irmãos’ e ‘Canal de Pereira Barreto’ (Fonte: PARECER CPLA/DAIA SMA/7005/90 sobre o EIA/RIMA da Hidrelétrica Três Irmãos, 1990, p. 120, Anexo 5).

A constante expectativa das desapropriações paralisou, durante anos, qualquer tipo de investimento por parte dos proprietários de terras nas áreas que seriam, possivelmente, alagadas pelo reservatório de Três Irmãos e, portanto, passíveis de desapropriação. Isso fez com que muitos proprietários ficassem em uma situação econômica fragilizada por falta de investimento e estímulo para produzir. É importante ressaltar, assim, outras dimensões de ruptura provocadas pela formação do reservatório, como a imposição da ideia de progresso rompendo vínculos sociais, o dos moradores com o passado do lugar, com sua história de vida e com sua própria identidade pessoal e coletiva. Nesse sentido, a territorialidade aviltada pela megaobra agrediu uma dimensão fundamental da existência, o que foi expresso por alguns dos cooperados:

Outrossim, os impactos sobre a fauna e flora do nosso meio-ambiente, são inomináveis quanto indescritíveis. O que dizer do lamento do nosso Cooperado ITUYU ENOMOTO, por não poder ver mais, o bando de CERVOS, que altivo passeava ao largo das arações de terra nos varjões do Tietê? E, de MITSUAKI WAKO, filho do ex-gerente da BRATAK (Brazil Takushokn Kumiai) e/ou (Sociedade Colonizadora Brasil Ltda.) que lamenta a derrubada com a moto-serra do bosque de PEROBAS de 500 (quinhentos) anos em apenas 5 (cinco) minutos? (PARECER CPLA/DAIA SMA/7005/90 sobre o EIA/RIMA da Hidrelétrica Três Irmãos, 1990, p. 120, Anexo 5).

A territorialidade dos senhores Enomoto e Wako foi desfeita subitamente e reelaborada autoritariamente pela UHE Três Irmãos. Nesse embate de forças, a ideia de territorialidade do empreendimento venceu àquela que um tempo socioambiental longo havia, até então, forjado. Restou, no caso do sr. Wako, a alternativa mitigadora de receber um lote no Complexo Hortifrutigranjeiro.

A mobilização da Cooperativa e a sua articulação política lograram algum êxito e o Complexo Hortifrutigranjeiro foi o resultado disso. No entanto, a CESP só aceitou negociar, em um sistema de “permuta”, com os cooperados que foram desapropriados. Esse sistema é chamado por Villela (1992, p. 83) de peculiar, pois consistia em uma troca, na qual um desapropriado que possuísse “5 hectares no perímetro urbano, ou ‘Cinturão Verde’ da cidade de Pereira Barreto, cujos metros quadrados valem mais que os da zona rural, recebeu apenas 2,5 hectares no Complexo Hortifrutigranjeiro”. Para Ennes (2001, p. 78) a “inundação representou o segundo momento de ruptura vivenciado pela colônia, depois da Segunda Guerra Mundial”. E esse momento de ruptura terminou por destruir os pequenos agricultores restantes, que abandonaram o processo produtivo devido às dificuldades encontradas pela formação e enchimento do reservatório no local em que fora suas antigas terras. Como lembram o Sr. Wilson Garcia Jr., engenheiro agrônomo da Casa da Agricultura do município de Pereira Barreto:

A Usina [hidrelétrica] inundou muita área fértil, diminuiu bastante a área fértil do município. Essas famílias [do hortifrutigranjeiro] já estavam um pouco abandonadas, o pai que veio do Japão ou o filho dele foi ficando velhinho, os filhos eram médicos, advogados e não tinham essa ligação com a terra.

A vitória da Cooperativa foi, então, parcial. Houve a desarticulação do setor hortifrutigranjeiro, mesmo com a construção do complexo. Os informantes ouvidos pelo autor, em anões recentes, relatam algumas das dificuldades que se revelaram intransponíveis; isso é particularmente verdadeiro para os muitos pequenos produtores da localidade, já economicamente debilitados. A fertilidade do solo na área oferecido como medida mitigadora foi alvo de muitas críticas. O local escolhido pela CESP não possuía a mesma fertilidade das terras desapropriadas. Para o sr. Koji, pequeno produtor e comerciante em Pereira Barreto,

antes era melhor, a terra, a água para irrigar, tinha o córgo [córrego] perto... (...) Eu acho que foi prejuízo muito grande.

A ausência de título de propriedade, problema que persiste até hoje,¹ impediu que os produtores conseguissem financiamento nos bancos. Atualmente, o complexo hortifrutigranjeiro está quase abandonado. Estimativas informais dos entrevistados indicam que das 70 famílias que, originalmente, foram para lá, menos de 20 permanecem. Muitos estabelecimentos estão abandonados.

Durante os anos de 1980, enquanto a UHE Três Irmãos estava sendo construída, destacou-se como ator político a Cooperativa Agrícola da Fazenda Tietê. Seus representantes entraram em contato com a CESP no intuito de negociar medidas mitigadoras devido às perdas ocasionadas pelo enchimento do reservatório. Contudo, a assimetria de poder e de capacidade técnica para argumentar se revelou desde o início, conforme Froelich (2001, p. 241) afirma:

A indiscutível qualidade técnica dos profissionais da Cesp, manifestada através dos pareceres que embasaram as decisões finais dos processos estabelecidos na troca de correspondências, impôs-se categoricamente a Pereira Barreto, que ficou numa desconfortável posição defensiva. A postura da grande maioria dos técnicos priorizou critérios microeconômicos de julgamento, em especial a minimização de custos para a empresa, desconsiderando aspectos sociais ou regionais, exatamente os priorizados no Protocolo de Intenções. As interferências políticas que partiram de Pereira Barreto voltaram-se quase sempre ao atendimento de interesses individuais ou de pequenos grupos, em geral de médios ou grandes proprietários, desconsiderando igualmente os interesses da população. Assim, na prática, o conteúdo social do Protocolo de Intenções assinado entre Cesp e Pereira Barreto [para mitigar impactos da UHE Três Irmãos no município] e transformado em lei foi esvaziado, convertendo-se em letra morta. Os critérios macroeconômicos e sociais cederam aos microeconômicos e individuais, tanto do lado da Cesp como de Pereira Barreto.

Amparada pela racionalidade econômica e por um corpo técnico muito competente, a CESP soube argumentar em torno de cada uma das medidas solicitadas pela Prefeitura Municipal de Pereira Barreto, que não teve força para fazer valer a territorialidade da sociedade local perante os interesses dos empreendedores hidrelétricos. A CESP, novamente, se mos-

1. Existe uma disputa entre a Prefeitura Municipal de Pereira Barreto e a CESP sobre quem é o responsável por registrar e repassar os títulos de propriedade da área onde se localiza o Complexo Hortifrutigranjeiro.

trou competente no processo de dominação e controle social do território que a empresa decidiu por inundar.

Algumas informações demográficas, apresentadas na Tabela 1, abaixo, nos permitem refletir sobre tendências observadas no município de Pereira Barreto. Contudo, tais informações devem ser utilizadas com o devido cuidado devido à relação de Pereira Barreto com o atual município de Ilha Solteira, necessitando desagregar os dados dos distritos. O núcleo de Ilha Solteira pertencia ao distrito de Bela Floresta, na comarca de Pereira Barreto. No ano de 1989, Ilha Solteira se tornou sede do distrito de Bela Floresta para, em 1991, se emancipar do município de Pereira Barreto. Na primeira seção deste capítulo, observamos que o núcleo de Ilha Solteira foi planejado e construído sob o comando da CESP e, apesar de manter relações socioeconômicas com o município Pereira Barreto, era um lugar que se desenvolveu pretensamente com um projeto autônomo de lugar, com seus sujeitos e lógicas exógenas à história regional. Porém, com o tempo, viu-se que não era apenas autônomo, mas um projeto de dominação territorial, pois o município de Pereira Barreto ficou subordinado nessas relações e a territorialidade de sua gente foi gradativamente deteriorada e domesticada pelas forças empresárias do setor de energia. Por conta disso, é que adotamos a opção de observar separadamente, quando os dados permitem, as estatísticas de Pereira Barreto e Bela Floresta – distrito sede de quem Ilha Solteira gradativamente se desvinculou.

Tabela 1 Evolução demográfica do município de Pereira Barreto e do município de Ilha Solteira.

População Total								
Municípios	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2010
Ilha Solteira*	7748	2715	21416	16896	21713	22178	23986	25064
Pereira Barreto	22231	33543	26226	20729	25584	25359	25027	24962
Total	29979	36258	47642	37625	47297			
População Urbana								
Ilha Solteira	289	148	172	15875	20627	21268	23208	23 520
Pereira Barreto	2942	10079	17662	18128	23020	23404	23141	23 235
Total Urbana	3231	10227	17834	34003	43647			
População Rural								
Ilha Solteira	7459	2567	21244	1021	1086	910	778	1544
Pereira Barreto	19289	23464	8564	2601	2564	1955	1886	1727
Total	26748	26031	29808	3622	3650			

* Nota: O núcleo de Ilha Solteira pertencia ao distrito de Bela Floresta, comarca de Pereira Barreto, até o ano de 1989, quando se tornou sede do distrito para, em 1991, se emancipar do município de Pereira Barreto.

Fonte: Censos demográficos do IBGE.

Até o ano de 1966, as informações demográficas sobre o distrito de Bela Floresta dizem respeito apenas ao segundo núcleo urbano implantado pela BRATAC, em 1933, que hoje está praticamente abandonado. Os números de Bela Floresta são modestos, possuindo 7.748 habitantes nesse distrito do município de Pereira Barreto no ano de 1950. Tal número decaiu para 2.715 habitantes em 1960. Nos anos de 1970, com a construção do núcleo urbano de Ilha Solteira, o distrito de Bela Floresta apresentou um considerável incremento demográfico, chegando a 21.416 habitantes. Na passagem dos anos de 1960 para os anos de 1970, a sede de Pereira Barreto contabiliza uma diminuição em sua população; provavelmente, devido à migração intrarregional em favor das obras da UHE de Ilha Solteira. Com o término das obras da UHE de Ilha Solteira, o núcleo urbano de Ilha Solteira conhece um decréscimo em sua população, caindo para 16.896 habitantes no ano de 1980. Com o município de Pereira Barreto ocorre o mesmo processo e a localidade sofre um decréscimo em sua população que, em 1980, passa para apenas 20.584 habitantes. Em 1991, último ano antes da emancipação de Ilha Solteira, a população de Pereira Barreto é quase idêntica à de Ilha Solteira, 25.359 habitantes e 22.178, respectivamente. O fundamental é que o município de Ilha Solteira continuava a agregar novos habitantes. Sua infraestrutura e os serviços que oferecia eram melhores do que em Pereira Barreto. O destaque, nessa comparação, foi a instalação de um *campus* da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP). Após a emancipação, o município de Ilha Solteira continuou seu crescimento populacional enquanto no município de Pereira Barreto ocorreu o contrário.

A emancipação de Ilha Solteira e seu maior dinamismo econômico foram eventos que fragilizaram o município de Pereira Barreto. Ilha Solteira é um município com grande potencial de arrecadação devido à UHE de Ilha Solteira, com suas 20 turbinas. Não foi por acaso que Ilha Solteira se emancipou logo após o término da construção da UHE Três Irmãos e do Canal de Pereira Barreto. Enquanto essas obras eram construídas, o núcleo urbano de Ilha Solteira lhes serviu de acampamento.

A CESP preparou gradualmente a emancipação de Ilha Solteira durante os anos de 1980, desejando cortar os custos de oferecimento de serviços públicos urbanos sob sua responsabilidade (FROELICH, 2001). Houve então, uma disputa entre Pereira Barreto e Ilha Solteira pela extensão territorial que cada um dos municípios teria. A CESP apoiava a emancipação, o que fez com que a luta de Ilha Solteira com Pereira Barreto fosse “desigual, porque enquanto o então distrito de Bela Floresta - representado quase que exclusivamente por Ilha Solteira - tinha atrás de si a

poderosa Cesp, o município de Pereira Barreto teve de valer-se de suas próprias (e diminutas) forças (...)” (FROELICH, 2001, p. 214).

Na ausência de outros caminhos para seu desenvolvimento econômico, Pereira Barreto centrou seus esforços, desde então, no turismo. No ano de 2000, o município foi alçado à categoria de Estância Turística pela Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, através da Lei nº 10.538, de 13 de abril de 2000. O município tenta tirar proveito do que lhe resta, isto é, de sua atual configuração territorial, transformado em uma enorme ilha fluvial e que se autodenomina como a ‘Veneza Paulista’. Essa tentativa de se renomear reverbera como uma busca de uma reapropriação simbólica do território.

Tal reapropriação simbólica ocorreu, ainda, através da assimilação de sistemas de objetos que mantiveram, em momentos históricos distintos, o controle social sobre a água e a terra no município. O brasão anterior do município, aprovado no ano de 1978, já criava essa aproximação ao apresentar uma mão segurando um raio com um fundo vermelho e dois touros, representando a principal atividade produtiva do município, a pecuária. O novo brasão municipal, aprovado no ano de 2008, pela Câmara Municipal, promove uma reinterpretação de praticamente todos os principais elementos do território do município. Nessa reinterpretação, os novos controladores sociais da terra são lembrados: as usinas de açúcar e álcool, com a hidroelétrica em destaque, o turismo ao fundo e a pecuária em plano secundário. A Figura 2, abaixo, apresenta o antigo e o novo brasão do município de Pereira Barreto, à esquerda e à direita, respectivamente.



Figura 2 O Antigo e o novo brasão do município de Pereira Barreto.
Fonte: Prefeitura Municipal de Pereira Barreto.

O projeto de lei que alterou o brasão, aprovado no ano de 2009, informa o que a simbologia do novo brasão expressa:

ARTIGO 2º. – O novo brasão municipal descrito nos artigos 2º. e 3º. da Lei municipal no. 1.116/78, passa a ter a seguinte simbologia e disposição representativa, que corresponde ao modelo integrante da presente Lei:

As cores são preto, vermelho, branco, verde, azul e prata, o sol vermelho representa os japoneses que fundaram a cidade, o turismo é representado pela pesca e praia, a cana de açúcar e a pecuária representam a economia da cidade, a hidroelétrica representa a fonte de energia do município, além de representar uma das fontes de renda, a cor azul de fundo do brasão representa as águas que banham a cidade, o rio Tietê e São José dos Dourados a ponte Novo Oriente representa o nosso maior monumento histórico, a balsa representa o meio de transporte fluvial e a coroa mural representa a bravura e hospitalidade do povo Pereirabarretense.

Importante e muito representativo é que a Ponte Novo Oriente seja revivida e eternizada no brasão do município. Ela é classificada como o “nosso maior monumento histórico” e colocada ao lado da hidrelétrica “fonte de energia do município”. Mesmo que a hidrelétrica seja a responsável pelo alagamento da primeira. A recriação do símbolo é mais aceitável se ele fizer referência ao passado, prestando tributo à territorialidade anterior, simbolizada pela Ponte Novo Oriente. As referências aos anos de 1928 e 1938 são simbólicas. Em 1928, foi assinado o contrato de compra e venda da Fazenda Tietê. Essa data foi escolhida para simbolizar esse projeto. Em 1938, o distrito Novo Oriente foi elevado a município e mudou de nome para Pereira Barreto. Essa marcação cronológica é importante, pois a territorialidade da colônia nipônica, prevalente até então, passa a ser contestada pelos não-japoneses que chegam ao município para ocupar cargos de destaque, principalmente públicos. Sem seu símbolo maior, a Ponte Novo Oriente, o município de Pereira Barreto reconstrói sua identidade coletiva se apropriando de outros símbolos. Tudo isso para, numa tentativa de síntese, se reapropriar simbolicamente de seu próprio território.

Em muitas das suas propagandas turísticas, há explícita referência a Ponte de Novo Oriente, sob a designação ‘alagada’. Trata-se de uma tentativa de resgatar um passado, no qual a Ponte era a referência da territorialidade. Ela simbolizava a união não só das margens do rio, mas, do município. Simbolizava o domínio sobre a natureza. A vitória da vontade. A UHE Três Irmãos não agrega esse simbolismo. Ela é o elemento que

impõe sua territorialidade, exercendo o controle social da água e submetendo as vontades dos munícipes aos poderosos interesses econômicos externos ao município e à região. A UHE Três Irmãos submeteu a região a seu controle e como lembra o Sr. Taniai, produtor rural:

Na parte rural tinha muito pequeno proprietário. Depois da inundação muitas pessoas pararam a atividade. Depois da barragem acabou... não tá vendendo!? (risos)...

O último elemento a ser analisado são os riscos de colapso de barragens. Nos últimos dez anos, houve mais de 800 acidentes com barragens no Brasil dos mais variados tamanhos (MENESCAL, 2011). A construção da UHE Três Irmãos, à jusante do município de Pereira Barreto, não lhe traz um risco direto caso haja um colapso de suas obras civis. Por outro lado, com a formação do reservatório da UHE Três Irmãos, houve o aumento do nível d'água em mais de 40 metros - com a formação de um reservatório de 785 km² da UHE Três Irmãos. Caso haja um colapso na UHE de Nova Avanhandava, por exemplo, a área urbana do município de Pereira Barreto seria mais afetada do que pela existência do reservatório da UHE Três Irmãos. O reconhecimento das barragens como um elemento de risco está colocado na aprovação da Lei 12.334, de 20 de setembro de 2010.

Para muitos informantes do município de Pereira Barreto, as grandes barragens são obras seguras. É o que afirma, por exemplo, o sr. Antônio Medeiros, quando questionado sobre a segurança de barragens:

Não, ela é muito bem feita! É tudo controlado eletronicamente. Vem vindo um tanto de água daqui, já começa a abrir as comportas todas... É tudo calculado, cada milímetro. Existe nível, eles vão marcando... começou a subir, uma já avisa a outra e já dá a vazão. É muito bem controlado.

No discurso do Sr. Antonio Medeiros, a barragem não se traduz em risco. Não há o reconhecimento da barragem como risco. Há uma relação de confiança com o sistema perito que gerencia a barragem. Essa relação, contudo, não é clara para o conjunto de moradores do município. Existem outras formas de percepção da barragem e sua relação com o risco. Para o sr. Koji e para o sr. Taniai as barragens se mostram como um perigo em que Deus ou a natureza podem conduzir ao colapso. Afirma o Sr. Koji:

Acho que, se Deus quiser fazer isso, num minuto vai tudo...vem uma tromba d'água e leva tudo...acho que não tem segurança não...você lembra daquele negócio que teve...daquela ilha que veio

a onda [se referindo a um *tsunami*]. Acho que não custa nada também não... por Deus, Ele da um soprinho assim e já vai levando... eu não confio não.

Para o Sr. Taniai:

Eu não acho tão segura...a natureza você sabe como é que é... enquanto não estoura uma em cima...[a montante] ninguém sabe...

Tais interpretações são suscitadas não só, mas também, pela ausência de uma produção coletiva de programas de minimização de riscos de colapso de barragens; isto é, suscitadas pela falta um canal político que permita, à sociedade local, participação no entendimento dos diversos aspectos da questão e na discussão de soluções para, assim, sentir-se um pouco mais segura no território. Todavia, há que notar que a lógica autoritária, que caracterizou todo o processo de inserção de barragens na região, tem resistência em constituir um *locus* político participativo. Somente o futuro dirá qual o alcance da Política Nacional de Segurança de Barragens para reverter essa lógica que, tristemente, naturalizou no Brasil o domínio da visão reducionista de alguns setores econômicos e subverteu e maculou os processos de territorialização constituídos por múltiplos sujeitos e a história socioambiental de tempo longo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A característica econômica central do município de Pereira Barreto, a de possuir pequenos produtores, sofreu impactos aos quais tais sujeitos não puderam resistir, posto que já estivessem fragilizados por conta do anúncio de desapropriação e da demora na qual essa ameaça se cumpriu e a forma como as medidas mitigadoras foram apresentadas. São esses os três tempos do conjunto da deterioração social, com reverberação no nível da atividade local. As estratégias utilizadas para permitir que o município se recompusesse, acomodando o lugar num território mais restrito, fracassaram. O Complexo Hortifrutigranjeiro encontra-se praticamente abandonado, nos dias atuais, e a Cooperativa Agrícola Fazenda Tietê está de portas fechadas, aguardando a reunião em que sua dissolução será juridicamente definida. A luta da Cooperativa não foi exitosa e, por isso, teve de pagar com sua própria existência, como se a UHE Três Irmãos alagasse outro símbolo do município. Esse afogamento, que é material e simbólico e que agride a autoimagem da coletividade pereirabarretense foi lento, demorou quase 18 anos para terminar. E o município se despede, outra vez, de um bem, econômico e cultural, representativo para a identidade social da colônia japonesa.

Dentre os impactos de longo prazo, a UHE Três Irmãos modificou a situação de risco ao aumentar o nível e a largura da água do rio Tietê no município de Pereira Barreto. O risco associado às barragens precisa ser divulgado e minimizado com ações relacionadas à proteção civil das comunidades a jusante. Isso tudo dependerá da correta aplicação da Política Nacional de Segurança de Barragens no plano das relações sociopolíticas regionais, o que exige a construção de outra postura ética das concessionárias no relacionamento com as comunidades fragilizadas com a implantação dessas megraobras hidrenergéticas.

Resta, então, um sentimento dúbio por parte dos vários sujeitos locais, sobre a UHE Três Irmãos. De um lado, o empreendimento trouxe muitos impactos que se concentraram sobre o município de Pereira Barreto e, principalmente, sobre os pequenos proprietários, geralmente, avicultores e horticultores da localidade. Por outro lado, essa UHE é vista como uma possibilidade de gerar receitas com seu ICMS e com o turismo no entorno do lago, restituindo possibilidades de emprego e renda para o município. Como fato consumado e imposto, a UHE Três Irmãos é, agora, um elemento a mais na síntese que o município desesperadamente tenta fazer para se reapropriar simbolicamente de seu próprio território.

REFERÊNCIAS

- CESP. *Estudo de impacto ambiental da UHE Três Irmãos*. São Paulo, 1990. 387 p.
- ENNES, M. A. *A construção de uma identidade inacabada: nipo-brasileiros no interior do Estado de São Paulo*. São Paulo: editora da Unesp, 2001. 166 p.
- GONÇALVES, J. C. *Controle social de terra e água no interior paulista: um estudo de caso*. São Carlos: Tese de doutorado em Ciências da Engenharia Ambiental, Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. (2006). Ordenamento territorial. *Boletim goiano de geografia*, Goiás, n. 1, (26), p. 117-124.
- IBGE. *Censos demográficos (1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000)*. Rio de Janeiro: FIBGE.
- IGI, J. *Pereira Barreto: a cidade que vi nascer*. Pereira Barreto-SP. Câmara Municipal, 1978.
- PARECER CPLA/DAIA SOBRE O PROCESSO No. SMA/7005/90. (1990). Assunto – EIA/RIMA da Hidrelétrica Três Irmãos.
- QUÉRCIA, O. *Educação, política, obras e presidência da República*. [mar. 1990]. São Paulo: TV Cultura, 1990. Disponível em http://www.rodaviva.fapesp.br/materia/58/entrevistados/orestes_quercia_1990.htm
- SABBAG, O. J. (2006). *Impactos da construção da UHE “Três Irmãos” sobre a atividade de mineração: importância de uma gestão ambiental*. Presidente Prudente: UNESP. Tese de doutorado em Geografia, 136 p.
- SANTOS, M. A. (2003). *Construção de cenários em ambiente SIG para avaliar mudanças de uso*

das terras induzidas por usinas hidrelétricas na região agrícola de Andradina. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Agrícola.

VILLELA, S. H. *Avaliação sócio-econômica de impactos ambientais: Implantação e operação da Usina Hidroelétrica “Três Irmãos”* – aplicação do modelo interpretativo de Inserção regional de UHEs elaborado pela Eletrobrás. São Carlos. EESC/USP, 1992.

CAPÍTULO IX

“ROSAS”, “DULCES”, COMANDANTES E PERITOS: A LUTA PELA CLASSIFICAÇÃO DO MUNDO NO CONTEXTO DITO “DESASTRE”

Dora Vargas

O poder simbólico é tão mais eficiente quanto menos visível ele se faz. É necessário saber descobri-lo onde ele se deixa ver menos, onde é ignorado (BOURDIEU, 2005).

PRA INÍCIO DE CONVERSA

A cada novo período chuvoso nas diferentes regiões brasileiras os ditos “desastres naturais” retomam seu lugar de centralidade nos canais midiáticos, debates especializados – principalmente entre os que estão situados no âmbito das denominadas “ciências da natureza” – assim como no âmbito da tomada de decisões das diferentes esferas políticas institucionalizadas da nação: ministérios, prefeituras, secretarias, entre outros. Os desastres são recorrentes, assim como o diversificado elenco de seus desdobramentos que redundam quase sempre em infrutíferas resultantes no sentido da garantia de proteção e qualidade de vida para os afetados. Fui recebida durante todo o segundo semestre de 2011 em diferentes moradias e instituições do município de Teresópolis/RJ para a realização das entrevistas da minha pesquisa de tese. Ali encontrei, invariavelmente, personagens dispostos a falar sobre o que vem sendo definido como “o maior desastre natural do Brasil” ou ainda, “o maior desastre do Brasil” –, motivados por diferentes perspectivas de interpretação do fenômeno.

O que aqui busco definir sociologicamente como “desastre”, ganha, não só no caso da Região Serrana do Rio de Janeiro como nos demais eventos que envolveram o país nesses últimos anos, a forte e brutal conotação de “atributo natural” (VALENCIO, 2011), cumprindo o seu papel de eficácia argumentativa para ocorrências do gênero. O desastre em questão, desencadeado em 12 de janeiro de 2011 e ainda em vigor, encontra-se indu-

bitavelmente protegido, justificado e camuflado pelo “atributo natural” que o garante, tendo como seu fator deflagrador, segundo a versão perita oficial, a chuva atípica que se abateu sobre a face norte daquela região.

(...) na região serrana, pela própria conformidade do relevo, da geologia... o evento foi um evento natural, o fator deflagrador tipicamente foi a chuva. A chuva no seu momento mais atípico atingiu picos que a gente tem – tanto através de dados informais como formais, calibrados de estações meteorológicas – de 235 mm em 24:00 [horas]. Isso é uma expectativa pra Friburgo mas que pode ser transposta pra todos – expectativa de um mês. Mas a gente sabe de um dado não calibrado que foi de 440 mm em 7:00 [horas] (Entrevistado I -Geólogo).

Todo o sofrimento social amplamente divulgado na ocasião e muito vivo e presente – reforçado ainda hoje, após 13 (treze) meses da tragédia – desvela situações, de fato, chocantes e comoventes, estimulando o sentimento de compaixão.¹ As histórias envolvidas mostraram-se, por vezes, inimagináveis e alavancaram atitudes de solidariedade e apoio de todo o Brasil e internacionais. Entretanto, essas mesmas histórias, quando analisadas por um prisma menos imediato, comovido e superficial, nos possibilitam a identificação e compreensão de questões fundamentais, como os elementos sócio-históricos e classistas que estão na base de tal roteiro, posto que, independentemente das características naturais e magnitude do ocorrido, evidencia-se a vulnerabilidade estrutural, o viés de classe e as relações de poder sobre as quais tal fenômeno encontra-se calcado. Há uma racionalidade que faz imperar e dar voz às competências técnicas – que, na performance da prudência, auferem detalhadamente os movimentos da natureza – (*e*) que evita que os desastres sejam abordados como tema (...) pertencente plenamente à esfera social (VALENCIO, 2011).

O principal objetivo deste capítulo é produzir uma reflexão inicial acerca do poder e tensionamento que perpassam as relações sociais e o próprio exercício de nomeação ou avaliação desse fenômeno denominado desastre: *quem o nomeia? quem o avalia?* Ou, nas palavras de Alier (2011), *quais discursos de valoração são utilizados pelos diferentes atores (...) e quem possui o poder de impor um discurso particular de valoração? O que resulta da assimétrica relação mantida entre os diferentes atores nesse contexto?*

Partimos do pressuposto de que o desastre, tal como no embate na Sociologia, trará elementos reveladores de processos que facilitarão o entendimento do conflito existente na luta pela representação do mundo so-

1. O qual, na visão de Sennett (2004), exalta o provedor e obriga o receptor a uma gratidão infinda, numa relação que configura submissão.

cial (BOURDIEU, 2005) – envolvendo não só o poder político, mas também o simbólico. Tal tarefa, que não se revela simples, demanda, primeiramente, explicitar esse embate sociológico e sua associação com as condições sociais concretas de vulnerabilidade nas quais se encontram diferentes grupos sociais, particularmente no contexto brasileiro. Na sequência, serão apresentados alguns construtos identificados nas narrativas que apontam para o tensionamento entre as diferentes forças sociais presentes – relações que colaboram para explicar como certas formas de classificação ganham primazia na luta pela autoridade de designar, nomear e legitimar sua visão acerca de tais fenômenos. O lugar da designação será perpassado, como nos revelará essa parcial da pesquisa, por diferentes atores: Estado, movimentos sociais, empresas, peritos, grupos severamente afetados e população em geral, em diferentes momentos do processo.

Trata-se de uma luta pela hegemonia, de uma disputa que tem a ver com o poder simbólico (BOURDIEU, 2005) que se desdobra na questão identitária e territorial e nas várias nomeações do espaço. A lógica que será explicitada, nas tensões entre as diferentes visões dos atores supracitados, demonstrará a validade de um dos principais paradigmas regentes do debate em torno dos desastres, qual seja, o que concebe os desastres como expressão de uma vulnerabilidade sócio-histórica (cf. GILBERT, 1998). Para além de ser um aspecto da pesquisa de doutoramento, a motivação em abordar o tema nasceu da minha experiência de trabalho como Assistente Social integrante do corpo técnico da Defesa Civil/Prefeitura de Juiz de Fora/MG, entre os anos de 1998-2008 e teve sua primeira sistematização com a pesquisa de dissertação desenvolvida através do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UFRJ.

No contexto da Defesa Civil se deu meu primeiro exercício de convivência com as diferentes concepções profissionais (das quais faziam parte os meus próprios construtos) e leigas acerca daquilo que é definido tecnicamente como ‘área e moradia de risco’ traduzindo no que Bourdieu (2005) conceitua como “disputa pela classificação do mundo” e evidenciando que a construção social do ambiente não se dá de forma homogênea. Na reflexão preliminar que aqui oferecemos, trazemos alguns elementos empíricos levantados junto aos grupos severamente afetados e aos peritos, inquirindo sociologicamente a natureza de sua interação social, através da pesquisa documental e relatos orais perpassados pela perspectiva bourdieusiana.

DESASTRES: A PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA

Desastres, para a Sociologia, designam acontecimentos trágicos e podem ser descritos como fenômenos adversos que geram processos de ruptura da rotina, de lugares, fazeres e práticas envolvendo uma configuração es-

paço-temporal e sócio-histórica para manifestar-se (*o quê? aonde? quando? com quem?*).² Quarantelli (2005) afirma que seria difícil negar a existência da falta de consenso entre os estudiosos em torno do conceito de desastre. Porém, segundo o autor, pode-se dizer que o paradigma básico implícito na área dos desastres é aceitável e envolve uma série de noções inter-relacionadas, sendo duas delas as mais fundamentais, a saber: **(1) os desastres são fenômenos inerentemente sociais e (2) a origem dos desastres se encontra na estrutura social ou no sistema social.**

Portanto, a natureza social dos desastres é – ou deveria ser – o foco principal do debate.³ “Um desastre não é um acontecimento físico (...), trata-se de um acontecimento social. Assim, não é apropriado falar de desastres ‘naturais’ como se pudessem existir fora das ações e decisões dos seres humanos e suas sociedades” (idem, p. 343). Essa afirmativa se revela como um contraponto à construção comumente feita acerca desse conceito quando originado de outras clivagens e racionalidades – como tende a se dar nas ciências da natureza, por exemplo – que, apesar de assim parecer, não respondem pela totalidade das formas científicas de argumentação acerca desse objeto.

A desnaturalização desse fenômeno permite o deslocamento do foco para as estruturas, sistemas e práticas sociais às quais se encontram associados. Ao admitir e trabalhar esse enfoque, a pesquisa sociológica, afirma Quarantelli (2005), apresenta mudanças e ampliações importantes, permitindo a constatação de que os desastres se originam da própria natureza dos sistemas sociais, sendo, pois, manifestações ostensivas de latentes vulnerabilidades da sociedade, das deficiências nas estruturas ou sistemas sociais. Por isso, não devem ser vistos como resultantes de uma força externa, mas como produto de deficiências enraizadas na dinâmica do referido sistema social. Desloca-se o foco das vítimas e perdas para processos sociais contínuos. Os desastres têm, pois, suas origens, manifestações e consequências na estrutura social (idem, 2005).

Assim, não havendo consequências sociais negativas, não há desastre. Esta perspectiva, vale ressaltar, dá início a outras formas de se pensar não só a pesquisa acerca do tema, mas a construção de práticas para o planejamento e a gestão – que ganham destaque em detrimento do aspecto da “emergência”, quase sempre mais enfatizado/evidenciado no processo em questão. Na opção por essa abordagem, reafirma-se a importância de ter em

2. Neste caso, torna-se pertinente a adoção dos conceitos de tempo e espaço sociais – em detrimento dos de tempo cronológico e espaço geográfico - assim como, a observação da relação entre desastres e processo de desenvolvimento (VALENCIO, 2010a).

3. Quando esse foco está nos riscos e perigos, os aspectos físicos e naturais tenderão a ganhar centralidade.

conta as vulnerabilidades estruturais somadas àquelas que as mudanças climáticas possivelmente farão emergir e a necessária observação de outras variáveis implicadas no referido contexto.

“ÁREA DE RISCO” E “LUGAR”: OS EMBATES NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO TERRITÓRIO

Num país com tamanha extensão territorial não há dúvida de que existe espaço suficiente para todos os cidadãos (pobres e ricos), nas áreas rurais e urbanas, morarem em locais seguros e implantarem suas atividades industriais e agropecuárias fora dos locais sujeitos a riscos de enchentes e deslizamentos. A pergunta é: por que a realidade então aponta inúmeras situações inversas, onde pessoas moram e implantam atividades agropecuárias e industriais em áreas ambientalmente frágeis e de risco? (...) A única maneira de evitar as perdas produzidas por enchentes e deslizamentos é não ocupar ou morar em encostas com declividade acentuada e nas margens de riachos e rios. (Relatório de Inspeção do Ministério do Meio Ambiente, p. 26)

Antes de acontecer a tragédia, Campo Grande não era área de risco, agora eles estão considerando. Aqui a gente nunca teve orientação pra construir. A Defesa Civil não era comum aqui, agora tá comum até demais!” (Entrevistado 2 – bairro Campo Grande)

Considerando as colocações acima, é possível admitir e reconhecer a existência de uma perspectiva conflitante entre aquilo que é denominado, pelo Estado, como “área de risco” e as “noções de lugar” construídas por moradores do ambiente periférico deteriorado, evidenciando a disputa subjacente aos discursos e práticas no território precário. A observação feita nos Bairros Caleme, Campo Grande (zona urbana) e Santa Rita (zona rural) e em várias instituições envolvidas com o desastre ocorrido no município de Teresópolis/RJ a partir de janeiro de 2011, possibilita elucidar elementos que podem contribuir para o entendimento dessa disputa entre discursos para classificar “área de risco” e “lugar” segundo a perspectiva dos diferentes atores sociais em luta pela legitimação de seu discurso e práticas. Essas nomeações, isto é, as categorias com as quais as populações são designadas nos seus territórios pelo ente público, não são inocentes, assim como não o é, tampouco, a interpretação que este ente produz sobre a questão ambiental e o desastre. Isso, na verdade, se coloca em relação direta com a luta pela hegemonia e com a forma prevalecente de dominação. Mais do que pura disputa, esses tratamentos revelam encontros e desencontros dentro do conjunto de relações que estão colocadas, quais sejam: aquelas internas ao saber popular/tradicional ou “o saber do lugar” e aquelas internas

ao discurso técnico e, ainda, aquilo que resulta da disputa entre essas duas dimensões. Desse modo, acredita-se que existem disputas dentro do campo técnico, disputas em termos da construção das representações e dos saberes sobre o ambiente local e as ocorrências ali havidas, que são classificadas como desastres ambientais, e também a retroalimentação desses campos. O tensionamento entre as concepções dessas forças sociais permite evidenciar como certas formas de classificação tomam a frente da explicação da denominação “área de risco”, do ambiente ou mesmo do “desastre”. Há distintas representações acerca da realidade concreta, dentre as quais se destacam as que ensejam o confronto entre o discurso técnico predominante, que combate certas práticas de moradia tidas como irresponsáveis e o discurso das vítimas das remoções desencadeadas pelo Estado na prática de saneamento da paisagem (VALENCIO, 2010b).

O desastre em andamento na Região Serrana do Rio de Janeiro tem na sua intensidade e na força dramática das experiências vividas pelos mais severamente afetados sua face mais reveladora, o que nos coloca grandes desafios interpretativos. A diversidade e riqueza dos relatos que se seguem desvelam uma realidade feita de diferentes representações de mundo que ora se aproximam e se mostram convergentes, ora, divergentes, mas que, acima de tudo, evidenciam construções que disputarão a autoridade de designar tal fenômeno social e suas decorrências. Vale ressaltar que a análise que se segue contará com narrativas oriundas de grupos locais e movimentos sociais e, também, do conhecimento perito, prioritariamente vinculado a estruturas do Estado, no seu âmbito estadual e municipal.

Situando a proteção social no âmbito mais objetivo desse processo, pode-se afirmar que nele, uns apresentam maior capacidade para se proteger enquanto outros, nem tanto. No primeiro caso, essa proteção é possível via mobilidade ou pela influência que certos grupos têm no controle do mercado das localizações, entre outros. No segundo caso, tal proteção afugenta-se para aqueles que não possuem essa mobilidade, ou a possuem em baixa ou descendente escala numa dada condição de existência. No âmbito dos fatores subjetivos, podemos considerar as diferentes concepções construídas socialmente acerca do que é tolerável ou intolerável, do que é arriscado ou seguro, frente a condições determinadas de existência.

A **interpretação do desastre**, considerando a magnitude do fator de ameaça e o nível de afetação desencadeado, é determinantemente influenciada pelo elemento místico ou supramundano, pela religiosidade e pela falta de proteção social quanto aos afetados; e pelo lado dos peritos, pela ênfase na naturalização do fenômeno e pela baixa expectativa de controle ou baixo poder de interferência sobre ele, apesar da constatação do acúmulo científico existente.

(...) Onde eu consegui me salvar foi debaixo de uma pedra, uma pedra de uns 10 metros de comprimento. Ficamos eu, meu marido e um neto ali encolhidos clamando ao Senhor. E antes de eu ir pra ali, Ele me tocou... porque, graças a Deus, eu sigo o meu Senhor (...). E quando eu vi aquele temporal, o Senhor me falou: ‘filha, vai pra rocha!’ Eu entrei pra dentro de casa e Ele novamente me tocou: ‘filha, vai pra rocha!’ E ali eu caí nas águas e atravessei de um lado pro outro e entrei na coqueira onde tinha a loca de pedra. Aí, passou as trombas d’água, uma de um lado, outra do outro, passou por cima... Acabou tudo! O que eu salvei foi a bolsa do dia a dia, o celular e uma vela. Minha casa acabou, a do meu patrão que era mais abaixo, de dois andares, acabou, parece que nunca existiu nada lá (...).(Entrevistado 3 – bairro Caleme)

(...) O próprio saber perito precisa ser revisto completamente em todas as áreas. É seguro a gente manter as pessoas morando em Teresópolis hoje? Não é. Eu não sei, não tenho informação. (Entrevistado 4 – Defesa Civil Municipal)

Observa-se que caráter de “excepcionalidade” que o desastre assume leva ao relato quase sempre imediato do ocorrido, como demonstram as manifestações das entrevistas, independentemente da solicitação ou provocação de outros aspectos da narrativa. Como foi dito, “o assunto sempre converge para o desastre, em qualquer circunstância, por parte de todos” e traduz o fenômeno como ocorrência “atípica”, que “fugiu ao controle e ao entendimento” e que está associado a “outras forças” que se originariam de um universo “místico e/ou supramundano”, precedido e acompanhado por “sonhos”, “visões”, “revelações”, “intuições” e “crises de choro”, entre outras manifestações e sentimentos especiais.

(...) eu vou te dizer que Deus me preparou primeiro. Porque antes da tragédia, no último dia do ano, meu neto começou a chorar... ele começou a chorar e eu perguntei porque que ele tava chorando. E ele me disse: ‘eu tive um sonho muito ruim! Eu sonhei que nesse Caleme aqui entravam soldados camuflados com metralhadoras nas costas, com carros camuflados, e eu não entendi esse sonho’. (...) eu comecei a chorar 15 dias antes. Chorava do nada. E meu marido me dizia: ‘por que é que você tanto chora?’ Eu digo: ‘não sei, não sei’. No dia da tragédia, foi a Igreja Batista e a comunidade que trabalhou (...). A Igreja já estava aberta e o bombeiro chegou pra perguntar se era possível colocar os corpos lá dentro (...). Eu fiquei ali: chegava um corpo, eu levava, chegava outro, eu levava com uma naturalidade que Deus colocou em mim de uma maneira! No final

eu encerrei com 22 corpos (Entrevistado 5 – Igreja Batista do bairro Caleme).

Tinha uma menina de 15 anos, ela sonhou que morria na lama. Pois ela foi carregada e achada morta lá embaixo (Entrevistado 6 – bairro Campo Grande).

Em analogia à passagem bíblica que enfatiza o desaparecimento de duas cidades – Sodoma e Gomorra – como castigo divino aos excessos cometidos pela população, o entrevistado 7 (bairro Caleme) situa o desastre como evento purificador dos possíveis erros vivenciados por alguns. Numa perspectiva também religiosa, o entrevistado 5 (Igreja Batista do bairro Caleme) identifica o sofrimento decorrente do desastre como possibilidade de exercício de “vivência do amor” ou de experiências mais humanitárias, conforme esperado dentro dos pressupostos religiosos nos quais alguns afetados creem. Esses aspectos são enfáticos em Teresópolis, cidade marcada pela forte presença de Igrejas Evangélicas que, por ocasião do ocorrido, se revelaram mais diretamente envolvidas na assistência aos afetados, observação essa bastante consensual entre todos. Como afirmou o entrevistado 7 (bairro Caleme): “quando as pessoas frequentam a igreja elas ficam mais humanizadas, ficam mais gente e não tão violentos. Acho que uns 65% da população daqui é cristã”.

Outro elemento desse veio interpretativo evidencia a explicação mística transcendente que aponta para o apoio divino na falta de suporte, pessoal ou público.

Eu tenho, aqui no Caleme, 48 anos. Eu nunca vi uma tragédia desse tipo em lugar nenhum. O que aconteceu aqui, pra mim, foi um fenômeno que a própria natureza faz isso de tempos em tempos. Ela cria um meio de ela mesma limpar o que está demasiado. Campo Grande tava um lugar horrível. Quem conhece ali sabe: tava igual ‘Sodoma e Gomorra’. (...) morreu muita gente inocente, mas morreu muita gente que tinha problema pessoal. ‘Sodoma e Gomorra’, há quanto tempo aquela cidade existia? (...) o que aconteceu? O fogo desceu de onde? Só acabou ‘Sodoma e Gomorra’ porque era pra acabar mesmo (Entrevistado 7 – bairro Caleme).

(...) Porque a Bíblia fala que no, final dos tempos, o amor de muitos esfriaria. Então, esse amor, você já vê literalmente frio. Ele (*o pastor*) começou a pregar sobre o amor, mas nós só fomos viver o amor no dia 12 de janeiro de 2011. Foi uma postura que, na minha visão evangélica de fé, de ouvir e ler a palavra de Deus, eu penso assim: Deus colocou o pastor, o pastor pregou o amor. Aí Deus falou assim:

vamos ver se esse povo vai viver mesmo o amor? Entendeu? (...) Só daí a pouco caiu a ficha: Deus usou as pessoas que ele quis usar, levou daqui do Caleme quem ele quis levar e deixou quem ele quis deixar (Entrevistado 5 – Igreja Batista do bairro Caleme).

Por mais que venha a tecnologia, a gente ainda vai se surpreender com muita coisa. Eu falo que o que ensina a gente não é o ser humano ou os cientistas, mas a Bíblia (...). (Entrevistado 06 – bairro Campo Grande).

Tuan (2005) sinaliza que a crença em forças supramundanas está profundamente arraigada na mentalidade humana. As pessoas, em todas as partes e tempos, no passado e presente, têm consciência do miraculoso, ainda que seja de modo fraco e inconstante. Isso variaria de cultura para cultura e estaria em diminuição no mundo como um todo decorrente do domínio progressivo e prevalecente da visão científica. Na contemporaneidade, a crença em manifestações de natureza sobrenatural coloca a pessoa à margem da sociedade tida como “respeitável e culta”. No mundo medieval isso se daria de forma contrária, pois o papel da autoridade supramundana consistia em solucionar pacificamente os conflitos, o que se dava de forma mais eficaz uma vez que os parâmetros dominantes e socialmente aceitos estavam acima das subjetividades das partes litigantes, suprimindo o débil papel coercitivo do Estado (p. 119).

Embora organização seja poder, o poder sobre o meio ambiente natural não produz automaticamente uma sensação de segurança (...). Do mesmo modo, a mudança da vila para estado, da cultura para a civilização, não redundava necessariamente em nenhuma redução significativamente do medo. O que em verdade muda é o caráter e a frequência do temor (Idem, p. 91).

Os dois territórios urbanos envolvidos na pesquisa – Caleme e Campo Grande -, se situam em finais de vales que foram ocupados há aproximadamente 50 (cinquenta), 60 (sessenta) anos atrás e adensados nos últimos 30 (trinta) anos, conforme relato de seus moradores mais antigos.

Tem quase 40 anos que estamos aqui. Quando nós mudamos pra aqui podia contar meia dúzia de casas só. Era Seu Zé Lopes, João Tico-Tico que era motorista de ônibus e Jaci, e só! Vi isso aqui crescer e não tinha nem o nome de Campo Grande (...). Esse nome foi posto depois. Antes era Posse, chamava tudo Posse. A luz quem botou foi Brizola, que já morreu. (Entrevistado 8 – bairro Campo Grande).

Tem de 32 a 33 anos que eu moro aqui. Quando eu vim pra cá não tinha muitas casas, a rua não era calçada, não tinha ônibus até aqui.

Eu só saio daqui direto pro lugar pra onde nós vamos todo mundo (...). Foi meu pai que me deu essa terra aqui. Ele morreu aqui e minha mãe também, aqui é de família, entendeu? E tenho meus amigos, a molecada toda gosta de mim. É só você perguntar: ‘onde mora o velho’ que todo mundo me conhece. Aqui eu crio minhas galinhas e outros bichos e tenho meus pés de fruta. (Entrevistado 9 – bairro Caleme)

Tais grupos sociais conservam fortes traços suburbanos e relações sociais ainda bastante tradicionais e familísticas, nos termos de Martins (2010). “Aqui a gente conhecia os mais velhos, os mais novos, quem casava, quem tava namorando, quem tava esperando neném... Aqui, quando uma fazia uma arte, todo mundo ficava sabendo: ‘ih, tá namorando escondido’. Era assim” (entrevistado 8 – bairro Campo Grande). Quando da realização das entrevistas, foi comum confirmar o acolhimento à pesquisa (ainda que sem agendamento prévio), a informalidade como traço marcante, o agrupamento de pessoas num ímpeto de colaboração na produção das narrativas, sendo em suas próprias moradias ou em locais públicos, como a rua. Ao se reportarem a qualquer outro ponto do território da cidade que não fosse o seu próprio, usaram a expressão “lá fora” criando certa distinção acerca do espaço “conquistado” e “seguro”, no sentido de lhe ser pertencente acima de tudo pela identidade e proximidade com seus hábitos, relações, afinidades e mesmo, com as estratégias que envolvem sua sobrevivência.⁴

O caráter surpreendente do desastre é revelado também na perspectiva de gestores municipais que relatam a superação tanto das previsões meteorológicas para aquele momento específico como dos indicativos acumulados ao longo dos anos pela ciência para a região serrana, colocando em cheque referências norteadoras das ações, inclusive de Defesa Civil.

Do dia 11 para 12, a gente recebeu uma informação do serviço meteorológico de que poderia ter chuvas fortes. Uma equipe nossa (*Defesa Civil*) saiu pra fazer um trabalho e ficou de moderado a forte. Quando deu umas 22:00 [horas], a informação que veio foi de que a chuva tava descendo o Vale do Paraíba, passando na divisa do RJ com MG e descendo em direção ao mar e que não pegaria a gente na serra. E assim, a gente ficou tranquilo(...) Não tinha dúvida

4. Martins (2010, p. 61) dirá que os sonhos, observados a partir das características de tais contextos, se revelam cheios de mistérios e de enigmas a serem decifrados e pedem para serem interpretados na sua dimensão mágica e premonitória. Diferentemente daquelas famílias que foram educadas e socializadas nos hibridismos e distanciamentos da modernidade e na individualização que a caracteriza, e que se pautam, através de critérios próprios e simplificados, nas descobertas da psicanálise, psiquiatria e psicologia. Os sonhos, neste caso, pedem para ser explicados segundo critérios da ciência.

de que numa hora ou outra fosse acontecer, mas eu não acreditava que fosse com esse volume gigantesco. Porque até hoje a gente não conseguiu ter uma explicação meteorológica que dissesse: “sim, era possível acontecer aquilo” e “sim, vai acontecer com a mesma intensidade”. É provável? É provável, mas ninguém consegue falar pra gente o que aconteceu, porque aconteceu. (...) posso dizer que o plano ou os planos, te dão o muito óbvio. Uma pedra solta ali pode rolar, é óbvio. Ninguém, em nenhum momento, conseguiu sair um pouco do óbvio.(...) Eu estava mais propenso a acreditar no histórico... Nós nunca tivemos aqui uma chuva de 200 mm e tivemos essa aqui de 400, em 4:00 [horas]. Os únicos pluviômetros que a gente tinha com mediação digital marcaram entre 360 e 420 mm de chuva em 4:00 [horas]: de meia noite às 4:00 [horas] da manhã. (...) Será que eu faço cálculo agora pra acima de mil? Eu não sei. Quem é que vai dizer isso pra gente? (Entrevistado 4 – Defesa Civil Municipal).

Nesse contexto, temos, de fato, o poder que as “ciências da natureza” têm nas definições do risco, a despeito de sofrerem questionamentos em razão de seu caráter probabilístico, que terminam por relativizá-las em razão de que o acúmulo de seus informes não vem resultando em geração de proteção e segurança para certas parcelas da população. Daí, identificamos que os diferentes atores vinculados ao Estado, gestores ou peritos, compartilham um discurso comum acerca do conhecimento técnico como validador de suas ações, mas também revelam posições diferenciadas frente ao ocorrido, ainda que a luta seja por reafirmar um posicionamento científico já consolidado em detrimento dos argumentos e práticas leigas.

A Região Serrana está inserida num complexo de rochas que é muito estudado pelos geólogos, pesquisadores e tal. (...) Isso existe, está nas universidades, tá no Departamento de Recursos Minerais, está nos órgãos públicos onde existem profissionais geólogos, isso existe e está à disposição. O problema é que em muitas das vezes não há ninguém na prefeitura apto a fazer o correto uso dessas informações. E isso fica lá, ninguém olha, ninguém vê, salvo quando existem eventos dessa magnitude e que ocorre o que ocorreu, em que vai se buscar o porquê... Querem muitas das vezes eleger um culpado, mas os culpados são eles mesmos. Esses vitimados têm grande parcela da culpa de sua própria desgraça, uma vez que eles, ou por falta de orientação ou mesmo almejando algum ganho em cima do poder público, eles invadem áreas que (...) as pessoas se acostumam com o perigo, com o risco e com o perigo. Então, ele foi morar ali com 1 ano, nunca aconteceu nada e ele tem 30 ou 60 anos e foi a primeira vez que aquilo ocorreu. Mas por que é que foi a primeira vez?

Porque pra esses eventos, considerando o espaço de tempo geológico, 60 anos não é nada. Esses eventos são recorrentes, a gente sabe que eles ocorrem. O problema é dizer quando vai ocorrer. O que é que precisava ter acontecido nesses locais? O poder público orientar. É o que estão fazendo hoje, gerando zonas de exclusão. (...) Conhecimento se tem e está disponível (...). O problema do Brasil é enchente e escorregamento em função do clima e das rochas que aqui ocorrem. O que ocorre é a desvalorização dessa ciência e o uso incorreto dessa informação por parte de quem é de direito fazer (...). Se você não pode evitar processos ou não quer, ou não tem dinheiro para, você pode tirar aquela comunidade dali. O processo vai ocorrer, mas não vai matar ninguém. (...) Muitas áreas já foram mapeadas como 'áreas de risco', só que tem um monte de gente que mora nelas. Isso tem que ser passado para a prefeitura e o prefeito ter meios de realocar ou fazer obras. Tem que ver o que for melhor. Muito se fala de custo/benefício, mas eu tenho uma visão muito particular disso. Embora as coisas sejam decididas com base em custo/benefício: o cara tem 80 anos que mora, então, ele tem as referências da vida dele lá. Como é que você vai virar pra esse cara e dizer: 'você vai ter que sair daqui e morar lá?' É complicado, pelo lado social, psicológico (...).(Entrevistado 10 – Geólogo).

(...) Ficou muito claro pra mim: ele tem o risco do tráfico, de doença, de não ter o que comer... o risco geológico não passa pela cabeça dele. Daí, você fala assim: 'existe uma probabilidade de 1 em 10 de um evento...'. A probabilidade de ele levar um tiro do tráfico é muito maior (...). E se você vai falar, com tantas coisas pelas quais eles passam, que existe uma probabilidade de numa chuva de tantos milímetros, devido às condições intrínsecas do solo etc etc... não tem repercussão! Eu fui treinada pra dar parecer técnico, pra separar o técnico do emocional, mas, você chega no contexto e tem situações que te comovem. (...) Eu ouço: 'mas esse povo não sabe que não pode morar aí, não é óbvio?' Eu digo que é e não é. Não é tão simples. É simples pra mim que vou lá e mapeio e volto pra minha casa que é no plano e seguro. A dinâmica de vida dessas pessoas é totalmente diferente. Na minha formação, eu fui agraciada com bons orientadores, bons treinadores (...). Eu consegui estar perto dos três ícones do Brasil: os três trabalham com risco, cada um numa escala e cada um tem uma forma diferente de pensar, cada um tem uma visão e eu procuro absorver o máximo dos três e construir minha visão. Pra um, é totalmente técnico (...); pra outro, já tá numa escala de nem querer ir ver, prefere gerenciar de longe, e o terceiro, vê na escala de um pra um: você tem que estar lá, tem que estar junto (Entrevistado 11 – Geólogo).

Os relatos nos possibilitam o entendimento de que não existe uma forma perita homogênea, inclusive entre profissionais de mesma formação acadêmica, quanto ao pensar sobre as práticas e processos sociais, o ambiente. Um mesmo profissional se vê influenciado por diferentes racionalidades que podem envolver tanto a culpabilização do indivíduo pela sua condição de vulnerabilidade (incluindo as condutas inadequadas da população pobre no sentido de uma suposta usurpação, exploração do poder público – leitura frequente e perceptível nos relatos),⁵ como a defesa do direito de permanência em “áreas instáveis” que deveriam ser tratadas pelo poder público. Por outro lado, esboça-se também um posicionamento que se dirige para a secundarização do risco técnico pela população, quando a mesma se vê frente a outras dificuldades e privações, concernentes às condições estruturais enfrentadas. Porém, para além das diferenciações possíveis dentro de um mesmo recorte do conhecimento, é possível e preciso reconhecer que a controvérsia científica (explicitada pelo próprio conhecimento técnico) tem temporalidade distinta da controvérsia política (própria da ação administrativa) e que “o saber especializado não é mais capaz, por si só, de fechar o debate no interior da própria ciência”, se expondo, pois, à discussão e decisões políticas (ACSELRAD, 2009).

Revelando a disputa, os leigos, por sua vez, mostram certa independência e autonomia com relação aos pressupostos peritos, isto é, esses agentes não interferem previamente na posição leiga (num sentido objetivo de qualificação de seus territórios) e nem passam a simbolizar uma referência na forma de o traduzirem, apesar de estarem presentes na produção de diagnósticos e projetos interventivos esboçados para os territórios afetados. A informação perita não aparece como orientação efetiva que antecede o desastre e, no pós-impacto, apesar de ser apropriada parcialmente pela população e acrescida de elementos próprios do seu meio, também não se revela como elemento produtor de segurança ou como parte de uma relação democrática e confiável. “Com a tragédia, a gente já ficou sem chão, primeiro por causa do que as pessoas passaram e parece que o governo quer tirar mais ainda, quer ver o teu sofrimento maior ainda. Campo Grande é um bairro que dá pra reconstruir”. (Entrevistado 6 – bairro Campo Grande).

(...) Tem esses fenômenos que só acontecem uma vez. Aqui em Teresópolis mesmo, quanta chuva deu desde que eu vim morar aqui! Não vai mais acontecer, essa tragédia que aconteceu não acontece antes de 50 anos, não antes desse menino que está ali completar 50 anos (...). Sair do Caleme? Não. O Caleme é tranquilo, eu vivo aqui

5. Muitos dos discursos dos diferentes atores sociais demonstram o não reconhecimento da função social da propriedade e da cidade e explicitam as dinâmicas assimétricas de poder.

há mais de 40 anos. Hoje eu tô envelhecido, eu vim pra cá menino e envelheci aqui. Sair pra onde? Onde eu vou achar um lugar pra eu viver como eu vivo aqui? (Entrevistado 7 – bairro Caleme).

(...) Eles passaram pra gente que vão construir uma barragem aqui, tipo um arco, que não vai ser pra segurar a água. Vai ser pra, se no futuro acontecer, segurar pau, pedra... Até o momento o que a gente sabe é isso! Aí as casas que tem aqui pra cima eles estão querendo tirar os moradores. Só vai ficar essa parte aqui pra baixo, só. Esses dias, ligaram pra avisar que vinham fazer vistoria na casa, daí, meu marido explicou que nossa casa já tinha sido demolida havia muito tempo. Porque é assim: eles vêm, marcam as casas pra serem demolidas e te dão 10 dias pra você tirar portas, janelas, telhado. Eles te dão três *opção* de escolha: compra assistida, apartamento ou dinheiro. Eu preferi dinheiro porque eu posso construir do meu jeito. Eu fechei com eles em maio e no final de junho eles demoliram minha casa. Daí, 4 meses depois eles ligam pra fazer nova vistoria na minha casa? (Entrevistado 2 – bairro Campo Grande)

Aqui só teve o pessoal da Defesa Civil: um coronel da Defesa Civil com os acompanhantes, né? Mas eles não falaram nada, só perguntaram se queria que interditasse, nós perguntamos por quê; eles disseram: ‘você não quer que interdita?’... e viraram as costas e foram embora. E até hoje a gente está esperando resposta e nada. (...) Se houver uma condenação da minha casa, nós vamos ter que ir embora. Mas nós precisamos saber o que está acontecendo. Porque aqui do lado, a dona pediu pra interditar, eles vieram e interditaram. A gente queria saber o porquê, qual é o risco da gente. Saíram todos os da frente, dos fundos e dos lados. Uma delas é parede e meia... se interditaram a de lá, e a nossa? Fizeram isso e não explicaram nada pra gente. Quando eles vieram pra interditar, meu marido pediu uma explicação. Eles só responderam que se a gente não quisesse interdição que eles não iam interditar. Foram embora e até hoje a gente está aqui esperando. (Entrevistado 12 – bairro Caleme)

Além da relação truncada com o conhecimento perito, os afetados de forma severa vivenciam a desproteção – ou proteção desigual, nas palavras de Acselrad (2006) -, aquela que leva a certa condição de vulnerabilidade materializada objetivamente na fragilidade de suas moradias, no conjunto das características de seus bairros, tanto no que diz respeito à sua condição estrutural, à inexistência ou precariedade dos serviços coletivos, como à insegurança jurídico-formal do acesso a terra (propriedade), entre outros direitos tidos como parte integrante e responsabilidade política dos Estados

democráticos. Ainda que consideremos que a vulnerabilidade é socialmente produzida e que práticas político-institucionais concorrem para vulnerabilizar certos grupos sociais, o lócus da observação tende a ser o indivíduo e não o processo, afirma o autor. Uma alternativa politizadora seria definir os vulneráveis como vítimas de uma proteção desigual, mas, no contexto dos desastres brasileiros e daquele aqui em discussão, confirma-se uma desproteção social que antecede o ocorrido e que se mantém no pós-impacto através da assistência paliativa, do abandono e das incertezas que são reforçadas no cotidiano de um grande contingente populacional envolvido.

(...) E o que a Dilma liberou naquela hora do sufoco, o prefeito passou a mão em tudo e deixou todo mundo a ver navio! Já tem onze meses... tem muito gente que ainda que não está recebendo o aluguel social, né?! Tanto da parte da Prefeitura, como da parte do Estado. Aí, eu ainda falei lá na AVIT [Associação das Vítimas das Chuvas de 12 de Janeiro em Teresópolis]: ‘poxa, eu sou a vítima e me tornei ré, né?!’ Porque você se sente até uma ladrona, condenada.. é... como uma ladrona (...). A gente se sente humilhada! Vai nos lugares, enfrenta fila, chega na hora nada, sabe? Então, eu já nem procuro mais essas coisas. Não vou mais! Porque é humilhação demais! Horrível! Não tem nem Defesa Civil, nem psicólogo, nada, nada! A minha menina precisava de um psicólogo e eu não consegui até hoje marcar, entendeu? Porque afetou muito, demais a ela! Por quê? Ela era muito agarrada com aqueles dois ali (*primo e tio que morreram*)! (Entrevistado 13 – bairro Campo Grande)

Tal como nos diz Valencio *et al* (2011),

Desastres são evocados pelos afetados como acontecimentos persistentes que se mantêm no sofrimento cotidiano oriundo de uma multidimensionalidade e agudização de danos havidos, em contraponto à recorrente prática de negação e indiferença de outros atores, incluindo das frações do Estado (p.22).

A potencialização da desproteção vivenciada frente à avalanche de lama, pedras e vegetação, frente às diversas situações limítrofes entre vida e morte, ao incerto número de mortos e desaparecidos, à brutal mutilação dos corpos encontrados, ao desaparecimento de bairros (a exemplo de Campo Grande) e famílias na sua quase totalidade, ao luto permanente e à morosidade e burocracia no tratamento de demandas essenciais da população, conduzem a interpretações que são diretamente influenciadas pelo forte **sofrimento social** que tem sido experimentado. Identifica-se a presença de um luto que, quase um ano após o impacto, está manifesto no choro

mais sentido, na saudade e na necessidade urgente de falar sobre o ocorrido, de encontrar escuta, mas também de denunciar o sentimento de abandono, as incertezas, a morosidade nas decisões e encaminhamentos acerca dos benefícios e direitos. Inclui-se a má administração dos recursos públicos, da repartição das doações, da efetivação do aluguel social, da imprecisão do número de mortos e desaparecidos (números oficiais que são contestados como estando aquém da realidade) e da não atenção dos setores de saúde ao tratamento dos mais afetados, também no âmbito emocional.

Uma das audiências públicas promovidas pela Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), a pedido da Associação das Vítimas das Chuvas de 12 de Janeiro em Teresópolis (AVIT), no dia 24 de novembro de 2011⁶ – e que teve como tema as questões sociais, quais sejam, a renovação do aluguel social, indenizações, infraestrutura e construção de casas – foi palco de tais denúncias, dentre outras, configurando um dos momentos da resistência organizada das famílias afetadas naquela cidade e da explicitação da correlação de forças existente. Um contexto que nos permite um resgate do argumento de Arendt (2010a; 2010b) se refere à banalização das práticas de violência na totalidade do corpo político, a partir da burocratização da vida pública para aniquilar a condição humana. As audiências públicas, realizadas em outubro e novembro de 2011, permitiram a visualização desse confronto entre, de um lado, as demandas imediatas da população, em sua urgência na busca pelo restabelecimento de condições básicas de moradia e do cotidiano e, de outro, o posicionamento das forças institucionais do Estado e município engessados nos argumentos técnicos e burocráticos que, como afirmam Valencio *et al* (2011), redefinem os direitos constitucionais dos grupos afetados como ‘carências negociáveis’, dissolvendo o drama humano em negócios em torno de obras civis (*idem*, p.22). As lacunas deixadas pelos diferentes poderes envolvidos foram explicitadas durante todo o processo na fala de diferentes cidadãos e da AVIT, como nos revela esse depoimento:

(...) Todos nós sabemos o quanto doeu essa tragédia, mas nós sabemos ainda mais aonde doeu a outra tragédia que foi a humana, a tragédia dos desvios dos recursos públicos municipais e estaduais, recursos nossos. (...) Porque quando a AVIT convidou, provocou a ALERJ para vir aqui, nós estávamos estabelecendo um novo marco de mobilização na história dessa cidade que é o controle da sociedade (...). Porque a gente precisa olhar nos olhos dos nossos representantes eleitos no município e no Estado (...). Então, não é favor nenhum o cidadão ou cidadã de Teresópolis receber o aluguel soci-

6. Para saber mais da AVIT e conhecer as atas referentes às Audiências Públicas promovidas pela ALERJ a pedido da Associação, visitar: www.avit.org.br.

al, isso é uma conquista da sociedade (...). Essa é uma cidade machucada há mais de 30 anos (...). Os corruptos dessa cidade precisam ouvir a voz da população. (...) Queremos que todos os alugueis sociais pagos pelo Estado, que seja feito um recadastramento geral, porque na nossa entidade e nas ruas chegam denúncias de que há fraudes no aluguel social, e nós precisamos de respostas. Precisamos também que aquelas pessoas que eram inquilinas ou meeiras e ficaram totalmente desamparadas, que essas pessoas também sejam amparadas pelo Estado. (...) Nós recebemos mais de mil pessoas na salinha da AVIT, vivendo a Associação das Vítimas toda a dor, toda a angústia desses últimos 10 meses. Lamentamos também que dos alugueis sociais pagos pelo município, a nossa associação teve que entrar com mais de 400 ações para que essas pessoas cidadãs recebessem o aluguel. A associação vem para dar voz a quem não tem voz: nós não podemos nos intimidar e nos calar diante de tanta falta de respeito que aconteceu nessa cidade. (Entrevistado 14 – AVIT).

No caso específico de Teresópolis, registra-se a mobilização que vem sendo estimulada pela AVIT na forma não só das audiências públicas – que se tornaram espaços de publicização e debate das demandas da população e onde a correlação de forças se faz mais clara -, como também das reuniões que são organizadas por localidade e que objetivam caracterizar a problemática específica daqueles afetados, fortalecendo sua participação nos processos reivindicativos e de construção da cidadania.

Nós estamos em busca do desdobramento de tudo isso, isto é, uma outra cidade, uma outra história, que não é só de afastamento de quem desviou esses recursos (...). Esses núcleos eles vão trabalhar isso (...). A audiência buscou isso, ela deu uma enquadrada, botou “olho no olho”. Eles não estavam preparados (*autoridades*). Nosso planejamento tem um *'link'* que é a unipresença. A associação está em todos os lugares fazendo esse apanhado de informações que serão analisadas pelos conselhos e depois pelo núcleo: analisa tudo isso e toma uma decisão (...). Mas os parlamentares, gestores públicos e quem estava no Rio, eles foram surpreendidos porque vieram pra uma audiência de meia dúzia de pessoas e chegaram e encontraram uma multidão de pessoas. Foi uma das maiores mobilizações que a gente fez (...). (Entrevistado 14 – AVIT).

Encontramos também, num exercício de reafirmação de um “sentido para o lugar”, uma postura que, nas palavras de Scott (2002), é definida como “formas cotidianas de resistência” e que enfrenta, ainda que de maneira difusa e aparentemente desorganizada, as definições e ações que são traçadas pelo

conhecimento perito hegemônico para os seus territórios assim ilustrada pelo relato:⁷ “(...) no dia em que eles estavam começando a demolir, a máquina foi sabotada: cortaram a mangueira de óleo dela. Levaram um tempo pra arrumar e botaram vigia” (Entrevistado 2 – bairro Campo Grande).

Então, apesar da degradação brutal experimentada por bairros como Campo Grande, se sustenta como referência esse **sentido de “lugar”** que o território, ainda que severamente afetado, mantém. O território periférico deteriorado não é revisto no sentido de sua desqualificação, tal como nos revela alguns atores, mas considerado nas suas qualidades e possibilidades de recuperação sendo o fenômeno biofísico, desse modo, relativizado.

Pra mim o lugar é aqui! Porque aconteceu mas foi em todos os lugares. Se fosse só na minha casa, mas foi em todo lugar. Isso não me dá medo, a gente tem que conviver com o medo, não adianta. Se ficar com medo vai morar aonde? Aqui é o meu lugar pra morar. Nós não temos condições de comprar um terreno, por enquanto! (...) A esperança de ser ajudado pelo Estado é mínima. Houve várias tragédias na cidade há anos e têm pessoas que até hoje *espera* a casa e não recebeu. Nem começaram a construir as casas dessa tragédia ainda! A gente tem que tocar a vida! Se for esperar pelas autoridades, eles não *faz* nada! Eles filmaram minha casa, tiraram foto, pro aluguel social... já são 8 meses e nada! Não tem 1 real de aluguel social... (Entrevistado 15 – bairro Caleme).

Aqui a gente se sente bem, eu não me vejo fora daqui! (...) Apesar de ter acontecido tudo: pessoas feridas, pedra, pau, tanta lama... (...). (Entrevistado 6 – bairro Campo Grande).

Identificamos a insistência na permanência ou retorno ao local de moradia e na reconstrução em territórios tecnicamente condenados apontando para a importância de “um lugar seu”, mostrando a luta por pertencimento e vinculação, frente à despossessão vivenciada – inclusive a espacial. Nesse sentido, estamos tratando então, de cenas urbanas e rurais que trazem tanto a dimensão da dominação quanto da desigualdade para o primeiro plano. Esses locais se configuram em lugares na medida em que é necessário tornar o mundo plausível, vivenciável: uma escolha dentro de uma gama reduzida

7, O autor entende que, na maioria das vezes, a resistência às relações de dominação expressa-se em práticas cotidianas e discursos difusos, fragmentados, que orientam as interações cotidianas entre dominantes e dominados. Como expressões da resistência cotidiana são citadas as seguintes expressões: fazer ‘corpo mole’, dissimulação, condescendência, furto, surrupio, simulação, fuga, fantasia, difamação, entre outros (p.33).

de possibilidades. Há, pois, um conjunto de determinações que desenha a desigualdade para além da possibilidade de escolha consciente desses sujeitos. Quando Acselrad (2006) anuncia que a vulnerabilidade é uma relação e não uma “carência”, objetiva, acima de tudo, reafirmar que não poderá ser atacada através da oferta compulsória de bens, mas que deverá considerar as relações e contextos, as diferentes situações e condições que se articulam nos distintos momentos e localizações (p. 5). Decorre daí que o consentimento para com os riscos e danos impostos será tanto maior quanto maior for a condição de destituição (idem, p.3). Entram, no âmbito dessa análise, as possibilidades concretas que estão colocadas para estes segmentos populacionais, frequentemente vivendo nos limites das condições físicas de reprodução, ou seja, como resultado de uma situação histórico-social marcada pela ausência absoluta de opções de moradia. Este é um fator que evidentemente impulsiona e cria o pano de fundo da dinâmica de ocupações tidas como “ilegais” e “predatórias”. As consequências disso se colocam no restrito quadro de oportunidades de localização para os mais pobres, frutos de padrões de produção do ambiente construído e de formas de produção e distribuição global da pobreza.

A história recente de Teresópolis colabora para a compreensão de práticas específicas que são, inclusive, estimuladas historicamente pelo Estado como estratégia de prover moradia para populações mais pobres.

Teresópolis, até bem pouco tempo atrás (...) foi considerado o segundo maior município em número de favelas do Rio de Janeiro (...). A vulnerabilidade social aqui é muito grande. (...) falando em termos de habitação, é tudo muito precário (...). Desde que eu comecei a trabalhar na prefeitura, aqui a gente tem a figura jurídica do ‘direito’: as habitações não são de proprietários e não são só invasões. Existe o ‘direito’. Prefeitos anteriores deram um diploma às pessoas como se elas pudessem usar aquela área de moradia. E se você está falando em comunidades carentes... a pessoa pega um documento assinado por um prefeito, é óbvio que ela vai entender que aquele documento é legítimo, oficial e que regulariza toda a vida dela. Então, a partir daquilo ali, as coisas começaram a piorar. A gente já tinha invasão porque as pessoas não tinham local pra morar (...). Teresópolis nunca foi planejada. As informações que eu tive recentemente é que algumas universidades, inclusive a UFRJ, tinham entregue há mais de 10 anos atrás um estudo (...) mostrando a problemática da cidade e que ele foi rejeitado pelos órgãos públicos, informações essas dadas pelo Ministério Público (...). Não falta conhecimento entre nós, falta vontade (...). Eu acho que é falta de vontade política! Nunca ninguém deu atenção a essa questão de ameaça, risco... Essa é a única frase

que engloba tudo. Nunca se teve um interesse nisso, até porque é muito mais fácil você lidar com comunidades carentes usando como massa de manobra... Teresópolis é um município extremamente conservador em todos os sentidos (...). É um coronelismo mesmo! Voto de cabresto, a coisa da dentadura, dos óculos, da manilha... (Entrevistado 16 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social)

Pesquisa desenvolvida por Pereira (2011) aponta que, no município de Teresópolis, a população urbana somente se torna maior que a rural na passagem dos anos 1950 para 1960, processo influenciado pela inauguração da BR 116 que impulsionou e diversificou a atividade econômica e aumentou o fluxo populacional. Atualmente, a área urbana conta com cerca de 145 mil habitantes do total de 163.805 (dados do Censo 2010 – IBGE). O município iniciou o século XXI ocupando a triste segunda colocação entre as cidades com maior proporção de população vivendo em favelas (cerca de 25%), no Estado do Rio de Janeiro. São mais de 30 mil moradores vivendo em 22 favelas identificadas pelo IBGE.

POR ORA, FINALIZANDO A CONVERSA...

Ao finalizarmos essa reflexão o que objetivamos colocar aqui em questão é: para além da constatação dessa luta pela classificação, onde “áreas de risco” e “sentidos do lugar” estão em disputa – a partir de diferentes poderes e posições -, qual é o uso que vem sendo feito das categorias que, nesse embate, se tornam hegemônicas? O descarte de um dado enfoque vai além de uma razão ou imposição científica e diz também respeito a um ambiente político de negociação onde os atores se relacionam de modo assimétrico e com nítida matização de classe (VALENCIO, 2011). A nomeação “área de risco”, no contexto dos desastres, passa a representar a realidade e se impõe sobre qualquer outra interpretação feita acerca de certo território – como também sobre aqueles que o constroem socialmente referenciados em outros elementos. Sobre estes últimos, recai a imposição ou obrigatoriedade de se referirem e se relacionarem com os “seus lugares” como áreas condenadas. Ou seja, os grupos sociais impactados pelos desastres vêm amargando as consequências de uma relação desigual de poder que tem resultado na sua expulsão dos territórios em que vivem e no processo sociopolítico de abandono que associa “elementos deflagradores de insegurança física, social e emocional” (VALENCIO *et al*, 2011), como se observa na realidade em estudo. A propósito, os autores complementam:

(...) Não se trata de os gestores produzirem planos escritos, veiculá-los como uma panacéia, formalizando intenções públicas com o bem-estar dos grupos vulneráveis, mas promoverem efetivamente

interações e relacionamentos que permitam trocas de conhecimento, treinamentos conjuntos e capacidade ampliada de avaliação, de apoio mútuo, bem como se comprometendo com a atualização/socialização constante das informações. (...) Não é o incremento tecnológico strictu, mas a reconceitualização das políticas públicas o que está em jogo no entendimento do que sejam desastres (...). (p. 21)

Isso significaria, então, levar a cabo a cidadania participativa⁸ também no âmbito da gestão dos desastres.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. *Vulnerabilidade ambiental, processos e relações*. In: ENCONTRO NACIONAL DE PRODUTORES E USUÁRIOS DE INFORMAÇÕES SOCIAIS, ECONÔMICAS E TERRITORIAIS, 2, 2006, Rio de Janeiro, *Anais...* Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Comunicação. Disponível em: <http://www.fase.org.br/projetos/clientes/noar/UserFiles/17/Files/VulnerabilidadeAmbProcRelAcsehrad.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2011.

_____. *Apropriações sociais das mudanças climáticas*. Democracia Viva, n. 43, set 2009. p.70-73.

ARENDRT, H. *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. 11. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

_____. *Sobre a violência*. Tradução André de Macedo Duarte. 2. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010b.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 8. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

GILBERT, Claude. *Studying disaster: changes in the main conceptual tools*. E. L. Quarantelli (ed). What is a disaster? Perspectives on the question. Routledge: London and New York. 1998. p.11-18.

MARTÍNEZ-ALIER, J. *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, J. S. *A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala*. São Paulo: Hucitec, 2000.

MENEZES, M. A. *O cotidiano camponês e a sua importância enquanto resistência à dominação: a contribuição de James C. Scott*. Raízes, Campina Grande, v. 21, n 01, p.32-44, jan-jun/2002.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). Relatório de Inspeção da Secretaria de Biodiversidade e Florestas. *Áreas de Preservação Permanente e Unidades de Conservação x Áreas de Risco – O que uma coisa tem a ver com a outra?* Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=publicacao_publicacoesPorSecretaria&idEstrutura=146>. Acesso em 26 nov. 2011.

PEREIRA, Luiz Antônio de S. *Falta de Planejamento urbano e a tragédia “ambiental” no verão de 2011 em Teresópolis – RJ*. In: XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA CIÊNCIA E UTOPIA: POR UMA GEOGRAFIA DO POSSÍVEL, Belo Horizonte, 2011. Disponível em: <http://xiiisimpurb2011.com.br/app/web/arq/trabalhos/8f2b39a8031af685e40899019202e4c3.pdf>. Acesso em 23 nov. 2011.

QUARANTELLI, E. L. *A social science research agenda for the disasters of the 21 st century*:

8. VALENCIO, 2006.

theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementation. In: R. W. Perry; E. L. Quarantelli (eds). *What is a Disaster? New answers to old questions*. USA: International Research Committee on Disasters, 2005, p.325-396.

SCOTT, J. Formas cotidianas de resistência camponesa. Tradução Marilda A. de Menezes e Lemuel Guerra. *Raízes*, Campina Grande, v 21, n 01, p 10-31, jan-jun/2002.

SENNETT, R. *Respeito: a formação do caráter em um mundo desigual*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

TUAN, Yi-Fu. *Paisagem do medo*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

VALENCIO, N. et al. *Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de Defesa Civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa*. São Paulo em Perspectiva, v 20, p 96-108, 2006. Impresso 2006.

VALENCIO, N. *O desastre como locus da barbárie: apontamentos sobre o caso brasileiro*. N. Valencio (org). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, vol II, 2010 (a). p. 31-52.

_____. *Quem tem medo da remoção? A violência institucional contra moradores de “áreas de risco”*. In: XXXIV ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 2010 Caxambu. Anais... Caxambu, ANPOCS, 2010 (b) .Disponível em www.ufscar.br/neped/pdfs/anais/ANPOCS2010_Norma_Valencio.pdf. Acesso em 14 mai 2011.

_____. *Desastres “naturais” ou genocídio velado? Subsídios para um exame sociológico do caso brasileiro*. In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ALAS, 28, Recife. Anais... Recife: UFPE, 2011.

VALENCIO, Norma; SIENA, Mariana; MARCHEZINI, Victor. *Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.

CAPÍTULO X

PEDRAS NO CAMINHO: O DESASTRE E AS VIDAS LASCADAS EM MUQUI/ES

Norma Valencio
Mariana Siena
Arthur Valencio

INTRODUÇÃO

O Estado do Espírito Santo foi uma das unidades federativas que, no ano de 2010, contabilizaram um considerável montante de danos e prejuízos em desastres no geral e, particularmente, naqueles relacionados às chuvas. Essa circunstância limitante, infelizmente, é recorrente para o povo capixaba. A decretação de situação de emergência (SE) faz parte do histórico sociopolítico de muitos dos municípios do Espírito Santo e, em menor monta, o mesmo ocorre em relação à decretação do estado de calamidade pública (ECP).

No período de 2003 a 2011, a média de 32,33 decretos municipais/ano de SE/ECP significa uma abrangência de 41,45% do total de municípios dessa unidade federativa (Tabela 01). Isso denota não apenas a existência de debilidades estruturais da administração pública municipal de várias localidades capixabas, as quais atravessam repetidos apuros para lidar com as responsabilidades de proteção antecipada aos grupos sociais fragilizados e garantir os seus respectivos direitos territoriais, mas a existência de desafios com os quais o braço operacional estadual tem dificuldades em lidar, a começar pelo enfrentamento decisivo das desigualdes sociais para evitar que as sucessivas temporadas de chuvas arraste consigo os mais fracos.

Para compreender alguns aspectos relevantes do problema, desde uma perspectiva sociológica, acompanhamos *in loco* algumas situações municipais críticas, uma das quais, a que estava em ocorrência no município de Muqui/ES, em janeiro de 2011.

As *informações primárias* foram coletadas através de: a) observação direta com apontamentos do diário de campo; b) entrevistas em profundidade com autoridades e técnicos municipais – do Chefe do Executivo à área

de assistência social e da saúde – bem como com grupos sociais afetados, destacamente com os chefes do lar e da família em situação de desabrigo; c) mapas mentais de grupos sociais desabrigados, especialmente mulheres e crianças em idade escolar e pré-escolar e d) fotodocumentação. As *informações secundárias* foram obtidas através de pesquisa em meio virtual (sites oficiais e registros jornalísticos oriundos da imprensa local) e em registros oficiais cedidos, aos autores, pelas autoridades locais. O problema central abordado diz respeito às representações e às práticas dos grupos sociais mais intensamente afetados no desastre e os encontros e desencontros desses com a atuação da administração municipal no que concerne às estratégias para ampará-los.

Tabela 1 Número de decretos de situação de emergência (SE) e estado de calamidade pública (ECP) por ano (contados a partir da data de início de vigência do decreto municipal) no Estado do Espírito Santo.

Ano	SE	ECP	Total decretos	% decretos em relação ao número de municípios do estado
2003	67	3	70	89,74
2004	27	0	27	34,62
2005	30	2	32	41,03
2006	14	0	14	17,95
2007	21	0	21	26,92
2008	28	0	28	35,90
2009	48	2	50	64,10
2010	27	0	27	34,62
2011	22	0	22	28,21

Obs: O Estado do Espírito Santo possui 78 municípios de acordo com o IBGE.

Fonte: Registros cf. SEDEC/MI, atualizado em 27 jan. 2012, acesso 02 fev. 2012, sistematizado pelos autores.

Para tanto, as variáveis analisadas integradamente foram:

- a. O cotidiano do abrigo;
- b. A segurança pessoal e dos bens móveis na casa danificada e interdita;
- c. A interlocução dos afetados com a administração, particularmente em torno das medidas recuperativas.

Sigamos o caso de Muqui, não sem antes enfatizar que se trata de um recorte interpretativo mais imediatamente atrelado ao momento agudo dessa crise denominada desastre, a qual tanto herda mazelas sócio-históricas quanto deflagra num novo ciclo de privações.

O DESASTRE NAS DISTINTAS VISÕES DOS SUJEITOS ENVOLVIDOS

Localizado a 175 km de Vitória, o município de Muqui possui 14.396 habitantes, sendo 9.309 em área urbana e 5.087 em área rural (IBGE, 2010). A área total de Muqui é de 327 km². Sua localização está compreendida na latitude -20.95° e longitude -41.34°, e o seu território inserido nas formações montanhosas da Serra do Castelo. Muqui tem um histórico de desastres relacionados às chuvas. Na última década, as autoridades locais decretaram situação de emergência (SE) por quatro vezes, a saber: em janeiro e em março do ano de 2003, em março do ano de 2005 e em dezembro de 2010.

Segundo as autoridades locais, o desastre deflagrado no município, nos últimos dias do ano de 2010, teria sido relacionado à intensa precipitação pluviométrica, a qual teria suscitado enchentes, na região central da área urbana e nas adjacências, e ao desprendimento de lascas do enorme rochedo, de dezenas de metros de altura, vizinho a um assentamento humano precário na periferia urbana. O relato oficial reporta uma intensa precipitação das 2:00h am, do dia 27 de dezembro, até às 11:00h am, do dia 28 de dezembro. Esse evento crítico teria provocado uma elevação rápida do volume de água dos principais mananciais que cortam a localidade, a saber: o córrego da Boa Esperança, o córrego do Entre Morros, o córrego do Sabiá e o rio Muqui; este último, com sua água chegando a 6 metros de altura. Como efeito desse volume, as águas transbordaram do leito dos referidos mananciais e adentraram ruas e edificações, públicas e particulares, as quais sofreram danificação, no meio urbano e também no rural. Além disso, episódios de deslizamentos de terra, destruição de pontes, quedas de árvores, inclinação de postes de iluminação pública, transbordamento de valões, descalçamento de ruas, outros comprometimentos da malha viária e danos parciais à contenção da margem do rio Muqui, dentre outros, foram identificados pelas autoridades locais e constam da caracterização oficial do desastre no decreto municipal de situação de emergência (SE), datado de 30 de dezembro de 2010.

Embora o documento oficial complementar à narrativa municipal oficial dos acontecimentos, o formulário Avaliação de Danos (AVADAN), tivesse caracterizado o evento como sendo, principalmente, o de enxurradas (código CODAR NE.HEX 12.302), o decreto municipal supracitado mencionou explicitamente os problemas estruturais da localidade, isto é, espec-

tos de um processo socioambiental mais extenso que deixava os munícipes – em diferentes gradações – sujeitos a sofrerem agravos com os efeitos de intensas precipitações pluviométricas, fossem aquelas ou futuras:

(...) concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade o crescimento desordenado da cidade desde a sua criação, permitindo a construção de numerosas edificações em áreas de risco de inundações e desabamentos e o estrangulamento dos cursos d'água locais provocados por aterros irregulares, entre outros (PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI, 2010, p. 2).

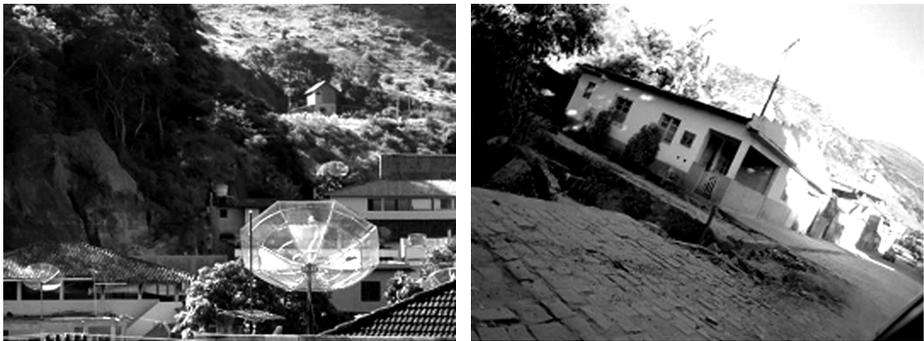
Como danos humanos relacionados a esse desastre, destacava-se, no AVADAN, a menção ao número de 800 pessoas desalojadas, 120 pessoas desabrigados e 2 levemente feridas. Afetadas, direta ou indiretamente, foram, segundo o referido documento, 12.387 pessoas, o que corresponderia a 85,45% do total da população do município.

O município de Muqui perdeu todo o seu estoque de vacina, devido ao estrago que a enchente causou nas instalações do setor de saúde. Quando novos estoques de vacinas foram providenciados, os agentes de saúde priorizaram a ação de colocar em dia a vacinação de pessoas pertencentes aos grupos sociais desalojados pela enchente e não deram especial atenção às pessoas desabrigadas. O órgão de saúde do município optou por vacinar, primeiro, os grupos sociais de desalojados, com receio de dispersão desses – uma vez que se encontravam na moradia de parentes e amigos e as condições de acolhida poderiam se alterar rapidamente – e porque, segundo as autoridades, tais grupos teriam tido maior contato com a água contaminada oriunda da enchente. Nos novos estoques de vacinas que chegaram à localidade, faltaram as vacinas para a hepatite A, que era imprescindível para os riscos à saúde que o contexto socioambiental revelava, embora o estoque de vacinas para a hepatite B tivesse sido suprido a contento. Somente catorze dias após o início da decretação do desastre, as famílias que tiveram sua moradia comprometida pelo desprendimento das lascas do rochedo – e que permaneciam na condição de desabrigadas – tiveram suas cadernetas de vacinas colocadas em dia.

Nesse episódio, Muqui registrou, oficialmente, 193 residências populares danificadas, além de 11 residências populares destruídas, montante proporcionalmente superior, pelo viés de classe, aos estragos registrados no estrato de moradia não popular, onde foram 17 as residências danificadas de particulares (menos de 1/10 do total de moradias danificadas) e 9 efetivamente destruídas (menos da metade). A apuração oficial identificou, ainda, na ocasião, 120 estabelecimentos comerciais danificados, 2.481 km de estradas danificadas, 1.350 metros quadrados de pavimentação de vias ur-

banas destruídas e 230 famílias que teriam perderam seus bens móveis e demais utensílios domésticos.

As regiões mais afetadas do município foram o centro urbano e os bairros Boa Esperança, Nossa Senhora Aparecida, São Pedro, São Domingos, Entre Morros e São Francisco (Fotos 01 e 02). A solicitação municipal para que houvesse o reconhecimento da situação de emergência pela autoridade federal reportou que os serviços essenciais foram prejudicados, como o de fornecimento de água potável, que foi interrompido do dia da decretação do desastre aos dias subsequentes, prejudicando os esforços de limpeza em geral. A concentração de lixo trazido pela enchente teria causado o entupimento de bueiros e a interdição de ruas, incrementando os riscos de propagação de doenças de veiculação hídrica. A inviabilidade em disponibilizar água potável em quantidade suficiente para o asseio pessoal quanto para o do espaço público e doméstico de convivência tornava o risco de doenças ainda mais potencializado.



Fotos 1 e 2 Aspectos dos riscos e danos na área urbana. Muqui/ES.
Acervo NEPED, 2011.

As famílias desabrigadas nesse evento crítico foram, principalmente, aquelas residentes na localidade de Boa Esperança, deprecativamente conhecida como “Toca do Rato”. Ali, sob as chuvas intensas, e no meio da madrugada, ocorreu a infiltração da água no rochedo e uma sucessão de desprendimentos de lascas do mesmo. A comunidade fora erguida, ao longo de muitos anos, em uma das facetas desse rochedo, no topo do qual uma imagem sagrada havia sido depositada e sucitou modestas romarias de seus devotos para apreciá-la. Até ali, aquela imagem fincada sobre o gigantesto rochedo tomava, nas representações sociais locais, a ideia de empreender uma vigilância transcendental e protetiva aos que moravam sob sua sombra, sendo, pois, uma referência reconfortante para a comunidade.

Porém, quando o estalido do desprendimento das lascas se fez ouvir por sucessivas vezes, no varar de uma madrugada chuvosa, e tais lascas de pedras, de proporções consideráveis, efetivamente caíram sobre as moradias – danificando telhados, os objetos dentro da moradia e ferindo os moradores – o reconforto deu passagem para um significado oposto: o rochedo se apresentou, a partir dali, como um fator ameaçador para a comunidade, suas vidas, suas moradias e todo o conteúdo ali atrelado à vida cotidiana. Ao despencar, batendo no rochedo, as lascas soltavam fagulhas e, ao arremeter contra o solo, o estrondo, mesclando o alto ruído e o tremor do chão, davam a dimensão da gravidade das circunstâncias. Outras lascas do rochedo ameaçavam despencar daquelas grandes alturas sobre as várias moradias da “Toca do Rato”. Devido às injunções de uma base física íngreme e do solo encontrar-se enlameado e bastante liso, grandes rochas que já se encontravam anteriormente no território da comunidade começaram a se movimentar e se aproximar perigosamente das casas, podendo fazê-las ruir (Fotos 3 a 6). A fuga das pessoas do lugar, em meio à chuva, à escuridão e à lama, tinha olhos e ouvidos atentos para o perigo que tanto vinha dos céus quanto das rochas já em terra.



Fotos 3 a 6 Aspectos do bairro Boa Esperança, conhecido local e depreciativamente como “Toca do Rato”. Acervo: NEPED, 2011.

Os moradores relataram, em especial, os fortes estrondos decorrentes de uma “chuva” de pedras sobre os telhados. Ao cair, essas pedras levantaram uma nuvem de poeira, que se misturou às águas das chuvas, embaçando a visão dos que se punham em fuga. A escuridão foi o elemento final para compor esse cenário aterrorizante, contam-nos os moradores da localidade que saíram aterrorizados de suas casas e se acudiram mutuamente, aos gritos, pois era difícil tanto enxergarem uns aos outros quanto saber exatamente que caminho percorrer. Estavam sem chão, quase literalmente.

Representações sobre a gravidade dos acontecimentos vivenciados nesse bairro estão expressas nos relatos dos moradores locais; sobretudo, na vocalização das mulheres, tanto das que se tornaram desabrigadas quanto das que resistiram aos eventos em permanência em sua moradia, ainda que essa tivesse sido interdita pelos órgãos de emergência.

A persistência do desastre, como memória e parte do cotidiano, está expresso no relato da M. F., uma senhora desabrigada:

Estou com a cabeça tão ruim, parece que o barulho daquela pedra ainda está dentro do cérebro. Nossa, foi uma coisa horrível. A minha menina de 17 anos ela correu – foi de madrugada, né? O caso, depois de meia noite, a primeira pedra que caiu – ela falou “mãe a Rafaela” (é a irmã mais nova de 3 meses)...aí ela pulou em cima dela, aí os cacos de telhas bateram nela [caíram nas costas]. Ela saiu correndo, gritando; depois ela [a filha de 17 anos] tremia tanto em cima dessa daqui [filha de 3 meses] achando que ela tinha morrido. Eu falava: calma minha filha...

Uma liderança comunitária, das mais antigas moradoras da localidade, permaneceu na sua moradia, embora o telhado tivesse sido afetado. Relata que muitos vizinhos foram para a sua casa na noite da ocorrência e os acudiu, antes do abrigo público ter sido providenciado pelas autoridades locais. Contudo, o seu filho, um jovem de 24 anos, permaneceu em severo estado de ansiedade, com distúrbios do sono, negando-se a dormir em seu quarto, onde pedras atravessaram o telhado e caíram por sobre os móveis.

Apesar de lamentar não poder ter levado seus bens móveis para o abrigo público, uma afetada, a senhora V.R., relatou que não conseguia voltar para sua moradia, já que o medo de ficar próximo ao rochedo e às rochas era maior que o seu anseio de zelar pelos bens no interior da moradia e restituir a funcionalidade da casa. Para tranquilizá-la e reduzir o seu sofrimento, Dona V.R. contou com a ajuda de vizinhos, que permaneceram na comunidade:

Minhas coisas tá tudo lá. Meu vizinho tá vigiando para a gente. Eles vão lá ver. Só que eu não vou lá em cima, eu fui lá ontem, mas eu tenho medo de ficar lá. Aí, eles (vizinhos que não saíram de suas casas) olham pra gente, abre a casa, fecha.

As famílias desabrigadas nesse episódio foram instaladas num abrigo provisório num outro bairro, distante daquele. A prefeitura municipal lhes deu acesso às instalações de um estabelecimento de ensino municipal e o período de férias escolares viabilizou, por algum tempo, essa escolha.

No abrigo provisório, mulheres chefes do lar e jovens proseavam ao redor da mesa da cozinha. Ali, nos receberam para relatar o acontecimento trágico e também exprimi-lo através de seus mapas mentais. Dentre esses, se destaca o de L., uma adolescente de 17 anos, no qual a grande pedra, ou morro, aparece com alguns elementos naturais – tais como o capim, as flores e as pedras encravadas – enquanto que a casa é representada no seu interior, com o sistema de objetos que dá funcionalidade ao cotidiano da família: ali há apenas um cômodo, mas esse acomoda a TV, o fogão, a geladeira e a cama (Figura 1). Por seu turno, A.L., uma senhora de 31 anos, representa a casa proporcionalmente maior ao lado da grande pedra. A riqueza de detalhes também ocorre: a grande pedra (chamada de “a Pedra da Santa”) possui a imagem da santa no alto; mas, uma pedra aparece solta; outra pedra aparece despencando e várias lascas caem sobre o telhado da casa. A.L. assinala que a casa ficou sem água, sem chuveiro, sem encanamento e exibiu o nível a que chegou a inundação, tomando a ordem de 40% da altura da parede da moradia. Na moradia, ficou-lhe na memória o telhado solto e um pedaço da parede prester a cair, ambos expressos na figura (Figura 2).



Figuras 1 e 2 Mulheres desabrigadas representam o desastre como algo fundamentalmente relacionado às pedras que ameaçam suas moradias.

Igualmente pungentes são as representações do desastre nos mapas mentais das crianças do abrigo provisório, que ali estavam porque sua moradia tinha sido danificada ou destruída no evento. Ao serem reunidas para nos contar “o que foi que aconteceu para elas estarem no abrigo”, com lápis e papel distribuídos, fizeram suas imagens mentais, em parte puxando pela memória, noutra, trocando, entre si, impressões. Pedras maiores e menores, no entorno da casa ou arremetendo contra a mesma, além do testemunho da correria da família e dos vizinhos em busca de um lugar seguro, faz parte do repertório das representações gráficas das crianças desabrigadas em torno dos acontecimentos vivenciados.

Faz suas garatujas o menino de 02 anos de idade, M.V., mas nos avisa: são pedras. L., uma menina de 5 anos de idade, traz a sua visão de quatro grandes lascas de pedra caindo ao lado da sua casa, a qual se encontra suspensa no ar (a terra é representada solta, sob uma pá) e nove pedras menores aparecem, na figura, caindo sobre o telhado, não sem destacar um coração voando em meio ao desastre ao sol (Figura 3).

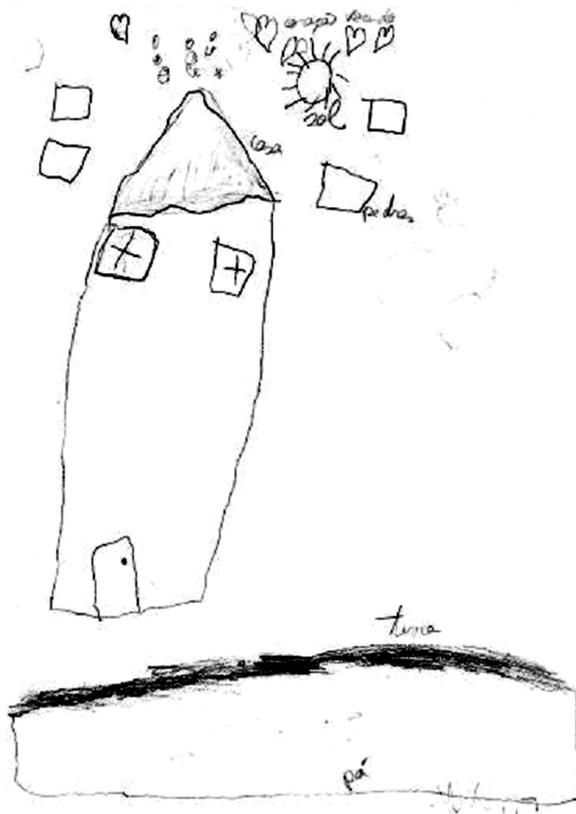


Figura 3 Expressão gráfica do desastre de L., 5 anos de idade.

K., um menino de 7 anos, elabora dois mapas mentais: no primeiro, a casa aparece circundada pela enorme pedra e uma lasca dessa, num tamanho que compreende quase metade do tamanho da moradia e segue em direção à mesma. A nuvem e o girassol compõem o restante do cenário (Figura 4); no segundo, a grande pedra aparece em primeiro plano, sendo o maior item de sua expressão gráfica, ao redor da qual aparecem girassóis e a água (Figura 5). A casa desapareceu.

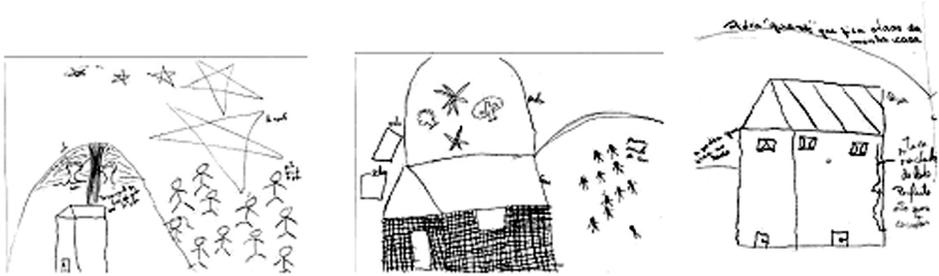


Figuras 4 e 5 Expressão gráfica do desastre como processo, de autoria de K., um menino de 7 anos de idade.

Para M., um menino de 8 anos, a casa é representada como estando em cima da pedra, com o telhado, a janela e a porta nitidamente retratados. Uma grande pedra, então, se define também atrás da casa e uma cascata de pedras cai por sobre ela. No mapa mental feito por S., uma menina de 8 anos, o céu aparece estrelado e é retratado um grande morro, ocorrendo um deslizamento no meio desse, o qual suprime a vegetação (que se mantém, no entanto, nas duas margens) e as pessoas correm para fora do local, abaixo, onde estavam. As pessoas não correm numa estrada, não há linhas definindo um chão. Elas aparecem correndo ‘no ar’, como se inexistisse um caminho: estão ‘sem chão’ (Figura 6).

G., um menino de 10 anos de idade, marca sua expressão gráfica com a centralidade da casa, as pedras caindo ao redor e um urubu voando. E J., também um menino de 10 anos, reporta as pessoas saindo de casa (Figura 7); em outro conjunto de imagens, ora as pessoas aparecem de mão

dadas do lado de fora de uma casa ora é retratada apenas a casa, que aparece avariada devido às pedras que a atingiram. As meninas, A.G. e B.G., respectivamente, com 10 e 12 anos de idade, grafam pedras e árvores caindo sobre as suas casas e ao lado das mesmas. V., um menino de 12 anos, representa sua casa com uma rachadura e há um grande rochedo ao fundo, com a chamada “Santa da Pedra”. Por fim, K., uma menina de 14 anos, igualmente compõe a situação com o grande rochedo, sua casa com uma rachadura e adiciona, à figura, a frase: “prefeito não quis consertar” (Figura 8).



Figuras 6 a 8 Expressão gráfica do desastre por crianças desabrigadas de diferentes faixas etárias e num recorte de gênero: a ‘Santa da Pedra’ e as pedras que caem ao lado ou sobre a casa, além de pessoas fugindo, compõem o imaginário infantil sobre o desastre.

A imagem de Nossa Senhora de Aparecida, a “Santa da Pedra”, permaneceu no topo do rochedo, intacta. O dia 12 de outubro marca o encontro dosromeiros em devoção – entre eles, os moradores da comunidade Boa Esperança – que dão a volta por detrás da pedra, para vencerem a altura de aproximadamente 50 metros e chegarem ao topo. Ali, fazem seus pedidos e orações. Alguns dos fiéis locais, da comunidade afetada, disseram que renunciariam a fazer tal romaria dali em diante.

A PERSISTÊNCIA DO DESASTRE: A AFETAÇÃO SOCIAL NO CONTEXTO DE ABRIGO

O abrigo provisório que a prefeitura municipal organizou para as famílias impedidas de retornar às suas moradias distava em torno de 1 km do centro da cidade e outro tanto do bairro Boa Esperança. Quando da visita dos autores, em janeiro de 2011, o abrigo estava em funcionamento havia cerca de duas semanas, comportando em torno de 78 pessoas, aglutinadas em, aproximadamente, 25 famílias, a maioria proveniente da referida comunidade.

A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO INTERNO DO ABRIGO

A divisão das salas de aula para o abrigo provisório das famílias bem como a distribuição das tarefas internas ao abrigo foi organizada por técnicos do órgão municipal de serviço social em conjunto com as próprias famílias. O número de sala de aulas não era correspondente ao número de famílias que acorreram ao abrigo. Por isso, mais de uma família ocupou o espaço de uma mesma sala de aula por critérios de afinidade, como o de parentesco, e ali se reproduziu parcamente a territorialidade da vida privada, sobretudo nas funções essenciais de repouso (Foto 7).



Foto 7 Aspecto da acomodação partilhada das famílias.

As salas de aula, que passaram a se prestar como acomodação das famílias para o repouso de seus membros, eram os espaços destinados a guardar os colchões e a escassa roupa de cama, além de ser o espaço coletivo, sem privacidade, para deixar os objetos de caráter pessoal e os poucos bens que os abrigados trouxeram consigo. Localizavam-se no pavimento superior do estabelecimento de ensino, cujo acesso precisava ser vencido subindo dois lances de escada. Isso dificultou a mobilidade de alguns desabrigados, como a da família da menina A., de 14 anos de idade. A. tem deficiência múltipla, e sua locomoção para o refeitório, mesmo para espairer, exigia subir os dois lances de escada no colo dos pais, motivo pelo qual a família propendia para o retorno à sua moradia, mesmo tendo sido interdita.

Em duas semanas de montagem do abrigo, o município havia recebido 200 cestas básicas do governo estadual, sendo 100 destas cestas unica-

mente de alimentos e as demais eram de *kits* de limpeza. No abrigo, as refeições eram preparadas sob a coordenação da merendeira da escola e executadas por um conjunto de desabrigadas, no uso da estrutura de cozinha da escola para estocar/armazenar os alimentos (isto é, utilizar os armários, estantes e geladeiras); realizar a preparação e a cocção dos alimentos (no uso do fogão e dos utensílios de cozinha, incluindo panelas, bandeijas, talheres e panos de prato) e distribuir a refeição para o consumo dos membros das famílias (no uso de mesas, bancos/cadeiras, pratos, talheres, copos, jarras e afins, incluindo guardanapos e toalhas de mesa). Logo, essa equipe de mulheres abrigadas também era responsável por fazer a assepsia do material utilizado bem como do recinto após o consumo das refeições, o que faziam com diferentes gradações de disposição e disponibilidade.

Colchões comprados pela prefeitura municipal junto ao comércio local, para atendimento das famílias assim que o abrigo foi instalado, estavam fora do padrão: muito finos e colocados diretamente sob o piso frio, para o descanso das pessoas (Foto 8). Esse desconforto não propiciava o repouso necessário, era incômodo aos que tinham restrições de mobilidade, como idosos, e era passível de rápida deterioração. Apesar disso, diziam os abrigados, estavam sendo orientados a devolver os colchões quando saíssem do abrigo. Até aquele momento, haviam chegado ao município, porém, não distribuídos aos abrigados, os 1.800 colchões fornecidos pela defesa civil estadual. Além disso, faltavam cobertores, lençóis e materiais de higiene pessoal, como toalhas, o que restringia as condições de descanso e recomposição do sono bem como os hábitos de assepsia dos membros das famílias ali inseridas. A disponibilidade destes produtos dependia exclusivamente do recebimento de doações de terceiros e essas, embora tivessem chegado, ainda eram organizadas e distribuídas em ritmo lento.

O estabelecimento escolar utilizado para as funções de abrigo não possuía tanques. Assim, a lavagem de roupas era um desafio para as mulheres, as quais dispunham apenas de uma torneira de um sanitário coletivo, em uma pia pequena, para realizar a higienização das roupas utilizadas, desde as peças íntimas às mais pesadas, como os lençóis. Não apenas a lavagem, como a secagem de roupas também seguia comprometida, pois, faltavam “cordinhas” (fios de *nylon*) no comércio local e, então, a feitura de um varal coletivo seguia postergada indefinidamente e outras possibilidades, como a utilização de arames, não era aventado. Desta forma, com já duas semanas de convivência no abrigo, as mulheres penduravam as roupas lavadas nas salas de aula; ou, para fugirem escrupulosamente dos olhares de estranhos que compartilhavam o local (sobretudo ao se tratar de peças íntimas do vestuário feminino), eram penduradas nas paredes interna dos abafados sanitários, onde ficavam amontoadas e secavam com dificuldade (Foto 9).



Foto 8 Espessura dos colchões adquiridos e distribuídos aos desabrigados.

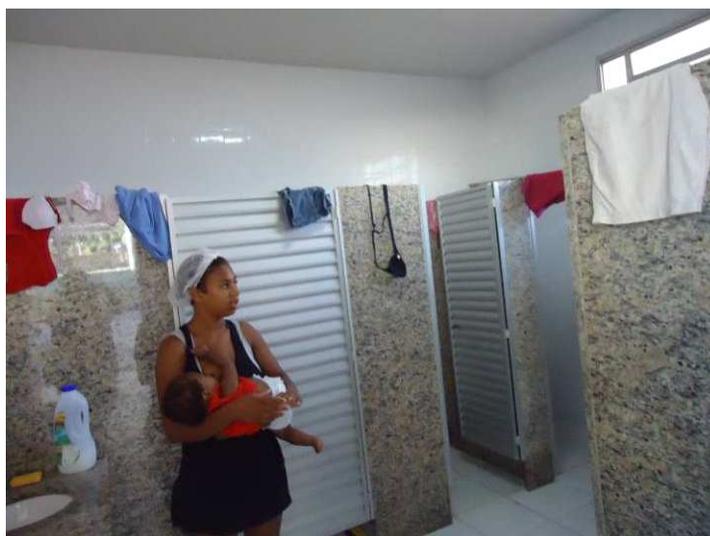


Foto 9 Roupas lavadas em sanitários de uso coletivo e penduradas nas paredes dos mesmos.

Um problema relevante detectado no cadastramento das famílias desabrigadas e desalojadas foi o de não requerer, inicialmente, a informação sobre a numeração do calçado e o tamanho de roupa dos membros das

famílias, o que dificultou o acerto inicial da distribuição do vestuário e exigiu um retrabalho. Algumas desabrigadas relataram que receberam roupas não compatíveis com os seus tamanhos e ficaram no constrangimento de não poder fazer a troca de sua indumentária com a regularidade necessária para manter a sua higiene pessoal e a autoestima. As restrições das condições de lavagem da roupa exigiam, ainda, o descarte de parte do vestuário utilizado e, por decorrência, a solicitação junto a terceiros para que lhes fornecessem mais roupas em doação – principalmente, roupas íntimas e, especialmente, as de utilização de crianças de colo. Na edificação principal da escola, onde se encontram as salas de aula utilizadas para o descanso das famílias, havia um único sanitário coletivo cujas condições eram impróprias para o banho. O banho das pessoas ali abrigadas exigia seu deslocamento para outra edificação, passando por uma área aberta e um ginásio, o que implicava em sair em meio ao vento e à chuva e em riscos para a saúde, sobretudo para as pessoas com limitação de mobilidade, idosos, crianças e pessoas com algum comprometimento anterior.

Além disso, a restrição do espaço em si e da vida cotidiana dentro do abrigo era sentido pelas mulheres e crianças. Ilustrativo disso é a representação gráfica de M.F., chefe do lar, que mostra uma comparação entre a sala do abrigo em que na ocasião residia e o layout original de sua casa, que se encontrava danificada e interditada (Figura 9).

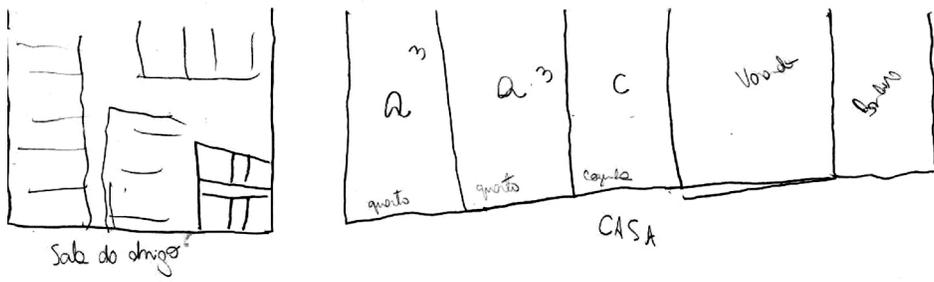


Figura 9 A representação gráfica feminina indica a compressão do espaço ao comparar a sala do abrigo com a sua moradia de origem.

Como as aulas retornassem no início de fevereiro, a direção escolar demandava da prefeitura municipal a desocupação do estabelecimento a fim de realizar reformas tidas como necessárias. Mas, o município não dispunha de outro equipamento que pudesse receber às famílias, a não ser o ginásio contíguo, denominado “Exposição”. As famílias não desejavam migrar para outro abrigo, mas saber quais medidas recuperativas estavam, efetivamente, sendo tomadas; isso permanecia, até então, nebuloso para as mesmas.

Muitas famílias, oriundas do bairro Boa Esperança, estavam desconfortáveis no abrigo, mas, igualmente, não desejavam voltar para as suas moradias. A forma como experienciaram a soltura das lascas do rochedo, a movimentação de rochas no local, os danos materiais havidos e a interação assimétrica com os órgãos de emergência não permitia que, de um momento para o outro, cressem num discurso oficial que ia se instituindo num sentido oposto; qual seja, o de que o desastre já havia passado e uma situação de normalidade estaria novamente instaurada, a normalidade da pobreza. Esse discurso da normalidade, conclamando as famílias a retornar às suas moradias, era a antítese do imaginário produzido pelo próprio meio técnico, nas semanas anteriores, em torno de uma ‘área de risco’.

Técnicos vindos de outras localidades utilizaram argumentos contundentes para interditar as moradias, assegurando a existência de riscos iminentes às pessoas que ali ficassem e ao seu patrimônio. Ademais, os fatores de ameaça permaneciam todos ali: havia lascas se despregando do rochedo, continuidade das chuvas e, mais importante, as construções no terreno permaneciam com a precariedade que o viés de classe impunha. Essa incoerência, que levava as autoridades a providenciar a interdição de moradias, num dia, e providenciar a desinterdição, noutro, deixava as famílias abrigadas apreensivas, pois interpretavam a situação como um evolutivo descompromisso público com a segurança daquela coletividade. Isto é, um mecanismo de desativação do abrigo para induzir o retorno compulsório ao lugar de origem, a “Toca do Rato”, o qual exporia as famílias, novamente, ao ‘ataque’ de pedras e lascas incontidas.

O relato de M.F. ilustra o tipo de preocupação que tinham as famílias no abrigo:

Tô ouvindo dizer que, a hora que o sol firmar, vamos voltar todos nós pra lá. Só que ninguém que está aqui vai conseguir botar a cabeça no travesseiro tranquilo. Já pensei em voltar pra casa, mas não quero colocar meus filhos em perigo.

É fato que algumas donas de casa abrigadas retornavam rapidamente às suas respectivas moradias, durante a luz do dia, para pegar alguns de seus bens, cozinhar refeições da preferência da família – que não eram servidas no abrigo – e levar comida aos animais domésticos que lá ficaram, dentre outros afazeres. Porém, evitavam levar seus filhos consigo, os quais se encontravam temerosos em retornar ao local da casa. Embora os servidores municipais envolvidos na assistência ao desabrigados e demais afetados da comunidade Boa Esperança reconhecessem a importância de um atendimento psicológico específico a este grupo, aquele com o qual o município contava era insuficiente para dar conta do caso. O profissional contratado pela

prefeitura municipal oferecia seus préstimos apenas dois dias por semana e indistintamente a todos os municípios que dele necessitassem.

PERSPECTIVAS DE RECONSTRUÇÃO: OS EMPOBRECIDOS COMO A ‘PEDRA NO MEIO DO CAMINHO’

Com as moradias ainda interditadas e a reivindicação, pela administração escolar, de desativação do abrigo para permitir o retorno das aulas, a prefeitura municipal não via alternativas, como a de instituir auxílio-aluguel. No caso de Muqui, explicou-nos o Prefeito Municipal, o mercado imobiliário era pouco dinâmico e não havia moradias disponíveis para esse potencial inquilinato. As poucas residências disponíveis para alugar encontravam-se a preços proibitivos para os cofres públicos e fora do que era tido, pelo chefe do executivo local, como compatível com a classe social a qual as famílias desabrigadas pertenciam. Vistos como forasteiros, gente sem enraizamento no lugar, não logravam, no imaginário da referida administração pública, a adoção de providências outras senão as que estavam sendo tomadas até o momento. Era possível encaminhar providências para a inviabilização do uso terreno para fins residenciais; mas, menos viável, resolver a questão social estrutural. Assim, argumenta o Prefeito Municipal:

Fui pedir um engenheiro, um geólogo para vir analisar lá (Boa Esperança) se eu posso retornar esse pessoal, é uma área de risco, nós temos consciência. Agora, será que o que aconteceu, se não voltar uma chuva com a intensidade que foi, nós podemos retornar eles pra lá e buscar um caminho de construir um local para levar eles? Agora, aquilo lá é o que falei: é tirar de lá, destruir tudo, plantar árvores, fazer um paredão de pedra ou de terra para que ninguém entre para construir. Porque senão, nós vamos tirar vai voltar outras pessoas e vão dizer assim: “aí, viu?! Se a gente morar lá ele vai conseguir casa pra gente”. Entendeu? Essa a preocupação também (...). O problema é que muitas dessas pessoas eles estão achando que o Estado, a União e o Município vai resolver o problema de uma vez. Eu tenho pessoas indo na prefeitura (...) indo lá perguntando quando vai chegar a geladeira, quando vai chegar a televisão. Então, as pessoas também criam uma certa visão de que o que aconteceu vai reverter numa situação favorável de imediato. E não vai.

Ademais, segundo ele, o município não dispunha de terreno público em local tido como seguro para empreender projetos habitacionais para os afetados. A administração local necessitaria desapropriar áreas compatíveis, mas não haveria recursos financeiros municipais para tanto.

Os moradores da comunidade Boa Esperança tinham, diante si, ambíguos sinais na interação com o ente público local, que bem explicavam a representação externa do grupo como gente da “Toca do Rato”: serem acolhidos no abrigo e serem expulsos do mesmo; suas moradias bloqueadas por questões de segurança e desimpedidas, em seguida, pressionando-se por seu retorno; por fim, impelidos a retornar para a moradia, mas com a indicação de que o bairro corria o risco de sofrer uma ampla interdição para fins residenciais. ‘Desentocados’, desesperançados, compreendiam enfim: eles eram as pedras no caminho.

PARA CONCLUIR

Tendo em conta o entendimento de desastres como um contexto de inviabilização e deterioração das rotinas de um dado grupo social, em Muqui, no que tange ao cotidiano da comunidade Boa Esperança, o desastre parecia longe de acabar.

O esforço público voltado para a segurança global das famílias mais seriamente afetadas pareceu débil. Uma intranquilidade coletiva dos desabrigados quanto ao futuro era patente. Envolveva desde preocupações concretas em torno da reposição dos bens móveis essenciais, que haviam sido destruídos ou danificados severamente – devido à queda de pedras pelo telhado e à lama que adentrou à moradia – até a preocupação com a validação do lugar comunitário pelo ente público, que ora acenava positivamente, ora o negava. Sem os bens móveis em condições de uso, como dar funcionalidade à moradia a qual se retornava? As autoridades não acolhiam bem as solicitações em torno de tais itens. As famílias sentiam isso como uma forma de constrangimento moral, o qual se ampliara ao levá-los a abordar, então, suas redes sociais informais, buscando um provisionamento mínimo, como o de utilização do fogão em casa alheia para preparação da refeição da família.

Em diálogo com o Prefeito Municipal, este confirmou a existência oficial de uma Coordenadoria Municipal de Defesa Civil, mas nem os técnicos do serviço social local, da área de saúde e a população afetada sabiam dar detalhes sobre a existência do órgão, o nome das pessoas que nele atuavam e o tipo de atuação havida. Ou seja, no plano prático, a defesa civil local não atuou. O despreparo do órgão foi, inclusive, reportado pelo Prefeito Municipal no formulário Avaliação de Danos (AVADAN). A assistência social atuou diretamente com as famílias afetadas. As cinco funcionárias da Assistência Social do município se organizaram conforme a divisão da localidade em regiões. Fizeram um levantamento da população afetada naquele desastre, mas apenas uma técnica, em particular, mostrou-se

dedicada ao ponto de atender o grupo desabrigado em tempo integral e numa escuta ativa, incluindo aos finais de semana, sendo ela a responsável pelo Programa Bolsa Família em Muqui.

Segundo vários entrevistados em Muqui, incluindo os residentes no centro urbano, não teria havido enxurradas, mas enchente, em dezembro de 2010. Essa poderia ter causado danos menores caso a dragagem dos rios que cortam o município tivesse sido feita – sendo essa uma reivindicação dos munícipes que, segundo eles, a gestão municipal do período não teria priorizado – e se os munícipes tivessem sido avisados pelas autoridades com antecedência. Há relatos de moradores e comerciantes de que, no dia da enchente, alguns munícipes seriamente afetados tentaram atentado contra a vida do Prefeito Municipal, ameaçando afogá-lo nas águas enlameadas e contaminadas.

Contudo, para o grupo social que mais sofreu com episódio e que menor condição tinha de se reerguer, a comunidade Boa Esperança, não foi a enchente, mas as pedras o fator ameaçante mais associado às chuvas e que sucitaram danos concretos à sua vida cotidiana. O “deslizamento de pedras em área densamente habitada” foi citado no decreto municipal de situação de emergência. Entretanto, tais pedras foram paulatinamente resignificadas; desconstruídas, no discurso institucional, como um demarcador geográfico de uma ‘área de risco’ na medida em que as autoridades locais não dispunham de medidas recuperativas para oferecer, de imediato, aos moradores da localidade. Nenhum mecanismo de reinserção socioespacial era aventado pelas autoridades. Essas famílias estavam sobrando na paisagem de Muqui, que mescla um robusto histórico cultural repotado à cultura cafeeira e um futuro promissor em torno do turismo, ambos socialmente excludentes. A comunidade da “Toca do Rato” era uma pedra no meio do caminho, um recorte de um modelo de desenvolvimento que gera e rejeita os pobres e se abstém, mais e mais, de enfrentar resolutamente a pobreza.

REFERÊNCIAS

- PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI. Decreto N° 041, de 30 de dezembro de 2010.
PREFEITURA MUNICIPAL DE MUQUI – COMDEC. Formulário de Avaliação de Danos – AVADAN, assinado em 30 de Dezembro de 2010.

OS DESAFIOS DE PROTEÇÃO À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: O CASO DOS REFUGIADOS HAITIANOS NO BRASIL

Cláudia Silvana da Costa

“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma de nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.”

Fernando Pessoa

INTRODUÇÃO

No decorrer do século XXI, presenciamos uma supervalorização do desenvolvimento econômico em choque com as agruras de muitas nações do planeta, que lutam com os desafios socioeconômicos e a intensificação dos riscos socioambientais, sem qualquer respeito e garantia à sobrevivência humana em seu próprio território. Nesse contexto, em que populações tornaram-se vulneráveis, muitas deixam o território de origem em busca de outros locais para sobreviver, colocando assim, indivíduos e suas famílias numa travessia de espaços sociais diversos, transitando entre códigos e fronteiras diferentes, em que lhe são traçados bloqueios, tensões, experiências e alterações dos cenários territoriais por onde passam.

Com a nova realidade trazida pela mobilidade populacional, redefinem-se práticas sociais locais, espaços e territórios, em que a noção de território herdada da modernidade, e de seu legado de conceitos puros (SANTOS, 2005), tornou-se objeto de reconstrução e análise social. Tais recomposições territoriais, sob o impacto das transformações ambientais recentes relacionadas às mudanças climáticas e ao capitalismo contemporâneo, coadunados ao despreparo governamental das nações acolhedoras, muitas vezes, se traduzem em “territórios da precariedade” (TELLES, 2006) para o que deles depende salvar a própria vida. Nesse contexto, a mobilidade e o acolhimento passam a não mais proporcionar aos vulneráveis garantias individuais ou coletivas no que se refere ao pleno exercício da cidadania, legitimação, sobrevivência e dignidade da pessoa humana.

Nas atuais condições de globalização, noticiários de todo o mundo tem mostrado, nos últimos meses, a mobilidade da população haitiana e a ocupação de cidades do território brasileiro, em especial, nos estados do Acre e do Amazonas, onde cerca de 6000 haitianos¹ deixaram o Haiti e ingressaram, pelos mais variados meios e ilicitudes, no território brasileiro, na expectativa de trabalho e melhores modos de vida.

Apesar do fluxo de imigrantes haitianos no Brasil ainda não se configurar numa crise humanitária, este decorre, principalmente, do terremoto que devastou o Haiti em 2010, aliado a um contexto sociopolítico instável, cuja pobreza estrutural, instabilidade política e intensificação dos efeitos deletérios relacionados a eventos severos do clima se fazem presentes no cotidiano. Nesse cenário, haitianos passaram a buscar o refúgio em massa e a autoproteção do governo brasileiro para obtenção de condições mínimas de sobrevivência humana, enfrentando, durante esse processo de diáspora, violações aos direitos humanos, como vítimas de extorsão, roubo, estupro e mortes ao percorrem os territórios da Colômbia, Peru e Bolívia.

Contudo, a alternativa de refúgio nas pequenas cidades brasileiras da região norte do país, como por exemplo, em Brasília (AC) e em Tabatinga (AM), não se tornou a garantia de bem-estar e cidadania pretendida pelos haitianos, pois o aumento repentino da população haitiana nessas cidades impactou significativamente nas realidades sociais locais que, não tendo condições de atender a nova demanda populacional, obrigaram-se a redefinir tramas sociais, econômicas e políticas públicas. Assim, na obscuridade e provisoriade do presente, o haitiano no Brasil vive num trânsito contínuo (SAYAD, 1998), tendo que seguir os fluxos que a realidade lhe oferece.

Neste capítulo, apontamos essa problemática buscando compartilhar, na perspectiva de realidades sociais em mutação, uma reflexão crítica acerca do desafio que se coloca em se manter o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana na condição de refugiado que nem sempre é concretamente reconhecida como tal pelas autoridades.

O “ESTAR” NA CONDIÇÃO DE REFUGIADO E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Considerando-se refugiado toda pessoa obrigada a deixar seu país de origem ou residência, seu lar, sua família, seus amigos, seu emprego, seus hábitos e costumes, para buscar garantia de vida e sobrevivência em outro

1. JINKINGS, D. ARTIGO: *MPF quer que governo reconheça condição de refugiados a haitianos que chegam ao Brasil*. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2012.

lugar, o “estar” na condição de refugiado torna-se uma experiência única tanto para o indivíduo quanto para um grupo, cujo processo de sofrimento decorrente da experiência revela significados, sentimentos e práticas múltiplas ao longo do tempo (COSTA, 2011).

Em decorrência das mudanças climáticas, em que se esperam efeitos adversos sobre os ecossistemas naturais e construídos nos quais se assenta a reprodução dos mínimos vitais para a sobrevivência humana de muitos povos empobrecidos, surge uma nova categoria de refugiados, os chamados “refugiados/deslocados ambientais”, indivíduos e grupos ainda não amparados juridicamente no âmbito da legislação internacional, mas que aumentaram o contingente de refugiados no mundo.

Não necessariamente vítimas de perseguições, esses refugiados são obrigados a deixar o território de origem ou de residência em virtude de vivenciar um contexto ambiental em deterioração e da inviabilidade de ali sobreviver, tendo como agravante a não expectativa de retorno, na medida em que os eventos sobre seu ambiente inviabilizam-no.

Nesse contexto, o refugiado ambiental se constrói com características únicas e exclusivas de um novo sujeito, cujo universo se compõe por um processo de fragmentação da existência social, em que a despersonalização, a perda e a suscetibilidade cultural e o anonimato provocado por um afastamento forçado de seu lugar de pertencimento levam-no à crise.

A situação de ruptura – ser obrigado a deixar a sua casa, considerado como o “seu” lugar de pertencimento, em cujos ciclos e fluxos de seus vínculos afetivos e seu *habitus* se construíram e se consolidaram, a de renunciar aos aspectos de sua própria história restando somente as memórias – provoca nesse sujeito uma experiência que tende a ser traumática.

Nas palavras de Viñar (1992: 71),

Perde o espelho múltiplo a partir do qual criava e nutria sua própria imagem, seu personagem. [...] Aquele que eu era não existe mais. O personagem está morto, o cenário não é mais o mesmo, os atores tampouco. E nos encontramos ali, sem olhar, sem palavra: comoção radical de identidade. O homem está nu.

O estar na condição de refugiado é ter seu *habitus* social rompido, *habitus* que, segundo Bourdieu, torna-se essencial no processo de identidade de um povo, visto que traduz o exercício de seu cotidiano, calcado no ajustamento com o território, bem como consiste no conhecimento adquirido e num *haver*, num capital de disposições duráveis e transferíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, e num *continuum*, cuja identidade e lugar se autoajustam (COSTA, 2011).

Dessa maneira, quanto mais o *habitus* social perde terreno, e quanto mais se reconstitui a vida cotidiana em termos de interação dialética entre o local e o global, mais os indivíduos se veem forçados a negociar opções por novos estilos de vida, colocando em “xeque” sua própria *narrative*. Assim,

[...] o novo meio ambiente opera como uma espécie de detonador. Sua relação com o novo morador se manifesta dialeticamente como territorialidade e cultura nova, que interferem reciprocamente, mudando-se paralelamente territorialidade e cultura e mudando o homem (SANTOS, 2002: 63).

Contudo, a perda, do todo ou de parte, dos elementos idílicos que constituem sua identidade, faz com que a realidade existencial do indivíduo seja mutilada e, com isso, sua importância tanto individual quanto social diminuam e o aniquilem enquanto ser humano.

[...] não se pertencer ao mundo, que é uma das mais radicais e desesperadas experiências que o homem pode ter. É a perda de si mesmo. O eu e o mundo, a capacidade de pensar e de sentir, perdem-se ao mesmo tempo. Converte-se o indivíduo à condição de superfluidade (SOUKI, 1998: 21).

Esse indivíduo supérfluo, condicionado à situação de refúgio, teve rompida sua ancoragem e a dignidade humana que possuía, por meio da violência velada, gerada por sua fragmentação e desvalorização enquanto ser humano.

[...] dignidade da pessoa humana é a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, em complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e corresponsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos (SARLET *apud* DIAS, 2009: 102-103).

Neste limiar, a dignidade da pessoa humana tem por objetivo a plena realização do indivíduo, não o submetendo a qualquer tipo de minoração ou violência, mas impondo como pressuposto fundamental o respeito ao ser humano, bem como suas relações e necessidades inerentes à condição de ser humano e detentor de dignidade. Contudo, o universo vivenciado na condição de refugiado, em cujas bases se apresentam a fragmentação e a

exclusão constante de direitos, em virtude da expulsão do indivíduo do “seu lugar de pertencimento”, mostra-se como a perda de autonomia, da individualidade e da própria emancipação no reconhecimento do sujeito de direitos.

O refugiado encontra-se “na lacuna” entre o homem e o cidadão, entre a natureza humana e a comunidade política internacional; sendo um indivíduo “sem voz” e sem qualquer espaço, que passa a ser nada mais que uma mera criatura “à deriva e à espera, que não tem nada senão sua ‘vida crua’, cuja continuação depende de ajuda humanitária” (BAUMAN, 2005: 66). Despido de todos os direitos, torna-se um indivíduo que perdeu suas raízes e, estando completamente “desenraizado” ou “sem chão”, tem como sentimento a derrota, em virtude de ser vitimado por um processo de eliminação. Vivencia, então, um sentimento de luto, cujo simbolismo não será mais uma experiência privada para o refugiado, mas coletiva e partilhada com os demais membros de sua nação (COSTA, 2011).

[...] seu luto é também social, no sentido que eles devem aceitar o fim de um *modus vivendi*, de um contexto social e político que não poderá mais se reproduzir tal como era. Perda de seus sistemas de referências, de seus objetos de amor, de seus pólos de investimento e de agressividade (ARAUJO, 1988: 46).

Esse universo dilacerado do refugiado proporciona-lhe não apenas a fragmentação de sua própria identidade e de participação social e política, mas sua própria aniquilação enquanto ser humano.

[...] perde as referências com a realidade. Abandona os sinais dos antepassados, se desliga da realidade de significações que os próximos haviam tecido à sua volta, desde antes do nascimento, e se coloca no mundo, sem a terra a seus pés e com recordações – e nada mais que recordações – como únicas senhas de identidade (CRUZ, 1999: 19).

Nesse contexto, o principal fundamento para um indivíduo que perdeu tudo, como no caso dos refugiados, passa a ser a dignidade humana, a qual deverá ser vista como ponto central das sociedades e princípio norteador das legislações, ocupando um patamar acima das demais normas, à medida que não é apenas um princípio de ordem jurídica, mas de ordem política, social, econômica, cultural e individual, no qual se estabelece a valorização do ser humano e o pleno respeito à vida, garantindo condições e possibilidades de vida em qualquer situação vivenciada pelo indivíduo.

O respeito à vida de uma pessoa não significa apenas não matar essa pessoa com violência, mas também dar a ela a garantia de que to-

das as suas necessidades fundamentais serão atendidas. Toda pessoa tem necessidades materiais, as necessidades do corpo, que, se não forem plenamente atendidas, levarão à morte ou a uma vida incompleta, que não se realiza totalmente e que já é um começo de morte. Assim, também as pessoas têm necessidades espirituais, como a necessidade de amor, de beleza, de liberdade, de gozar do respeito dos semelhantes, de ter suas crenças, de sonhar, de ter esperança.

Todos os seres humanos têm o direito de exigir que respeitem sua vida. E só existe respeito quando a vida, além de ser mantida, pode ser vivida com dignidade (DALLARI, 2004: 36).

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O HAITI

Não é fácil amanhecer no Haiti, uma nação – parcialmente revelada ao mundo depois do terremoto de 2010 – em que a pobreza e o estado de degradação humana tornaram-se constante. Terra conjurada por colonos, sabotada pelos mais diversos tipos de interesses, onde crenças, feitiçarias, miséria, AIDS,² cólera, violência e criatividade fazem parte do cotidiano de um povo sofrido pelos males do dia a dia.

Conhecido como um país das Caraíbas, geograficamente a República do Haiti ocupa a parte ocidental da ilha de Hispaniola (Ilha de São Domingos), uma das Grandes Antilhas do mar das Caraíbas, abrangendo uma área de 27 750 km², ocupa um terço da ilha, em cuja parte oriental se localiza a República Dominicana. É banhado ao norte pelo oceano Atlântico e ao sul e oeste pelo mar do Caribe. Do ponto de vista paisagístico, possui um relevo dominado pela sucessão de sistemas montanhosos escarpados com vales fluviais e pequenas planícies férteis costeiras, densamente povoadas.³

Com densidade populacional elevada e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) reduzido, o Haiti ocupa a 145^a posição mundial, com expectativa de vida de 60,78 anos e analfabetismo atingindo 52,9% da população.⁴ Entre os cinco países mais pobres do mundo, tem 85% da população haitiana vivendo com menos de um dólar por dia, 1% controlando metade da riqueza nacional e 70% da população ativa desempregada (LOPES, 2008).

O país mais pobre do hemisfério ocidental – dos quase 9 milhões de habitantes, 80% vivem abaixo da linha da pobreza – e o mais atingido pela

2. AIDS é uma sigla em inglês que expressa Síndrome de Deficiência Imunológica Adquirida.

3. <http://www.infopedia.pt>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2012.

4. <http://www.cartamaior.com.br>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2012.

AIDS das Américas, também se tornou na rota mais lucrativa do tráfico de drogas sul-norte do planeta.

Num cenário degradante de profunda desigualdade social e sofrimento visível, a escravidão velada permanece na exploração explícita das novas formas de colonização, em que a população – oprimida devido à situação sociopolítica e econômica do país – se mantém miserável, espremida entre o mais absoluto desamparo e as forças de repressão. Desse modo, continua sendo vítima de uma estrutura perversa dominada pela corrupta burguesia local e amedrontada por milícias, em que cada progresso e esperança parecem ser revertidos por golpes de Estado ou políticas populistas que depressa se transformam em comportamentos ditatoriais (LOPES, 2008).

Na instabilidade política complementada pelo forte antagonismo entre classes, o país permanece sem forças armadas e a polícia haitiana com apenas cinco mil homens para a segurança de todo país. A violência cresce não apenas pelas disputas políticas e pela falta de policiamento, mas também pelas péssimas condições enfrentadas pelo país (BELLINTANI, 2011).

Somando-se ao contexto de condições globais aparentemente insustentáveis, em que a predominância da pobreza, AIDS, escassez de água potável, saneamento básico inadequado, desemprego, racismo e desigualdades alastram a miséria humana (MARCOVITCH, 2004), houve, em janeiro de 2010, a ocorrência de um trágico terremoto, com magnitude sísmica de 7.3 na escala Richter, que em proporções catastróficas matou mais de duzentas mil pessoas e devastou o país, desnudando a extrema pobreza que lá se encontrava aprisionada e intensificando a epidemia de cólera pela população haitiana.

Restando um país em ruínas e alvo da mídia internacional, nestes quase dois anos, o estado de desenvolvimento do Haiti pouco se alterou⁵ apesar da ajuda humanitária para o processo de recuperação do país e das várias missões de paz para apoiar os tímidos progressos democráticos (LOPES, 2008). Nada impediu que República do Haiti virasse uma referência das Américas em termos da persistência da pobreza extrema e do desrespeito aos direitos humanos, marginalizando a maior parte da nação, a qual se encontra em explícito estado de degradação humana.

[...] O povo que aos milhares todos os dias saem às ruas para tentar vender alguma coisa: roupas usadas, mangas e bananas passadas dispostas, às vezes, ao lado dos rios de esgoto, qualquer coisa que possa driblar o desemprego crônico e a fome.[...] pessoas que nun-

5. <http://geografikesjap.blgs.sapo.pt/15841.html>. Acesso em: 21 de fevereiro de 2012.

ca conseguiram um trabalho na vida a despeito de terem conseguido estudar e se profissionalizar. Sem emprego e sem poder satisfazer as mínimas necessidades básicas e até fisiológicas, como dormir. Nesses barracos, em que vive uma média de oito pessoas, dormir uma noite inteira e **deitado** é um luxo: dorme-se revezando, como nas cadeias, ou em pé mesmo[...] (SUTTER, 2010: 07).

Assim,

Nada é acolhedor, muito menos a paisagem. Quando chove, avalanches de lixo escorrem pelas ruas como se a cidade se desmanchasse em detritos. Em alguns bairros populares, como Martissant, o lixo acumulado nos canais, há anos pelo visto, compõe um cenário de imundície com o qual a população tem que conviver diariamente. Tudo é desolação e abandono. Tudo é opressão. O resultado? Populações vivendo sim como zumbis, a alma morta, o corpo dolorosamente vivo. Corpo que, apesar de tomado pelo herpes zoster, ainda é o único território em que se tenta salvar [..](SUTTER, 2010: 07).

A plena distorção social, desolação e sofrimento humano, faz com que o povo haitiano ainda procure manter a dignidade

[...] de conviverem com favelas aglomeradas e sujas, com montanhas de lixo acumulado nas ruas, com o mau cheiro, a fome – que os leva a só comer bolachas de argila e nada mais –, e com o mais absoluto desamparo social. Os sintomas que o país padece falam de uma nação agonizante e não de um traço de caráter de um povo sem recuperação, sobre o qual se lançam acusações e medidas de segurança ou a nossa compaixão temporária, como depois da tragédia do terremoto, enquanto a mídia conseguiu manter o país em evidência (SUTTER, 2010: 05).

Nesse espaço geográfico – conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS: 2006) – que, por sua vez, se compõe de miséria e destruição, instabilidade e insegurança, sem qualquer expectativa e alternativa de vida diante da inviabilidade da manutenção dos processos correntes de produção social, a territorialidade deixa de ser absoluta e a migração se expande como capacidade única de alternativa de sobrevivência e bem estar humano. Desse modo, o Haiti enfrenta, desde 2010, um processo crescente de emigração em massa de sua população que, acordo com as últimas estatísticas divulgadas, mais de quatro milhões de haitianos estão fora do país, o que representa mais do que um terço da população

nacional; destes, 75 mil vivem na América Latina, principalmente no México e na América do Sul, porém, nos últimos dois anos, Brasil, Equador, Chile e Guiana Francesa se tornaram as principais rotas de atração da migração haitiana.⁶

Assim, a questão dos refugiados haitianos é mais complexa do que julgam aqueles que culpam o grupo por sua situação. Os problemas que os “empurram” para outros países tendem a se agravar no desamparo em que são jogados. A ausência do Estado aliada a baixa autoestima e assistência inadequada, leva muitos haitianos a buscarem esperanças em outros países. Assim, aqueles que se aventuram na trajetória por uma vida melhor, acabam caindo, muitas vezes, no círculo vicioso da violência, da exclusão ou da morte.

REFUGIADOS HAITIANOS NO BRASIL – DESAFIOS E INCERTEZAS

Segundo dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados – ACNUR, mais de vinte milhões de indivíduos vivem em situação de refúgio em todo o mundo e, desse contingente, cerca de 6 mil haitianos encontram-se no Brasil.⁷

Desde o terremoto que devastou o Haiti, em 2010, haitianos fugindo das péssimas condições de vida, insegurança e fome, buscam possibilidades de sobrevivência para si e suas famílias fora do território nacional. Desde 1970, os Estados Unidos da América recebem imigrantes haitianos, bem como a República Dominicana; porém nos últimos anos, o Brasil, que possui parte do exército em força de paz no Haiti, bem como se encontra inserido na política de proteção aos direitos humanos, passou a ser o principal destino para os haitianos.

Nos últimos meses, centenas de haitianos despossuídos de um lugar de pertença desembarcaram no Brasil pelos mais variados meios, ganhando a visibilidade da mídia quando o governo do Acre denunciou o processo de ocupação inadequada de pequenas cidades da região norte, a mobilidade da população e a precária situação que vivia os haitianos no país.

Diante da devastação e impossibilidade de sobrevivência no território nacional haitiano, em cuja inserção o povo reafirmava cotidianamente suas identidades e histórias, somente lhes restam à degradação humana. A condição de refugiados/deslocados ambientais é o que dá visibilidade transes-

6. <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/ansa/2012/02/13/entrevista-politicas-migratorias-no-caribe-fomentou-migracao-haitiana-ao-brasil.htm>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2012.

7. <http://www.acnur.org/t3/portugues/noticias/noticia/novo-grupo-de-haitianos-recebe-residencia-permanente-no-brasil/>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2012.

calar ao problema e às perdas havidas, assim como o fracasso das medidas recuperativas e faz parte de uma luta por medidas legais que os legitimem nos seus direitos de cidadania e dignidade humana.

Diferentemente dos demais refugiados, que se enquadram na definição clássica da Convenção de 1951 e do Protocolo de 1967, isto é, pessoas vítimas de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, os refugiados ambientais não são vítimas, necessariamente, de perseguições, mas são indivíduos obrigados a deixar o território de origem ou de residência em virtude do desaparecimento das possibilidades de ali sobreviver e do amparo apropriado por parte do Estado (COSTA, 2011).

Enquanto sujeitos em construção, os refugiados ambientais se constituem por meio da associação de duas categorias: a de ser um refugiado procurando algum abrigo e a de ter um contexto ambiental em deterioração, com o agravante de não ter expectativa de retorno. Então, passam a ter como pilares de caracterização: *o afastamento, a exclusão e a eliminação dos meios e modos de vida*, em que o refugiado ambiental se constrói com características únicas e exclusivas de um novo sujeito, cujo universo se compõe por um processo de fragmentação de sua existência social, cuja despersonalização, suscetivelmente cultural e o anonimato provocado por um afastamento forçado de seu lugar de pertencimento levam-no à crise de sua própria condição humana.

Entre as adversidades da condição de refugiado ambiental, coloca-se como agravante a falta de uma instrumentalização jurídica legal que regule internacionalmente a sua proteção e os seus direitos, para que haja responsabilidades e deveres dos Estados nacionais que optarem em acolher e defender os interesses do grupo.

O “estar” na condição de refugiado ambiental é ao mesmo tempo “estar” inserido numa zona “cinzenta ou indeterminada” definida como o próprio estado de exceção, que delimita a fronteira das decisões entre ser ou não ser aceito, entre a legalidade e a ilegalidade e, conseqüentemente, à medida que o indivíduo encontra-se inserido neste estado, anula-se no estatuto do mundo jurídico, tornando-se um ser judicialmente inominável e inclassificável, bem com se faz presente um encolhimento da responsabilidade por parte do Estado, não garantindo mais a segurança e os direitos daqueles que estão no estado de exceção.

Segundo Agamben (2004), o estado de exceção tem como fundamento a própria necessidade, a qual não tem lei, ou seja, “a necessidade não reconhece nenhuma lei” e “a necessidade cria sua própria lei”, visto que por

necessidade muitas coisas são realizadas contra a regra, de modo que por necessidade o poder pode tornar-se lícito ou ilícito, sendo que o juízo sobre a subsistência esgota o problema de legitimidade.

Dentro deste contexto macro-envolvente do Estado e instituições multilaterais (GIDDENS, 1991), o governo brasileiro tenta negociar estratégias de planejamento adequado para que esse grupo de refugiados haitianos possa sobreviver, ao mesmo tempo, sendo aceitável e dando eficácia à forma de governabilidade adotada. Tem-se, então, um complexo contexto de indeterminação entre a negociação e documentação desses devir, no qual se tem como necessidade a sobrevivência.

Entre as estratégias adotadas pelo governo brasileiro, encontra-se a de legalizar a situação dos haitianos que já estão no Brasil e limitar a concessão de vistos para impedir uma entrada desenfreada e irregular de imigrantes no Brasil;⁸ adequar à estrutura das cidades da região norte do país que estão recebendo esses refugiados, visto que pequenas cidades brasileiras como Brasília (AC) e Tabatinga (AM) não possuem capacidade, estrutura física/governamental e oportunidades de empregos para o aumento populacional ocasionado pelos haitianos; evitar a xenofobia e o preconceito, à medida que o refugiado haitiano poderá ser visto como uma ameaça à população local, seja em termos de empregos, moradia e oportunidades; por último, evitar a marginalização e a morte.

Nesse processo dinâmico da interculturalidade entre povos diferentes e de negociação, buscam-se novas formas de convivência no mesmo espaço social e geográfico, ao mesmo tempo, em que se remodela um novo espaço em outra esfera de relações. Desse modo, o refugiado passa a enfrentar como desafio o de buscar o próprio entendimento da sociedade que deixou para trás, da qual se desfez, e da sociedade em que irá se refazer, ao passo que a sociedade local procure simultaneamente a reestruturação e aceitação desses indivíduos, respeitando suas particularidades e diferenciações, onde o “espaço geográfico” (sinônimo de “território usado”) seja assim compreendido, como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, como instância social ou como o *espaço do acontecer* solidário (SANTOS, 2005).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Historicamente, os fluxos migratórios marcaram a história humana. Considerados inicialmente como sinônimo de novidade e riqueza, tanto para os países receptores quanto para os emissores, à medida que a chegada do estrangeiro ou o seu retorno significava a incorporação de elementos

8. <http://blogconexaosocial.blogspot.com/2012/01/imigracao-haitiana-ao-brasil.html>

culturais estranhos, bem como a sua difusão. Hoje, o cenário é outro. O que habitualmente era considerado um benefício ou direito, agora, passou a ser denominado como perigo, onde aquele que tinha o potencial de trazer novidades enriquecedoras foi substituído pelo “vilão” ameaçador da segurança dos autóctones (MARINUCCI; MILESI, 2005), tornando as mobilidades populacionais e os fluxos migratórios objeto de ameaça, desconfiança e medo.

Assim, refugiados ambientais, excluídos ou apátridas, frutos dos efeitos deletérios do desenvolvimento, tornam-se indivíduos supérfluos, cuja violência simbólica, os faz seres sem seus mínimos vitais e sociais, bem como sem qualquer garantia de dignidade e de pertencimento humano. Seres, despossuídos de todos os laços, valores e direitos, que aguardam a decisão de um soberano, que os fará “viver” ou “morrer” perante a predominância de um *approach* conservador. Agregado a esse contexto, nações erguem suas fronteiras e se tornam, cada vez mais, belicamente armadas contra a ameaça daqueles que lhes parece estranho e ameaçador.

No contexto internacional, países e blocos que dominam a cena política agem em relação aos imigrantes pobres como se os mesmos fossem inerentemente perigosos. Quando ocorre a maior instrumentalização do uso, a baixo custo e, no geral, informal, de sua força de trabalho, sua presença na cena social mantém, espacialmente, os contornos de uma diferenciação segregacionista, delimitando os tipos de interações e permitidas e vigiando o risco de integração plena. Devem ser mantidos isolados para não ofender os incluídos (BAUMAN *apud* VALENCIO, 2010: 48)

Enquanto isso, na zona de indecibilidade, os haitianos que, durante o processo de diáspora, enfrentaram a fome, a exploração sexual, o tráfico de pessoas e assassinatos, continuam a aguardar por decisões multilaterais dos Estados e instituições que, muitas vezes, acabam por destituir as forças locais da possibilidade de organizar-se e desenvolver-se soberanamente e com dignidade humana.

O Haiti é o mais recente e triste exemplo de que o encontro de um contexto social, econômico e institucional estruturalmente adverso com o desastre (...) destitui as forças locais da possibilidade de organizar-se e desenvolver-se soberanamente. A fraqueza do multilateralismo e a arrogância de certas nações ricas, com seus excessos, são o caldo para inviabilizar tanto a resolução dos problemas socioambientais circunstanciais nos termos da cultura local quanto para cumprir o objetivo de propiciar, o quanto antes, a consolidação institucional e a autodeterminação do povo que ali padece (VALENCIO, 2010: 49).

Assim, a nova realidade proposta pela migração dos haitianos ao Brasil não é apenas de ordem econômica e social, mas um desafio às políticas públicas, tanto no âmbito nacional como internacional, mas, principalmente, humano, que se depara com a necessidade de remodelar conceitos e legislações, seja a da velha noção de território, seja no que se refere aos conceitos de refúgio, dignidade humana, solidariedade e fraternidade.

Vivemos com uma noção de território herdada da modernidade incompleta e do seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. Para entender o território, temos que pensar sobre os acontecimentos que remetem para além de uma visão reducionista e purista. Sendo assim, é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele o objeto de análise social (SANTOS: 2005).

Numa visão holística, o que ele tem de permanente é ser nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de denúncia ao futuro (SANTOS: 2005).

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. Estado de Exceção. São Paulo: Boitempo, 2004.
- ARAÚJO, A., *Exils latino-américains. La Malédiction d'Ulysse*. Paris: CIEMI, L'Harmattan, 1988.
- BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- BELLINTANI, A. I; CAMARGO, J. F. *Haitianos em Tabatinga: a transmigração na tríplice fronteira*. Anais do I Seminário Internacional de História do Tempo Presente. Florianópolis: UDESC, 2011
- BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: E. Bertrand, 1989.
- COSTA, C. S. *Refugiados no contexto das mudanças ambientais*. São Carlos: Tese de Doutorado, 2011, 222p.
- CRUZ, Denise Rollemberg. *Exílio: entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DALLARI, D. A. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 2004.
- DIAS, M. B. *União homoafetiva: o preconceito e a justiça*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.
- GIDDENS, A. As Consequências da Modernidade. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.
- LOPES, C. *Amanhecer no Haiti*. in: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008: A realidade do país aos 60 anos da Declaração Universal. Brasília: SEDH, c 2008.
- MARCOVITCH, J. (Org.) *Sérgio Vieira de Mello: Pensamento e Memória*. São Paulo: EDUSP/ Ed. Saraiva, 2004.
- MARINUCCI, R; MILESI, R. *Algumas reflexões sobre as migrações na atualidade*. Brasília, 2005.

Disponível em: www.migrante.org.br/textoartigos. Acessado em: 20 de fevereiro de 2011.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: EdUSP, 2005.

_____, *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Studio Nobel, 2002.

SAYAD, ABDELMALEK. *A Imigração ou o Paradoxo das Alteridades*. Tradução: Cristina Muracho. São Paulo: Ed. São Paulo, 1998.

SOUKI, N. *Hannah Arendt e a Banalidade do Mal*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

SUTTER, C. Artigo: *Haiti, país mal dito*. Rev. Mal-Estar e Subjetividade, vol. 10. n.3, Fortaleza: set. 2010. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2012.

TELLES, V. S.; CABANES, R. (Org.) *Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

VALENCIO, N. *Desafios de proteção à pessoa humana no contexto de mudanças climáticas*. In: VALENCIO, N.; RODRIGUES, J.B. (Orgs); *São Tomé e Príncipe, África: Desafios socioambientais no alvorecer do séc. XXI – vol.II*. São Carlos: RiMa Editora, 2010.

VIÑAR, M., *Exílio e Tortura*. São Paulo: Escuta, 1992.

CAPÍTULO XII

A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL NO CONTEXTO DO DESASTRE: O CASO DE BLUMENAU/SC

Rúbia dos Santos
Maria Soledad Etcheverry Orchard

INTRODUÇÃO

A proposta deste texto consiste em descrever o Sistema de Gestão de Risco do município de Blumenau e como a política de Assistência Social vem sendo gestada e executada neste contexto.

Historicamente, a região do Vale do Itajaí, em especial o município de Blumenau, convive há 160 anos com situações de desastres associados às enchentes e às cheias. O primeiro registro de enchente remonta ao ano de 1852 e, desde então, a solução parece remota, nem mesmo foi amenizada. A solução é complexa por ser multifacetada, tendo diferentes questões que convergem no seu aprofundamento.

De todos os impactos ocorridos em Blumenau dois foram marcantes para a região por suas proporções. O primeiro ocorreu no ano de 1983 e outro ocorreu no mês de novembro de 2008. O fenômeno ocorreu a partir de uma combinação de cheias, enchentes e deslizamentos (escorregamentos) sendo estes últimos os principais responsáveis pelas mortes ocorridas.

Vários autores coincidem em sustentar que os fatores que explicam a continuidade e intensificação dos impactos estão interligados à forma de desenvolvimento econômico adotada pela região desde sua colonização, no que se refere ao crescimento populacional e ocupação irregular do solo, alterações das paisagens e do ecossistema local, assim como, a falta de investimento em prevenção e preparação para tais eventos (MATTEDI, 1999; SAMAGAIA, 2009; SIEBERT, 2001; THEIS, 2000).

No último evento mencionado, os dados foram alarmantes em relação ao número de mortos e desabrigados. Em Blumenau, dos 292.972 habitantes, 103 mil foram afetados, dos quais 5.209 ficaram desabrigados, 25 mil

desalojados, 2.382 feridos ou gravemente feridos e 24 morreram. Mais de 18 mil casas, 38 unidades de saúde, 61 unidades de ensino, centenas de quilômetros de rodovias e pavimentações foram danificadas (SEVEGNANI, *et.al*, 2009).

No momento de emergência/ruptura, a defesa civil buscou auxílio do Exército Brasileiro, Polícia Militar, Polícia Civil e do Corpo de Bombeiros para as ações de resgate e posterior encaminhamento aos abrigos. Nesses locais, organizados inicialmente pelo Exército, houve a acolhida imediata dos afetados e coordenação pela política de assistência social. Esta última foi a política pública que ficou à frente de todas as ações no pós-impacto sendo a grande receptora das demandas originadas pelo desastre.

O município estava acostumado a conviver com situações de cheias e deslizamentos. No entanto, o desastre de 2008 detonou outro ciclo, atrelando estes fenômenos aos escorregamentos de massa, sendo estes os responsáveis pelo maior número de mortes. Sem preparo para atuar diante das novas situações, as medidas de resposta e ações realizadas no período pós-impacto geraram inúmeros conflitos entre os grupos envolvidos na gestão de emergência local.

A tomada de decisões refletiu nas ações e atitudes dos técnicos e, de forma direta, na vida dos afetados. Partindo desta problemática, resolveu-se estruturar um estudo de caso onde são analisados os fatores de ruptura deste sistema de gestão de risco. Pressupondo a importância da conexão e colaboração entre as entidades e atores sociais num sistema complexo, trata-se de refletir sobre quais as possibilidades e de que forma estes elos e/ou fluxos de serviços e ações que estão interrompidos ou ausentes podem ser fortalecidos e/ou conectados.

Para a realização do estudo, foi utilizado um modelo de análise que procura identificar um conjunto de fatores que permita perceber os conflitos entre as posições dos diferentes grupos sociais e de que forma interferem na construção da gestão de risco.

A HISTÓRIA DOS DESASTRES EM BLUMENAU: A LÓGICA DE REPRODUÇÃO SOCIOECONÔMICA E A GESTÃO DE RISCO

Historicamente, de acordo Frank (2003), toda a região¹ era habitada por silvícolas das tribos *Kaingang* e *Xokleng* que, durante anos, enfrentaram

1. A região em pauta inclui a bacia Hidrográfica do Rio Itajaí. De acordo com Frank, a bacia hidrográfica do rio Itajaí compreende uma área de 15.000 km², dos quais cerca de 80% se encontram na região da floresta pluvial da costa atlântica, ou Mata Atlântica, montanhosa e fortemente entrecortada por rios e ribeirões. (Frank, 2003, p. 15).

os brancos contra o progresso da colonização. Em 1850, o filósofo alemão Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau obteve do Governo Provincial uma área de terras de duas léguas, para nela estabelecer uma colônia agrícola, com imigrantes europeus. Em 02 de setembro daquele ano, chegaram ao local, onde hoje se ergue o município de Blumenau, os primeiros colonos, somando 17 pessoas. Esta data foi consagrada como a de fundação da cidade e a esses imigrantes seguiram-se outras levas que, anualmente, atravessaram o Atlântico em veleiros de companhias particulares, os quais viriam aumentar o número de agricultores e povoados e, como consequência, aumentar o número de lotes cultivados entre os que eram demarcados ao longo do curso do rio.

A princípio, a colônia manteve-se como propriedade particular do fundador. No entanto, este apresentou dificuldades financeiras e conseguiu, em 1860, que o Governo Imperial encampasse o empreendimento. O Dr. Blumenau foi conservado na direção da colônia e nela se manteve até quando foi elevada à categoria de município, através da lei nº 860, de 04 de fevereiro de 1880. A partir disto, a colônia transformou-se num dos maiores empreendimentos colonizadores da América do Sul, criando um centro agrícola e industrial de significativa importância, representando fontes de produção influentes na vida econômica do país (SILVA, 1977).

Neste mesmo ano, no mês de outubro, ocorreu uma enchente causando prejuízos à população, com destruição de pontes e estradas. Com isso, a instalação do município só foi possível em 1883, a 10 de janeiro, quando assumiu exercício a Câmara Municipal eleita no ano anterior.

Em 1886, o município foi elevado à condição de Comarca e, em 1928, sua sede passou à categoria de cidade. Em 1934, começaram os desmembramentos do território municipal, sendo criados sucessivamente novos municípios. O antigo território do município de Blumenau que, em 1934, compreendia uma área de 10.610 Km² está hoje reduzido apenas a 531 Km². Desses desmembramentos resultaram nada menos que 31 novos municípios (SILVA, 1977).

Conforme IPPUB (2006), o município de Blumenau possui 301.000 habitantes; destes, 51% são mulheres e 49% homens, com expectativa de vida de 72 anos. A densidade demográfica é de 574,4 hab/km². A área territorial do município está dividida em 35 bairros e dois distritos (Vila Itoupava e Garcia). A maioria das famílias é migrante no município, totalizando 50,37%, contra 49,63% de blumenauenses nativos.

O processo de industrialização deu-se em toda região, tendo o município de Blumenau como destino principal. Reconhecido por seu potencial na indústria têxtil, consolidou-se como “referência nacional em produtos

têxteis, através de marcas como Hering, Karsten, Cremer, Artex, Sul Fabril” (SAMAGAIA, 2010, p. 23).

O município possui, como base econômica, o trabalho assalariado e a produção industrial associada à estrutura minifundiária. Com a intensificação do processo de industrialização, houve um aumento da urbanização da cidade de Blumenau como consequência da migração significativa das famílias oriundas do campo, as quais passaram a viver do trabalho assalariado. Com o colapso do padrão de acumulação capitalista, na década de 1990, tem-se início um período socioeconômico caracterizado pela rápida redução da força formal de trabalho, o que torna as condições de trabalho mais flexíveis e incertas na região.

Entre 1990 e 2001, Blumenau dobrou a geração de riqueza, mas a distância entre ricos e pobres aumentou. Em 1991, os 20% mais pobres da população detinham 4,87% da renda gerada na cidade; no ano de 2000, este índice caiu para 4,25%, representando uma variação negativa de 0,6 pontos percentuais. Já os 10% mais ricos da população passaram de 38,43% para 40,83% de renda apropriada, tendo uma variação positiva de 2,4 pontos percentuais. Em nível comparativo, pode-se perceber que os ricos cada vez acumulam mais, enquanto a pobreza continua crescendo (FURB, 2010).

A partir dos reflexos das alterações do mundo do trabalho e a necessidade de se adaptar às novas exigências do mercado, a economia local vai se refazendo sob os imperativos de novos modelos de gestão e uso de novas tecnologias. Samagaia (2010) destaca que Blumenau continua a crescer e a enfrentar os impactos nefastos do processo de globalização sobre a economia local. Os estratos mais empobrecidos, das classes que vivem do trabalho, são os mais afetados, no que concerne à possibilidade de melhoria das condições de vida. “O aumento das periferias empobrecidas na cidade nos anos pós 1990, revelam tal situação. A fragilidade do solo, aliada às condições físico-territoriais do sítio onde se localiza a cidade (região de vales) e o perigo de desastres e enchentes, embora apontados como principais causas, só atuam como agravantes deste quadro.” (SAMAGAIA, 2010, p. 24).

A gestão política esteve sempre sobreposta à gestão ambiental e social. Nesta perspectiva, eram consideradas válidas somente as demandas sociais compatíveis com esforços de manutenção e expansão do padrão de desenvolvimento predominante. Desta forma, os fatores sociais e ambientais foram sistematicamente excluídos do processo de gestão, gerando a institucionalização do risco, na qual as perdas provocadas por situações de emergência geravam demandas para o setor empresarial. Para Mattedi (1999, p. 94), “a análise da institucionalização do risco indicou que as estratégias de confrontação não foram implantadas em função da adequação ao proble-

ma, mas visando estimular a lógica de reprodução socioeconômica da região”.

No contexto da gestão de risco, a Política de Assistência Social assume o papel de receptora das demandas geradas pelos constantes desastres. A referida política passou por uma revisão em 2004, no intuito de superar a lógica paliativa, mediatista, focalizada e residual, que caracteriza o quadro nacional. O novo paradigma da Assistência Social visa à inclusão social dos indivíduos e famílias, desenvolvendo ações preventivas em relação às situações de vulnerabilidade, contribuindo com o empoderamento e autonomia da sociedade civil na elaboração e proposição de políticas públicas. Embora haja um grande esforço neste sentido, sabe-se que, na prática, ainda persistem as ações assistencialistas e meramente curativas, que pouco contribui com o processo desejado.

O número de desastres, ocorridos nos últimos anos, passa a exigir que os profissionais da área da assistencial social reflitam e desenvolvam novas estratégias de enfrentamento da problemática.

A partir dessas demandas, foi aprovada a tipificação nacional de serviços socioassistenciais, texto da resolução número 109, de 11 de Novembro de 2009, publicada no Diário Oficial da União, dia 25 de novembro de 2009. Tal resolução aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, organizados conforme os níveis de complexidade.

I – Serviços de Proteção Social Básica: a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos. II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade: a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI); b) Serviço Especializado em Abordagem Social; c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA), e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC); d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias; e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua. III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade: a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades: abrigo institucional; Casa-Lar; Casa de Passagem; Residência Inclusiva. b) Serviço de Acolhimento em República; c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora; d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências (BRASIL, Resolução n. 109, 2009, p.04).

Observa-se que o item III, alínea D, trata especificamente dos serviços de proteção em situações de calamidades públicas e de emergências. Situado no Serviço de Proteção Especial de Alta Complexidade, atende indivíduos e famílias que perderam vínculos familiares e comunitários, necessitando de proteção integral.

De acordo com esta resolução, o serviço deve promover o apoio e a proteção à população afetada por situações de emergência e calamidade pública, ofertando alojamentos provisórios, atenções e provisões materiais, conforme as necessidades detectadas. Também, deve assegurar a realização de articulações e a participação em ações conjuntas de caráter intersetorial para a minimização dos danos ocasionados.

A referida resolução também prevê as provisões relacionadas ao ambiente físico (alojamento provisório),² recursos materiais (benefícios)³ e recursos humanos previstos na NOB-RH.

Outra inovação, que busca contribuir com o processo de trabalho dos profissionais em situações de crise, refere-se ao detalhamento das ações essenciais, como:

Proteção social proativa; escuta; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; orientação sociofamiliar; referência e contrarreferência; informação, comunicação e defesa de direitos; acesso à documentação pessoal; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais e de defesa de direitos; mobilização de família extensa ou ampliada; mobilização para o exercício da cidadania; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; diagnóstico socioeconômico; provisão de benefícios eventuais (BRASIL, Resolução n. 109, 2009, p. 44).

Estas referências devem ser seguidas por estarem de acordo com as diretrizes do SUAS, do Código de Ética Profissional, bem como o projeto ético-político dos profissionais de serviço social. Da mesma forma, prevê as aquisições dos usuários dos serviços, ou seja, os direitos que possuem no momento em que estão sendo atendidos por esta política.

2. Alojamento provisório para repouso e restabelecimento pessoal, com condições de salubridade, instalações sanitárias para banho e higiene pessoal, privacidade individual e/ou familiar; espaço para realização de refeições; espaço para estar e convívio, com acessibilidade em todos seus ambientes, de acordo com as normas da ABNT

3. Materiais de consumo para o desenvolvimento do serviço: alimentos, artigos de higiene, cobertores, dentre outros. Estrutura para guarda de pertences e de documentos.

COMO AS INSTITUIÇÕES LIDAM COM A GESTÃO DOS DESASTRES?

Com a urbanização e desenvolvimento da colônia, o modo como os blumenauenses e a população das comunidades ribeirinhas lidava com as enchentes foi-se modificando. A discussão e eventual adoção de medidas ocorriam sempre nos meses ou anos que sucediam as grandes enchentes, a saber, em 1911, 1927, 1957 e 1983. As enchentes que ocorreram pouco tempo depois destas ditas “grandes” ajudaram a manter acesa, por mais tempo, a mobilização social local (FRANK, 2011).

A cada período pós-enchente evidencia-se maior aprofundamento no debate sobre alternativas de defesa. No entanto, o que permanecia inalterado era a disposição das comunidades em tão somente usufruir de medidas de defesa contra enchentes, sem se dispor a arcar com qualquer tipo de ônus (FRANK, 2011). Assim, havia pouco envolvimento da comunidade na resolução da problemática, muito devido à forma como a política monopolista e elitista local foi desenvolvida e, atrelado a isto, as famílias afetadas não se percebiam como sujeitos deste processo.

No ano de 2008 a combinação entre cheias, enchente e escorregamentos de massa resultaram em consequências drásticas para a região. Santa Catarina registrou números alarmantes: 63 municípios decretaram situação de emergência e 14 ficaram em estado de calamidade pública.⁴ A região do Vale de Itajaí, mais uma vez, foi o alvo desse desastre e o município de Blumenau, entre outros municípios da região, sofreu perdas humanas e materiais gravíssimas, conforme já foi registrado na abertura deste texto.

A defesa civil, a partir do aeroporto do município de Navegantes, “resgatou 1.249 pessoas, no período de 24 de Novembro até 06 de Dezembro de 2008, com 546 horas de voo”. Foram utilizadas 21 aeronaves, sendo 20 helicópteros e 01 avião, para socorrer as vítimas (SEVEGNANI, *et. al*, 2009, p. 116).

No início do desastre, o fornecimento de energia elétrica e de água foi interrompido, somente quatro dias após o desastre estes serviços foram sendo, aos poucos, restabelecidos. A comunicação via telefone, celular ou fixo, também ficou interrompida. O transporte coletivo foi totalmente paralisado nos primeiros dias do desastre devido ao alagamento dos terminais. Houve interrupção do fornecimento de gás natural, devido ao rompimen-

4. Em situações de desastres, a atuação dos governos é definida pela situação de excepcionalidade, a qual é legalmente reconhecida em função da gravidade como “estado de calamidade pública (maior gravidade) ou situação de emergência (menor gravidade). [...] Tais institutos legais permitem ao poder público tomar decisões e adotar procedimentos para ampliar e agilizar o atendimento da população atingida (SCHIOCHET, 2009, p. 150).

to dos dutos no trecho que atravessa o Vale do Itajaí. O ensino público foi totalmente paralisado durante a semana do evento, seguido do encerramento antecipado do ano letivo. A rede de assistência à saúde suspendeu suas atividades rotineiras para focar no atendimento emergencial (SEVEGNANI, *et. al*, 2009).

Com o caos instaurado, a falta de serviços públicos, de água potável e de alimentação suscitou que alguns supermercados fossem saqueados e a população, em meio à lama, pegava o que podia para sanar suas necessidades básicas.

Além das dificuldades de desenvolver as ações durante o impacto, a acolhida aos afetados também foi problemática. Para atendê-los, foram dispostos abrigos por região: na Região Central da cidade, 10 abrigos acolheram 560 pessoas; na Região Sul 20, abrigos acolheram 1.708 abrigados, na Região Norte, 12 abrigos para 608 abrigados, totalizando 4.456 pessoas abrigadas, distribuídos em 42 abrigos (ANGIONI e SAMAGAIA, 2009).

Considerando o elevado número de desabrigados, foram improvisados abrigos em escolas, igrejas, clubes, buscando alojar as famílias em locais próximos às suas residências. Estes locais foram organizados inicialmente pelo Exército Brasileiro e ficaram sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Criança e do Adolescente – SEMASCRI, sobre a qual recaíram inúmeras críticas. De acordo com Angioni e Samagaia (2009), a referida Secretaria (responsável pelas ações da Política de Assistência Social) foi incumbida de responder a todas as situações de fragilidade social decorrentes do desastre, sem uma clara articulação com as políticas de saúde, educação e habitação, o que evidencia um problema de gestão no atendimento governamental ao desastre.

A GESTÃO DOS DESASTRES: OS DISTINTOS DISCURSOS DOS ATORES

A gestão municipal é permeada de conflitos, incoerências e fragilidades que serão apresentadas a seguir. Considera-se que analisar as representações do grupo de atores envolvidos na questão é de fundamental importância para entender como se deu a tomada de decisões no momento do desastre. Neste sentido, este estudo buscou conhecer as percepções de grupos de atores-chave envolvidos na gestão de risco local, quais sejam: os gestores de políticas públicas e de defesa civil, os profissionais de serviço social, os afetados e as lideranças comunitárias.

Elegeram-se, para o estudo, representantes e/ou gestores das seguintes secretarias municipais: a de Regularização Fundiária e Habitação, a de Defesa Civil, a de Assistência Social e o do Gabinete de Reconstrução.

Os representantes da Assistência Social e do Gabinete de Reconstrução foram entrevistados pela primeira autora, sob a supervisão da segunda autora, e cada um dos contatos teve duração de uma hora. Ambas as entrevistas foram realizadas em seus gabinetes, com horário pré-agendado. Uma das entrevistas foi gravada e transcrita e outra apenas transcrita por solicitação do entrevistado. A abordagem com um ex-gestor de Defesa Civil foi realizada mediante preenchimento de formulário e contatos via *e-mail*, dado a indisponibilidade de uma entrevista presencial.

Parte das entrevistas, especialmente com representante da Secretaria da Regularização Fundiária e Habitação e representante da Secretaria da Defesa Civil foram coletadas pela equipe de profissionais da FURB, através do projeto de pesquisa intitulado “Programas habitacionais em resposta à situação do desastre de Blumenau”, que tem por objetivo discutir a implementação da política de habitação em Blumenau, como resposta à situação das famílias atingidas pelo desastre socioambiental ocorrido no município, em 2008. A pesquisa foi realizada no período de março a novembro de 2011, quando foram apresentados os dados finais. Esta pesquisa está sendo coordenada pela professora Jacqueline Samagaia, que disponibilizou os relatórios do projeto para que fossem incorporados a esta investigação.

Cabe esclarecer que, visando preservar a identidade dos nossos entrevistados, optou-se neste estudo por não relacionar diretamente os testemunhos das entrevistas aos seus porta-vozes. Apesar desse viés, procurou-se preservar a riqueza dos depoimentos para ilustrar o cenário discursivo que se compõe a partir das distintas posições no campo. Com esse intuito, se procedeu as indicações dos entrevistados da seguinte forma: Gestor 1 (G1), Gestor 2 (G2), Gestor 3 (G3) e Gestor 4 (G4).

A seguir, alguns esclarecimentos sobre as referidas secretarias e suas funções no sistema de gestão de risco de Blumenau:⁵

- ♦ *Gabinete de Reconstrução (GR)*: vinculado ao gabinete do prefeito, foi implantado após o desastre de 2008, com intuito de avaliar a situação das áreas de risco de Blumenau, monitorando-as e, em consonância com a rede sócio-assistencial do município, tomar as medidas cabíveis (PMB, 2011). É importante destacar que o secretário atual é o ex-secretário de habitação e regularização fundiária. O entrevistado, profissional de carreira do município, possui experiência e conhecimento sobre o sistema de gestão de risco local, o que auxiliou na coleta de informações;

5. Informações relativas às secretarias disponíveis em <[www.http://www.blumenau.sc.gov.br/gxpsites/hgxp001.aspx?1,1,285,O,P0,MNU;E;53;1;MNU;,>](http://www.blumenau.sc.gov.br/gxpsites/hgxp001.aspx?1,1,285,O,P0,MNU;E;53;1;MNU;,>) acesso em: 18 de Nov 2011.

- ◆ *Secretaria de Regularização Fundiária e Habitação (SH)*: Compete à pasta coordenar e executar a política de regularização fundiária no âmbito do município, desenvolvendo estudos referentes a projetos, convênios e acompanhamentos no controle de programas habitacionais, bem como gerir o Fundo Municipal de Habitação e propor políticas de aplicação dos seus recursos. Tem como objetivos principais a criação de programas de produção e/ou melhorias de unidades habitacionais e lotes urbanizados de interesse social, promovendo a inclusão social, priorizando as famílias que apresentem maior vulnerabilidade, contribuindo para a redução das desigualdades e do pleno desenvolvimento da função social da propriedade (PMB, 2011);
- ◆ *Secretaria de Defesa Civil (SDC)*: A atuação da Defesa Civil compreende ações de prevenção, preparação para emergências e desastres, resposta aos desastres e de reconstrução. Dá-se de forma multissetorial e nos três níveis de governo - federal, estadual e municipal - e prevê a participação popular. A Defesa Civil de Blumenau conta com 10 profissionais que trabalham 24 horas por dia (PMB, 2011);
- ◆ *Secretaria de Assistência Social (SA)*: A Secretaria da Assistência Social, da Criança e do Adolescente (SESMACRI) tem como objetivo garantir o atendimento às necessidades básicas das pessoas e proporcionar o desenvolvimento pessoal, familiar e social. Em Blumenau, a Semascri presta atendimento às pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade social a fim de possibilitar a autonomia pessoal, familiar e comunitária. Tem como objetivo, também, proporcionar oportunidades de capacitação, facilitando a inserção no mercado de trabalho e a geração de renda (PMB, 2011).

Quando se entende o desastre como um processo social,⁶ e essa é a posição de alguns dos gestores, entende-se também, que uma alteração no ecossistema poderá impactar a quilômetros de distância do local onde foi ocasionado, porque as consequências também são estruturais. No entanto, o entendimento de outros entrevistados é que a causa dos desastres se deve, principalmente, à “ocupação ilegal” – e que o desastre ocorre “pelo

6. Os desastres correspondem a falhas no sistema social e não falhas meramente externas e socialmente inimputáveis. Independente da causalidade que lhes for atribuída, os desastres consistem, sobretudo, em processos de ruptura social, refletindo necessariamente o tipo e o grau de preparação do sistema social para lidar com os riscos naturais e tecnológicos e para gerir fenômenos em grande parte por ele próprio criados, na produção de um ambiente cada vez mais socialmente construído (RIBEIRO, 1995).

ser humano habitar áreas de risco”. Assim, refere-se a duas categorias centrais: fenômeno natural + ocupação de risco. Desde esta última perspectiva, o problema social surgiria dessa equação.

No que se refere ao momento de produção, o entrevistado G1 reforça que a intensificação dos desastres em Blumenau decorre “por falha no planejamento da cidade, não só do governo, mas do todo. Há falta de compromisso dos políticos eletivos com a implementação da Política Pública”. A partir da sua experiência como profissional de carreira, o gestor afirma: “atuei com políticos e com políticas públicas e aprendi a entender que se o político não tiver o compromisso com a causa pública, com a implementação destas políticas públicas, a cidade perde muito. E nossos políticos, infelizmente, nenhum tem formação para atuar com Política Pública” (G1).

Continua explicando sobre a constituição dos bolsões de pobreza na cidade,

Porque nasceram estes bolsões? Porque é interessante para os políticos que se criem estes bolsões. As áreas hoje consideradas de risco, como a Coripós, a Mário Conceição Badia, por exemplo, foram áreas cedidas pelos prefeitos. Então, quando um pobre vinha pedir ajuda, ao invés de se criar uma política pública habitacional decente, eles doavam terrenos nestas áreas (G1).

Hoje, por exemplo, se implementassem o Estatuto das Cidades, reduziria em 90% o risco da cidade, porque eu vou ter engenharia gratuita, acompanhamento social, o planejamento estratégico, plano urbanístico específico, que diz onde estas pessoas podem morar. Ai o que fazem os políticos? Ao invés de trazer profissionais para executar estas Políticas Públicas, trazem cabos eleitorais que não se preocupam em implementar. (...) Lancei mão dos cabos políticos para trazer profissionais e técnicos das áreas sociais, das engenharias, os educadores sociais, porque há necessidade de equipes interdisciplinares para atuar nestas situações (G1).

Outro questionamento se refere à retirada das famílias das áreas de risco:

A Defesa Civil trabalha com dois tipos de ações: de prevenção e de preparação. A de prevenção se subdivide em estrutural e não estrutural. A estrutural se conforma em ações físicas, obras que mudam e previnem a destruição de moradias quando ocorre algum tipo de evento. E a não estrutural são ações em conjunto que façam as famílias mudarem suas percepções na hora de adquirir um imóvel novo. Também atua na preparação, e no treinamento dos profissio-

nais que irão atender a população em um momento de desastre. Além dessas duas ações, a defesa civil trabalha na normalidade e na anormalidade. Na normalidade se trabalha com respostas aos eventos futuros que virão e na reconstrução da cidade, na atenção básica e no impacto de ações humanitárias para a promoção das políticas públicas. Já na anormalidade, é na hora da ação, de fiscalização e de retirada das famílias que estão correndo qualquer tipo de risco em relação a suas vidas. Após esse primeiro choque, os próprios técnicos da defesa civil encaminham as famílias para a Secretaria de Desenvolvimento Social do município (FURB, 2011).

A fala acima expressa a formação técnica da defesa civil para atuar com um olhar voltado aos procedimentos e instrumentos de intervenção. Pouco revela sobre a problemática urbana e a falta de opções dos moradores e a ineficácia das políticas públicas. Assim, a desqualificação do afetado como um “interlocutor válido é sedimentada numa racionalidade monológica” (VALENCIO, 2008, p. 06).

O entrevistado identificado como G4 considera que a política de assistência social é responsável pela proteção integral à família. No entanto, segundo o mesmo, não há equipe suficiente e recursos para atender melhor. Pontua que o assistente social participa de todos os momentos relativo ao desastre:

No momento que antecede ao desastre o assistente social está junto com a defesa civil para preparar a população para minimizar os riscos, ou seja, sensibilizar. Durante: através do atendimento humanitário, emergencial, conseguindo a alimentação, cobertores, organizar as equipes (...) Pós-impacto: após quatro dias do desastre a SEMASCRI passou a coordenar as ações nos abrigos junto com os educadores sociais. Muitas famílias foram encaminhadas para retornar as suas cidades de origem, onde conseguimos pagar as passagens e, se haviam móveis, pagávamos a mudança, porque muitas não tinham vínculo com a cidade, nem parentes. Apenas vieram tentar a vida e perderam tudo, restando-lhes a cidade de origem (G4).

Como um dos principais objetivos deste estudo trata de desvelar a percepção dos diversos atores sobre o papel/função que a política de Assistência Social deveria desenvolver no sistema de gestão de risco, desde o momento anterior ao desastre até o pós-impacto, buscou-se, para tal, identificar opiniões sobre este grupo representativo, entre outros profissionais, além dos atores-chave.

Acho que o papel da assistência social antes é qualificar os funcionários para as catástrofes, não só deslizamentos e enchentes, mas todos os tipos, qualificar a equipe toda para atuar em situações de tragédias, desde o guarda até o secretário para saber como lidar com esta situação. Num segundo momento a assistência social tem um papel essencial, porque é quem lida com a população diretamente com a questão social. A assistência social, digamos, é o carro da frente junto com a defesa civil e isso tem que estar bem unificado. Deu pra sentir que se não fosse a assistência social seria bem pior (RI - Assistente Social).

Quando questionados sobre as mudanças ocorridas desde o desastre de 2008 até os dias atuais, a maioria dos técnicos, exceto um dos profissionais entrevistados, afirma que não houve mudanças.

Não, a situação continua delicada, por não haver planejamento adequado para atender situações de tragédia, a secretaria tinha uma equipe despreparada e as ações foram meio no atropelo, pensando em fazer, em atender, mas de forma não adequada o suficiente para garantir que as pessoas tivessem as moradias provisórias por ex. você ficaria num espaço entre quatro paredes cobertas por sarrafo? e ainda continuam lá. Eu não ficaria, eu ia pra debaixo da ponte. Se perguntar, João Paulo (prefeito), você ficaria numa moradia dessas? Sempre que você vai destinar um recurso tem que se colocar no lugar da pessoa. Não acompanhei de perto os recursos que vieram, os recursos para manter os galpões...não acredito que há má fé para prejudicar a população, sinto que, faltou priorizar planejamento, uma sensibilidade maior para com as pessoas que estão nesses espaços e até porque vão acessar esses apartamentos que não têm sacada, pequenos, famílias de sete como vão entrar num apartamento de dois quartos, então é super delicado (Assistente Social 1).

Aqui se remete, novamente, à falta de participação dos afetados em relação ao futuro de suas vidas. Estes foram meros expectadores do poder público, aceitando “a doação” como se fosse uma dádiva, já que, em 150 anos de convivência com os desastres, nenhum projeto semelhante foi efetivado.

Se você for hoje fazer visita aos espaços que tiveram ocorrências, as famílias voltaram pra lá, na maioria dos lugares as famílias voltaram a morar em áreas de risco. As que não suportaram ficar nas moradias provisórias, por toda a pressão, por toda intervenção do estado naquele espaço, estão hoje em áreas de risco. Sinceramente, enten-

do que as situações vão continuar acontecendo, porque é característica de Blumenau, de como a sociedade ta configurada, do modo capitalista de produção, da segregação espacial das cidades, e porque não há prevenção (Assistente Social 2).

como profissional da saúde, não percebo mudança, tanto é que dentro da saúde, não participei de nenhum movimento para discutir esta questão junto com todas as secretarias e todos os órgãos como deveria estar envolvidos, acho que continua assim, a assistência social assumindo tudo e lá internamente não sei como está acontecendo...então a intersetorialidade não acontece (Assistente Social 3).

Como desafios à profissão e ao enfrentamento dos desastres, um dos entrevistados aponta a dificuldade de intervir em situações de crise, conforme segue:

Bom, a gente já trabalha com essas famílias que estão nos morros e que vivem em situação de vulnerabilidade social e que estão desassistidas pelas políticas públicas como um todo, e que tem todos os problemas relacionados a drogas, saúde, desnutrição, tráfico entre outros. E como lidar com isso dentro de um abrigo? Como gerenciar isso? Isso é um desafio e não tem governo e não tem equipe técnica que dê conta disso. É um pandemônio, você pode ter boa intenção, mas não tem como atender todo mundo da mesma forma neste espaço. Onde estão, eu vejo, uma coisa bem delicada, até porque na casinha deles lá no morro já era complicado, imagina todos no mesmo espaço que é limitado, onde um fala e o outro ouve no outro lado. Acabou o privado, até devia ter uma tese sobre isso o espaço privado tornou-se público (Assistente Social 1).

A questão social contemporânea é multifacetada e atrelada aos problemas macroestruturais que afetam diretamente a vida das famílias, especialmente as de baixa renda e retratam um cenário difícil de intervenção para os profissionais.

Sobre a política de assistência social, os entrevistados sugeriram incorporar nos CRAS ações de educação popular que abordem as questões ambientais e de risco, buscando fomentar uma consciência ambiental que atinja, no longo prazo, mudanças paradigmáticas. A prevenção foi apontada como a única forma de se agir, evitando que a vida de muitas pessoas seja ceifada. Para tal, há a compreensão de que um esforço conjunto seja necessário, pois sem o envolvimento das demais políticas públicas e da população, tornar-se-ia praticamente impossível uma mudança de cenário.

A curto prazo, é bom rezar...eu subi o morro, ele rachou em três lugares...uma hora ou outra vai descer, e as famílias voltaram para lá...e isso achei totalmente equivocado, os caras abriram a rua, religaram a luz...Por que abrir se não era para voltar? Por que fazer? A curto prazo, a Secretaria de Habitação tem que tirar as pessoas da situação de risco. Pra ontem, murar tudo e plantar vegetação nativa, reflorestamento, imediato. A assistência social deve articular a rede, porque sentiu na pele, a defesa civil tinha uma equipe mínima...foi todo mundo pra rua, em determinado momento a SEMASCRI ficou desativada. A curto prazo, discussões de rede sobre o papel do serviço público no atendimento a situações de catástrofes, lembrando não só deslizamentos, mas todos os tipos de catástrofes, porque estamos sujeitos a todos os tipos, o tornado que passou lá no oeste se tivesse passado em Blumenau tinha levado tudo (Assistente Social 1).

A articulação da rede socioassistencial também foi bastante apontada, como sendo de fundamental importância para o fortalecimento do sistema de gestão de risco. Fica evidente que a política de assistência social, sozinha, não dará conta de assumir todas as funções que lhe foram delegadas no desastre de 2008. Em que pese essa limitação, efetivamente foi a única política que deu respostas à população afetada e esteve a frente das ações.

Efetivamente a gente precisa trabalhar em rede, em parceria com as escolas, com os espaços de saúde pra estar realmente conscientizando as famílias do risco que se corre e assim eu vejo que assistência social tem um papel fundamental, porque a maioria das famílias que são atendidas estão justamente residindo nestes espaços e estão justamente vulneráveis, seja na questão de habitação, alimentação, seja na questão de trabalho e renda, então, assim, construindo uma consciência ambiental, uma consciência de cuidado, eu acho que a gente pode sim trabalhar na prevenção e conseguir se não evita, mas diminuir bastante estas situações de risco (Assistente Social 2).

Penso que depois dessa experiência, a assistência social que está coordenando estas ações deveria chamar todos os servidores, inclusive, e principalmente, do serviço social para estar planejando e construindo o plano que não sei onde foi parar. E também a assistência social deveria estar pensando formas de financiamento pra situações de desastres, de elaboração de projetos emergenciais, isto acho que tem que ser incorporado na questão orçamentária do município e nas três esferas. Organização comunitária, espaços democráticos e participativos, na educação incorporar esta temática, o serviço público/prefeitura construir um plano, um comitê, buscan-

do parcerias das lideranças comunitárias, os CRAS já incorporando isto nos trabalhos de grupo de educação popular, planejar, ter um plano de ação e trabalhar com a população, a questão dos impactos sociais e subjetivos/psicológicos que acarretam. Se a gente tiver isso, e é possível construir isso dentro da intersectorialidade, dentro do serviço público, que tenha esse grupo que planeje, que elabore esse plano, que tenha ações definidas para cada secretaria, tenha uma centralidade, clara, porque vai precisar. Não podem ser fragmentadas, as ações do desastre (Assistente Social 3).

Para a profissional que está na gestão, a necessidade de se criar um setor especializado na gestão de risco local seria o próximo passo para a estruturação dos serviços. Seria um setor especializado que faria a articulação da rede socioassistencial.

Uma das grandes conquistas foi que o Secretário de Assistência participou da elaboração da TIB (Tipificação Nacional de serviços socioassistenciais), da implementação do serviço de calamidade pública, regulamentando. O que se precisa fazer, então, [é] estruturar esse serviço, hoje a gente tá trabalhando com o programa minha casa minha vida, acompanhamos as famílias nas moradias provisórias, mas na hora que estes programas terminarem vamos ter que estruturar um serviço de resposta à calamidade, com uma equipe só para desenvolver essa atividade. Chegou uma situação, é a equipe que vai atender, quando não estiver fazendo isto, vai estar mapeando as áreas de risco, verificando as famílias que estão nestas áreas. Eu acho que isso é essencial, até na ponte com a defesa civil, e as outras políticas. Acho que esse é o grande desafio, a implementação desse serviço especializado. A prevenção é fundamental, orientar a comunidade para que ela tenha consciência do que é o risco. Investimento em programa habitacional, fiscalização para que não voltem a habitar estas áreas. Já está sendo feito, só que a dimensão é muito grande. Cada política vai ter que se estruturar para esta realidade (Assistente Social 4).

A postura de alguns profissionais de serviço social contribuiu para que os afetados fortalecessem sua autonomia e buscassem garantir seus direitos. Estas intervenções foram condizentes com o que preconiza o código de ética profissional, construindo relações pautadas no respeito às diferenças e especialmente, no que concerne a garantia dos direitos dos afetados que, muitas vezes, são esquecidos, tornando-os apenas afetados e não cidadãos.

Uma coisa que foi muito legal, e que a gente construiu junto naquele espaço (abrigo), foi o fato de eu, enquanto assistente social, não

entender que era responsável por aquele espaço e que era eu que decidiria todos os encaminhamentos. Pelo contrário, eu entendia que aquela comunidade tinha um saber que tinha que ser respeitado e que era com eles que eu iria construir aquele espaço. Então, chamar a comunidade, sentar com ela e pensar como é que nós vamos nos organizar? Até se chegar nesta forma, eram inúmeros conflitos, “ahh eu não vou limpar hoje, porque o fulano não limpou” depois que eles mesmos começaram a gerenciar aquele espaço a realidade foi outra (Assistente Social 2).

O jornal informativo do MAD,⁷ de fevereiro de 2009, aponta os múltiplos problemas vivenciados pelas famílias nesses galpões (denominados, pelo poder público, de moradias provisórias):

O galpão foi construído com finalidade industrial ou de depósito e está inadequado para utilização como moradia provisória; as adequações térmicas propostas não são suficientes para garantir o conforto e a saúde das famílias; divisão da infra-estrutura não comporta a demanda e a privacidade familiar, levando em consideração a composição familiar e seus pertences; a segurança das famílias e dos seus pertences não está prevista no projeto apresentado, causando inquietação, conflitos e incertezas entre os abrigados; as instalações coletivas são insuficientes para atender a demanda, principalmente dos horários de chegada/saída do trabalho; a área de lazer é insuficiente para a demanda das famílias; a localização do abrigo não foi assegurada; o deslocamento das crianças para as creches e escolas que não tenham suas vagas garantidas em escolas próximas aos abrigos não foi assegurada (MAD, 2009).

Assim, os representantes do MAD reforçam: “somos contra a mudança para um lugar onde as famílias serão amontoadas como um estoque. Pessoas não são coisas”. Em fevereiro de 2009, após inúmeras tentativas, representantes do MAD conseguiram uma reunião com o então prefeito municipal que, após dialogar com esses representantes, assumiu alguns compromissos, os quais, um ano depois não haviam sido cumpridos. São estes:

7. MAD – Movimento dos Atingidos pelo Desastre – formou-se a partir de um grupo de afetados que não aceitou as condições impostas nos abrigos e buscou fazer frente às ações governamentais. Após o desastre de 2008, cerca de 24 famílias ocuparam uma área da prefeitura onde ergueram suas casas e encontram-se até os dias atuais. Os demais afetados permaneceram quase três anos nos abrigos provisórios e, após este período, foram incluídos no programa Minha casa Minha Vida, do Governo Federal, acessando apartamentos de 49 m² independente do número de indivíduos da família, causando inúmeros conflitos.

- ◆ Construção de cinco mil moradias no prazo de um ano: nenhuma moradia foi construída. O Instituto Ressoar⁸ ofereceu 100 moradias, mas o município não disponibilizou terrenos;
- ◆ Financiamento através do Fundo municipal de habitação para famílias com até 3 salários mínimos per capita, que pagariam 20% deste valor: os critérios do Programa Minha Casa Minha Vida não respeitaram as decisões debatidas, onde foram incluídos diversos critérios como pontuação progressiva. Ex: carteira assinada: 04 pontos, autônomo: 02 pontos, entre outros fatores que contabilizariam pontos para acesso ao benefício;
- ◆ Acesso às informações e discussão pública sobre os projetos e propostas: “Os projetos e propostas foram decididos pelo governo com portas trancadas. À população cabe aceitar, acatando as decisões” (MAD, 2009).

Foi um momento em que estes afetados se viram desprotegidos e, sob a ameaça de perder o direito de ter acesso às casas prometidas pelos gestores, mantiveram-se isolados e acatando todas as “ordens” impostas.

um dia nós fomos fazer uma visita no abrigo do Santos Dumont, fomos pra mostrar seus direitos e o que eles poderiam reivindicar. Chegamos lá, o coordenador simplesmente perguntou o que vocês querem? Dissemos que éramos do MAD, daí eles...o que vocês querem? Eles não vão participar, querem ir embora ou vamos chamar a polícia.... daí dissemos que queríamos ouvir deles, eles gritaram pro pessoal e chamaram eles na porta e disseram não é que vocês não querem falar com eles? Eles só acenaram com a cabeça...eles foram coagidos. Nós dissemos que queríamos ouvir deles...daí eles chamaram uma jovem que com certeza tinha sido coagida e eles disseram: fala pra eles, e ela disse que eles não queriam porque iriam receber as suas casas... não deu duas semanas, fomos em outro abrigo, ela estava lá, tinha sido expulsa daquele abrigo e foi mandada pra lá...depois duas dessas famílias que disseram que não queriam falar com a gente vieram pro MAD...muita gente foi coagida, obrigada a responder o que não queriam e depois se arrependeram, não rece-

8. O Instituto Ressoar é o braço de Responsabilidade Social da Rede Record. Criado em 2005, tem na Inclusão, sob todos seus aspectos, seu principal eixo de atuação. Tem como missão: divulgar, implantar e gerir projetos tendo como estratégia a inclusão social com foco em resultados, bem como estabelecer intercâmbio de conhecimentos, tecnologias e empreendedorismo social, promovendo a melhoria da qualidade de vida da sociedade (Disponível em < <http://www.ressoar.org.br>> acesso em 10 jan 2012.

beram o que prometiam...No colégio Andrósio, o educador, que de educador não tinha nada, chegou a nos pegar pelo braço e empurrar a gente pra fora do Portão. No Jordão, só podíamos entrar se tivéssemos pulseirinhas, sem pulseirinhas não podíamos entrar e nós não tínhamos...então passamos muita dificuldade. Até que trocaram a assistente social de lá e conseguimos... (Afetado pelo desastre – membro do movimento do MAD).

Este relato revela a dificuldade que os afetados tiveram para mobilizar-se. Coagidos pelos monitores, expulsos e repreendidos, tinham dificuldade de ter acesso a outros afetados que vivenciavam a mesma problemática.

CONCLUSÕES

O papel do assistente social na mediação de conflitos entre diferentes grupos, no contexto de desastre, também fica evidente. Entre os gestores e afetados, encontra-se o assistente social que, conforme estabelece seu código de ética, deve zelar pelos direitos destes últimos, construindo relações democráticas entre todos os sujeitos envolvidos.

Assim, o olhar tutelador e estigmatizado de alguns gestores pode ser mediado através do diálogo e da articulação feita pelo profissional de serviço social, quando ele está ciente desse seu papel de mediador, imbuído de uma visão ética alargada e habilitado através de uma formação profissional sólida e atualizada. Apesar de uma série de limitações, fruto das condições difíceis de trabalho, das condições estruturais de desigualdade social, entre outros problemas relatados pelos entrevistados e/ou percebidos ao longo da pesquisa de campo, através da observação participante, verificou-se que, diferentemente de outras condutas que reforçam as visões estigmatizantes, a maioria dos assistentes sociais entrevistados demonstrou que estava ciente de seus deveres ético-políticos.

O desastre pode constituir-se também como aprendizado, não só para gestores, técnicos e afetados, mas para a população como um todo. A visibilidade deste fenômeno certamente repercutirá em diferentes escalas. No nível técnico, poderá conduzir a reflexões sobre as práticas dos processos de trabalho e sobre as relações entre profissionais e afetados. No nível social, poderá trazer reflexões acerca dos valores e modos de vida da população. É um longo processo até tornar este aprendizado em prática, transpondo-o para a vivência destas comunidades e das instituições governamentais locais. É um desafio a ser enfrentado.

O fato de Blumenau ter um histórico de desastres faz com que estes afetados questionem o que se faz, como política pública, no espaço de tempo

entre estas ocorrências. Ao contrário do que o senso comum prega, verificou-se, ao longo da pesquisa, que muitos moradores das áreas de risco têm consciência de que estão expostos ao perigo. No entanto, a falta de opção não lhes deixa alternativas.

Os assistentes sociais que coordenaram os abrigos mostraram-se, em alguns casos, parceiros do movimento social dos grupos afetados, assessorando-os nas negociações com o poder público, apoiando suas reivindicações e partilhando de sua causa. No entanto, outros se mantiveram com uma postura tuteladora e repressora, utilizando até mesmo de ameaças para coibir a organização popular.

A experiência nos abrigos dependeu muito da postura que estes profissionais assumiram. As diferentes percepções e representações, assim como perspectivas e projetos de sociedade fazem parte do jogo de atores-chave envolvidos na gestão de risco.

Honneth organiza uma teoria do reconhecimento afirmando que: “(...) são as lutas moralmente motivadas de grupos sociais, sua tentativa coletiva de estabelecer institucional e culturalmente formas ampliadas de reconhecimento recíproco, aquilo por meio do qual vem a se realizar a transformação normativamente gerida das sociedades” (HONNETH, 2003, p.156). Esse entendimento do valor do reconhecimento recíproco como pressuposto de transformação é algo que pode ser vislumbrado através das tentativas do MAD para conquistar sua posição e ser respeitado entre os distintos atores que operam no campo da gestão dos desastres. No entanto, tão invisíveis se tornam suas demandas e esforços aos olhos de alguns que tem o poder de decidir sobre o destino destes mesmos afetados pelo desastre.

A categoria reconhecimento está presente nas lutas que surgem a partir das diversas expressões de desrespeito e violação de direitos em que as pessoas são submetidas. E, a partir da reflexão suscitada, pode-se afirmar que a luta pela moradia é uma necessidade humana e, no entanto, fica restrita ao privilégio de alguns. A não universalização desse direito que, no Brasil, é constitucionalmente garantido, faz com que milhares de pessoas vivam em condições subumanas.

A pressão para que o governo encontre uma solução definitiva para os desastres em Blumenau é muito grande e também utópica. Mas, alguns políticos alimentam essas ideias nas campanhas eleitorais e propõem diversas soluções técnicas, onde são investidos milhões de reais. Sem embargo, nada de real acontece, porque o problema vai muito além de uma solução de engenharia. Se considerado o tempo em que os políticos permanecem no poder (tempo curto), frente ao tempo que os desastres vêm sendo gestados (tempos longos), e se considerado as atuais condições em que se

conduzem as políticas sociais, sem solução de continuidade e sem articulação institucional no pré, no durante e no pós-impacto, onde a memória do desastre também se esvai com o passar do tempo, torna-se realmente inviável uma solução real para o problema.

De acordo com Monachesi (1995), os políticos passam fugazmente pelo poder, porém os fenômenos naturais perduram no tempo. Por isso, se requerem soluções a longo prazo e de forma coordenada.

Para se pensar em uma solução durável, deve-se levar em conta um plano concertado para esta realidade, deixando de lado estratégias individuais de atores solitários. Devem-se elaborar estratégias que contemplem o sistema de gestão de risco em seu conjunto, para que este possa melhorar o seu funcionamento.

REFERÊNCIAS

ANGIONI, M. SAMAGIA, J. Situação dos desabrigados/ atingidos pelo desastre e a Assistência (des) organizada. In: *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política*. Beate Frank e Lucia Sevegnani(org.) Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009. p. 139-147

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS*. Brasília. (2006). disponível em < www.mds.gov.br/suas/legislacao-1/nob/norma_operacional_de_rh_suas.pdf>n acesso em 12 de set de 2009

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004)*. Brasília, Ministério do Desenvolvimento social e combate à fome, 2004. Disponível em <www.mds.gov.br>

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social. *Resolução Nº 109, de 11 de Novembro de 2009*. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais . Brasília: MDS, 2009.

PMB, 2011

FRANK, B. Uma história das enchentes e seus ensinamentos. In: *Enchentes na Bacia do Itajaí: 20 anos de experiências*. FRANK, B e PINHEIRO, A (organizadores), Blumenau: Edifurb, 2003.

_____. *Gestão inercial das enchentes no Vale do Itajaí*. Disponível em >

http://www.comiteitajai.org.br/dspace/bitstream/123456789/1104/9/A_gestao_inercial_das_enchentes_no_Vale_do_Itajai.pdf > acesso em 25 de nov 2011.

FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau. Instituto de Pesquisas Sociais. SIGAD – Sistema de informações Gerenciais e de Apoio à Decisão. *Indicadores Sociais*. Disponível 234 em: < <http://www.furb.br/especiais/interna.php?secao=2029>> acesso em 20 de jan. 2010.

FURB - Fundação Universidade Regional de Blumenau. *Programas habitacionais em resposta à situação do desastre em Blumenau*. Relatório Parcial de Pesquisa. Departamento de Serviço Social. Blumenau, 2011. Mimeo.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo:

Ed.34, 2003. [1992]. 296p.

IPPUB - Instituto de Pesquisa da População Urbana de Blumenau. Blumenau, 2006.

MAD - Movimento dos Atingidos pelo Desastre. Jornal informativo. Blumenau, fev. 2009.

MATTEDI, M. A. *As enchentes como tragédias anunciadas: impactos da problemática ambiental nas situações de emergência em Santa Catarina*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. Universidade Estadual de Campinas, 1999.

MONACHESI, A. Las inundaciones em el sudoeste de la prinvincia de Buenos Aires, Argentina: Un problema de actores y estratégias. *Desastres y Sociedad*, n.5 ano 3. 1995. Disponível em <www.desenredando.org> acesso em 16 de set 2011.

SAMAGAIA, J. *Globalização e cidade: reconfiguração dos espaços de pobreza em Blumenau*. Tese de doutoramento do curso de pós-graduação em geografia. Florianópolis. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

SHIOCHET, V. A ação governamental frente ao desastre. In: *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política*. Beate Frank e Lucia Sevegnani(org.) Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009. p.150-155.

SEVEGNANI *et al.* Gente socorrendo gente. In: FRANK, B.; SEVEGNANI, L. (Org.). *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política*. Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009, p. 110-127.

SIEBERT, C. (Des)controle urbano no Vale do Itajaí. In: *Desastre de 2008 no Vale do Itajaí: água, gente e política*. Beate Frank e Lucia Sevegnani(org.) Blumenau: Agência de Água do Vale do Itajaí, 2009. p.40-51

SILVA, J. F. *A Imprensa em Blumenau*. Florianópolis: IOESC, 1977. (Coleção Cultura Catarinense – Série História)

RIBEIRO, M. J.. *Sociologia dos desastres*. In: Revista Sociologia – problemas e práticas, n.18. CIES/ISCTE. 1995

THEIS, I. M. (Org.); MATTEDI, Marcos Antônio (Org.); TOMIO, F. R. L. (Org.) *Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente*. Blumenau: Edifurb & Cultura em Movimento, 2000. v. 1

VALENCIO, N. Práticas de reabilitação no pós-desastre relacionado às chuvas: lições de uma administração participativa de abrigo temporário. In: *Anais do IV Encontro Nacional da Anppas*. Brasília – DF, 2008.

CAPÍTULO XIII

TRAGÉDIA DAS ÁGUAS EM NITERÓI E A CONDIÇÃO DE ABANDONO DOS SOBREVIVENTES

Norma Valencio
Lindomar Expedito S. Darós

INTRODUÇÃO

Abandonados nos desastres são os grupos que, com um histórico de vulnerabilização das frações do Estado no pós-impacto de um dado fator ameaçante, ficam desguarnecidos na proteção de seus direitos mais fundamentais. Tal fenômeno social tem ocorrido em inúmeras localidades do país. O presente texto tem por finalidade descrever e analisar, numa interface entre a Sociologia dos Desastres e a Psicologia Social, um dos casos que compõe emblematicamente esse fenômeno, o qual evidencia que a extensão do *tempo social* marcado por sofrimentos, privações e destituições é maior do que aquele a que, pontualmente, o discurso institucional e a imprensa costumam se referir.

Trata-se do caso dos grupos empobrecidos severamente afetados, mas que sobreviveram aos eventos críticos relacionados às chuvas que precipitaram na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, em abril do ano de 2010. Tais grupos perderam suas respectivas moradias, os demais objetos pessoais e de uso no lar, e tornaram-se desabrigados; significa dizer, na dependência das providências públicas para satisfazer as mais mezinhas necessidades individuais e coletivas, o que comprometeu demasiado a sua dignidade, rebaixada para um patamar inferior ao que o cotidiano da pobreza imprimia até então.

A análise do referido caso tem como base informações secundárias, advindas de fontes oficiais e registros jornalísticos – as quais visam contextualizar aspectos sociopolíticos atuais do município de Niterói a fim de cir-

cunscrever os eventos que ensejaram a constituição do grupo sobrevivente na condição de desabrigados – por vezes, imbricada na condição de desajolados – e informações primárias, que derivam de duas visitas exploratórias, empreendidas em 26 e 28 de fevereiro de 2011, ao abrigo provisório que, na ocasião, congregava desabrigados de várias localidades de Niterói e municípios adjacentes, além de observação *in loco* de algumas das territorialidades anteriores em que tais grupos estavam inseridos.

No âmbito das incursões a campo, travamos contato com o Serviço Social, o Serviço de Saúde e os administradores que atuavam no referido abrigo. A partir das intervenções no abrigo, contatamos a Coordenação de Proteção Especial do município de Niterói. Entrevistas abertas, de caráter qualitativo, foram realizadas com os abrigados, a partir de uma abordagem aleatória e informal ao grupo. Após as mesmas, os autores procederam à feitura das anotações das informações prestadas, o que se somou à observação direta do contexto cotidiano vivenciado pelos desabrigados. Devido às condições adversas do local na garantia dos direitos dos abrigados – o que mais abaixo se esclarecerá – os autores viram por bem não realizar registros eletrônicos das entrevistas bem como suprimir os nomes dos informantes para evitar o risco de que sejam eventualmente expostos a retaliações por parte do Poder Público, à exceção de um núcleo familiar de abrigados que expressou desejo em ser nominalmente citado no presente texto. Simone de Oliveira e Luiz Cláudio dos Santos concordaram em ser entrevistados sob a condição de que fossem identificados, uma vez que se sentem em risco de morte e, assim, teriam maiores chances de serem, efetivamente, protegidos. Necessário sinalizar que Simone foi apontada por diversos abrigados como uma referência para representá-los. Tanto abrigados egressos do 4º GCAM quanto do 3º BI vêm Simone como uma liderança.

Ao todo, foram entrevistadas vinte pessoas (20) pessoas, com recorte de gênero e etário. Pelos mesmos receios em relação a eventuais retaliações, a fotodocumentação a ser apresentada no texto se restringirá a aspectos socioambientais de cunho mais geral, tanto no concernente ao espaço do abrigo quanto em relação ao espaço anterior de moradia de algumas das famílias ora em situação de abrigo.

Faremos uma exposição estrutural do abrigo e apresentaremos, em seguida, as questões ético-políticas que atravessavam as vidas dos moradores daquele espaço, na ocasião de nossa visita; por fim, teceremos nossas considerações finais sobre as tais questões na busca por articular o processo de transição da condição de desabrigados para a de abandonados pelo Poder Público dos sobreviventes desta tragédia.

DESASTRES, DESABRIGADOS, DESALOJADOS: BASES CONCEITUAIS

No Brasil, as práticas institucionais em torno da elaboração e execução de políticas e programas de defesa civil têm alcançado resultados pouco auspiciosos na redução dos desastres. Uma das razões desse fracasso é o fato de que o *habitus* profissional constituído desde a formação do corpo técnico de defesa civil – incluindo o oriundo de corporações, civis e militares, que fornecem quadros para a instituição – consiste em prescindir de reconhecer que o ponto de vista dos grupos vulnerabilizados e afetados nos desastres seja válido para compor integralmente as ações que reduzam os riscos ou mitiguem os desastres. Ou, mais precisamente, a afirmação profissional tem se nutrido tanto da negação sistemática da validade que os saberes leigos e empiricamente forjados têm para lidar com os desafios da vida vivida quanto da difusão de preconceitos contra tais saberes, os quais sendo tomados apenas como ‘ignorância’, impõe uma interação social verticalizada que inferioriza correntemente o interlocutor, sobretudo se tratando de moradores empobrecidos das bordas periféricas das cidades. Os recursos de voz dos grupos cuja territorialidade esteja em risco ou cujo risco se concretiza em desastre são, assim, desativados, invalidados *a priori*, do que decorre o prejuízo à noção de justiça na adoção dos procedimentos de mitigação dos danos, que, segundo Quarantelli (2005) é o que pode reduzir as tensões que o cenário de destruição deflagra. E, afirma Hewitt (1998), as perdas havidas distribuem-se desproporcionalmente para certos grupos, como nos que estão na base da pirâmide social, discriminados na participação pública.

Tanto no plano simbólico quanto no plano concreto e na dimensão subjetiva, o fenômeno social dos desastres circunscreve múltiplas e diferentes vivências de tal sorte, num mesmo evento, cada um dos sujeitos implicado tem sua própria versão. Por conseguinte, a autoridade pública, nas suas providências de restabelecimento dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações da coletividade afetada, precisa aglutinar adequadamente essa pluralidade de dramas, atenuá-los a partir de uma escuta ativa de suas especificidades.

Desalojados, desabrigados e abandonados nos desastres são subgrupos de sobreviventes que têm a esfera social da vida completamente comprometida.

Conforme assinala Arendt (2010), a esfera social é onde convergem as esferas privada e pública, a primeira possibilitando a construção das narrativas primordiais do *self* e a formação das redes primárias – isto é, os primeiros exercícios da alteridade, protegidos pela casa, o *locus* dessa sociabilidade – enquanto a segunda voltada para o desenvolvimento das noções de ser político, ou seja, de participação no projeto de bem comum. Quando um desastre ocorre, os grupos mais severamente afetados são aqueles que vivenciam a

deterioração súbita das condições objetivas que dão suporte à esfera privada: sem a moradia, a sociabilidade que se exercita nesse lugar de privacidade fica comprometida bem como as relações de intimidade com o outro ou consigo próprio, o *estar mergulhado dentro si*. Não bastante, desastres no contexto sociopolítico brasileiro são comumente associados à obstrução da participação pública, na qual os grupos afetados, vitimizados no *approach* dominante dos órgãos públicos, não são tidos como uma força ativa para a consecução do bem comum. Ao contrário de serem vistos como colaboradores nas soluções, são tratados como ‘um problema’, trazendo demandas tidas como inconvenientes e inoportunas à administração pública. Sendo esta a representação institucional preponderante acerca dos grupos afetados, estes e os grupos técnicos passam a um jogo de mútua hostilidade e rancor, o que se reflete na paisagem e no sentimento de insegurança que é suscitado de lado a lado.

Dentre os afetados, destacam-se os subgrupos de desalojados e o de desabrigados que, no Brasil, são majoritariamente caracterizados pela fragilidade sócio-econômica precedente ao evento dito desastre, a qual restringe as suas opções de territorialidade. A destruição ou danificação severa da moradia e inviabilização da permanência da família no lugar se associa à vivência da perda de bens móveis de valor material e simbólico. Não raro, há a perda de parentes, amigos e vizinhos na tragédia, o que fragiliza o projeto existencial dos sobreviventes que, mesmo antes daquele evento, vinha aquém na garantia de dignidade.

Os desalojados constituem-se o grupo que conta, circunstancialmente, com o suporte de uma rede privada de relações para obter um acolhimento provisório junto ao domicílio de parentes, vizinhos e amigos; alternativamente, através das providências do Estado, o grupo conta com o auxílio-moradia que viabiliza a locação, de curto prazo, de um imóvel outro para garantir a sua privacidade.

Já os desabrigados são aqueles cujas circunstâncias tornam constatável a ausência de tal rede ou inviabilidade de acessá-la ou porque seus participantes foram igualmente afetados no desastre ou porque residem em localidades distantes ou porque estejam em situação estrutural ou pontual limitante e não possam prestar o auxílio devido quando solicitado. A característica mais relevante de uma sociedade historicamente desigual é que os laços que integram grupos empobrecidos são constituídos intraclasse; significa dizer, que os empobrecidos encontram apenas na mesma classe social um tipo de solidariedade capaz de partilhar o espaço relativo à esfera privada, a moradia. O desalojado torna-se desabrigado quando cessam as condições de acolhida privada, no geral, devido à perda (a) do ambiente de liberdade e intimidade da família anfitriã ou (b) das condições materiais

desta para dar continuidade ao apoio aos acolhidos ou (c) decorrente da insuficiência ou suspensão do valor de auxílio-moradia fornecido pelo Estado para prover o aluguel de um imóvel alternativo (VALENCIO e VALENCIO, 2011).

A alteração da condição de desabrigado para a de desalojado dá-se, sobretudo, quando o contexto de convivência e suprimento dos mínimos vitais no abrigo provisório se torna aquém do admissível aos valores, princípios e necessidades psicossociais e materiais do indivíduo ou da família, o que deflagra a busca de alternativas junto a agentes privados e na reivindicação exitosa junto ao Estado para obter o auxílio-moradia (VALENCIO, 2009). Há a situação usual de desabrigados e desalojados os quais, frente à imobilidade do ente público para reconstruir moradias, retornam aos terrenos interditados e ali refazerem parcamente seu teto visando à restituição de sua privacidade – fundamento da saúde psicossocial – e rearticularem seus meios de vida; e, por fim, há os que vivenciam o descaso absoluto dos gestores públicos, provocando a ruptura da sua esperança em atuar ativamente na esfera pública (VALENCIO e VALENCIO, 2011).

Tais ocorrências de desastres trazem à discussão o tema da justiça climática, concernente à forma desigual como os eventos climáticos em mudança tendem a atingir os vários grupos sociais, vindo a impactar mais seriamente aqueles que apresentam problemas antecedentes de acesso à infra-estrutura urbana, saúde, renda, dentre outros (MILANEZ e FONSECA, 2010).

OS DESASTRES EM NITERÓI: DIMENSÕES DA AFETAÇÃO NO IMEDIATO PÓS-IMPACTO

Os municípios de Niterói têm integrado os grupos afetados nos desastres relacionados às chuvas intensas; mas há um nítido viés de classe nessa afetação. Em grande medida, esse viés se expressa *economicamente*, na incapacidade de aquisição de terrenos menos suscetíveis e de material construtivo adequado; *geograficamente*, na produção social de lugares precários em áreas íngremes (Foto 1), e *politicamente*, através do ritmo lento dos investimentos públicos nas obras de infra-estrutura. As dimensões econômica, geográfica e política, supracitadas, são partes constituintes do processo de vulnerabilização dos grupos empobrecidos, isto é, são condições sociais antecedentes e autônomas a dados fenômenos atmosféricos, como chuvas intensas ou prolongadas, que ali, quando venham a precipitar e eventualmente os alcança, os predispõem a sofrer agravos variados (Fotos 2 a 4).



Foto 1 Assentamentos humanos precários em terrenos íngremes são uma característica da ocupação urbana no município de Niterói. Autor: N. Valencio, 2011.

Somam 05 (cinco) as ocorrências de desastres, oficialmente reconhecidas, no município de Niterói no ano de 2010, conforme o que consta no site da Secretaria Nacional de Defesa Civil. No mês de janeiro de 2010, Niterói registrou 02 (dois) eventos de escorregamentos/deslizamentos, gerando, ao todo, 08 (oito) desalojados e 02 (duas) residências danificadas. No mês de abril de 2010, Niterói registrou 03 (três) eventos caracterizados, respectivamente, como de enxurradas, escorregamentos e rolamento de matacões, os quais provocaram a afetação de 3.000 (três mil) pessoas, dentre as quais 1.272 (hum mil duzentos e setenta e duas) pessoas desabrigadas/desalojadas, 827 (oitocentos e vinte e sete) residências danificadas e 312 residências destruídas (Quadro I).

As ocorrências do mês de abril de 2010 redundaram na providência, da autoridade local, de decretação do Estado de Calamidade Pública (e.c.p.). O referido Decreto, de número 10.712/2010, foi publicado em 12 de abril de 2010, reportando enxurradas. A portaria de reconhecimento deste e.c.p. pela Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional datou de 29 de abril de 2010, dezessete dias após o ato administrativo municipal correspondente, o que é um longo tempo de trâmite burocrático tendo em vista a celeridade de providências que a circunstância requer (Quadro II). Segundo a referida portaria, os 23 (vinte e três) bairros urbanos afetados foram: Icaraí, Fátima, Piratininga, Ingá, Ititioca, Cafubá, Centro, Viradouro, Itaipu, Caramujo, Fonseca, São Francisco, Santa Bárbara, Engenhoca, Rio do Ouro, Viçoso Jardim, Santa Rosa, Cubango, Largo da Batalha, Itacoatiara, Maria Paula, Tenente Jardim e Pendotiba (Quadro III).

Quadro I Ocorrências de desastres no município de Niterói, ano de 2010.

Município	Data ocorrência	Data entrada no CENAD	Evento	CODAR	Desalojados	Desabrigados	Mortos	Afetados	Residências danificadas	Residências destruídas
Niterói	03/01/2010	13/01/2010	Escorregamentos ou deslizamentos	NI.GDZ	3	0	0	3	0	0
Niterói	04/01/2010	13/01/2011	Escorregamentos ou deslizamentos	NI.GDZ	5	0	0	5	2	0
Niterói	05/04/2010	06/04/2010	Enxurradas ou inundações bruscas	NE.HEX	1.069	1.069	40	3.000	800	300
Niterói	05/04/2010	06/04/2010	Escorregamentos ou deslizamentos	NI.GDZ	0	53	0	0	3	0
Niterói	05/04/2010	06/04/2010	Rolamento de matações e/ou rochas	NI.GQT	0	150	0	0	24	12

Fonte: Secretaria Nacional de Defesa Civil. Disponível em: <http://www.defesacivil.gov.br/desastres/desastres/2010/estados/rj.asp>. Acesso em 06/03/2011. Última atualização da página em: 31/12/2010.

Quadro II Portaria de reconhecimento de ECP, município de Niterói, ano de 2010.

Município	Número do decreto	Data do decreto	Evento	Número da portaria MI	Data da portaria	Número do DOU	Data de publicação do DOU
Niterói	10.712/2010	12/04/2010	Enxurradas	265	29/04/2010	081	30/04/2010

Fonte: Secretaria Nacional de Defesa Civil. Portaria de reconhecimento de ECP. Fonte: http://www.defesacivil.gov.br/situacao/2010/estados/rj_vencida.asp. Acesso em: 06/03/2011. Última atualização da página: 03/01/2011.

Quadro III Portaria de ECP, município de Niterói, ano de 2010.

PORTARIA No- 265, DE 29 DE ABRIL DE 2010

Reconhece Estado de Calamidade Pública no Município de Niterói-RJ.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE DEFESA CIVIL, com base no Decreto No- 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial No- 1.763- A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, e Considerando o Decreto No- 10712/2010, de 12 de abril de 2010, do Município de Niterói, devidamente homologado pelo Decreto No- 42.407, de 13 de abril de 2010, do Estado do Rio de Janeiro,

e

Considerando, ainda, as informações da Secretaria Nacional de Defesa Civil no Processo No- 59050.001505/2010-29, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em virtude de enxurradas, o Estado de Calamidade Pública no Município de Niterói, zona urbana, Bairros: Icaraí, Fátima, Piratininga, Ingá, Ititioica, Cafubá, Centro, Viradouro, Itaipu, Caramujo, Fonseca, São Francisco, Santa Bárbara, Engenhoca, Rio do Ouro, Viçoso Jardim, Santa Rosa, Cubango, Largo da Batalha, Itacoatiara, Maria Paula, Tenente Jardim e Pendotiba, conforme Formulário de Avaliação de Danos, constante do referido processo, pelo prazo de noventa dias, contados a partir de 05 de abril de 2010.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

IVONE MARIA VALENTE

Fonte: Imprensa Oficial. Decreto: Página 73 do DOU – seção 01, no. 81, publicado em 30/04/2010. Disponível em: <http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=73&data=30/04/2010>. Acesso em: 06/03/2011.



Fotos 2 a 4 Aspectos da suscetibilidade de terrenos e moradias em assentamentos urbanos precários em Niterói. Autor: N. Valencio, 2011.

A comunidade que chegou a desaparecer, em meio a um grande deslizamento, provocando dezenas de mortes, foi a do “Morro do Bumba” (Foto 5). No entanto, houve mortos, desalojados e desabrigados em diversas comunidades de Niterói, como em Riodades, Largo da Batalha, Cubango, dentre outras. A pobreza era constatável e persistente, a precariedade das

moradias o atestava. Dias seguidos de intensa precipitação predispunham tais comunidades a sofrer danos e prejuízos. Mas apenas quando as tragédias ocorriam os serviços emergenciais próximos à localidade eram disponibilizados, como os que se instalaram em uma garagem de ônibus desativada, situada nas imediações do Morro do Bumba.



Foto 5 As vultuosas obras civis pós-desastre produziram uma reconfiguração e modernização do território do Morro do Bumba, desidentificando-o como local de habitação de populações empobrecidas. Autor: N. Valencio, 2011.

A Defesa Civil esteve presente, desde então, tanto nas buscas por sobreviventes quanto pelos corpos, bem como com a atribuição de proceder à interdição dos imóveis inseguros. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) instalou postos de serviços no local e também o Sistema Único de Saúde (SUS) se fez presente. A Defensoria Pública e o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), o Departamento Nacional do Trânsito (DETRAN) e o Instituto Médico Legal (IML) também se fizeram presentes. O Ministério Público Estadual não instalou postos de serviços naquele local.

O SUAS atuou a partir do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) e o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS). O SUS se fez presente através do Programa de Saúde da Família. O TJRJ montou um serviço de Justiça Itinerante, constituído por juiz, secretário, oficial de justiça, assistente social e psicólogo. A Defensoria Pública disponibilizou defensores públicos para as famílias afetadas. O

DETRAN e O IML disponibilizaram, respectivamente, serviços de identificação e de registro de óbitos. Os serviços supracitados permaneceram no local por, aproximadamente, três semanas.

Necessário ponderar que os diversos serviços mencionados atuaram de modo desarticulado, sem que houvesse uma preocupação em se instituir uma coordenação geral dos serviços, no sentido de melhor atender as demandas das pessoas que foram, avassaladoramente, afetadas por aquela tragédia que, segundo informações delas próprias, poderia ter sido minimizada.

Emergencialmente, os desabrigados foram acolhidos em abrigos improvisados em unidades escolares e templos religiosos nas imediações. Posteriormente, o Poder Público providenciou a instalação de dois abrigos, também “provisórios”, em espaços que haviam sido, anteriormente, desativados e desocupados pelo Exército Brasileiro: o local anterior de funcionamento do 4º GCAM (localizado no Bairro do Barreto, em Niterói) e do 3º Batalhão de Infantaria (localizado no Bairro de Venda da Cruz, em São Gonçalo, na divisa com Niterói). Ao longo do tempo, os dois abrigos foram fundidos e, com resistência, as famílias abrigadas nas instalações do antigo 4º GCAM foram transferidas para as instalações do antigo 3º Batalhão de Infantaria.

Segundo a imprensa identificou à época do início dos desastres, em abril de 2010, muitos foram os moradores das comunidades afetadas que, mesmo com suas moradias avariadas e interditadas pela Defesa Civil, retornavam aos imóveis na tentativa de recuperar parte de seus pertences. O processo de cadastramento das famílias afetadas também se apresentava moroso e, na tentativa de proteger a esfera privada da vida cotidiana, a resistência das mesmas para ir aos abrigos oferecidos pela prefeitura municipal já ocorria (<http://extra.globo.com/geral/casosdecidade/posts/2010/04/17/morro-do-bumba-prefeitura-de-niteroi-nao-impede-volta-de-moradores-284557.asp>).

As autoridades locais classificavam como ‘irresponsáveis’ aqueles que insistiam em manter-se nos imóveis na circunscrição afetada e a recusa dos mesmos em ir para os abrigos oferecidos pelo Poder Público (<http://noticias.r7.com/rio-e-cidades/noticias/tempo-ensolarado-motiva-moradores-do-morro-do-bumba-a-voltarem-para-suas-casas-20100417.html>).

DESABRIGADOS, DESAJOLADOS, ABANDONADOS: O PROCESSO SOCIOPOLÍTICO DE DESPROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO PAUPERIZADA

Assim como noutros casos, como os tratado em Valencio *et al* (2011a), a situação de abandono dos afetados (desabrigados/desalojados) nos desastres em Niterói apresenta dimensões objetivas e subjetivas.

Em termos objetivos, e centralmente, o abandono se caracteriza por um conjunto de práticas do Poder Público que, por estar na contramão dos direitos humanos, processa o reforçamento da desfiliação social dos grupos que o interpela; no caso, a desfiliação social dos grupos afetados nos desastres. As medidas de reabilitação promovidas pelas frações do Estado, ao invés de apontarem para a afirmação de cidadania dos referidos grupos, demonstram uma progressiva corrosão ética em relação aos que estão em desvantagem. As interações sociais empobrecem-se ao ponto em que a naturalização da aspereza que os técnicos dedicam no tratamento da pessoa do afetado lança-o gradativamente à perda de referências na esfera pública, por conseguinte, esvaziada. Descontada a vulnerabilização historicamente produzida, distanciam-se progressivamente o tempo do início da tragédia e aquele em que as medidas recuperativas repõem e/ou compensam os elementos que foram perdidos no evento crítico, no meio das quais as medidas de reabilitação disponibilizadas pelo Poder Público são de baixa qualidade e hostilizados aquele que reclamam das mesmas. Ao invés da amenização ao sofrimento coletivo havido, o desastre amplia-se como experiência de sofrimento e através do cotidiano de privações, de frustrações, de arbítrio de terceiros sobre as rotinas da vida privada, o que tornam mais desafiadora a vida social.

Há, ainda, a dimensão subjetiva a considerar, a qual, dentre tantos aspectos, diz respeito aos afetos que perpassam e transcende às pessoas imersas diretamente na tragédia. Abrigos provisórios tornam-se locais de antítese à esfera privada e, portanto, ambientes sociais que desfavorecem a saúde psíquica dos que ali convivem bem como obstaculiza a afirmação das singularidades dos sujeitos submetidos aos desmandos dos agentes externos que ali promovem a sua particular noção de ordem. Necessário trazer a lume a fala de uma moradora do abrigo: *“aqui me sinto morta, pois na morte todos são iguais e, me sinto igual a todos, sem se levar em conta minhas necessidades individuais”*. Inegavelmente, está presente o clamor pela afirmação da diferença, dimensão do humano que nos tornam todos iguais.

A destruição e/ou danificação severa de moradias, que deflagrou a situação de desabrigo/desalojamento trouxe, como primeira medida de reabilitação do poder público local, a necessidade de prover abrigo provisório às famílias desterritorializadas no desastre. No caso de Niterói, segundo os relatos dos abrigados, estabelecimentos escolares foram as primeiras instalações a servir para esse propósito, sendo as famílias posteriormente deslocadas e levadas para outras instalações públicas. Algumas fizeram essa transição de local de abrigo provisório mais de três vezes no recorte temporal de nove meses, o que implica em medida pública provocadora de um considerável *stress*, posto envolver o desarranjo e o rearranjo das rotinas de

cada um dos membros da família, tanto no que concerne às funcionalidades no espaço que lhe foi destinado nas instalações do abrigo quanto ao que tange à sua sociabilidade econômica e extra-econômica. Uma parte do grupo havia chegado há poucas semanas para o abrigo do antigo 3º BI, após permanecer por vários meses no abrigo que fora desativado no antigo 4º GCAM, onde as instalações aparentavam abandono e o descontentamento já se manifestava na forma de pichações (Fotos 6 e 7).



Fotos 6 e 7 No abrigo recém desativado, os indícios de abandono e de insatisfação dos abrigados. Autor: N. Valencio, 2011.

Muitos foram os aspectos deletérios dessa mudança compulsória. A mudança do local de habitação é, em si, um processo desgastante para as famílias desabrigadas devido tanto às incertezas em relação ao futuro, quanto ao impedimento sistemático da retomada do *habitus* de cada indivíduo, grupo familiar e coletividade convivente no abrigo. Quando requerida por um que é agente externo à esfera privada, o qual, além disso, não apresenta abertura para negociar, com as famílias, as alternativas de localização e verificação das condições das novas instalações, mais estressante a situação se torna, pois:

- a. exige mobilização de tempo e esforço do grupo desabrigado para juntar seus pertences e fazer-se presente no dia e horário da mudança;
- b. implica que cada família passe novamente pela angústia de relacionar-se assimetricamente com o agente público e de tentar renegociar com o mesmo as condições mínimas de acomodação dentro do novo abrigo e
- c. suscita a recomposição forçada das referências espaciais que cada família constrói para balizar a sociabilidade cotidiana na esfera eco-

nômica e extra-econômica da vida de seus membros, sobrepondo dificuldades de conciliação de roteiros – como o do local de moradia para o local de trabalho, do local de moradia para a escola, dentre outros – com acréscimo de custos de tempo, custos de transporte e chegando à perda de vaga das crianças no estabelecimento escolar que estas freqüentavam antes do desastre.

Relatórios Técnicos anteriores do NEPED (Valencio *et al* 2011b; Valencio *et al* 2011c) vem identificando, em várias localidades, que a estratégia de acomodar desabrigados em estabelecimentos escolares – da qual lança mão usualmente a defesa civil/assistência social – vem obtendo reação adversa sistemática da direção do estabelecimento escolar, a qual reivindica a precedência das funções educacionais do espaço utilizado sobre as necessidades de abrigo dos afetados. Das várias implicações dessa reação, há a sobreposição de situações que causam sofrimento social aos desabrigados. Primeiro, o sofrimento advindo da perda da moradia, espaço inerente à organização do sistema de objetos e à dinâmica de ações que embasam a sociabilidade da esfera privada. Após, aquele advindo da inserção da família num espaço coletivo, territorialidade provisória na qual a memória dos elementos significativos que foram perdidos no desastre, incluindo a morte e desaparecimento de entes queridos, se imiscui com a carência de suprimentos e com a diluição das relações privadas numa teia maior de sujeitos conviventes – conhecidos e estranhos, em interações amistosas e inamistosas – submetidos a uma autoridade exógena. Por fim, se trata de um processo vivido pelas famílias como sendo de rejeição social, posto que terceiros os quais, detentores de poder sobre o território representado pelo estabelecimento público, tornam secundário o drama social e agem num sentido de progressiva desvinculação do setor público do mesmo.

Essas sucessivas descontinuidades sócio-espaciais passam a constituir-se como fonte de violência simbólica praticada contra os afetados, uma vez que configuram recortes de um tempo social no qual a desfiliação social corrói a segurança ontológica do sujeito e toma inúmeras feições: em termos estruturais, na moradia precária, suscetível ao impacto de fatores de ameaça, como as chuvas; em termos circunstanciais, na forma como as soluções provisórias são impostas pelo Poder Público aos afetados, numa interação verticalizada e, mais na frente, como soluções descartadas pelo próprio Poder Público e substituídas por outras, no geral, aquém aos requerimentos vitais e sociais dos afetados.

No caso de Niterói, as famílias abrigadas reportaram que a alternativa de abrigo que vigorava durante a visita exploratória que fizemos – uma instalação militar com visível deterioração das instalações físicas – estava

circunscrita a uma localidade em que a possibilidade de acesso a creches e escolas para as crianças era escassa e não supria as suas necessidades. Mães não tinham onde deixar seus filhos para sair em busca de oportunidades de trabalho e renda; outras se viram obrigadas a renunciar à convivência com filhos em idade escolar, para que estes ficassem no convívio da parentela, em local mais próximo à escola; e, por fim, crianças em idade escolar perderam o ano letivo devido à sucessiva mudança do local do abrigo, o que inviabilizou, em custos e tempo, o cumprimento de um trajeto contínuo para a escola. Várias são, assim, as nuances que a violência toma em relação ao sentido de pertencimento e ao direito de morar dos abrigados.

Segundo as famílias abrigadas, a alternativa ao abrigo, na forma de um auxílio-moradia no valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), não encontrava correspondência no mercado imobiliário. Isso se devia não apenas à escassez relativa de imóveis disponíveis – o que fez subir os preços dos aluguéis –, mas à estigmatização que funcionários das imobiliárias revelavam no atendimento às mesmas. Conta uma abrigada que a “má aparência”, caracterizada pelas vestes providas de donativos e que se ajustavam mal aos corpos (apertada demais, larga demais, faltando botão etc) e os chinelos rotos agiam como a marca social depreciativa (no sentido atribuído por Goffmann, 1980) que fazia com que funcionários de imobiliárias primeiro indagassem se eles eram “*gente do desastre do Morro do Bumba*” (não obstante outras localidades afetadas) para, então, interpor toda a ordem de exigências que inviabilizavam a feitura do contrato.

Tal humilhação recorrente junto ao mercado imobiliário local causou, em algumas famílias, a desmotivação para continuar à procura de uma alternativa ao abrigo, fazendo-os ajustar-se involuntariamente às más condições deste local. Outras procuraram na moradia de parentes e amigos um abrigo alternativo, solução circunstancial que, devido à extensão do tempo de acolhida, fez deteriorar as relações de convivência. A família anfitriã – no geral, tão pobre quanto os acolhidos – necessitava retomar a sua rotina de uso do espaço privado.

No entanto, quando os acolhidos vivenciavam essa crise em sua rede primária e juntavam os seus pertences para voltar ao abrigo público, seu retorno era surpreendentemente obstaculizado pelos administradores locais que argumentam que, tendo saído de espontânea vontade, abriram mão deste direito à permanência. Assim, em Niterói, a administração pública não demonstrava a adoção de práticas adequadas à mitigação do estado de privação que as famílias vivenciavam dinamicamente; isto é, sendo pró-ativas na busca de paliativos à perda da moradia e merecendo o direito de abrigo por parte do ente público quando as estratégias privadas falhavam. A ad-

ministração local claramente adotava uma compreensão linear da problemática social em torno do desastre indicando o desejo de “se livrar do problema”: se o desabrigado se tornasse um desalojado – passando a residir na moradia de alguém de sua rede primária – lhe era impedido ter o reconhecimento público de seu retorno à condição de desabrigado; e, portanto, ter, novamente, direito de acesso ao espaço do abrigo. A falta de reconhecimento público desse processo, de idas e vindas, típicas da mescla da precariedade material da rede social dos empobrecidos e da insensibilidade dos gestores, retirava tais famílias do rol das que merecia atenção por parte da assistência social, desvinculando-a injustamente das agruras derivadas do desastre bem como das medidas de reabilitação que o Poder Público deveria manter para todos os afetados. Ademais, a rudeza dos agentes públicos em impedir o retorno das famílias que tiveram iniciativa para sair do abrigo se tornava, por assim dizer, um ‘ato pedagógico’: ensinava, primeiramente, aos que ficavam no abrigo que, caso se aventurassem mundo afora, teriam de arcar solitariamente com as mazelas da vida. E, mais do que isso, sendo o abrigo a opção única de acolhimento, não haveria espaço para ‘reclamações’.



Foto 8 Obras de projeto habitacional próximo ao Morro do Bumba (no espaço físico onde funcionaram os serviços emergenciais, à época) do desastre. que algumas das famílias afetadas no desastre julgam que estejam em andamento para contemplá-las como medida recuperativa ante a tragédia. Autor: N. Valencio, 2011.

O ambiente de intolerância do ente público e a forma de controle da sociabilidade dos abrigados, dando ao espaço feições de uma instituição total, era sinalizado de diversas formas, tais como pela apreensão dos abrigados em manifestar seu descontentamento a terceiros na frente dos admi-

nistradores do abrigo, no receio de que sofreriam algum tipo de retaliação posterior; no ajuste precário que faziam para lidar com as precárias condições sanitárias do abrigo e problemas com as refeições e, sobretudo, na forma resignada como aceitavam conviver com a angústia da ausência de informações claras do Poder Público acerca dos seus direitos sobre as unidades habitacionais de interesse social que estavam em construção no município, cujas verbas, oriundas do Ministério da Integração Nacional (Foto 8), indicavam ser imóveis destinados aos desabrigados/desalojados nos desastres na localidade.

Por um lado, é imperativo reportar que os entrevistados faziam menção a inúmeros cadastros que os mesmos teriam sido solicitados a prestar informações para preenchimento, mas sem ter clareza da finalidade de tais documentos. Por outro, a alusão de que teriam aparecido lideranças comunitárias, cuja legitimidade seria contestável, para interferir no recebimento de informações sobre o andamento das obras bem como na elaboração de critérios para a distribuição das unidades. As famílias abrigadas tinham medo em indagar abertamente as autoridades – mais imediatamente, os administradores do abrigo – sobre tal problema, dado uma postura rotineiramente belicosa destes, que poderiam interpretar a questão como sendo de ‘desconfiança em torno da honestidade do poder público’, partindo para potenciais confrontos e desviando o foco da indagação. O preço da convivência pacífica seria, ao que parecia, não fazer perguntas.

A antiga sede do 3º Batalhão de Infantaria foi dividida ao meio por uma cerca de tela. De um lado, funcionava uma delegacia de Polícia, com jurisdição no município de São Gonçalo. Do outro, o abrigo, destinado a acolher os desabrigados das tragédias das águas em Niterói bem como dos núcleos familiares de outros dois municípios: São Gonçalo e Maricá. Havia, na ocasião desta visita, segundo informações da administração do abrigo, oitenta e três (83) famílias abrigadas, sendo, aproximadamente, trezentos e noventa e seis (396) pessoas. Os administradores do abrigo e o Serviço Social não souberam especificar o quantitativo de crianças e adolescentes ali residentes.

As famílias eram alojadas em pequenos cômodos, sendo que poucos dispunham de banheiros individuais. Havia abrigados sem conhecimento da existência dos banheiros individuais. As refeições eram servidas em um refeitório coletivo, havendo alguns moradores responsáveis pela organização do uso do espaço.

A supressão, temporalmente extensiva, da autonomia das famílias na condução de práticas próprias do mundo privado, como relacionada às de seleção e preparo de alimentação, caracterizava a pedagogia de subserviên-

cia adotada no referido abrigo. Foi proibido, às famílias, produzir refeições próprias nas instalações do abrigo, utilizando-se de fogão a gás. Foram alegadas questões de segurança. Apenas depois de algum tempo, segundo os entrevistados, o uso de fogão elétrico foi permitido, mas esse não era de hábito das famílias utilizarem; muitos não poderiam adquiri-lo e havia questões de segurança que os próprios abrigados viam na utilização desse equipamento, uma vez que consideravam serem precárias as condições de manutenção das instalações elétricas do abrigo. As refeições eram fornecidas por um serviço terceirizado, com um cardápio padronizado, que não atendia à necessidade de uma dieta especial que abrigados diabéticos, hipertensos e outros apresentavam.

Os horários das refeições não eram flexíveis e havia uma instalação própria para as refeições serem administradas. Tal refeitório exigia o deslocamento entre prédios, em área aberta, o que oferecia transtornos em dias chuvosos, especialmente para mães com crianças pequenas, idosos e pessoas com mobilidade reduzida. O primeiro grupo de famílias entrevistadas, todas chefiadas por mulheres, relatou que a administração do refeitório seria uma questão com a qual não desejavam se envolver, devido a melindres dessas com a administração do abrigo bem como devido a dificuldades dos abrigados em conseguir lidar com os diferentes modos que cada grupo familiar teria no trato com o cotidiano de suas necessidades alimentares.

A administração do cotidiano competia a cada um, diziam, tanto no cuidado com os filhos, quanto no preparo das refeições e distribuição dos alimentos. Parecia haver certo descontentamento no fato das famílias não terem ingerência na escolha do cardápio, tampouco no seu preparo. Foi narrado, por uma das entrevistadas, que no dia anterior havia renunciado a jantar, pois teve medo de ingerir a refeição dado que sua pressão arterial estava alta e ela não pudera acessar alimentos adequados a sua condição de saúde. Assim, a seleção dos alimentos, o acesso, o preparo e a partilha das refeições, tudo que essas práticas socioculturais representam – como afirmação das preferências, como controle sobre a rotina pessoal, como valor intrínseco na garantia do auto-suprimento, conforme necessidades fisiológicas particulares e/ou adequação de horário segundo demais compromissos, como cuidado para com o outro, como momento de coesão do grupo familiar – era minado em prol de uma perspectiva burocrática de controle sobre o outro.

Havia um posto de atendimento à saúde no local, mas os médicos já não apareciam, segundo disseram, devido a problemas relacionados à remuneração. O pessoal de enfermagem não se sentia autorizado a prestar informações, pois sua posição de contratado os tornava vulneráveis numa administração cuja filosofia era punir àqueles que forneciam informações

a terceiros, numa antítese ao sentido de transparência no trato da coisa pública. Mas os profissionais entrevistados reportavam que os abrigados que sofriam de diabetes e hipertensão tinham, nas refeições padronizadas, oferecidas pelo serviço terceirizado, um fator agravante de seus problemas de saúde, o que desembocaria na necessidade de renunciar a toda ou parte da refeição – apesar de se sentirem famintos – ou serem constantemente medicados devido o quadro de mal-estar que as refeições lhes provocavam. O enfermeiro e o assistente social foram bastante resistentes em fornecer informações, deixando transparecer que não eram autorizados para tal. Os dois profissionais eram contratados através de frágeis vínculos laborais, podendo ser demitidos a qualquer momento. Os dois funcionários administrativos também foram pouco cooperativos no oferecimento de informações. Porém, os quatro trabalhadores foram delicados no trato conosco e víamos como esses eram igualmente oprimidos por uma racionalidade burocrática anti-cidadã. Diante das dificuldades em obter informações oficiais junto aos técnicos no abrigo, procuramos pela assistente social e coordenadora de proteção social especial de Niterói, a qual também não pode falar sobre as questões que atravessavam as vidas dos sobreviventes das águas de abril em Niterói e daqueles dos municípios das adjacências.

A preocupação dos abrigados para com as condições do imóvel do abrigo procedia. A observação direta permitiu identificar problemas, como no aspecto de saneamento do local. Os sanitários se encontravam em péssimo estado de conservação. Os entrevistados reportaram constantes entupimentos e a existência de um serviço terceirizado de limpeza que não estaria realizando o trabalho a contento. Havia uma empresa terceirizada responsável pela limpeza dos espaços coletivos do abrigo, a qual parecia não conseguir manter os banheiros coletivos em condições mínimas de uso. Salientamos que pudemos observar, em nossa visita, a insalubridade reinante naqueles espaços, tantos nos destinados ao público feminino quanto ao masculino. Pudemos observar, a partir de algumas narrativas, que os toaletes individuais seriam destinados às famílias que tinham pessoas com necessidades especiais. Foi verbalizado, por uma mãe, que ela fora beneficiada com o quarto com banheiro em decorrência de sua filha, de doze (12) anos de idade, ser soropositiva e já ter contraído algumas doenças oportunistas, o que fora, segundo ela, potencializado no período em que estivera utilizando os toaletes coletivos.

A área próxima ao refeitório, e pela qual a maioria dos abrigados precisava passar para ter acesso às refeições, exalava um odor forte e desagradável, característico de um problema crônico de saneamento no local. Segundo os entrevistados, esse odor era permanente e atraía vetores de doenças (Foto 7). A irresolução do problema ao longo do tempo seria, por

si só, um indício de descompromisso com o bem-estar do grupo; mas esse indício era mais preocupante quando constatamos que o alojamento de um casal de idosos – a mulher, cadeirante e com limitações devido Acidente Vascular Encefálico (AVE) – foi colocado contíguo à vala aberta onde os referidos odores fétidos se concentravam diuturnamente. Outros abrigados diziam que essa acomodação era a que mais condizia, em termos de acessibilidade, à idosa cadeirante; mas essa espacialização, sem as providências de solução, aumentava a vulnerabilidade do casal de idosos para o acometimento de doenças de veiculação hídrica.

O casal vivia em um espaço sem banheiro individual e em precárias condições de acessibilidade. A referida senhora tinha sinais de haver sido afetada em suas condições cognitivas, devido o AVE, e sequer sabia informar sua idade. A senhora em releve, segundo nos foi relatado, recebia o Benefício de Prestação Continuada (BPC) pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). O seu companheiro trabalhava com “biscates”, sendo ela cuidada por outra moradora do abrigo, uma vez que não tinha condições de exercer, de modo independente, as atividades para a vida diária. O casal remunerava, com suas parcas possibilidades, a acompanhante. A senhora cadeirante, no que pese necessitar, não faz uso de fraldas geriátricas, posto que não recebia donativos de fraldas há meses, tampouco estas eram disponibilizadas pelo SUAS.

Embora as narrativas tivessem sido constituídas por um coletivo entrevistado, esse tinha dificuldades em se reconhecer como tal. Uma jovem senhora relatou que chegara às vias de fato com outra mulher abrigada, que havia determinado à filha, de seis (06) anos de idade, que batesse em seu bebê, com apenas um ano e meio de vida. A jovem senhora se encontrava com o rosto lanhado em decorrência da briga no dia anterior.

Havia uma preocupação generalizada entre os habitantes do abrigo no tocante ao acesso dos infantes à educação formal bem como à regularidade desse acesso. Os usuários verbalizaram que, no ano de 2010, muitas crianças e adolescentes perderam o ano letivo devido à distância dos locais de abrigamento em relação às escolas nas quais estavam matriculadas no momento da tragédia. A falta de material escolar para as crianças foi o mote de uma atividade da Pastoral da Juventude e oportunidade em que fomos convidados por seus organizadores a realizar a visita ao local. Pudemos observar o quão felizes estavam, as crianças e seus pais, com as doações e às atividades integrativas com os voluntários (Foto 9) em contraponto à forma ríspida e quase hostil como administradores e abrigados se tratam mutuamente. A satisfação com o referido material vinha em contraponto com dificuldades para manutenção das crianças abrigadas no ambiente es-

colar e o quadro de pobreza, que tornava a aquisição desses itens um desafio dentro da escassa renda familiar.



Foto 9 Aspecto da atividade de doação de material escolar promovida, no abrigo, pela Pastoral da Juventude. Autor: N. Valencio, 2011.

Por fim, um sentimento de desfiliação suscitava diferentes tipos de interação no ambiente social, sendo o mais corrente o que se manifestava na perda de perspectiva de vida e na desresponsabilização para com a manutenção das áreas de uso comum. Houve um jovem abrigado que nos procurou para conversar quando soube que havia um psicólogo no abrigo. O referido jovem morava com os pais no abrigo desde a tragédia. Porém, havia, aproximadamente, três (03) meses, seus pais retornaram à casa em que viviam anteriormente, pois consideram não haver mais riscos de ruir, no que pese o laudo da Defesa Civil dizer o contrário. O jovem, frente a dúvidas referentes à paternidade de um bebê que acabara de nascer, tentou o suicídio por enforcamento, sendo socorrido por outros abrigados.

Outros, por seu turno, protegiam-se dos medos e receios em torno da ausência de perspectiva, tornando-se co-participes do bem-estar coletivo: auxiliavam-se mutuamente; faziam companhia aos mais vulneráveis; varriam o terreiro sob as árvores, propiciando um agradável ambiente para as conversas comunitárias e brincadeiras das crianças; envolviam-se nos consertos e nos reparos dos serviços essenciais, como no de abastecimento de água, dentre outros (Fotos 10 e 11).



Fotos 10 e 11 Aspectos das áreas externas do abrigo e da circulação dos abrigados.
Autor: N. Valencio, 2011.

As tensões derivadas da convivência forçada, em contexto opressivo e de carência generalizada nesse abrigo, tal como ocorre em demais abrigos provisórios no país, incitava a manifestação de mecanismos de autodefesa que compelia ao estranhamento paulatino do outro. Ficou evidenciado que havia dois grupos distintos no abrigo, uma vez que não foi realizado um trabalho de aproximação entre os moradores dos dois abrigos fundidos naqueles dias. Assim, eles se reconheciam – ou se estranhavam – como os “desabrigados do 4º GCAM” e os “desabrigados do 3º BI”. Deste modo, pouco se fez, do ponto de vista técnico, para viabilizar que os dois grupos pudessem se transformar em potente coletivo. Daí, o surgimento, entre os abrigados, de discursos que apelavam para uma discriminação intragrupo: vocalizava-se “nós”, entre os que estavam há mais tempo no abrigo atual, e “eles”, para referir-se aos recém chegados. Os abrigados recém inseridos no 3º BI se ressentiam dessa distinção. As grandes salas, divididas em cubículos com paredes em madeirite, cujas portas eram fechadas a cadeado, davam o tom de um trânsito interno restrito, mutuamente vigiado, desconfianças de parte a parte. Assim, tanto em termos da produção de um discurso coletivo quanto em termos reivindicatórios, reproduziam uns contra os outros um repertório discriminatório e preconceituoso, que minava a capacidade auto-organizativa do grupo na sua condição comum de afetados pelos desastres.

Simone e Luiz Cláudio falaram dos desmandos que vivenciavam nos limites do abrigo no 3º BI. Disseram que, quando viviam no 4º GCAM, haviam construído autonomia e co-responsabilidades entre os abrigados. Simone afirmou que a administração do 3º BI portava-se de modo autoritário e teria inviabilizado que os moradores do abrigo pudessem se organizar. Falou, indignada, que os moradores conseguiriam decidir sobre o uso do refeitório e, mais que isso, que haveria o dia em que as próprias famílias poderiam preparar as refeições, de acordo com suas necessidades e predile-

ções. Porém, em meio a essas esperanças, disse temer pela própria vida. Temer, igualmente, pela segurança de seu companheiro e filhos.

Simone fez sérios questionamentos ao modo como os abrigados estariam sendo tratados. Disse que gostaria de deixar o abrigo e voltar a viver em sua casa o mais rápido possível. Contudo, acreditava que, talvez, permanecesse abrigado por, aproximadamente, três (03) anos, pois não tinha certeza que um dos cento e oitenta (180) apartamentos que estavam sendo construídos nas imediações do Morro do Bumba viria a ser seu, pois nenhuma reunião, passados dez (10) meses da tragédia, tinha sido realizada com os desabrigados para discutir como seria feita a distribuição daquelas unidades.

Simone falou, com indignação, sobre o fato de que havia cerceamento para receber visitas de familiares e amigos no abrigo e que havia impedimentos de visitas noturnas. Referiu-se, ainda, ao distanciamento de um de seus filhos, o qual vivia em companhia da avó materna em decorrência da vida escolar e de problemas de saúde. O menino ficaria vulnerável caso permanecesse com a família nuclear no abrigo, devido a questões de insalubridade no local. Neste momento, falou ser indigno ter que andar mais de quatrocentos (400) metros para utilizar os sanitários, os quais estavam, permanentemente, em condições insalubres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

A visita empreendida no abrigo provisório nos limites territoriais de Niterói e São Gonçalo permitiu colher indícios preocupantes de práticas múltiplas de desproteção dos direitos dos abrigados/desalojados nos desastres nas localidades supra. O fulcro da desassistência não se caracterizou apenas pela omissão de providências do Poder Público local, mas também pela natureza como seus agentes interagem com o grupo afetado, contrariando os fundamentos legais dos direitos humanos.

Diante do exposto, temos as seguintes ponderações a tecer, quais sejam:

1. A proibição, dos escalões superiores, para que os profissionais atuantes no abrigo possam se expressar em relação às questões técnicas e éticas do trabalho desenvolvido no abrigo constitui-se um equívoco frente ao direito de esclarecimento à opinião pública;
2. Preocupante o fato de não haver, na ocasião, profissionais de saúde mental para dar suporte aos abrigados. Não se pode perder de vista a tentativa de suicídio nos limites do abrigo, sem nenhuma intervenção em saúde. Cabe considerar que a coordenadora de proteção social especial do município afirmou ter conhecimento da situação. No

- entanto, não falou de ações de acolhimento para o jovem que protagonizara o sofrimento em epígrafe;
3. Não é adequado que os abrigados sejam alijados do processo de preparo dos alimentos que consomem. Mais grave, não haver cardápios que atendam as questões de saúde e tampouco alimentos próprios para as crianças pequenas e bebês, além de pessoas com necessidades particulares de alimentação, como diabéticos, hipertensos, doentes crônicos com dificuldades de mastigações e outros. Cabe pontuar que a coordenadora de proteção social especial reportou que a empresa contratada para fornecer a alimentação tem a obrigação de fornecer as refeições de acordo com as necessidades dos abrigados. Segundo ela, bastaria que o abrigo informasse das necessidades. Chegamos a acompanhar o almoço com os abrigados e não observamos a existência de refeições para atender dietas especiais;
 4. Problemática era a falta de reuniões periódicas, as quais poderiam ser facilitadas por um corpo técnico, devidamente contratado mediante concurso público, para trabalhar as delicadas questões levantadas por Simone, relativos à alimentação, limpeza dos espaços coletivos, visitas de pessoas da rede primária, distribuição das moradias que estavam sendo construídas, dentre outras questões;
 5. Seria apreciável que o Ministério Público desse a devida atenção para esse caso e casos similares a fim de suscitar uma mudança atitudinal dos agentes do Estado em relação às medidas preventivas, preparativas e reabilitação e de recuperação nos desastres; e, por fim,
 6. Igualmente recomendável seria a interlocução do Sistema Conselhos (de Psicologia e Serviço Social) com os níveis governamentais superiores (estadual e federal) no âmbito da Assistência Social, Defesa Civil, Vigilância Sanitária, Saúde e Educação Básica a fim de identificar as insuficiências técnicas e operacionais locais para equacionar o atendimento dos mínimos vitais e sociais dos abrigados numa perspectiva de proteção aos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, H. (2010). *A condição humana*. Tradução Roberto Raposo. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- GOFFMANN, E. (1980). *Estigma Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1980
- HEWITT, K. (1998). Excluded perspectives in the social construction of disaster. E.L.Quarantelli (Ed.) *What is a disaster? Perspectives on the question*. London, New York: Routledge. 75-91.

- QUARANTELLI, E. L. (2005). A social science research agenda for de disasters of the 21st century: theoretical, methodological and empirical issues and their professional implementations. *What is a disaster? New answers to old questions*. R.W.Perry; E.L. Quarantelli (Eds.) USA: International Research Committee on Disasters. 325-396
- MILANEZ, B.; FONSECA, I. F. (2010). Justiça climática e eventos climáticos extremos: o caso das enchentes no Brasil. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental* n4. Jul 2010. IPEA. p.93-101.
- VALENCIO, N. (2009). Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastres. N. Valencio; M. Siena; V. Marchezini; J.C. Gonçalves (orgs). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora.p.3-17.
- VALENCIO, N.; VALENCIO, A. (2011). Os desastres como indícios de vulnerabilidade do Sistema Nacional de Defesa Civil: o caso brasileiro. *Revista Territorium*, 18, 147-156.
- VALENCIO, N. *et al* (2011a) Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- VALENCIO, N. *et al* (2011b). Análise sociológica referente aos desastres em ocorrência no Estado do Espírito Santo. Relatório Técnico. São Carlos: NEPED/DS/UFSCar (mimeo).
- VALENCIO, N. *et al* (2011c). Análise sociológica referente aos desastres em ocorrência na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Relatório Técnico. São Carlos: NEPED/DS/UFSCar (mimeo).

SEÇÃO III

OS DESASTRES SOB OUTRAS PERSPECTIVAS: PROXIMIDADES E DISTÂNCIAS DA VISÃO SOCIOLÓGICA

PROTEÇÃO SOCIAL E ENCHENTES: DESAFIOS PROFISSIONAIS EM QUESTÃO

Antenora Maria da Mata Siqueira

INTRODUÇÃO

Nos últimos verões de muitas cidades brasileiras, a musicalidade do barulho das águas e dos instrumentos que tradicionalmente se fazem ouvir tem sido substituída por sons que remetem à angústia, ao medo, à perplexidade, às turbulências, aos gritos de socorro, ao silêncio...

Chuvas torrenciais, aumento da intensidade e freqüência de raios, rompimentos de barragens e diques, deslizamentos de terra de encostas e barrancos, desmoronamento de casas e os intermináveis dias seguintes. Para muitos, desde o mês de novembro a tensão aumenta disparando sofrimentos e doenças. É a possibilidade da repetição de uma tragédia anunciada que individualmente, pouco se pode fazer.

Ao aceitarem a culpabilização que lhes é imputada por estarem em condições inseguras e precárias, em sua maioria famílias de baixa renda que se sentem ameaçadas, e/ou *acostumadas* a passar por repetidas inundações, se preparam como podem para o enfrentamento das *conseqüências das chuvas*, que nunca se sabe precisamente quais serão.

As condições de *proteção* são as próprias famílias que devem prover, pois prevenção e defesa externa só existem quando, às vezes, chega o aviso da Defesa Civil de que as águas em breve chegarão às suas casas e que por isso precisam sair. As equipes governamentais, por sua vez, permanecem em *estado de alerta* aguardando o chamado para tratar da emergência, caráter atribuído à forma de atuação em períodos de eventos e desastres deles decorrentes. De caráter multiprofissional, se encontram os responsáveis pelas ações de assistência social e de saúde que neste momento são convocados a sair das suas atividades rotineiras, fora do âmbito da Defesa Civil, para atuarem na proteção dos que estão em *situação de risco* ou foram afetados.

Neste estudo, adotamos a definição de desastre como a concretização do risco, melhor explicitado como “uma interação deletéria entre um even-

to natural ou tecnológico e a organização social, que coloca em disrupção as rotinas de um dado lugar e gera elevados custos (temporais, materiais e psicossociais) de reabilitação e reconstrução” (VALENCIO *et al*, 2008, p.164).

Em inúmeras abordagens sobre desastres, tanto na literatura especializada quanto na mídia, há uma identificação corrente sobre a *desproteção* a que são submetidos os afetados em tais ocorrências.

Tais situações remetem à questão que norteou a reflexão aqui apresentada: que noção de proteção social tem permeado as trajetórias de profissionais que atuam nos serviços de assistência social nas situações de desastres? O caráter universal, democrático e de direitos preconizada pela Política Nacional de Assistência Social são princípios efetivados?

Se tomarmos por base as críticas tanto da literatura do Serviço Social, quanto da sociologia dos desastres, a racionalidade hegemônica é a de que esses trabalhos ficam apenas na ordem do emergencial e a responsabilidade com o antes e o depois é sempre facultada ao outro - em geral um Estado abstrato. Assim, a noção de proteção social segue focalizada, fragmentada, setorializada e reprodutora da ausência de cidadania.

Ilustração corrente é largamente apresentada pela mídia nacional e local como denúncia da *burocracia para a entrega dos* donativos, famílias que rejeitam a *realização dos cadastros, atitude policialesca na forma de abordagem aos afetados*, principalmente nas situações de deslocamentos para casa e abrigos. Nesta linha de raciocínio, parece-nos que *proteger* passou a ter um sentido reducionista que remete a entregar *kits* de sobrevivência e contribuir para o deslocamento das famílias das consideradas *áreas de risco* para os abrigos ou casa de amigos e familiares.

Com esta problematização não queremos aqui desconsiderar a dimensão concreta e instrumental da ação emergencial no momento de *salvar vidas*, mas evidenciar que a compreensão sobre a proteção social não está dada, mas é produto de uma construção social, histórica e política, tecida na relação democrática com as famílias.

As políticas de proteção social (saúde, previdência e assistência, que hoje formam a seguridade social) são consideradas “produto histórico das lutas do trabalho [...], na medida em que respondem pelo atendimento de necessidades inspiradas em princípios e valores socializados pelos trabalhadores e reconhecidos pelo Estado e pelo patronato” (MOTA, 2006, p.40). Tal constatação remete a uma conquista histórica no campo dos direitos.

A reflexão a qual nos propusemos fazer neste capítulo tem como base empírica episódios de enchentes identificados em projetos de pesquisas e

extensão desenvolvidos no âmbito do NESA – Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais da UFF Campos/RJ, tendo como objeto o acesso e usos de águas doces em municípios do Norte e Noroeste Fluminense/RJ entre 2008 e 2012 (SIQUEIRA, 2009; SIQUEIRA, 2011). Em meio aos depoimentos dos entrevistados (pequenos agricultores, ribeirinhos, trabalhadores rurais, pescadores, assistentes sociais e gestores municipais), as enchentes eram apontadas como um problema frequente. Os desastres delas decorrentes, um desafio para o qual moradores (principalmente de zona rural) não contavam com apoio dos governos, mas sim dos familiares e vizinhos.

As enchentes e os desastres não estavam no objetivo principal das pesquisas que realizamos àquela época. Todavia, a força com que se impuseram as reflexões a partir dos depoimentos, a complexidade nas relações socioprofissionais vivenciadas, intercâmbios com pesquisadores do NEPED/UFSCAR e o desafio de pensar a proteção social nestes contextos foram elementos propulsores a um desdobramento da questão.

Mais que respostas à questão colocada a este ensaio será apresentado um conjunto de reflexões que venho desenvolvendo, ilustrada por um estudo exploratório das últimas enchentes ocorridas em Três Vendas, em Campos dos Goytacazes.

A reflexão que segue tem o intuito de revelar as noções de proteção social que permeiam a atuação dos profissionais que atuam em um braço da proteção social pública que é a política de assistência social, e o seu rebatimento na prestação de serviços socioassistenciais em situações de enchentes e desastres relacionados à água.

PROTEÇÃO SOCIAL – DO QUE ESTAMOS FALANDO?

A compreensão da proteção social e suas transformações no decorrer da história não podem deixar de considerar a dinâmica mais geral da sociedade, inscrita no movimento da economia e da política. Mais ainda, há de se ter em conta que neste movimento devem estar incluídas as possibilidades de ocorrência de eventos extremos naturais ou antropogênicos, cada vez mais freqüentes.

A atitude de proteger as pessoas em situações de riscos e imprevistos é algo presente em diferentes sociedades sendo encontrados tanto em antigos quanto modernos sistemas de proteção social. Em geral, sempre coube às famílias, sozinhas ou em suas relações de vizinhança e associações comunitárias, o enfrentamento dos problemas decorrentes das condições precárias de vida, das doenças, da velhice, dos diferentes tipos de violência e de catástrofes.

Em análise sobre a origem e desenvolvimento dos modernos sistemas de proteção social, Mauriel (2009) destaca que há um elemento que distingue o que há de comum entre os antigos e os novos sistemas de proteção social. Diferente das formas tradicionais de solidariedade – famílias, comunidades e categorias profissionais – a autora afirma que a grande alteração está em que o *ato de proteção* passa a ser responsabilidade do Estado. Segundo ela,

Só é possível identificar os modernos sistemas de proteção social no momento em que as cadeias de solidariedade deixam de ser um ato voluntário e passam a ser, pela intervenção estatal, obrigatório. Nesse sentido, as políticas voltadas para a questão social são expressões de um tipo específico de intervenção estatal, cuja finalidade é a de proteger os indivíduos contra os riscos inerentes à vida social (MAURIEL, 2009, p.61).

Mesmo sendo assumida pelo Estado por meio das políticas de cunho social, a proteção social não ficou apenas sob o seu domínio. Passaram a coexistir complexas relações entre o público e o privado (não mercantil), colocando em cena uma diversidade de agentes e forças envolvidas com a questão.

De forma mais evidente, os processos de industrialização e urbanização do século XIX promoveram as condições propícias para se tratar a proteção social em termos legal ou assistencial, tendo em vista que o agravamento da pobreza relativo a esses processos passou a ser considerado como problema social. (MAURIEL, 2009).

Nesta mesma perspectiva, Mota (2010) nos faz recordar que a consolidação da grande indústria e da sociedade urbano-industrial criou o ambiente propício para que os trabalhadores se organizassem e construíssem politicamente suas demandas pessoais, familiares e de trabalho, encaminhando-as de forma a transformá-las em uma questão pública e coletiva. O que deve ser destacado nesse movimento político é que a força dessas lutas sociais tornou certas demandas socialmente reconhecidas pelo Estado, “dando origem ao que modernamente denominou-se de *políticas de proteção social*, ancoradas em direitos e garantias sociais” (MOTA, 2010, p.41). Esse movimento gerou o Estado de Bem Estar Social que vigorou após a Segunda Guerra Mundial em vários países chamados desenvolvidos.

Naqueles países, como meio de prover proteção social para todos os trabalhadores, as políticas de proteção social foram ampliadas a partir do pós-guerra e consideradas como direito social. Foi o reconhecimento público dos riscos sociais do trabalho assalariado. É importante ressaltar que, em geral, os sistemas de proteção social eram implementados por meio de ações

assistenciais somente para quem estivesse com impedimentos para prover o seu sustento por meio do trabalho, para cobertura de riscos sociais do trabalho, nos casos de doenças, acidentes, invalidez e desemprego temporário assim como para manutenção da renda do trabalho, seja por velhice, morte, suspensão definitiva ou temporária da atividade laboral (MOTA, 2010).

Demarca-se, naquele contexto, a centralidade do trabalho (com suas condições e relações) na constituição da proteção no bojo dos sistemas de seguridade social. Por isso mesmo, as políticas de proteção social são referenciadas por princípios e valores da sociedade salarial, no período que vai de meados dos anos 40 até o final dos anos 70.

No Brasil, é somente a partir dos anos 80 que a sociedade brasileira se mobiliza para institucionalizar e tornar constitucionais princípios voltados ao exercício da cidadania, o que implicaria em considerar formas de democracia ainda não formalizadas, e tornar constitucionais novos direitos sociais, trabalhistas e políticos. A seguridade brasileira pós 1988 contou com a orientação e o conteúdo daquelas que conformaram o estado de bem estar (*Welfare State*) nos ditos países desenvolvidos. Todavia, reforço o coro dos autores que consideram que a concepção de seguridade social adotada no Brasil não se efetivou objetivamente em universalização do acesso aos benefícios sociais, em especial devido às características excludentes do mercado de trabalho, o grau de pauperização da população, o nível de concentração de renda e as fragilidades do processo de publicização do Estado.

Contemporaneamente, vários são os autores que reconhecem a relevância da seguridade social para a proteção social brasileira. Mauriel (2009) considera que a instauração da seguridade social é uma etapa decisiva na construção da proteção social, pois ela traz consigo objetivos já existentes desde a criação dos primeiros seguros sociais. Entre eles estaria

assegurar que as vulnerabilidades das classes assalariadas seriam enquadradas num esquema preventivo e planejado de cobertura generalizada de riscos e realizar justiça social a partir da melhoria das condições materiais e simbólicas da vida da classe operária, principalmente através da redistribuição econômica via salário social. A partir daí, os ‘bens sociais’ não tinham como finalidade única preservar os mais vulneráveis (ou aliviar a pobreza), mas compor o nível de qualidade de vida da classe assalariada como ‘salário indireto’. (MAURIEL, 2009, p.67)

As políticas de proteção social, nas quais se incluem a saúde, a previdência e a assistência social, são consideradas produto histórico das lutas do trabalho, na medida em que respondem pelo atendimento de necessidades inspiradas em princípios e valores socializados pelos trabalhadores e

reconhecidos pelo Estado e pelo patronato. “Quaisquer que sejam seus objetos específicos de intervenção, saúde, previdência ou assistência social, o escopo da seguridade depende tanto do nível de socialização da política conquistado pelas classes trabalhadoras, como das estratégias do capital na incorporação das necessidades do trabalho” (MOTA, 2006, p.40).

A contribuição de Pastorini (2006, p.73), sinaliza as muitas modificações ocorridas até 2006 nos sistemas de proteção social brasileiro, que até então desenvolveram mais as políticas permanentes (estruturas de saúde, previdência e educação) e menos os programas de assistência. Tal padrão se refletiu nas políticas sociais que expressavam o desinteresse e a desresponsabilização do Estado pelos sistemas de proteção social permanente; “a seletividade e focalização na alocação dos recursos públicos gerais; a privatização do acesso a bens e serviços com a conseqüente individualização da responsabilidade dos riscos”.

Neste sentido, verifica-se uma alteração nos padrões de proteção social vigentes. O redirecionamento de recursos públicos e/ou privados para programas focalizados nos mais variados setores leva a uma *assistencialização* de alguns setores das políticas permanentes (universais ou contributivas), que devem prestar atendimento socioassistencial em suas áreas específicas (saúde, habitação, transporte, entre outras), fragilizando-as.

Este quadro é agravado quando se evidencia o esgarçamento de uma relação imprescindível entre trabalho e proteção social, apontando uma tendência do aumento das *ações compensatórias* ou de *inserção*. E a política de assistência social tem sido utilizada para essa finalidade.

Historicamente considerada política residual na relação com a previdência e a saúde, a assistência social tem passado por uma expansão significativa nas últimas décadas. Dedicar algumas linhas para descrever as bases dessa política se reveste de importância porque em momentos de eventos críticos e desastres, os conflitos de competência dos órgãos das diferentes escalas governamentais se exacerbam. Ademais, muito do que preconiza a PNAS – Política Nacional de Assistência Social, se realizado em caráter cotidiano, pode constar do rol de projetos de prevenção e amortecimento dos efeitos dos desastres pela via do Sistema Único de Assistência Social.

A CENTRALIDADE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COMO POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL

A luta dos movimentos sociais e das organizações profissionais (em especial as Associações e Conselhos Profissionais de Serviço Social) influenciou a Constituição Federal de 1988 (capítulo II, artigos 194 a 204) e a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (1993). Não foi sem disputas

com setores conservadores do Legislativo Nacional que o movimento conseguiu a formação do campo da Seguridade Social e da Proteção Social Pública, identificado com a universalização dos acessos, do direito, da responsabilidade estatal, da “defesa e atenção dos interesses dos segmentos mais empobrecidos da sociedade” (YASBEK,1995,p.10).

Em 2004, passados onze anos de aprovação da LOAS e após intenso debate nacional, aprovou-se e foram instituídos a Política Nacional de Assistência Social - PNAS e o Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

Com a proposta de atuar articulada a outras políticas para o enfrentamento das múltiplas expressões da questão social, a PNAS adotou como principais objetivos:

- ◆ Prover serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica e ou especial para famílias, indivíduos e grupos que dela necessitem;
- ◆ Contribuir com a inclusão e a equidade dos usuários e grupos específicos, ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos e especiais, em área urbana e rural;
- ◆ Assegurar que as ações no âmbito da Assistência Social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária (MDS/PNAS, 2004, p.27).

Para o alcance de tais objetivos, os elaboradores da política previram algumas dimensões das quais destacamos do contexto da PNAS: a estrutura da proteção social em dois níveis (básico e especial), a ampliação dos usuários da política, a adoção da abordagem territorial e a intersetorialidade.

Na *estrutura de Proteção Social*, as ações da assistência social estão organizadas em dois tipos: a proteção social básica e a proteção social especial. A primeira é voltada à prevenção de riscos sociais¹ e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social. Por sua vez, a proteção social especial é direcionada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, uso de drogas, abuso sexual, etc. (MDS/PNAS, 2004, p.29).

1. Na literatura profissional sobre proteção social e assistência social, autores fazem uma distinção no uso da noção de risco. Couto *et all*(2011, p.55) se afiliam a perspectiva de Castel (*apud COUTO,2011*) para definir a noção de risco social como “acontecimento previsível, cujas chances de que ele possa acontecer e o custo dos prejuízos que trará podem ser previamente avaliados”. Desta forma, demarcam contraposição às concepções que consideram a sociedade moderna como *sociedade de risco* (Beck, Guiddens), assim identificadas em “função do alto grau de incerteza que comanda o futuro da civilização”.

A *ampliação dos usuários* a priorizar no SUAS é outra dimensão considerada. Historicamente voltada para o atendimento de forma segmentada aos idosos, adolescentes e população em situação de rua, a orientação é voltada para:

Cidadãos e grupos que se encontram em situações de vulnerabilidade e riscos, tais como: famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza e/ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (PNAS, 2004, p.27).

Há que se valorizar o avanço obtido. Todavia, ao centrar no indivíduo, no grupo e na família, a perspectiva do coletivo não foi levada em consideração, o que retira o caráter político de iniciativas que podem viabilizar as lutas por alteração das condições precárias em que se encontram. Ademais, tal circunstância potencializaria o exercício da mediação social na medida em que abriria canais de diálogo e negociação, para além dos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Neste mesmo sentido, partilhamos da constatação feita por vários analistas (COUTO *et al*, 2011) no que diz respeito à ausência do debate de classe social na política de Assistência Social. Nela não se assume que esse usuário faz parte da *classe que vive do trabalho*. Nesta perspectiva, a assistência social não mais se constitui no lugar de proteção em contraponto do trabalho formal. Devido à perda da qualidade de emprego e do rebaixamento dos níveis salariais, cada vez mais trabalhadores assalariados recorrem à proteção social pela via das políticas sociais. Ademais, é considerar que a condição de classe também revela ou oculta a posição social que ocupam no espaço das relações sociais inerentes à sociedade capitalista contemporânea.

Outra dimensão a se ter em conta é a adoção da *abordagem territorial*, que tem sua justificativa na organização do sistema de proteção social situado próximo aos *usuários* do SUAS. Tal racionalidade inclui ser organizadora de serviços, programas e investimentos nos municípios, bem como elemento de estruturação e monitoramento da política.

Do nosso ponto de vista, a exemplo de várias outras políticas públicas, a opção pela abordagem com base no território, especificamente

construído para a atuação do SUAS, exprime a dialeticidade de possibilitar experiências voltadas para a universalização dos direitos e democratização da gestão no âmbito dos municípios, assim como otimizar os investimentos públicos em ambiente de disputas por tais recursos, pautadas em agendas de ações focalizadas.

Por sua vez, a última abordagem que destacamos como fundante das ações da assistência social é a *intersetorialidade*. A perspectiva de ter as suas atividades complementadas aponta para a perspectiva de que as diferentes políticas públicas possam atuar de forma articulada no âmbito da proteção básica ou especial, assim como no enfrentamento das desigualdades sociais identificadas nas distintas áreas. Na interpretação de Couto *et al* (2011, p.39), a intersetorialidade “transcende o caráter específico de cada política e potencializa as ações por elas desenvolvidas, ampliando a possibilidade de um atendimento menos compartimentado aos cidadãos que dela se utilizam”.

A vasta literatura sobre o tema indica os avanços obtidos, mas sempre em meio a conjunturas adversas permeadas pelo ideário neoliberal que atua no intuito de redução de direitos sociais já conquistados, mas longe de serem efetivados.

Este movimento expõe uma contradição interna na seguridade social brasileira, na medida em que a expansão da assistência se dá *pari passu* aos limites impostos de acesso aos benefícios e serviços da saúde e da previdência social públicas.

A centralidade na assistência social leva à ilusão da sua possibilidade de combater as desigualdades sociais, reacendendo o que Ana Elizabeth Mota (2010, p.141) chamou de *mito da assistência social*. Em sua afirmação, o caráter mítico se dá principalmente pela sua condição de “ideologia e prática política, robustecidas no plano superestrutural pelo apagamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa tem no processo de reprodução social”, e não tanto pela “sua capacidade de intervenção direta e imediata, particularmente através dos programas de transferência de renda que tem impacto no aumento do consumo e no acesso aos mínimos sociais de subsistência para a população pobre”.

Esta perspectiva faz colocar em destaque a impossibilidade de garantir o direito ao trabalho, seja pelas condições que ele assume contemporaneamente, pelo nível de desemprego ou pelas orientações macroeconômicas vigentes. Sendo assim, o Estado capitalista amplia o campo da Assistência Social, invocando essa política como solução para combater a pobreza relativa e nela imprimem o selo de enfrentamento da desigualdade. Se o Estado brasileiro define a assistência social como sua principal estratégia de enfrentamento da questão social, a mesma passa a assumir, para uma par-

cela significativa da população, a tarefa de ser a política de proteção social e não parte da política de proteção social.

Há um debate que precisa ser feito, alertado pelas reflexões de Mota (2010, p.144)

Na conjuntura atual, esta dimensão compensatória é redimensionada em função do crescimento do desemprego e das massas de trabalhadores supérfluos para o capital. Como tal, a assistência está assumindo um papel na esfera da proteção social que termina por suprir necessidades que seriam do âmbito de outras políticas e constitutiva de uma luta que mobiliza os trabalhadores desde os idos do séc.XIX, o direito ao trabalho.

Evidencia-se, nesse contexto, a despolitização das lutas e do caráter classista das desigualdades sociais, que passam a ser entendidas ora como exclusão, ora como evidência de desfiliação em relação à proteção estatal, ambas confluindo na defesa de estratégias de inclusão e inserção, sem a referência do trabalho. O acesso ao trabalho e à riqueza socialmente produzida, não está presente nessa racionalidade.

Assim ocorrendo, reforça-se o caráter fragmentado, residual e que de forma alguma altera estruturalmente a situação existente. Ao considerarmos as situações extremas como a dos desastres relacionados à água, o que se observa é que tais situações ficam mais evidenciadas, e as respostas momentâneas e residuais, reproduzindo a condição de desprotegidos sociais.

A (DES)PROTEÇÃO SOCIAL EM CONTEXTOS DE ENCHENTES – IMPASSES E DESAFIOS PROFISSIONAIS

As referências sobre proteção social relacionadas à seguridade, em especial à assistência, nos ofertaram argumentos importantes para evidenciar o paradigma ainda não hegemônico centrado em base universalista, territorializado, democratizado e acessível à população, cujos princípios passaram a vigorar pós-constituição de 1988, na prestação de serviços sociais.

As análises elaboradas por autores e profissionais do próprio campo do Serviço Social, que tem investido sobremaneira na pesquisa e produção do conhecimento sobre seguridade social, demonstram os avanços que as lutas travadas proporcionaram à Política e aos instrumentos necessários à sua implementação. Entretanto, elas também revelam o caráter contraditório desse processo: a insipiência em sua implantação nos municípios, em especial nos de pequeno e médio porte. Em muitos deles ainda vigora a cultura assistencialista e clientelista no trato da coisa pública, o que leva a reba-

timentos na condução das políticas sociais, interferindo sobremaneira nas práticas socioassistenciais (COUTO *et al*, 2011).

Outra contribuição importante ao debate do objeto deste ensaio tem sido ofertada pela produção brasileira no campo da sociologia dos desastres, capitaneada pelo NEPED/UFSCar. Mesmo que as pesquisas realizadas (VALENCIO *et al*, 2009; VALENCIO, 2010; SIENA, 2010; VARGAS, 2009) não tenham a centralidade do objeto na relação entre proteção social e desastres, as elaborações delas decorrentes tangenciam o tema na medida em que revelam inúmeras situações de desproteção social por que passam os cidadãos afetados na relação com representantes do Estado. Neste mesmo sentido é identificada a dicotomia nos atendimentos prestados pelo corpo de profissionais da assistência social em que uma parte assume a perspectiva da universalidade, do direito e do coletivo enquanto outra reproduz a atuação pontual, fragmentada e setorializada.

Em artigo intitulado *Quem tem medo de remoção? Estudo sobre violência institucional contra moradores de áreas de risco*, Valencio (2010, p.6) analisa casos de *desproteção social* de moradores de assentamentos urbanos precários, em que identificou “omissão ou a aspereza das palavras do gestor em referência aos desprotegidos; a rudeza das ações previstas frente à condição de pessoa humana destes e a desconsideração pública às mazelas colecionadas”. A autora apresentou vários casos para ilustrar, entre eles a situação dos moradores dos igarapés urbanos de Manaus que tiveram suas casas inundadas pelas águas do rio Negro e só contaram com a presença de governantes após manifestação pública fechando uma via de grande fluxo na cidade. Casos como esses confirmam que, mesmo antes da ocorrência dos eventos críticos, a relação entre o Estado e os moradores de assentamentos urbanos e rurais precários acaba por reafirmar a subalternidade a estes últimos atribuída.

Na região foco das nossas pesquisas não é diferente. O chamado Norte Fluminense, ou região norte do Estado do Rio de Janeiro, tem sido *locus* privilegiado da barbárie a que o Estado e os agentes econômicos tem submetido certos segmentos populacionais, em especial nos municípios da microrregião de Campos dos Goytacazes.

Exaltada pela mídia por abrigar o maior complexo petrolífero do país e o maior complexo portuário da América Latina (em construção), alguns municípios desta região, outrora de base econômica centrada na monocultura da cana-de-açúcar e nas agroindústrias sucroalcooleiras, atualizam as formas de aliança entre os entes estatais e os agentes econômicos para produzir o chamado *desenvolvimento* – a considerada redenção econômica dos municípios que, para receber as benesses governamentais, se auto-intitulavam vítimas do atraso pela falta de investimentos do Estado, retoman-

do em outras bases, o atendimento aos interesses do mercado internacional, o que foi feito por aqui desde a colonização.

Mesmo não sendo objeto deste ensaio, vale ressaltar que o crescimento das receitas auferidas pelos agentes econômicos e pelos erários públicos (por meio dos royalties de petróleo, entre outras) não possui, entretanto, o seu correspondente em transformações nas desigualdades sociais que cada vez mais se aprofundam e afetam o cotidiano da população, que a cada dia engrossa as fileiras em busca das políticas sociais.

As prioridades dos agentes que, nessa dinâmica, possuem hegemonia nas decisões sobre a reconstrução da cidade e dos espaços requisitados, tem provocado fenômenos de *des-territorialização* (HASBAERT, 2004) sem precedentes na região, que serão focados por nós em outra pesquisa, em andamento.

Para esta análise, entretanto, queremos dar visibilidade a outra faceta da dinâmica acima citada. São os espaços que parecem esquecidos pelos governantes, pelos executores das políticas públicas, e pelos agentes econômicos, mas onde trabalhadores conformaram o espaço social reconhecido como Três Vendas. Localizado em Campos dos Goytacazes, seus moradores resistiram à falência de agroindústrias sucroalcooleiras, em espaços segmentados (LEFEBVRE, 2008) no meio rural, que em meio a repetidas enchentes colocam em evidência e publicizam a posição que lhes é atribuída pelos agentes governamentais e econômicos. Não fundamentais à reprodução do capital agrícola e industrial, lutam pela sua reprodução e a da família em subempregos, na informalidade, e distantes do conjunto das políticas públicas essenciais às transformações estruturais do nível de vida em que se encontram.

A localidade de Três Vendas possui uma característica peculiar por ter se formado por famílias de trabalhadores das agroindústrias sucroalcooleiras e das lavouras de cana-de-açúcar. Com uma população aproximada de 4000 habitantes, sucessivas gerações foram responsáveis pela construção de um espaço que reúne moradias, comércios, igrejas e escola, entre a rodovia, canaviais e entre duas usinas de fabricação de açúcar e álcool, a usina Sapucaia (recentemente desativada) e a usina Outeiro (desativada há mais de uma década).

A rodovia BR356 (liga os estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, por isso uma via federal) em seu trecho Campos dos Goytacazes - Cardoso Moreira possui várias de suas partes assentadas sobre diques que margeiam o rio Muriaé, o maior afluente do rio Paraíba do Sul. Erguidos pelo extinto DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento, nas décadas de

1960 e 1970, originalmente para proteger propriedades rurais das inundações, os diques acabaram servindo, em um primeiro momento, também pelos moradores com o mesmo propósito: as famílias construíram suas casas entre o dique/rodovia e as propriedades rurais. Entretanto, a ocupação do solo se deu em com cota bem abaixo do greide da estrada. Com a falta de manutenção dos diques, atualmente sob responsabilidade do INEA – Instituto Estadual de Ambiente do Estado do Rio de Janeiro, as estruturas apresentaram ameaças e riscos, deixando a população em situação vulnerável.

Em Campos dos Goytacazes, nos verões de 2007/2008, 2010/2011 e 2011/2012, a localidade de Três Vendas ficou completamente inundada após o aumento da vazão do rio Muriaé, motivado pelas fortes chuvas na Zona da Mata mineira. Em janeiro de 2012, a cheia do rio Muriaé fez romper dois diques na rodovia BR356, executados na década de 1960 pelo extinto DNOS – Departamento Nacional de Obras e Saneamento, onde foi assentado um trecho da rodovia entre os municípios de Campos dos Goytacazes e Cardoso Moreira. Este município e a localidade campista de Três Vendas ficaram inundados pela força das águas que arrastaram parte da rodovia.

Mais uma vez, a *crônica de uma tragédia anunciada*. Em novembro de 2011 a mídia impressa anunciara alerta de pesquisador-ambientalista:

Os diques de Santa Bárbara, em Cardoso Moreira, e o de Boianga, na localidade de Três Vendas, não receberam obras de recuperação, o que poderá agravar a situação dos dois municípios, caso a previsão de muita chuva se confirme. Se tivermos uma enchente como a do início de 2009, a situação ficará muito complicada para toda a região (SOFFIATI, entrevista concedida a Ribeiro e Marques, *Jornal Folha da Manhã*, nov.2011).

Não somente especialistas estavam atentos à possibilidade de repetição do desastre. A narrativa de moradora em uma das fases da nossa pesquisa apontava a sua preocupação, e mostrava a forma de *prevenção* encontrada:

Lá em casa, quando chega novembro a gente já fica preocupada. Já sabe que tem que se preparar. Aí a gente compra comida em lata (sardinha, salsicha, feijoada, nescau), leite em caixinha, água mineral, lanterna, plástico grosso e vai guardando em casa. Quando a água tiver perto de chegar, a gente sobe tudo prá lage, monta a lona e fica lá. (MC, entrevista concedida a autora em dez.2011)

No dia quatro de janeiro, o dique/rodovia se rompeu e dois dias depois as águas invadiram as casas em Três Vendas. Diante dos holofotes da mídia, a busca dos culpados e a construção de conflitos de toda ordem: o Secretá-

rio Municipal de Defesa Civil culpava os gestores do DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte sob a alegação de que a obra de recuperação da rodovia que rompera no ano anterior foi feita sem qualidade. Por sua vez, ambientalista acusava o INEA por não ter um serviço permanente de manutenção dos diques, assim como os proprietários rurais que faziam intervenções arriscadas com movimentação de terras. Os moradores protestavam pela demora na entrega dos gêneros de primeiras necessidades e por não quererem deixar suas casas, com medo de perderem seus pertences.

Mesmo com a situação de ameaça para os moradores que vivenciaram uma sequência de desastres quase que anual, a localidade não constava como *área de risco* no mapeamento da Defesa Civil. Como esta classificação é a grande definidora das prioridades do atendimento da Secretaria de Família e Assistência Social, inúmeros impasses ocorreram. O atendimento para os moradores dessa localidade não constava no planejamento da Secretaria e no plano de contingências, o que implicava em: redimensionar as equipes que já estavam alocadas em atividades emergenciais em outros bairros da cidade: ampliar o estoque de gêneros de primeiras necessidades e primeiros socorros; lidar com os imprevistos do acesso às famílias, pois as principais vias estavam sem condições de trafegar; providenciar e estruturar abrigo; cadastrar as famílias; sensibilizar e mobilizar desabrigados e desalojados a deixarem suas residências. Se estas são ações do protocolo de condutas para as situações de emergência em contexto de desastres, há o fator espaço-tempo, as condições adversas que nele interfere, assim como as expectativas das famílias afetadas.

As denúncias dos moradores eram enfatizadas pela mídia impressa local:

Burocracia dificulta ajuda às vítimas em Três Vendas.

Moradores alegam que a Prefeitura está fazendo cadastro das famílias antes de atendê-los.

O preenchimento de formulários pela Prefeitura de Campos está atrasando a entrega de cestas básicas e água potável às famílias da localidade de Três Vendas atingidas pela cheia do rio Muriaé. Mesmo com os esforços da Defesa Civil e da Secretaria Municipal de Família e Assistência Social, que trabalham no local desde o rompimento do dique, moradores estão descontentes com a demora para receber a ajuda [...]. (*Folha da Manhã*, 08/01/2012)

Ao analisarmos depoimentos e matérias veiculadas em vários tipos de mídia por ocasião de desastres, a crítica às ações realizadas pelas equipes responsáveis pela prestação de serviços da assistência social é recorrente.

O “preenchimento do formulário” ou “preenchimento do cadastro” no momento que é feito e na forma como se desenvolve não encontra apoio da população. É um momento em que estão mobilizados, sob tensão, para encontrar lugar seguro para si para familiares e vizinhos, seus pertences e garantir alimentos. É notório que há expectativa de submissão imediata das famílias a fornecerem respostas as questões dos cadastros, pois que assim são condicionados para só depois receberem os gêneros alimentícios, de higiene, etc.

A mesma polêmica em torno dos cadastros pode ser identificada em registros de desastres em vários municípios brasileiros, como os da região serrana do Estado do Rio de Janeiro, do Vale do Itajaí/SC, entre outros. Sobre o uso do mesmo instrumento em Ilhota/SC, a única assistente social que prestava atendimento reconhecia as causas da dificuldade de obter as informações: as pessoas “estavam exaustas, desesperadas, tinham perdido familiares, e ainda precisavam fazer filas, responder às nossas perguntas [...] mas os dados eram necessários para pedir os donativos adequados. Homens e mulheres têm necessidades diferentes” (Jornal CFESS, dez.2008).

No caso de Três Vendas, vários dias foram necessários para a realização dos cadastros. A questão que se coloca é: considerando o princípio da universalidade preconizado pela Política de Assistência Social, por que não distribuir primeiro os donativos e dialogar com as pessoas, para depois fazer o registro das famílias? Ou ainda, se a localidade faz parte de um *território da assistência social*, o Cadastro Nacional Único (CAD Único) não poderia ser a referência?

Compreendemos que alguns procedimentos documentais de identificação são fundamentais para o planejamento, principalmente em situações de crises em que o cenário muda a todo instante. Todavia, como, em que momento e considerando o Outro como um sujeito de direitos é o que pode levar a um trabalho participativo e mais ágil.

As situações extremas por que passam os indivíduos, principalmente os que não possuem experiências de fazer parte de um coletivo, tendem a considerar o atendimento via serviços de assistência social como a única fonte a eles acessível, reforçando o mito de que ela pode resolver inúmeros problemas. Entretanto, logo percebem o quanto a porta é estreita pela seletividade. Depoimento de profissional² que trabalha com projetos de Proteção Básica ilustra o que afirmamos: “Uma grande dificuldade nossa

2. Os profissionais por nós entrevistados atuam em vários municípios do Norte e Norte Fluminense (interior do Estado do Rio de Janeiro). No intuito de preservar suas identidades, utilizamos nomes fictícios e não identificamos o seu local de trabalho.

ao atender as famílias é decidir quem precisa mais, quem está em situação pior de risco” (JONAS, entrevista concedida a autora em out.2011).

A disputa por recursos, neste caso, não se dá diretamente entre aqueles que buscam os serviços, mas mediada pelos profissionais da assistência social que se vêem em constante dilema. Nestas circunstâncias, verifica-se a falta de condições de atender o princípio da universalidade, mesmo que seja somente *para os que dela necessitam*. Vê-se o direito negado e a desproteção social como a sua principal marca. Recupera-se, com outro verniz, a *elegibilidade*, a escolha dos mais pobres entre os pobres.

Há situações de desastres em que o leque de *usuários* da assistência social é ampliado consideravelmente, uma vez que inúmeros afetados perdem completamente tudo. Famílias que antes do evento não eram atendidas pela política de assistência social e que ficaram desprovidos de bens materiais e simbólicos não vêem alternativa se não a de buscar o que lhes é direito no âmbito da proteção social. “Eu nunca me imaginei pegando uma cesta básica, para mim foi horrível, era como se eu estivesse pegando algo de alguém mais necessitado” (ÂNGELA, acervo NESAS, 2010).

Do ponto de vista de quem presta o atendimento, o impasse se deu na definição de critérios e procedimentos para o acesso aos recursos disponíveis. Mais uma vez retomaremos a ilustração dos moradores de Três Vendas que se revoltaram contra a *burocracia*, representada por eles no tempo gasto pelos assistentes sociais ao preencherem os formulários que dariam origem aos cadastros e na conseqüente falta de prioridade na entrega de água e gêneros alimentícios. Foi possível verificar que tal procedimento fomentou posição política de um grupo de moradores que, na posição de sujeitos de direitos, reivindicou a entrega dos alimentos antes da realização dos cadastros à Secretária Municipal de Família e Assistência Social, a advogada Izaura Freire, em visita à localidade junto a equipe da Defesa Civil. A resposta foi a reafirmação da tarefa em curso, vinculando-se o atendimento a finalização do cadastro das famílias. Em depoimento à imprensa, a gestora declara:

Está difícil chegar até eles, mas estamos cadastrando as famílias para poder ajudá-las. (FREIRE, entrevista concedida a Vargas e Netto, Jornal Folha da Manhã, jan. 2012)

A perspectiva da ajuda, presente no trecho do depoimento anterior, ignora a ótica do direito e da responsabilidade do Estado com a reprodução da condição de vida dos moradores daquela localidade mesmo anterior a enchente, e com a urgência no atendimento. Na mesma entrevista, a Secretária deixou evidente outro ponto nodal: a insuficiência do corpo técnico da sua secretaria para o atendimento àquela população,

Parece-me que viria alguém do Governo do Estado aqui hoje para nos dar suporte técnico, mas até agora, não os reconhecemos aqui nesta situação. (FREIRE, entrevista concedida a Vargas e Netto, Jornal Folha da Manhã, jan. 2012)

Ainda no jogo de culpas e responsabilizações, muitas vezes as competências das diferentes esferas de governo não ficam claras. As cobranças se exacerbam, principalmente quando há concorrências partidárias.

A dificuldade em proceder à transferência das famílias para os abrigos foi outro desafio, ponto de conflito entre equipes e moradores. Ao retornar para uma entrevista com a Sra. M.C., que prestara seu depoimento em período anterior, pudemos constatar a efetivação do seu *planejamento*:

Como eu tinha dito para a senhora no final do ano, quando a defesa civil passou avisando que a água logo ia chegar, nós subimos para a laje da casa com tudo que pudemos. Depois, os mais velhos e as crianças foram para o abrigo e eu e meu marido ficamos para tomar conta das nossas coisas. Eu também vou para o abrigo cuidar das crianças (MC, entrevista concedida a autora em jan.2012).

Entre todos os riscos que corriam, a segurança/guarda da casa e dos pertences era algo que muito moradores só confiavam aos seus.

Mesmo com a garantia de que a Guarda Municipal, bombeiros e o Exército patrulhariam a área, muitos preferiam fazer a própria segurança dos seus bens. Na tentativa de convencer os moradores, houve desentendimento, e o mais tenso deles foi quando a prefeitura anunciou que o fornecimento de energia seria cortado, o que foi interpretado como uma medida para forçar os moradores a sair. (O GLOBO, jan.2012).

A competência de proteger a sociedade que historicamente marcou o Estado e, em especial as Forças Armadas, não tem encontrado na população o sentimento e a efetividade de sistemas de confiança (GIDDENS, 1989) e de se sentirem protegidos e seguros. Caso semelhante foi evidenciado em caso analisado por Vargas (2009).

As críticas à atuação dos responsáveis pelo provimento dos itens de primeiras necessidades aos desabrigados e mesmo aos desalojados, nos momentos que antecedem à sua mudança para a residência de parentes ou amigos são reveladoras da fragilidade das estruturas das Secretarias e Coordenadorias responsáveis pela prestação dos serviços socioassistenciais.

É inegável que o único município de porte médio da região Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, conseguiu ampliar a sua estrutura de

segurança e defesa civil neste período 2011/2012, deixando de ser coordenadoria vinculada à Secretaria de Meio Ambiente para alçar o status de Secretaria Municipal de Defesa Civil, passando em 2012 a ter dotação orçamentária própria. Ainda assim, a estrutura permanece reduzida considerando as áreas que deve atender no próprio município e a solicitação de apoio dos municípios de pequeno porte do Norte-Noroeste Fluminense que enfrentam recorrentes desastres de diversas naturezas.

Por sua vez, a Secretaria de Família e Assistência Social, responsável maior pela efetivação do Sistema Único de Assistência Social, mesmo com sua estrutura ampliada com recursos municipais e federais, ainda opera com elementos de um paradigma de proteção social que o distancia das precizações do SUAS.

O que pode ser constatado é que as turbulentas águas que potencializaram as vulnerabilidades sociais expuseram também as vulnerabilidades institucionais, possibilitando algumas inferências:

- ◆ raros são os casos em que políticas públicas de caráter estrutural realizam intervenções nos assentamentos urbanos e rurais precários antes ou após enchentes/desastres;
- ◆ as coordenadorias e secretarias de defesa civil não possuem corpo profissional fixo e especializado para o atendimento socioassistencial. Em momento de emergência são requisitados de outros órgãos da Prefeitura;
- ◆ em geral, os profissionais supra-indicados realizam atividades no âmbito do SUAS – Sistema Único de Assistência Social ou do SUS – Sistema Único de Saúde, onde não necessariamente constam atividades de planejamento e gestão das contingências para casos de enchentes e desastres;
- ◆ os profissionais requisitados nos momentos de enchentes e desastres são aqueles que adquiriram um saber-fazer com base na convivência e experiência com os coordenadores da Defesa Civil, incluindo o Corpo de Bombeiros. Em raríssimos casos, houve um treinamento prévio com profissionais da primeira instituição citada. Mais raro ainda é terem adquirido conhecimentos em disciplinas dos seus cursos técnicos e/ou universitários;
- ◆ ha insuficiência ou falta de formação específica nos campos disciplinares dos profissionais, de forma a ampliarem e aprofundarem conhecimentos para além daqueles ofertados pelo Sistema de Defesa Civil.

- ◆ a rotatividade dos profissionais (concursados ou não) entre as secretarias não permite a consolidação de saberes e conhecimentos, a elaboração e execução de planejamentos, a agilidade no acionamento das redes intersetoriais públicas e privadas de proteção social
- ◆ há constantes conflitos por competências e por tomadas de decisão intra e interesferas de poder, que revelam diversidade de competências, de ideologias, de paradigmas que norteiam os distintos projetos profissionais, a confluência/confronto das demandas da população, dos gestores e do coletivo das categorias profissionais;
- ◆ a despeito da vigência do SUAS e de seus princípios estarem expressos no discurso de muito profissionais, o confronto com os múltiplos projetos/demandas/interesses fazem com que as expressões objetivas das concepções de proteção social e assistência social sigam marcados pelo selo do individual, do fragmentado, da emergência e da setorialização.

Concordamos com Boschetti (2006,p.13) que não se pode atribuir à assistência social a centralidade e exclusividade na realização da proteção social, mas ela pode se realizar se articulada às “políticas de emprego, saúde, previdência, habitação, transporte e assistência, nos termos do Art 6º da Constituição Federal”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio, buscamos trazer um tema que julgamos fundamental ao estudo dos processos de enfrentamento de situações de desastres relacionados às águas, que é a proteção social relacionada ao exercício política de assistência social.

A reorganização de tal política nos leva a estarmos atentos e a distinguirmos duas questões. A primeira diz respeito à crítica à adoção da assistência social como principal mecanismo de enfrentamento das desigualdades sociais, ou mesmo a considerá-la como a “atribuição heróica da função de proteção social à assistência social” (BEHRING, 2009). A segunda é a sua importância como política não contributiva, voltada para o atendimento de algumas contingências sociais vividas pela população, portanto necessárias, mas afirmada numa perspectiva de acesso às demais políticas sociais universais (trabalho, educação, habitação, transportes, etc.).

A noção de proteção social que tem permeado as trajetórias de muitos profissionais que atuam nos serviços de assistência social não tem levado em consideração que para maior contribuição nas emergências das

enchentes e nos desastres, o caráter universal, democrático e de direitos deve impregnar suas práticas cotidianas. Assim concebida e articulada ao conjunto de políticas públicas de cunho estruturais, a centralidade seria alterar ou influenciar as situações de vulnerabilidade, tal a urgência de serem resolvidas anteriormente aos contextos de eventos extremos e desastres.

Com a diversidade de visões de mundo e de projetos ético-políticos profissionais, muitos vivenciam o conflito instaurado entre as preconizações dos códigos de ética profissionais, os princípios da política social, as direções definidas pelos gestores e as necessidades/demandas da população.

No bojo das inúmeras orientações que recebem os profissionais que prestam os serviços de assistência social, é sabido que alguns protocolos de condutas precisam ser seguidos, mas eles não podem sobrepor os conhecimentos e saberes de direitos humanos e da ética que devem nortear as relações sociais. Há sempre a possibilidade de construção de novos processos no encontro com o Outro que é também coletivo.

REFERÊNCIAS

- BEHRING, E. Notas para um balanço crítico do SUAS: a título de prefácio. *Revista Em Foco*. 5.ed. Rio de Janeiro: CRESS/Vênus Luar Editora. 2009.
- BOSCHETTI, I. *Seguridade Social e Trabalho – paradoxos na construção das políticas de previdência e assistência social no Brasil*. Brasília: Letras Livras/UnB, 2006.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social. Brasília, 2004.
- COUTO, B.R; YASBEK, M. C; SILVA, M.O; RAICHELIS, R. (orgs). *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- FOLHA DA MANHÃ. 2012: *previsão de muita chuva*. Para o professor e ambientalista Aristides Sffiati, o município ainda não está preparado para enfrentar enchentes. Campos dos Goytacazes, 20 de novembro de 2011.
- . *Burocracia dificulta a vida de moradores de Três Vendas*. Campos dos Goytacazes, 8 de janeiro de 2012.
- HASBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização: do “fim dos territórios” `multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- JORNAL do CFESS. *Notícias. Chuvas em Santa Catarina*. A tragédia revela atuação exemplar de Assistente Social. Brasília, dez 2008. http://www.cfess.org.br/noticias_sub.php?id=18, acessado em 4/1/2012.
- MAURIEL, A. P. O. *Combate a pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na consttuição da política social na atualidade*. Tese apresentada ao IFCH/UNICAMP. Campinas/SP, 2008.
- . *Combate à pobreza e (des)proteção social: dilemas teóricos das “novas” políticas sociais*. *Revista Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, n.14/15, 2006.
- MOTA, A. E. *Seguridade Social Brasileira: Desenvolvimento Histórico e Tendências Recentes*. *Coletânea Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.

- MOTA, A. E. (org). *O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade*. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- O GLOBO. *Em Três Vendas, população quase submersa*. No distrito de Campos, onde a água chegou a 2 metros de altura, 500 moradores se recusam a deixar suas casas. Rio de Janeiro, 7 de janeiro de 2012.
- PASTORINI, A.; GALIZIA, S. A redefinição do padrão de proteção social brasileiro. *Revista Praia Vermelha*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, n.14/15, 2006.
- YASBEK, M. C. A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da Questão Social. *Cadernos Abong Políticas de Assistência Social*, São Paulo: Abong, 1995.
- SIENA, M. Política de remoção: “Fazer viver e deixar morrer”. N. Valencio (org). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora. 2010. P.101-112.
- VALENCIO, N. M. F. Quem tem medo da remoção? A violência institucional contra moradores de ‘áreas de risco’. *Anais do 34º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu/MG. 2010
- VARGAS, D. “Eu fui embora de lá, mas não fui”-a construção social da moradia de risco. N. Valencio *et al* (orgs). *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora. 2009, p.80-95.

DESASTRES AMBIENTAIS E ENVELHECIMENTO POPULACIONAL

Aline Silveira Viana
Sofia Cristina Iost Pavarini
Reijane Salazar Costa
Marisa Silva Zazzetta

“Quando uma pessoa se torna velha? Aos 50, 60, 65 ou 70 anos? Nada flutua mais que os limites da velhice em termos de complexidade fisiológica, psicológica e social.” (VERAS, 1994, p.25).

INTRODUÇÃO

A presença dos desastres ambientais, conforme mostra a Figura 1 (F.1), têm crescido em todo o mundo. Segundo a base internacional de dados sobre desastres, o EM-DAT, entre os anos de 1900 e 2010, houve um aumento do número de desastres naturais noticiados no mundo (Figura 1). O número de pessoas afetadas por tais fenômenos também aumentou, porém, houve decréscimo de vítimas fatais no mesmo período. Houve declínio do número de desastres na última década, mas o número de afetados não diminuiu.

No período de 1975-2010, segundo o EM-DAT, houve uma tendência de aumento de danos, sendo que os três maiores eventos causadores de danos (Furacão Katrina, Terremoto de Wenchuan e de Kobe) somam, juntos, uma quantia estimada de danos de aproximadamente 550 bilhões de dólares.

Ainda com base nos dados do *International Disaster Database*, o número de afetados na última década foi maior em países Asiáticos, seguido de países africanos. Os tipos predominantes de desastres a que foram expostos estes países foram, respectivamente, as secas, as enchentes e as tempestades. O município de São Paulo não se destoa do cenário internacional de riscos e vulnerabilidades ambientais. O município apresenta áreas propensas à ocorrência de desastres. Em 2010, foi realizado o mapeamento de 407 áreas de risco,¹ dividido em 26

1. “Análise e mapeamento de riscos associados a escorregamentos em áreas de encostas e a solapamentos de margens de córregos” realizado por meio de contrato entre a PMSP-SMSP e o IPT. Os dados foram divulgados pela Prefeitura Municipal de São Paulo em fevereiro de 2011.

Subprefeituras, sendo avaliadas 105.816 moradias e aproximadamente 115 mil residentes. As áreas foram classificadas de acordo com o grau de risco, variando de baixo (R1), médio (R2), alto (R3) até muito alto (R4). Das moradias analisadas, 28.933 foram classificadas como R3 e R4 (PREFEITURA DE SÃO PAULO, 2011). A Figura 2 apresenta as áreas mapeadas por região.

As áreas de risco, segundo Estevez (2011), podem ser consideradas uma ameaça a uma ou mais pessoas, de forma rápida ou permanente, sendo que a capacidade de reação e adaptação a essas ameaças é deficitária, principalmente, nos países em desenvolvimento.

No entanto, conforme alerta Valencio (2009, p.36), os mapas de risco, cuja realização é feita por peritos, “se impõe como uma fala técnica que impede a vocalização de direitos dos que ali vivem, descartando, simultaneamente, a necessidade de outras interpretações”. Sobre essa perspectiva, as intervenções devem ser melhor embasadas, de forma a ouvir os moradores acerca de suas reais necessidades.

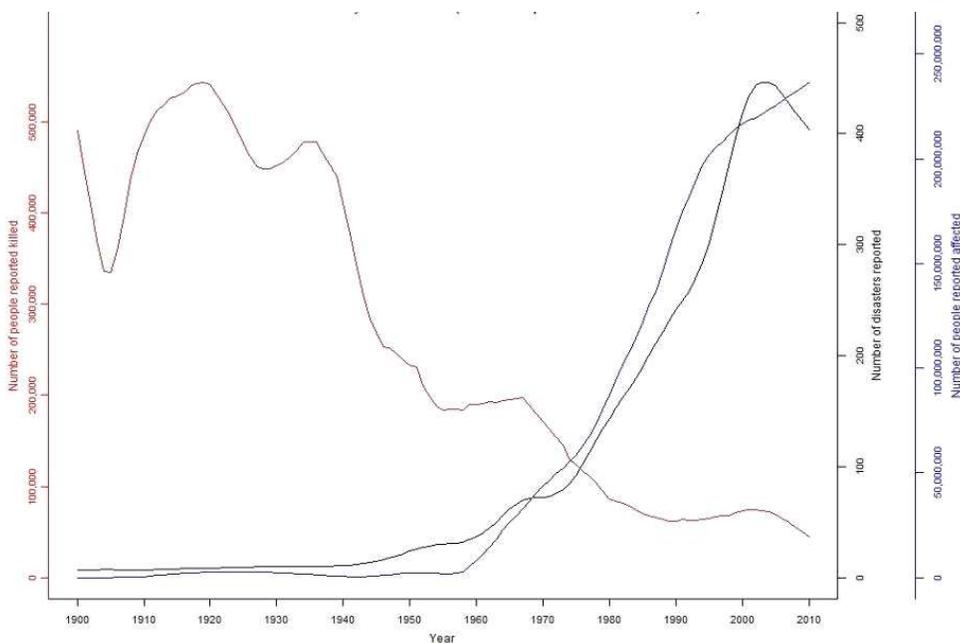


Figura 1 Natural disaster summary 1900-2010 (linear-interpolated smoothed lines).
 Fonte: EM-DAT: The OFDA/CRED Internacional Disaster Database. Disponível em:
 <<http://www.emdat.be/natural-disasters-trends>>. Acesso em fevereiro de 2012.

nificativa da população idosa (FERNANDEZ et al, 2002, SAWAI, 2012).

Com as mudanças demográficas e sociais, diversos setores da sociedade se preocupam com o impacto gerado pelo aumento do contingente idoso, considerando que, em países como o Brasil, há falta de preparo e estrutura adequada para atendê-los, principalmente em situação de maior fragilidade, como o contexto de desastre se apresenta.

Em pesquisa recente, publicada pelo Banco Mundial (2011), acerca do envelhecimento populacional e suas implicações econômicas, nos últimos 30 anos as taxas de pobreza no Brasil reduziram, de forma que o percentual de pessoas em situação de pobreza diminuiu quase 43,5%, entre os anos de 1981 a 2008, sendo mais acentuada entre o público idoso. Segundo o estudo, programas de transferência de renda e a política do salário mínimo podem ter sido fatores que colaboraram fortemente para a mudança nas taxas de pobreza.

Um exemplo de transferência de renda é o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Segundo a base de dados do IPEADATA, no ano de 2011, houveram 330.618 beneficiários idosos, o que representa um crescimento de cerca de 77% em comparação com o número de benefícios concedidos no ano 2000.

Embora o estudo do Banco Mundial (2001) anuncie que houve a redução da pobreza, esta continua presente no dia-a-dia de muitas pessoas, como as residentes em cortiços de aluguéis, nas favelas e em outros assentamentos humanos precários. Conforme defende Maricato (2000) não é a ausência de planos urbanísticos que favorece o surgimento desses quadros mas as outras questões que se sobrepõem, tais como a pobreza, a especulação imobiliária, as necessidades sociopolíticas de assistência presentes na sociedade. Essa realidade contradiz o previsto na Constituição Federal de 1988. Segundo os art. 182 e 183 da CF, toda cidade e propriedade devem ter uma função social, de forma que seja assegurado o bem-estar de seus cidadãos. E, com as mudanças ocorridas nos últimos 50 anos nos perfis das cidades, o direito à cidade se faz necessário, em particular para os idosos, visto o aumento da demanda por ambientes adequados, seguros e no exercício de suas funções sociais (MARICATO, 2000; BRASIL, 2005).

Pesquisadores, preocupados com o tema, têm colaborado para a construção de índices de vulnerabilidade, que procuram avaliar as desigualdades socioambientais no Brasil (FERREIRA; DINI; FERREIRA, 2006). No caso do rastreamento das condições de vulnerabilidade da população, pode-se utilizar os aparatos contidos no Plano Estadual da Pessoa Idosa (2009),

tais como: o Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, o Índice Paulista de Responsabilidade Social e o Índice de Vulnerabilidade Social Familiar.

De acordo com a literatura, os desastres aos quais os moradores de assentamentos precários podem estar propensos são eventos classificados como eventos críticos ou estressantes do curso da vida, sendo que, desde 1960, há evidências desses eventos serem causadores de transtorno psiquiátrico em idosos, como a depressão e o suicídio (NERI; FORTES, 2006).

O processo de envelhecimento populacional é uma realidade em muitos países. Segundo Kofl Annan, Secretário Geral das Nações Unidas, em seu discurso para a II Assembléia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em Madri, até 2050 a população idosa mundial crescerá de 600 milhões para aproximadamente 2 bilhões, sendo que, no mesmo período, os idosos superarão o número de indivíduos com idade de até 15 anos (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2002).

De acordo com o censo de 2010 (IBGE, 2011a), 78 municípios brasileiros possuem mais de 20% da população composta por idosos. Em sua maioria são cidades de pequeno porte populacional, gaúchas (82%), paulistas (15%) ou mineiras (3%), localizadas em zonas rurais (70%). Contudo, é a cidade de São Paulo que possui maior número de idosos.

Segundo o último Censo Demográfico, 11,9% dos paulistanos têm 60 anos ou mais (IBGE, 2011a). Considerando essa população por faixa etária (Tabela 1) observa-se o predomínio de indivíduos do sexo feminino (7,1%) com idade entre 60 a 64 anos (17,9%). Cabe-se ressaltar que a proporção de pessoas idosas acima de 80 anos teve um crescimento significativo nos últimos anos. O processo de feminilização da velhice tem sido amplamente discutido na literatura gerontológica. Ele não se refere apenas à maior longevidade do contingente feminino, mas envolve também singularidades no desempenho de papéis, na desenvoltura do self e nas condições socioeconômicas (NERI, 2001).

Um dado importante do Censo foi que municípios com até 50.000 habitantes, principalmente os da Região Nordeste, apresentam a maior taxa de analfabetismo entre idosos, alcançando um total de 60% da população senescente (IBGE, 2011a).

A Tabela 1 mostra a distribuição dos idosos por faixa etária no município de São Paulo.

Tabela 1 População idosa residente no município de São Paulo, segundo o Censo Demográfico 2010.

Faixa etária	Homens	Mulheres	Total
60 a 64	183.012	240.043	423.055
65 a 69	127.020	175.318	302.338
370 a 74	95.214	142.087	237.301
75 a 79	64.324	106.645	170.969
80 a 84	41.305	78.206	119.511
85 a 89	17.737	39.468	57.205
90 a 94	5.877	15.357	21.234
95 a 99	1.270	4.228	5.498
100 ou mais	247	780	1.027
Total	536.006	802.132	1.338.138
Frequência (%)	4,8	7,1	11,9

Fonte: Adaptado de IBGE (2011b), Censo Demográfico 2010.

Com relação aos arranjos familiares dos idosos brasileiros, observa-se um aumento significativo de unidades domésticas unipessoais. Entre os fatores que colaboram para tal cenário estão: a maior longevidade, as mudanças nos arranjos familiares, a verticalização das cidades, o aumento do poder econômico com a presença de benefícios e as transferências de rendas, por exemplo (IBGE, 2011a; BANCO MUNDIAL, 2011).

Houve um crescimento de idosos morando sozinhos em todo o mundo como mostra a Figura 3. O estudo conduzido pelas Nações Unidas (2005), com dados disponíveis de 86 países, mostra que o percentual de idosos sozinhos era cerca de 14%, sendo 8% para os homens e 19% para as mulheres. Segundo o estudo, há diferenças de gênero: os idosos do sexo masculino residiam, em sua maioria, com o cônjuge ou com crianças, enquanto as idosas moravam, predominantemente, sozinhas, com um parente ou com uma pessoa sem parentesco (UNITED NATIONS, 2005).

Entre os países com maior percentual de idosos residindo sozinhos estão os países europeus, os Estados Unidos, a Nova Zelândia, o Canadá, a Argentina, a Bolívia, Moçambique, Gana, entre outros. O Brasil aparece entre os países de 5 a 9% de população idosa e domicílios unipessoais (Figura 3).

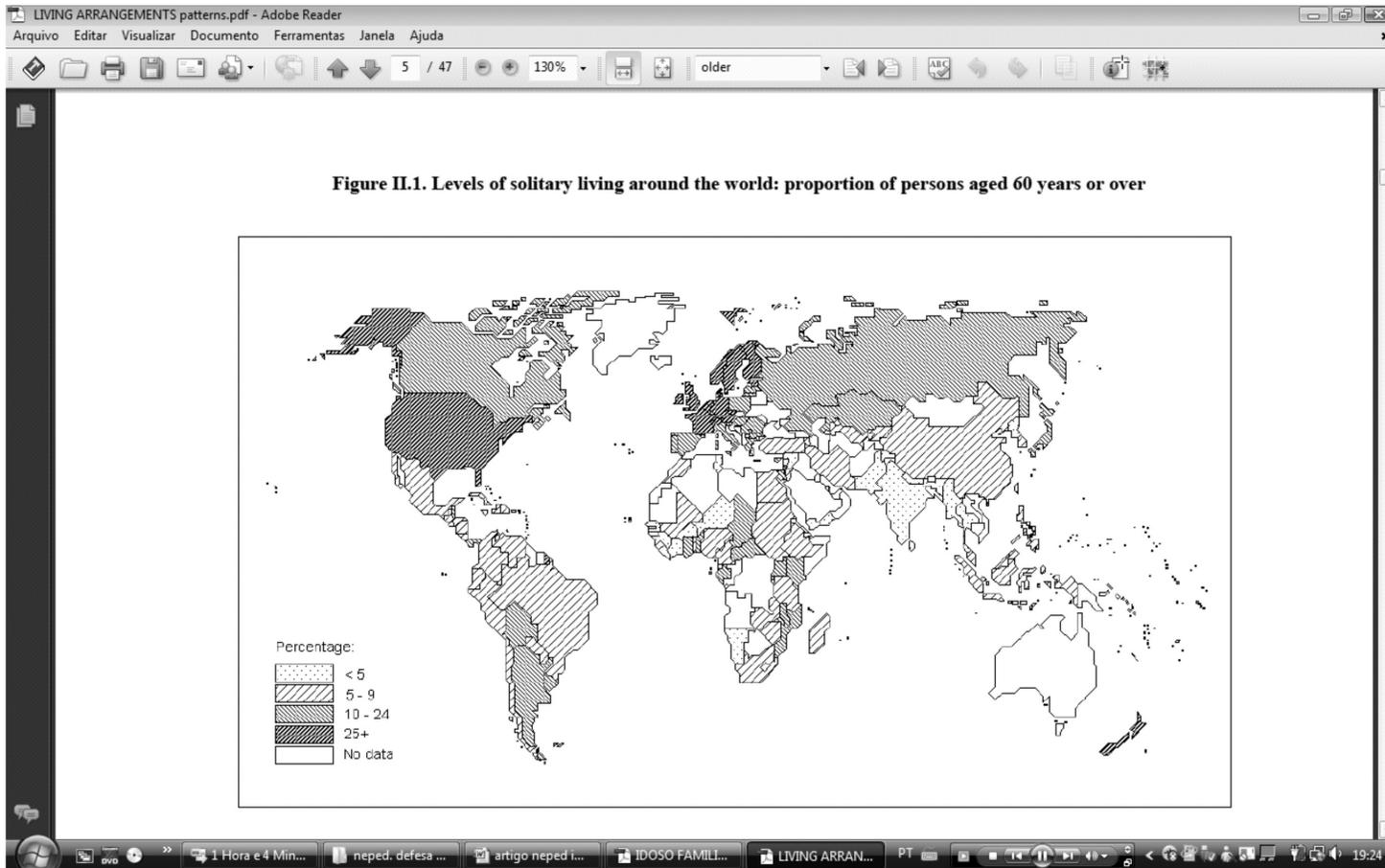


Figura 3 Levels of solitary living around the world: proportion of persons aged 60 years or over. Fonte: UNITED NATIONS. New York, 2005.

A população idosa é bastante heterogênea. Há pessoas em processo de senescência ou de senilidade com perfis e necessidades diferentes. O número de indivíduos frágeis tem aumentado nas últimas décadas, embora não corresponda a maior parcela da população idosa. Pessoas em processo de envelhecimento fragilizado requerem cuidados assistências para a proteção e promoção da vida, especialmente, se estiverem em situações de desastres, conforme consta no Plano de Ação Internacional sobre o Envelhecimento, de 2002, no eixo temático oito, no qual é defendido que a vulnerabilidade entre os idosos seja reconhecida, assim como o potencial de reabilitação e reconstrução destes para auxiliar nas situações de emergência.

Embora seja esperado que, com a senescência, haja um declínio funcional e imunológico, e conseqüentemente diminuição da capacidade de resposta do organismo, esses declínios podem ser acentuados em cenários de desastres e de risco ambiental. Um exemplo disso é que, com o aumento do estresse e a sobrecarga emocional, vivenciado durante e após esses eventos críticos, há o aumento a produção de glicocorticóides, os quais aceleram o processo de imunossenescência e conseqüentemente, aumenta a suscetibilidade à aquisição de doenças (BAUER, 2006). E, analisando as condições sanitárias durante as enchentes, por exemplo, as chances das pessoas afetadas adquirirem morbidades aumentam. Além da capacidade cognitiva, outro aspecto de fundamental preocupação é o estado cognitivo dos idosos.

Conforme apontam Fernandez et al (2002), os impactos à saúde mental de idosos vítimas de desastre não costumam perdurar por longos períodos ou, em sua maioria, impactar gravemente a saúde mental destes. Todavia, idosos que já possuem alterações cognitivas nesses cenários, dependendo do grau dessa alteração, os cuidados e o estado de atenção dos profissionais devem ser diferenciados visto que, nesses casos, o encaminhamento para serviços especializados é importante para uma continuidade dos cuidados.

Outro aspecto que precisa ser levado em conta, inclusive, durante a prestação de socorro é capacidade funcional do idoso. Esta é a capacidade do indivíduo de realizar algo com os seus próprios meios e viver de forma independente. O termo capacidade funcional está diretamente relacionado com as Atividades de Vida Diária (AVDs), as quais podem ser básicas (ABVDs), instrumentais (AIVDs) ou avançadas (AAVDs), sendo que a pessoa pode ser classificada em diferentes graus de dependência de acordo com o tipo de limitação de AVDs que possui. Segundo Fernandez et al (2002), as limitações funcionais, assim como dificuldades na audição ou visão, também podem dificultar uma rápida evacuação, a compreensão das medidas de autocuidado a serem tomadas, ou ainda a rápida percepção do risco eminente.

Um exemplo das implicações dessa dificuldade de rápida evacuação diante o impacto eminente de um fator ameaçante que possa levar a óbito é o que consta no estudo de Sawai (2012), realizado com dados das vítimas de tsunamis; em especial, o que ocorreu no ano de 2004, em Rikuzentakata, na Índia. No estudo, que objetivou identificar quem é mais vulnerável nesse tipo de desastre, observou-se que a maioria das pessoas que foi a óbito, em razão do referido desastre, tinha 60 anos ou mais. Com relação à distribuição etária das vítimas,² houve um percentual de 21,6% de indivíduos na faixa de 70 anos; 19% na de 60 anos, 17,1% na de 80 anos e 2,7% de indivíduos com 90 anos ou mais, o que corresponde a uma soma de 60,4% de vítimas fatais com 60 anos ou mais, sendo que, em sua maioria, eram pessoas idosas do sexo feminino (SAWAI, 2012).

O furacão Katrina, que atingiu a costa sul dos Estados Unidos, em 2005, evidenciou um quadro semelhante ao reportado por Sawai (2012), no qual os idosos representaram a maioria (73%) das vítimas fatais (GIBSON, 2006). O estudo divulgado pelo autor (2006),³ com pessoas de 50 anos ou mais, revelou que pelo menos 13 milhões de pessoas com 50 anos ou mais precisaram de ajuda para deixarem suas casas, sendo que uma parte desta ajuda necessitaria vir de indivíduos não familiares (GIBSON, 2006).

No caso do município de São Paulo, as enchentes são frequentemente noticiadas e trazem sérios problemas à saúde. O risco que elas representam à saúde e a vida são diversos, devido à presença de correntezas, patógenos, lixo e animais mortos, por exemplo. E, no caso de indivíduos idosos, esse contato pode levar a diversos desfechos, visto os fatores intrínsecos já apresentados, principalmente dos mais vulneráveis.

Segundo divulgado no Portal da Saúde, do Ministério da Saúde, em 20 de janeiro de 2012, as enchentes podem apresentar várias consequências:

“As principais consequências à saúde decorrente das enchentes são: óbitos, ferimentos, traumas, transtornos mentais e ocorrência de diversas doenças como as infecciosas respiratórias, leptospirose, hepatite A, diarreias, dengue, tétano acidental, febre tifóide e cólera. Há também as doenças decorrentes de acidentes com animais peçonhentos, como serpentes, aranhas e escorpiões” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2012).

2. Mari Sawai (2012) se baseou nos dados divulgados nas figuras da prefeitura de Iwate e da *National Police Agency* do Japão.

3. Harris Interactive®, estudo conduzido com indivíduos de 50 anos ou mais sobre a auto-percepção da habilidade de evacuarem suas casas durante desastres naturais.

Contudo as dificuldades e entraves; à saúde e a vida, não se limitam ao cenário das enchentes. No caso onde as moradias não atingem as normas de planejamento urbano – por uma questão histórica de marginalização, especulação e a relação clientelista – a autoconstrução em locais inadequados acaba por ser a única opção dessas pessoas (MARICATO, 2000). No entanto, a falta de planejamento e segurança dessas áreas as tornam propensas a diversos problemas; um exemplo, é o risco de quedas principalmente para a população idosa. As quedas, em decorrência da instabilidade corporal, podem ocasionar fraturas, entorses, contusões, entre outros, que colaboram para a instalação de quadros como os de dependência e fragilidade. Uma pesquisa realizada por Cruz *et al* (2012) com 420 idosos de Juiz de Fora/MG, no ano de 2010, com o objetivo de estimar a prevalência de quedas em idosos e analisar fatores associados, apontou que, dos 32,1% idosos que sofreram queda, fatores extrínsecos (como os referentes ao meio ambiente) e ligados à moradia contribuíram para a ocorrência de quedas. Dessa forma, se evidencia a necessidade de condições dignas e seguras de moradia e em terrenos de menor suscetibilidade.

O cenário que desponta, dado o contexto brasileiro, é preocupante para a segurança global dos idosos.

CONCLUSÕES

A população idosa é um grupo heterogêneo, mas aos que possuem comprometimentos cognitivos além de motores, maior estado de dependência e fragilidade, as situações de desastres podem ampliar a sua vulnerabilidade.

É válido ressaltar a importância de ações preventivas e corretivas, não apenas em prol do público idoso, mas de todos aqueles em processo de envelhecimento. No caso do município de São Paulo, ações locais tentam reduzir a suscetibilidade de desastres em áreas de risco, assim como ações preventivas têm sido tomadas em algumas outras localidades. No entanto, esse cenário está longe de ser considerado ideal. A identificação e intervenções nas localidades onde o risco ambiental mais se apresenta são feitas geralmente de forma unilateral e hierárquica, sem uma escuta ativa aos idosos para saber, a partir de seu ponto de vista, as suas reais necessidades.

Conforme apresenta o “Guia de preparação e resposta aos desastres associados às inundações para a gestão municipal do Sistema Único de Saúde”, lançado pelo Ministério da Saúde, em julho de 2011, ao atuar em situações de desastres é importante intensificar ações de programas já existentes como o referente à Saúde do Idoso, no qual se recomenda acompa-

nhamento adequado após o desastre. Além disso, o guia orienta a priorização da atenção a grupos vulneráveis, com relação às necessidades básicas “como alimentação, água, abrigo, segurança e acesso a cuidados básicos de saúde” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011, p.57).

Se faz necessário o conhecimento das necessidades da população em situação de vulnerabilidade, para que esse traga subsídios para a tomada de ações e a formulação e implementação de políticas públicas que auxiliem na melhoria da qualidade de vida da população, das diferentes faixas etárias. Os idosos mantêm, em maior ou menos grau, elos intergeracionais e a melhoria de sua qualidade de vida pode ser uma referência, de princípios e valores, para pensar as ações de segurança para os demais grupos etários.

Considerando a tendência de aumento de ocorrência de desastres, assim como a de elevação no número de pessoas idosas em todo o mundo, se faz necessário um olhar diferenciado para esse público, visto as condições intrínsecas e extrínsecas abordadas ao longo deste capítulo, assim como o maior risco de mortalidade do grupo frente aos desastres.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento. *Envelhecendo em um Brasil mais Velho* – Implicações do Envelhecimento Populacional sobre: Crescimento Econômico, Redução da Pobreza, Finanças Públicas e Prestação de Serviços. Washington, D.C, 2011/ Departamento do Brasil. SCN, Corporate Financial Center. Brasília, 2011. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/BRAZILINPOREXTN/Resources/3817166-1302102548192/Envelhecendo_Brasil_Sumario_Executivo.pdf>. Acesso: fevereiro de 2012.

BAUER, M. E.. Papel do estresse e dos hormônios na imunossenescência humana. In: Elizabete Viana de Freitas; Ligia Py; Flávio Aluizio Xavier Cançado; Johannes Doll; Milton Luiz Gorzoni. (Org.). *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006, v. 1, p. 35-40.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1998.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Programas Urbanos. *Plano Diretor Participativo-Brasília*: Ministério das Cidades, dez. 2005. 92 p.

CRUZ, D.T. et al. Prevalência de quedas em idosos e fatores associados em idosos. *Rev Saúde Pública*, v.46, n.1, p.138-46, 2012. Disponível em: <<http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v46n1/3070.pdf>>. Acesso em: fevereiro de 2012.

EM-DAT: The OFDA/CRED Internacional Disaster Database. *Natural Disasters Trends* Disponível em: <<http://www.emdat.be/natural-disasters-trends>>. Acesso em fevereiro de 2012.

ESTEVES, C.J.O.. Risco e vulnerabilidade socioambiental: aspectos conceituais. *Cad. IPARDES*. Curitiba, PR, v.1, n.2, p. 62-79, jul./dez., 2011. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/ojs/index.php/cadernoipardes/article/view/421>>. Acesso em: fevereiro de 2011.

FERNANDEZ, L.S. et al. Frail Elderly as Disaster Victims: Emergency Management

Strategies. *Prehosp Disast Med*, v.17, n.2, p.67-74, 2002. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~icdrm/publications/67-74_fernandez.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2012.

FERREIRA, M.P.; DINI, N.P.; FERREIRA, S.P. Espaços e Dimensões da Pobreza nos Municípios do Estado de São Paulo. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS. *São Paulo em Perspectiva*, v. 20, n. 1, p. 5-17, jan./mar. 2006. Disponível em: <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_01.pdf>. Acesso em fevereiro de 2012.

FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA. Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social / [coordenação geral Áurea eletério Soares Barroso]. *Plano Estadual para Pessoa Idosa: Futuridade*. São Paulo, v.1, 2009. Disponível em: <http://www.desenvolvimentosocial.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/biblioteca/publicacoes/volume1_Plano_estadual_para_a_pessoa_idosa.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2012.

GIBSON, M. J. *We can do better: Lessons learned for protecting older persons in disasters*. Washington, DC: American Association for Retired Persons, 2006. Disponível em: <<http://assets.aarp.org/rgcenter/il/better.pdf>>. Acesso em: fevereiro de 2012.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2011b). *Censo Demográfico 2010*. Município de São Paulo. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/link.php?codmun=355030>>. Acesso em: fevereiro de 2012.

_____. *Indicadores Sociais Municipais* (2011a). Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico de 2010. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/indicadores_sociais_municipais/indicadores_sociais_municipais.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2012.

IPEADATA. *Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos - número de benefícios em dezembro*. Período de 1996 a 2011. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: fevereiro de 2012.

MARICATO, E. “As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias- planejamento urbano no Brasil”. In: Arantes, Otília. *A cidade do pensamento único- desmanchando consensos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. (pp. 121-192).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Guia de preparação e resposta aos desastres associados às inundações para a gestão municipal do Sistema Único de Saúde*. Julho, 2011. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/guia_para_sms_desastres_julho_2011.pdf>. Acesso em: fevereiro de 2012.

_____. Portal Saúde – SUS (2012). *Quais são consequências à saúde decorrente das enchentes?* Disponível em: <<http://portalsaude.saude.gov.br/portalsaude/index.cfm?portal=pagina.visualizarNoticia&codConteudo=4035&codModuloArea=762&chamada=ferimentos-nas-enchentes-podem-causar-tetano>>. Acesso: fevereiro de 2012.

NERI, A. L.; FORTES, A.C.G.. A dinâmica do estresse e enfrentamento na velhice e sua expressão no prestar cuidados a idosos no contexto da família. In: E. V. Freitas; Py, L.; F. A. X. Cançado; J. Doll; M. L. Gorzoni. (Org.). *Tratado de Geriatria e Gerontologia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006, v. , p. 1277-1288.

NERI, A.L. Envelhecimento e qualidade de vida na mulher. 2º Congresso de Geriatria e Gerontologia – GERP 2001. Disponível em: <<http://portaldoenvelhecimento.org.br/artigos/maio2007/2congresso.pdf>>. Acesso em: janeiro de 2012.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Plano de ação internacional contra o envelhecimento, 2002*/Organização das Nações Unidas; tradução de Arlene Santos. – Brasília : Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003, 49 p.: 21 cm. – (Série Institucional em Direitos Humanos; v. 1).

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO. *Áreas de Risco – mapeamento 2010*. Dispo-

nível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/saffor_bueiros/FormsPublic/serv2AreasRisco.aspx>. Acesso em: janeiro de 2012.

SAWAI, M. Who is vulnerable during tsunamis? Experiences from the Great East Japan Earthquake 2011 and the Indian Ocean Tsunami 2004. United Nations. ESCAP – Economic and Social Commission for Asia and the Pacific, 2012. Disponível em: <<http://www.unescap.org/idd/working%20papers/IDD-DRS-who-is-vulnerable-during-tsunamis.pdf>>. Acesso: fevereiro de 2012.

SIENA, M. Remoção de famílias das áreas consideradas de risco: a técnica de “fazer viver e deixar morrer”. In: 34o *Encontro Nacional da ANPOCS*. Anais do 34º Encontro Nacional da ANPOCS. Caxambu, p. 1-21, 2010. Disponível em: <www.ufscar.br/neped/pdfs/anais/ANPOCS2010_Mariana_Siena.pdf>. Acesso: fevereiro de 2012.

UNITED NATIONS. *Living arrangements of older persons around the world*. New York, 2005. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/publications/livingarrangement/report.htm>>. Acesso em: fevereiro de 2012.

VALENCIO, N. Da “área de risco” ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. IN: VALENCIO, N. et al (Orgs.). *Sociologia dos desastres – construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009. 280 p.

VERAS, R.P. *País jovem de cabelos brancos: a saúde do idoso no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, UERJ, 1994.

WHO - WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Constitution of the World Health Organization*. Basic Documents. WHO. Genebra, 1946. Basic Documents, Forty-fifth edition, Supplement, October 2006. Disponível em: <http://www.who.int/governance/eb/who_constitution_en.pdf>. Acesso: fevereiro de 2012.

CAPÍTULO XVI

DIÁRIO DE BORDO: LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS EM TEMPOS DE DESASTRES

Samira Younes-Ibrahim

INTRODUÇÃO

Para responder ao generoso convite para escrever neste livro, me encontro diante de uma página em branco, pensando por onde começar. Olho para a varanda... começa a chover forte e um grande relâmpago estremece a sala. Em segundos, lembranças de muitos meses se passam, rapidamente em minha mente. Chuva... antes vista com normalidade na rotina das estações do ano, agora guarda outros significados como medo, preocupação, ansiedade, sobressalto e inquietação. Penso nas pessoas, com seus rostos e nomes, histórias e cenas. O que será que está acontecendo nas suas comunidades?

Nos últimos 12 meses, assim como eu, muitos estão reagindo da mesma maneira na região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Mas não é somente nesta região. Nas últimas décadas, houve um aumento na incidência de desastres em todo o planeta, com graves conseqüências para a humanidade. Segundo a ONU, quase 30 mil vidas se perderam em desastres apenas em 2011.

Foi com uma proposta de ações que possam prevenir e minimizar as conseqüências dos desastres, que nasceu a Rede de Cuidados-RJ, baseada na mudança coletiva de consciência.

Neste capítulo, apresentamos uma reflexão sobre nossa experiência direta com a vivência em diferentes situações que envolveram desastres, com seus respectivos desdobramentos. Como membro da Rede de Cuidados-RJ, participamos de ações, entre os meses de janeiro de 2011 e janeiro de 2012, nos municípios atingidos pela catástrofe. Selecionamos, para este texto, dois aspectos para serem aprofundados, tendo como base de observação as ações nos municípios de Petrópolis e Teresópolis, a saber:

1. o fortalecimento de lideranças comunitárias em situações de desastres e
2. considerações sobre a ação do psicólogo.

Primeiramente, é preciso agradecer aos membros das diferentes comunidades que nos receberam e assim permitiram que nós compartilhássemos de suas intimidades e de seus sentimentos. Estes foram os nossos grandes mestres. Aos parceiros da Rede de Cuidados-RJ, o reconhecimento naqueles que sempre renovam a coragem de criar e a confiança no ser humano.

PETRÓPOLIS – ARARAS: MULHERES EM MOVIMENTO

“Uma revolução pacífica está em andamento, um movimento da espiritualidade feminina, oculto a uma primeira vista (...). (BOLEN, 2003, pg 114).

Petrópolis é um município do Estado do Rio de Janeiro, localizado na Serra dos Órgãos. Araras é um de seus bairros, distante do centro da cidade, que é descrito na Wikipedia como “um vale profundo, de cerca de 53 km², entre paredes de montanhas que atingem os 1.900 metros”. Desde 1995, Araras é considerado um bairro ecológico, situado entre a Reserva Biológica de Araras e a Zona de Vida Silvestre de Maria Comprida. A região conta com habitantes de diferentes classes sociais. As casas e sítios de veraneio, bem como as várias pousadas, produzem um aumento transitório na população local, sobretudo em época de férias e nos finais de semana.

MADRUGADA DE 04 DE JANEIRO DE 2011. UM DESLIZAMENTO DE TERRA PROVOCA A MORTE DE TRÊS CRIANÇAS (14, 8 E 6 ANOS)

Visitando a comunidade, dois dias após o impacto de chuvas fortes, encontramos algumas famílias desabrigadas e, segundo o relato de moradores, outras casas em risco.

Procuramos uma liderança local e não achamos nem mesmo um lugar com privacidade para conversar, pela presença intensiva da imprensa e das autoridades municipais e curiosos, que solicitavam esta liderança todo o tempo. Pudemos, finalmente, nos “refugiar” dentro de um carro com a líder para conversar. Assim, ficamos sabendo como esta comunidade surgiu: há 20 anos, algumas pessoas ficaram desabrigadas em outra localidade e, “provisoriamente”, foram levadas para lá pelo governo municipal. Com o tempo, como não foram transferidas, elas começaram a promover melhorias no local. Familiares e amigos foram chegando e, com o passar dos anos, uma nova comunidade foi nascendo, ocupando as encostas e com poucos espaços coletivos.

Este exemplo de processo de desocupação emergencial é uma realidade encontrada em várias regiões do Brasil. O abandono ao qual desabrigados e desalojados são submetidos reproduz soluções de risco.

São criminalizados os grupos que, no vácuo de apelos desatendidos pelas autoridades, procuram a resolução de seus dramas mediante medidas parciais e precárias, como o retorno às suas moradias destruídas, danificadas ou interditadas em áreas tidas como suscetíveis ao impacto de novos fatores de ameaça. (VALENCIO, SIENA, MARCHEZINI, 2011, p.35)

A omissão das autoridades é um ato cruel e uma ameaça à integridade da multidimensionalidade humana (física, mental, emocional, espiritual).

Vinte anos depois, os moradores estavam diante de outro desastre. Improvisaram abrigos no pequeno cômodo da associação de moradores, num anexo e num estabelecimento religioso – um total de quatro famílias desabrigadas. Estavam aprendendo a se organizar entre as providências quanto à alimentação, as doações que recebiam, as pressões das autoridades, a dor dos que perderam as crianças, a raiva e a indignação de uns, a falta de sensibilidade de outros e as suas próprias necessidades pessoais.

Após uma semana do deslizamento, os problemas da comunidade atingida de Araras foram ofuscados pela catástrofe deflagrada em 12 de janeiro de 2011, que destruiu o Vale do Cuiabá, outro bairro de Petrópolis. Diante da urgência maior, todo o aparato municipal, a imprensa e as atenções se voltaram para aquela outra região.

Em Araras, tivemos outros encontros com moradores e lideranças da comunidade atingida. Os locais para as conversas eram variados: no carro, em um passeio pelas ruelas ou em estabelecimento religioso da localidade. Se antes eles estavam “atropelados” pelo assédio da imprensa e autoridades, agora estavam abandonados. Os moradores de Araras entendiam a necessidade do Vale do Cuiabá, mas permaneciam com as suas urgências locais; o cenário não havia mudado. Coube a alguns membros da comunidade a “responsabilidade” pela organização e acompanhamento da situação. Apesar do momento precário, um dos desabrigados recolheu doações com os vizinhos e as levou para o Vale do Cuiabá. Disse ele: “Fui lá no Vale do Cuiabá. Sabemos que eles estão precisando mais do que nós”.

Os moradores de Araras, preocupados, recorriam à liderança da comunidade – a presença disponível do momento. Os problemas se acumulavam: a incerteza e a demora no repasse das informações sobre o aluguel social; as dificuldades dos moradores para encontrar proprietários que quisessem

alugar imóveis para a prefeitura, os quais servissem de moradia provisória para os que tiveram suas casas destruídas, danificadas ou interditadas; moradores que não podiam ir para qualquer bairro devido a proximidade com trabalho e parentes; o recebimento de doações, mas não do que necessitavam; pressão para que a liderança agilizasse a saída dos desabrigados dos abrigos provisórios pois eles precisavam retornar ao uso rotineiro; outras casas estavam ameaçadas e os moradores, assustados, recorriam à liderança. Esta por sua vez, quando conseguiu falar com a Defesa Civil - ocupada com a tragédia do Vale do Cuiabá - recebeu a informação de que tinha que fazer uma ligação para cada pedido de vistoria de cada casa, enfrentando telefones ocupados, dificuldade de sinal do celular etc.

Quando fomos à comunidade pela primeira vez, nossa intenção era ver se, e como, podíamos ajudar. Não tínhamos nenhuma proposta pre-determinada. E o que se apresentou, inicialmente, foi a necessidade de promover o acolhimento da liderança. Precisamos usar a criatividade para encontrar lugar e momento para este trabalho. Porém, o “assédio” aos moradores – provocado pelas autoridades municipais, imprensa e curiosos, que queriam ajudar sem saber como – nos chamou a atenção e foi o primeiro obstáculo ao nosso trabalho. Toda a engrenagem que um desastre movimenta. Em alguns momentos, nos perguntamos se também não seríamos mais um fator complicador, mas a resposta do grupo de liderança nos mostrou que não.

Abandonadas em apenas uma semana, normalmente demora um pouco mais, as componentes da liderança de Araras precisaram buscar força interna e no pequeno grupo para trabalhar a situação que se apresentou. Não estavam diretamente desabrigadas nem desalojadas, mas tinham um grande desafio pela frente.

Agora a urgência era o abandono e saber o quê a liderança faria e o que ela necessitava. Resolveram buscar outras pessoas da comunidade para somar forças e o resultado foi a formação de um grupo de mulheres na liderança. Um grupo de bravas mulheres: fortes, com suas dores, acolhedoras, sensíveis, alegres, companheiras, criativas, sabendo ouvir. Não competiam entre si, ao contrário, somavam. Eram ágeis: rapidamente percebiam seus próprios sentimentos, suas dificuldades e suas possibilidades de mudar. Juntas, elas partiam para a ação. Tinham coragem e sensibilidade para acolher os sentimentos e a força e a rapidez nas respostas, características fundamentais numa situação de desastre. Características que lembram o feminino saudável:

Os lobos saudáveis e as mulheres saudáveis têm certas características psíquicas em comum: percepção aguçada, espírito brincalhão e uma elevada capacidade para a devoção. Os lobos e as mulheres são gregários por natureza, curiosos, dotados de grande resistência e força. São profundamente intuitivos e têm grande preocupação para com seus filhotes, seu parceiro e sua matilha. Têm experiência em se adaptar a circunstâncias em constante mutação. Têm uma determinação feroz e extrema coragem. (ESTÉS, 1994, p. 16).

Intuitivamente, elas percebiam outras necessidades na comunidade, como resultado de uma visão multidimensional do ser humano. Preocupavam-se com as crianças que estavam de férias e convivendo diretamente com o desastre. Queriam a abertura da creche. Levamos o pedido à autoridade responsável, que concordou com o pedido e prometeu interromper as férias da creche e promover o acesso das crianças ao espaço; o que, no entanto, não aconteceu nem foi justificado.

Tivemos a oportunidade de realizar alguns encontros formais (reunião do grupo) e informais (organização de doações, visitas às famílias), onde fazíamos o trabalho de suporte emocional às lideranças: reconhecer, compartilhar, confiar, saber como e onde podiam contar umas com as outras. Partilhavam a responsabilidade e o encaminhamento de problemas da comunidade, que algumas vezes se apresentavam enquanto estávamos reunidos – a angústia em saber se sua casa estava segura, a falta de informações sociais, a solicitação de doações específicas para atender aos desabrigados locais, consulta pré-natal, etc.

Discutiam como lidar com as pressões que recebiam das autoridades municipais – acerca dos locais com abrigados que precisavam ser esvaziados, do falatório sobre estarem desviando doações. A discussão e a orientação em relação a algumas situações práticas também se fizeram presentes. Assim, o grupo de liderança percebeu que precisava se organizar, dividir tarefas, ter um local reservado para guardar as doações recebidas, criar instrumentos de controle como, por exemplo, uma ficha de recebimento de doações e cadastro dos que a recebiam.

Mas, principalmente, percebeu que precisava saber decidir sobre quais assuntos podia se responsabilizar e sobre os que não podia e o que caberia aos gestores municipais e à Defesa Civil e como fazer pressão sobre eles. O grupo se fortaleceu e ganhou a confiança dos desabrigados. Quando, numa madrugada, uma das desabrigadas entrou em trabalho de parto, a responsável pela associação de moradores foi chamada. Saiu-se uma grande parteira!

PETRÓPOLIS – VALE DO CUIABÁ: *LIDERANÇAS EM ABRIGOS*

A gente quer ter voz ativa
No nosso destino mandar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega o destino prá lá(...)

Roda mundo, roda gigante
Roda moinho, roda pião
O tempo rodou num instante
Nas voltas do meu coração(...)

A gente toma a iniciativa
Viola na rua a cantar
Mas eis que chega a roda viva
E carrega a viola prá lá(...)

(Roda Viva - Chico Buarque)

12 de Janeiro de 2011.

Andar pela estrada no primeiro dia do acontecido, encontrar as pessoas exaustas às margens da rua, com olhares perdidos, ainda não acreditando em tudo o que aconteceu. No início do caminho, famílias sentadas com alguns pertences ao lado. As cores, barrentas, o verde sumiu, um vazio tomou conta. À medida que avançávamos para o Vale, as marcas da tragédia aumentavam. Não sabíamos até onde poderíamos seguir. Lugares conhecidos, pessoas conhecidas, paisagens da infância já não existem mais – lama, destroços, cheiro insuportável, poeira, um enorme areal. Não conheço, não reconheço. Diferente dos outros lugares, esta localidade faz parte de minhas lembranças de vida. Assim, tenho exatamente a imagem do antes e do depois. E, pouco a pouco, a confirmação de que nunca mais será como antes.

Ainda existem perguntas no ar junto, com insegurança e medo: “Será que vem mais?” “O que aconteceu?”. Olhares para o céu nublado com o pavor de nova chuva acontecer.

E mais uma vez, a comprovação do óbvio: quem chega primeiro para prestar socorro é quem está ao lado. E se confirma a urgência em ajudar a preparar e instrumentalizar a comunidade. Com muita dificuldade para transitar, conseguimos ir apenas até uma parte do caminho, o restante ainda estava bloqueado.

Por onde começar?

Os abrigos foram montados, a ajuda chegando de diversos lugares, a extensão da catástrofe sendo conhecida e com isto a apresentação das necessidades e providências iniciais. Além das perdas materiais (casas, trabalho), a gravidade se mostrava na quantidade de perdas humanas vividas por uma só pessoa: cinco, dez, vinte, entre parentes e amigos, somando-se, ainda, angústia e incerteza sobre os desaparecidos.

LIDERANÇAS COMUNITÁRIAS

Nossas reflexões resultam de observações diretas, vivências e relato de pessoas que estavam desabrigadas e das lideranças.

Inicialmente, quatro abrigos foram constituídos: numa escola, no ginásio de um clube e em dois estabelecimentos religiosos. Pouco tempo depois, o primeiro foi desativado.

Mostrou-se clara a diferença entre eles, tanto na organização, quanto na motivação e no acolhimento.

Destaca-se a delicadeza – e os riscos – da convivência entre pessoas que não escolheram estar juntas, dividindo um mesmo espaço em uma situação de tamanha dor, perplexidade e precariedade. Vivendo, concomitantemente, perdas impensáveis: familiares, casa, documentos, objetos pessoais, amigos, inclusive a área geográfica, o seu lugar. Além das perdas, abusos de autoridades que colocam em xeque a condição de ser humano, como lembra Rosenberg, quando cita Arendt: “A total dominação se empenha em organizar a pluralidade e a diferenciação infinitas dos seres humanos como se toda a humanidade fosse um único indivíduo.” (ROSENBERG, 1977, p. 125).

Nos primeiros dias, observamos que, no abrigo onde a comunidade tinha alguma voz nas decisões, havia algum espaço para acolhimento das necessidades do grupo e o cuidado estava presente. Cuidado em respeitar geograficamente o abrigamento das famílias, delimitando a área com colchões, bancos, lençóis, papelão. Cuidado nas relações, no reconhecimento da sabedoria e da importância dos anciãos na composição do grupo. Cuidado com o grupo na “espera” pelos desaparecidos. Reconhecimento da importância do abrigo estar aberto à visita dos familiares e amigos. Atenção para as necessidades diárias, como por exemplo, na administração de medicamentos a quem necessitasse, na organização das doações, no cuidado com limpeza, na escolha do cardápio, na segurança com mulheres e crianças, no cuidado com os animais. Os desabrigados ali inseridos tinham liberdade de contribuir com suas habilidades: cozinhar, serviços de obra, eletricista, lazer para as crianças, etc. O cuidado em saber como o outro está, sinalizando quem precisava de ajuda.

Na alimentação, “sempre cabia mais um”. Percebido como uma das poucas representantes de “casa”, merece destaque quando é possível ao desabrigado “ocupar” a cozinha e fazer a sua comida, alimentando a família, parentes, amigos. Como é saudável e reestruturador. O convite a uma refeição para quem está chegando. Dois dos abrigos também alimentavam um grande número das equipes que trabalhavam no resgate, assistência, obras, etc. Nos vários dias na região, nunca ficamos com fome ou sede.

Merece atenção especial os abrigos onde o ser humano é ao mesmo tempo liderança e desabrigado(a) ou desalojado(a). Esta liderança precisa de cuidado diferenciado, pois além do impacto e da dor de suas próprias perdas, lida com o grupo que está em situação parecida e recebe cobranças dos abrigados, das autoridades, voluntários, mídia, etc.

No abrigo instalado no ginásio, onde a coordenação era exercida com uma tentativa de representação da comunidade e um rodízio entre representantes do município, a frase de uma dessas pessoas traduzia o clima – “é uma panela de pressão pronta para explodir”. Não apresentava o cuidado com os espaços, com a limpeza, com a segurança, com a organização das doações, nem cuidado com as relações entre as pessoas conviventes. Animais transitavam e dormiam junto com crianças e adultos. Conflitos apareceram de forma mais intensa e grave.

Em todos os abrigos da localidade, observamos a presença de órgãos municipais, ongs, lideranças religiosas e voluntários com ações que se sobrepujam, sem organização intersetorial, obrigando o desabrigado a responder várias vezes às mesmas perguntas e contar as mesmas histórias repetidamente, apesar de toda sua dor. Mesmo assim, ainda faltava clareza e orientação sobre os procedimentos e encaminhamentos sobre documentos, trabalho, aluguel social, recebimento de medicamentos, etc. Sempre presente, o medo, o pânico com a chuva e a insegurança da tragédia se repetir.

Encontramos a presença intensiva de militares e de autoridades de segurança pública nas estradas de acesso ao local, às vezes, impedindo o acesso de familiares, moradores, voluntários, profissionais e outros, aumentando a angústia dos que procuravam retornar para suas casas, ou buscavam por parentes e amigos. Mesmo com uma identificação de caráter profissional, na área de psicologia, era difícil transpor a barreira militarizada.

DO DESASTRE AO ASSÉDIO

Pelas características mais marcantes da população fixa da região – predomina a classe média e baixa em meio a uma população flutuante que frequenta suas respectivas casas de veraneio, sítios, pousadas e haras – e pela

extensão da tragédia, com o passar dos dias, constatamos a presença de um “assédio” diferenciado aos abrigados: havia a presença de representantes do poder público – municipal, estadual e federal – ao lado de voluntários oriundos de diversas regiões, da mídia, de moradores da localidade, de políticos, de empresários e de artistas). Devido tais interações, uma quantidade de promessas, que confundem, seduzem e atrapalham a comunidade na hora de decisões.

Vivenciar um desastre que está em foco na mídia tem benefícios, mas também pode produzir conseqüências negativas quando não existe cuidado, diálogo e organização para privilegiar e potencializar as necessidades do grupo em questão. Principalmente, quando não existe silêncio para que o grupo possa ser ouvido (e se ouvir).

Percebemos claramente que, à medida que o “assédio” aumentou, diminuiu o espaço de participação da comunidade na gestão dos abrigos, principalmente, onde já havia o início de um movimento maior de participação. As comunidades ainda não possuem experiência com esta situação e é difícil a organização a partir do exato momento de vivência de um evento crítico. A dinâmica instalada ao redor dos desabrigados impede que eles tenham tempo e espaço de cuidar da sua dor e de encontrar as suas formas próprias de enfrentamento da situação. Além disso, isto compromete a realização dos rituais de passagem. Diariamente a presença de visitantes, doações, imprensa, políticos, empresários, voluntários, atendimentos, recreação, interferem na convivência, na construção de rotinas e na formação de uma comunidade.

O grupo de encontro tem aqui implicações profundas. Quanto mais o movimento se expande, e quanto mais os indivíduos se sentem como pessoas únicas e capazes de escolher, profundamente interessadas por outras pessoas únicas – mais maneiras encontrarão para humanizar as forças desumanizadoras correntes. (ROGERS, 1994, p.156).

Apresenta-se, aqui, um grande desafio para o trabalho do psicólogo nos abrigos. Primeiro, o suporte emocional às lideranças comunitárias que, como vimos, estão numa posição de risco emocional. O segundo, e não menos importante, o trabalho com os desabrigados e desalojados, com a intenção de ajudá-los a criar espaços de estar junto, em grupo, com potencial de fazer frente aos assédios do momento. Com a intenção de promoção de um espaço de silêncio. Um trabalho que facilite o contato do indivíduo consigo mesmo, que crie condições para que a Tendência Atualizante se desenvolva.

TERESÓPOLIS: LIDERANÇAS EM CONSTRUÇÃO DE REDE

“... Eu tenho esperança de que em outras regiões do Brasil
ajuntamentos grandes das nossas tribos (...) vão estar surgindo (...)
identificando essa mesma conexão, vendo essa força
que guardam os lugares onde a terra descansa, guarda.”
(KRENAK, 2000, p. 162)

É importante destacar que os municípios da região serrana do Estado do Rio de Janeiro, atingidos pela catástrofe de janeiro de 2011, encontram-se há um ano renovando o estado de calamidade pública. A última renovação, solicitada por seus governantes, ocorreu em janeiro de 2012, para mais 90 dias. Lembramos as “facilidades” que tal estado de calamidade pública permanente produz na gestão, contrastando com a situação contínua de abandono das comunidades.

Com o conseqüente desgoverno local das medidas de resposta e recuperação, os contextos de emergência geram o aumento da decretação de situação de emergência (SE) e estado de calamidade pública (ECP), cujas medidas para reparar os danos e proteger os afetados de novas ocorrências são, no mais das vezes, pífias, o que tem rebatimento na sucessão de decretos de SE ou ECP que centenas de municípios brasileiros oficializam ano após ano. (VALENCIO, SIENA, MARCHEZINI, 2011, p. 26).

Setembro de 2011.

Oito meses após o início da tragédia, através da Rede de Cuidados-RJ, em parceria com a entidade ecumênica de serviço Koinonia, iniciamos as oficinas de Fortalecimento de Lideranças Comunitárias na área rural do município de Teresópolis. Vinte e uma comunidades estiveram representadas em três oficinas. Algumas dessas comunidades, em locais de difícil acesso, distantes do centro e uma região de risco.

Encontramos a população abandonada, cansada de promessas e descrente do poder público. Revoltada, com o medo ainda presente. Sobresaltada quando chove, renovando os sentimentos de insegurança e medo. Em dias de chuva forte, continuam sofrendo com enchentes nas casas, na plantação e na criação de animais. A terra ainda mostrando sinais de violência na vegetação, nas montanhas “arranhadas”.

Percebe-se a dor além da fala, visível nos gestos, no corpo, no olhar. A revolta com o descaso das autoridades e tantas suspeitas de corrupção envolvendo o município. Verbas que são liberadas, mas não atendem aos problemas da população. Percorrendo alguns lugares, parece que a tragédia aconteceu na véspera: regiões onde a população ainda não tem água nas

torneiras, com sinais da tragédia na porta de casa – entulhos, carros, pontes caídas ou prontas para desabar. A indefinição quanto ao aluguel social, famílias em áreas de risco e outras sem saber se estão.

Confirma-se que o caminho para a mudança está no fortalecimento da identidade e das relações entre os membros da comunidade, no estabelecimento de vínculos de confiança, no respeito à cultura local, contribuindo para que cada indivíduo tome posse de seu poder pessoal. Um trabalho que em sua base contemple a integração da multidimensionalidade humana, “(...) trabalhar o indivíduo na dinâmica físico-emocional-mental-espiritual, para contínuo aprendizado e amplitude de si mesmo.” (BASSO E PUSTILNIK, 2000, p. 108).

Fica evidente que a comunidade, tão assediada com “pacotes prontos”, estranha quando tem um espaço onde não trazemos nada pronto, nenhum kit, onde a proposta é construir juntos, onde estão em círculo, olho no olho, cara a cara. No processo dos grupos, percebemos a necessidade de um primeiro momento para compartilhar a dor, as histórias, as perdas, as angústias, os medos. Um tempo para o grupo gestar e fortalecer laços, intimidade e gerar confiança, o que potencializa o trabalho e permite que flua a construção de um novo movimento.

Na construção do grupo, a surpresa quando as pessoas descobrem que não basta morar num local desde que nascemos para “se sentir fazendo parte”. Depois de acolhido, aceito, se sentindo pertencendo, descobrindo as necessidades, percebendo o potencial e a importância, podemos olhar para fora e conversar sobre as necessidades da comunidade.

Permitir à comunidade desenvolver sua própria representação sobre os riscos, ou seja, o refinamento de sua percepção, usando sua sabedoria, sua experiência, sua história, sua cultura, sua criatividade - é um aprendizado de humildade, de percepção da parte e do todo, de suas inter-relações e de empoderamento do grupo. É um grito de liberdade diante de tantos planejamentos e ações que chegam prontos até eles, onde não são ouvidos, onde são “convidados” a se encaixar. Uma comunidade fortalecida conhece seus riscos, suas carências e seus recursos e a luta política que precisa ser travada para conquistar e assegurar seus direitos.

Criar um ambiente onde o poder é compartilhado, onde os indivíduos são fortalecidos, onde os grupos são vistos como dignos de confiança e competentes para enfrentar os problemas(...). (ROGERS, 1987, p. 65)

Pudemos testemunhar o desabrochar de várias lideranças. Lideranças com grande potencial para construção de um funcionamento em rede. En-

tre elas, a liderança de duas mulheres que, usando a criatividade, descobriram recursos de comunicação que podiam utilizar em situações de desastres, quando a comunicação usual não funciona - um grave problema em desastres: sinais com lanterna e um código transmitido com apito. Algumas semanas mais tarde precisaram colocar o “plano” em prática e funcionou, com exceção de uma escola, que não permitiu a entrada do grupo.

A vivência nos grupos suscita muitas reflexões, ainda em estudo. A mobilização para um trabalho conjunto foi mais difícil com o grupo que teve apenas perdas materiais, estando mais disponíveis os grupos que, além de bens materiais, sofreram perdas humanas, como o falecimento e/ou o desaparecimento de parentes, vizinhos e amigos. A cada oficina, é maior a participação de membros de famílias e muitas, muitas crianças. Alguns sentimentos motivam a presença no grupo, como por exemplo, dor, raiva, medo, insegurança, solidão. Algumas experiências nos levaram a pensar em dois extremos mobilizadores para a integração do grupo em emergências e desastres, levando a um objetivo comum: o medo e o amor, os dois com grande potência de alavancar união.

Diferentemente do que crê o pensamento patriarcal, a verdadeira adaptação da humanidade não foi pela violência e, sim, pela solidariedade. E a violência é bem recente na história evolutiva humana. (MURARO e BOFF, p. 12).

Pelo que temos experienciado, permanece a esperança de que se confirme uma maior tendência para a ação mobilizada pelo amor.

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO DE DESASTRE

“Eu preparo uma canção que faça acordar os homens e adormecer as crianças”
(Canção Amiga – Carlos Drummond de Andrade)

Janeiro de 2011 a janeiro de 2012.

Em quase 30 anos de trabalho na área da psicologia, nunca ouvi tantos pedidos solicitando a presença do psicólogo em contexto de desastre como nos últimos 12 meses. Jornais, televisão, internet, telefone. De órgãos municipais, a ongs, passando por colegas e pela população em geral. Pedidos oriundos da região serrana do Estado do Rio de Janeiro. Não só nos primeiros meses, mas perdurando por mais de um ano, ultimamente, por parte da população.

Encontramos o planeta mergulhado numa grande crise. Estudiosos como Russel (1993), Capra (2006) e Lovelock (2006) apontam para o fato de estarmos vivendo uma fase de mudança planetária, com o aumento das situações de risco para desastres, agravando a precariedade já existente na condição de vida das populações. Um período de aceleradas mudanças, que exigem uma mudança de consciência. Entre eles, Muraro e Boff (2002), reforçam a tese de que estamos num novo ponto de mutação e sinalizam a crise:

Por isso estamos, como espécie, num novo limiar. Ou nos parimos como outra espécie humana, com outra consciência, ou pereceremos. Não há meio-termo. Nessa fase, se faz mais urgente que em outras uma nova espiritualidade que coloque no centro das suas preocupações a vida, na sua esplêndida diversidade, o futuro comum da Terra e da humanidade e, também, o cuidado para com tudo o que existe e vive (MURARO E BOFF, 2002, p. 11).

A experiência tem demonstrado que os psicólogos têm interesse, mobilização e importante contribuição para atuação em contexto de desastre, mas que não sabem como fazer, pois não foram preparados em sua formação.

Reconhecemos que este é um momento de revisão de nossa formação, tendo como questionamento principal: como melhor preparar o psicólogo, como ser humano e com a integração de diferentes saberes, para lidar com este momento de crise planetária?

Aqui estamos nós, psicólogos, com vários questionamentos, amadurecendo o novo, mas o tempo acelera e os desastres não nos esperam.

Desastres relacionados ao clima, como secas enchentes – mais frequentes na América Latina e no Caribe – podem aumentar em mais de 50% em todo o planeta até 2015, afetando cerca de 375 milhões de pessoas anualmente... (ABONG, 2010).

Trazemos algumas reflexões sobre nossa experiência sabendo que elas não se encerram nem são conclusivas, ao contrário, apenas começaram. Lembrando que, dependendo do momento da inserção do psicólogo nas situações de desastres – antes, durante, logo após ou meses depois do impacto de um fator ameaçante que gerou ou aprofundou sua vulnerabilidade - estratégias diferenciadas serão requisitadas. No presente capítulo, não nos detivemos em cada uma dessas fases.

Autores como Wilber (1990) e Boainain Jr. (1998) já apontavam para a necessidade de uma mudança de paradigma – um paradigma transcendente (Wilber) e transpessoal (Boainain Jr), capaz de acompanhar a complexi-

dade do desenvolvimento humano, as mudanças planetárias, dando conta dos novos desafios do ser humano. Esta necessidade aponta para a mudança na formação dos profissionais. Constatamos a necessidade de o psicólogo ser uma “Presença” capaz de facilitar a integração da multidimensionalidade, em espaços onde possam ressoar o resgate da identidade, o acolhimento, o suporte emocional às lideranças, a sustentação para os limites definidos pelo grupo, a realização do autocuidado e do cuidado com o grupo, o fortalecimento emocional e a construção da identidade da comunidade abrigada.

É importante saber que as necessidades iniciais dos atingidos por desastres são as básicas, as de sobrevivência, e a urgência em saber dos seus – familiares e amigos. Entender que determinadas reações emocionais, como por exemplo, crises de choro, insônia, certa desorientação, isolamento ou ativismo, podem ser normais. Mas, não deixar de estar atento e acompanhar as mudanças. Saber qual o seu limite pessoal, os riscos assumidos no contexto de desastre, não se lançando num voluntariado solitário. Informar-se sobre as áreas de risco, reconhecer as autoridades no assunto e seguir as suas orientações. Inserir-se num grupo organizado ajuda para compartilhar experiências e garantir maiores níveis de segurança. É importante dar conta de seus cuidados pessoais. Buscar que nossa formação seja ampliada, incluindo um “saber” que nos prepare integralmente (técnico e experiencial) para a atuação no contexto de desastres, inserindo a contribuição de outros saberes, como por exemplo, da filosofia, da sociologia, da ecologia, da espiritualidade, entre outros. Reconhecer e desenvolver a integração de nossa própria multidimensionalidade.

Os autores Muraro e Boff (2002), Bolen (2003), Maturana (2004) e Al Gore(2010) reconhecem o lugar especial do feminino no processo de mudança planetária. Não se trata de um discurso feminista, mas sim de uma presença com capacidade de acolher, compartilhar, cuidar, dialogar, com suavidade e força, intuição e solidariedade na estratégia de humanização das relações. A não competitividade, a construção de relações em rede e o cuidado com a mãe terra, estão presentes no olhar do feminino integrado. Este destaque foi confirmado pelas observações da autora em vivências terapêuticas com grupos de mulheres e trabalhos com lideranças comunitárias femininas (Projeto Femeando) e na observação direta e vivência em situação de desastre. A presença da mulher também é citada por alguns autores como condição para o equilíbrio e estabilização da população ameaçada.

Outros projetos também sinalizam para a mesma direção, como por exemplo, a experiência da Universidade dos Pés-Descalços, na Índia.

Vemos com esperança a presença de lideranças com valores femininos desenvolvidos como um potente instrumento de equilíbrio do planeta. Muraro e Boff mostram o grande diferencial na liderança dos gêneros: as

mulheres lideram em rede e os homens centralizando. Encontramos alguns homens (poucos) com as qualidades de liderança feminina.

(...) as Nações Unidas, por meio do fundo das Nações Unidas para a população – FNUAP, assim começa o seu relatório oficial de 2001, o primeiro deste milênio:” A raça humana vem saqueando a Terra de forma insustentável e dar às mulheres maior poder de decisão sobre o seu futuro pode salvar o planeta da destruição”. (MURARO E BOFF, 2002, p. 14).

Numa sociedade onde a tecnologia (olhar patriarcal e excludente), é apontada como a grande saída para a resolução dos desastres, buscamos espaço para que o humano seja igualmente considerado e inserido nos projetos governamentais, através de um olhar matrístico, pautado no respeito, na colaboração, na inclusão das diferenças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“... O pensamento que nós recebemos de nossos avós, o ensinamento mais permanente é que a vida é um presente que nós recebemos, e ela precisa ser adornada. Ela precisa ter beleza. E é um tipo de beleza que precisa refletir o nosso interior. Se a beleza que nós carregamos reflete o nosso espírito, então nós somos o espelho da criação. Se ela não reflete o nosso espírito, é porque a gente está desconectado, está distraído. Para os Krenak, esse estado da pessoa estar distraído, é como se ele estivesse krenton: ele está inconsciente. (KRENAK, 2000).

Vivemos uma época de crise planetária, colocando em xeque os valores que embasam o estar e o ser no mundo. Acompanhamos vários tipos de desastres em todos os continentes: ambiental, político, social, econômico, ético e todos são interdependentes.

As autoridades não estão preparadas para lidar com as ações e as situações que produzem os desastres, nem com seus desdobramentos, em parte, porque estão equivocadas quanto à complexidade do tema, permanecendo com uma visão reducionista.

Nossas instituições reproduzem um pensar competitivo e excludente, o que impossibilita o diálogo.

A experiência de trabalho com as comunidades mostra um sinal de esperança. A confiança na dinâmica da comunidade, no poder que os grupos têm de resgatar o humano em nós.

Um dos caminhos para a mudança passa pela conscientização e fortalecimento das comunidades e do resgate da característica das autoridades

de “estar a serviço da comunidade. A possibilidade de uma transformação que construa outros valores na relação com o outro e com o planeta: o cuidado, a solidariedade, o respeito, o diálogo, a colaboração, o compartilhar, a percepção da não-separatividade. Somos *apenas* um dos fios da grande rede da vida ... somos um dos fios que liga a rede da vida ... somos a rede da vida. E ... somos a rede da vida ... somos um dos fios que liga a rede da vida ... somos *apenas* um dos fios da grande rede da vida.

REFERÊNCIAS

- ABONG. *SOS Comunidade Vale do Itajaí: Monitoramento e Organização Comunitária em Desastres*. Rio de Janeiro: ABONG, 2010.
- ANDRADE, C. D. *Antologia Poética*. 13ed Rio de Janeiro: J.Olympio, 1979.
- BASSO, T.; PUSTILNIK, A. *Corporificando a Consciência*. São Paulo: ICDEP, 2000.
- BOAINAIN Jr, E. *Tornar-se Transpessoal*. São Paulo: Summus, 1998.
- BOLEN, J. S. *O Milionésimo Círculo*. São Paulo: Triom, 2003.
- CAPRA, F. *Alfabetização Ecológica*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- DALAL, A. S. *Uma Psicologia Maior*. São Paulo: Cultrix, 2002.
- FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GORE, A. *Nossa Escolha*. São Paulo: Manole, 2010.
- KRENAK, A. *O Lugar onde a Terra Descansa*. Rio de Janeiro: Petrobrás/Eco Rio e Núcleo de Cultura Indígena, 2000.
- LOVELOCK, J. *A Vingança de Gaia*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2006.
- PEARCE, J.C. *O Fim da Religião e o Renascimento da Espiritualidade*. Resgatando todo o potencial do sentimento humano. São Paulo: Cultrix, 2009.
- MATURANA, H. *Amar e Brincar: fundamentos esquecidos do humano*. Do patriarcado à democracia. São Paulo: Palas Athena, 2004.
- MURARO, R.M; BOFF, L. *Feminino e Masculino*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.
- ONU. Boletim semanal n ° 39. Disponível em www.onu.org.br. Acesso em 27/01/12.
- ROGERS, C. *Um Jeito de Ser*. São Paulo: E.P.U, 1987.
- _____. *Grupos de Encontro*. São Paulo: M. Fontes, 1994.
- _____; ROSENBERG, R. *A Pessoa como Centro*. São Paulo: EPU, 1977.
- RUSSELL, P. *La Tierra Inteligente*. Madrid: Gaia E, 1993.
- UNIVERSIDADE DOS PÉS-DESCALÇOS. Disponível em http://www.ted.com/talks/lang/pt/bunker_roy.html. Acesso em: 8/02/2012.
- VALENCIO, N. *et al.* *Abandonados nos Desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011.
- WILBER, K. *Los Três Ojos Del Conocimiento: La Búsqueda de un nuevo paradigma*. Barcelona: Kairós, 1990.
- YOUNES-IBRAHIM, S. *Rede de Cuidados-RJ*. In Conselho Federal de Psicologia. II Seminário Psicologia nas Emergências e Desastres. Disponível em www.pol.org.br. Brasília: novembro de 2012. Acesso em 12/12.

POVOS TRADICIONAIS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS: RESILIÊNCIA OU NECESSIDADE ADAPTATIVA ÀS NOVAS CONDIÇÕES AMBIENTAIS?

Raquel Duarte Venturato

INTRODUÇÃO

O debate sociológico acerca dos desafios impostos ao modo de vida dos povos tradicionais na região Amazônica do país diante os eventos extremos do clima, e de seus desdobramentos na base biofísica e na dinâmica ecossistêmica terrestre e aquática, é muito recente.

Das muitas formas como essa problemática pode ser tratada, deve-se ter em conta a que a situa dentro do conceito bourdieusiano de *habitus*. Segundo Bourdieu (1983, p.53), *habitus* é

um sistema de disposições duráveis e transitórias, integrando todas as experiências passadas, os quais funcionam em cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças a transferência analógica de esquemas que permitem resolver os problemas de modo semelhante e graças as correções incessantes dos resultados obtidos, dialeticamente produzidos por estes resultados.

Significa dizer que o *habitus* é um conceito potencialmente norteador para identificar o conjunto de práticas que tais povos, nos âmbitos público e privado, exercitam não apenas diante os mesmos problemas de um dado cotidiano, mas diante de problemas novos. No contexto amazônico, a dinâmica natural das águas doces tem influência direta sobre o *habitus* característico do modo de vida dos povos tradicionais e, em especial, naquele que

forja o processo identitário das comunidades ribeirinhas, sendo um fator regulador dos sistemas reprodutivos socioespaciais desse grupo social e, particularmente, a plasticidade de seu lugar.

As enchentes e cheias assim como as vazantes e secas, dos rios e igarapés da região, não representam fenômenos ambientais ameaçadores à reprodução social das comunidades ribeirinhas; pelo contrário, são marcadores do meio que dão parâmetros à organização dos processos de territorialização dessa coletividade, de forma a atendê-la em suas necessidades e anseios da vida familiar e grupal, assim como do ritmo que imprime às mesmas. A segurança alimentar ribeirinha caracteriza-se pelo esforço de autoconsumo que envolve, no centro, a produção agrícola e a extração animal, no binômio farinha-peixe, mas do qual participa a extração vegetal, o artesanato e outros; porém, os excedentes são comercializados e outras demandas de consumo fazem parte do repertório cultural continuamente renovado pelo grupo.

Deslocamentos periódicos, por via fluvial, muito frequentemente são realizados para suprir o acesso comunitário a serviços básicos, tais como os de saúde e educação, bem como para manter as relações econômicas como as que envolvem a compra e a venda de produtos alimentícios e outros itens de primeira necessidade. Isto é, tanto a forma de organizar as ações no próprio território comunitário quanto àquela adotada no *habitus* para complementar os mínimos vitais e sociais, através de vínculos com outros territórios, passar pelo fluir das águas doces. Essas, por seu turno, no contexto amazônico, tem estreita relação com os fenômenos atmosféricos, que ditam a sazonalidade das águas brancas (degelo) e pluviais.

Qualquer alteração abrupta nessa relação que envolve os sistemas físico-atmosférico e biofísico tem repercussão na dinâmica de organização socioespacial das rotinas das comunidades ribeirinhas, cujos ajustes requeridos são consideráveis.

Dentre as indagações sociológicas pertinentes diante essa problemática cabe, com destaque, as seguintes: em que medida o *habitus* dos ribeirinhos permitirá resolver os problemas críticos, no cotidiano comunitário, decorrentes de secas ou cheias atípicas? Quais as disposições que, até então, duráveis, precisarão dar ensejo a novas percepções, apreciações e ações para permitir a sobrevivência e reprodução social do grupo?

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MUDANÇAS DO CLIMA COMO UM CONTEXTO AMAZÔNICO

Na medida em que os eventos extremos do clima incidam, direta ou indiretamente, na modificação do território, ameaçam e vulnerabilizam os

grupos sociais que constituem sua identidade de maneira territorializada, como os povos tradicionais da Amazônia brasileira.

Adger (2006) entende a vulnerabilidade como um estado, segundo o grau de exposição e de sensibilidade às perturbações ou ameaças externas de um sujeito bem como sua capacidade adaptativa frente estes desafios que tal exposição gerou. Na revisão feita por Adger e colaboradores (2005), viu-se que os eventos extremos do clima são sérias ameaças, capazes de perturbar os vários grupos sociais, incluindo povos tradicionais, a ponto de eventualmente explicitar sua incapacidade de resiliência, o que significa a necessidade dos mesmos de incorporar, no seu repertório, novas dimensões de antecipação sobre o conhecimento das ameaças e estratégias de respostas. Para a ecologia, resiliência é a capacidade de um sistema socioecológico integrar uma perturbação no seu funcionamento, sem perder sua estrutura e funções essenciais, bem como sua capacidade de adaptação às novas circunstâncias (CARPENTER *et al.*, 2001). Essa concepção parte da ideia de que qualquer interrupção nesse sistema é arbitrário o que, então, é conciliável com o conceito bourdieusiano de *habitus*.

Povos tradicionais possuem um conjunto de representações sociais específicas sobre o ecossistema naturais em que se inserem. Isso lhes possibilita agregar e articular elementos do meio natural aos seus sistemas de objetos de modo a animar uma organização social durável naquele território e conectá-lo a outros. Assim, se a dinâmica ecossistêmica se altera, as formas de entendimento compartilhado do mundo ao redor e suas articulações extraterritoriais sofrerão uma pressão para a reelaboração das práticas sociais, condicionadas pelo arcabouço cultural, que deve manter-se alargado para as modificações ensejadas pelas mudanças do clima.

Alterações ecossistêmicas drásticas para o contexto amazônico são sinalizadas para as próprias décadas em razão de eventos extremos do clima. Nos últimos anos, estudos de Marengo *et al.* (2004), Marengo (2008a; 2008b; 2008c) e Marengo e Valverde (2010) e outros apontam para uma intensificação nas ocorrências de eventos extremos do clima. Esses, associados a características socioculturais e sociopolíticas expressas na organização territorial, produzem desastres. Quarantelli (1998) e Nasreen (2004) e outros definem desastre como uma situação coletiva de estresse, com ruptura do funcionamento adequado de seu território por um dado período e de tal modo que essa crise social articula prejuízos materiais, morais, físicos e emocionais.

Ocorrências que levam aos desastres no Brasil estão associadas às instabilidades atmosféricas severas, que são responsáveis pelo desencadeamento de inundações, vendavais, tornados, granizos e escorregamentos

(MARENGO, 2007). Segundo os resultados apresentados no III Simpósio Internacional de Climatologia, organizado pela Sociedade Brasileira de Meteorologia (2009), as regiões mais vulneráveis a desastres relacionados a eventos naturais extremos no Brasil são o Sul, Nordeste e Norte por serem as mais afetadas pelo aumento na frequência e intensidade de eventos extremos. Em Marengo (2008b, p.13) encontra-se a afirmação de que a situação na Amazônia é preocupante.

Em 2005, uma forte estiagem – a maior dos últimos 103 anos – atingiu o Leste do Amazonas, quando alguns rios chegaram a baixar seis centímetros por dia. Milhões de peixes apodreceram e morreram nos leitos de afluentes do Amazonas que serviam de fonte de água, alimentos e meios de transporte para comunidades ribeirinhas (Marengo *et al.*, 2008 a, b; Zeng *et al.*, 2008; Aragão *et al.*, 2007). As chances de ocorrerem períodos de intensa seca na região da Amazônia podem aumentar dos atuais 5% (uma forte estiagem a cada vinte anos) para 50% em 2030 e até 90% em 2100 (Cox *et al.*, 2008).

Em outro trecho, o autor revisa diversos trabalhos sobre precipitação na bacia amazônica, onde afirma que:

Na Amazônia e no Nordeste, ainda que alguns modelos climáticos globais do IPCC AR4 apresentem reduções drásticas de precipitações, outros modelos apresentam aumento. A média de todos os modelos, por sua vez, é indicativa de maior probabilidade de redução de chuva em regiões como o Leste e o Nordeste da Amazônia como consequência do aquecimento global (MARENGO, 2008, p.15).

E continua:

(...) o Brasil é vulnerável às mudanças climáticas atuais e mais ainda às que se projetam para o futuro, especialmente quanto aos extremos climáticos. As áreas mais vulneráveis compreendem a Amazônia e o Nordeste do Brasil, como mostrado em estudos recentes. O IPCC AR4 mostra reduções de chuva no Norte e no Nordeste do Brasil durante os meses de inverno JJA (junho, julho, agosto), o que pode comprometer a chuva na região Leste do Nordeste, que apresenta o pico da estação chuvosa nessa época do ano (MARENGO, 2007; MARENGO *et al.*, 2007, p.17).

Em recente publicação, Obregon e Marengo (2011, p.20) apontam outros fatores que influenciam o clima, tal como o fenômeno El Niño:

O fenômeno El Niño – Oscilação Sul (ENOS) – cujo centro está no Oceano Pacífico tropical, mas tem alcance mundial – foi reconheci-

do como um dos maiores padrões que afetam o clima da Amazônia. Existem registros de secas durante alguns eventos intensos do El Niño, como em 1912, 1926, 1983 e 1998. A seca de 2010 começou durante um evento do El Niño no início do verão austral daquele ano e depois tornou-se mais intensa durante o evento de La Niña. A precipitação abaixo da média no verão, que pode ser associada ao El Niño, fez baixar o nível dos rios.

Neste documento, Marengo *et al.* (2011, p. 24) fazem uma revisão acerca de eventos extremos sazonais na Amazônia, trazendo dados das secas de 2005 e 2010 e enchentes de 2009:

A seca de 2005 teve efeitos devastadores sobre as populações humanas ao longo do principal canal do Rio Amazonas e seus afluentes, tanto a oeste quanto a sudoeste: o Rio Solimões (também conhecido como Rio Amazonas em outros países amazônicos) e o Rio Madeira, respectivamente. Os níveis dos rios atingiram os menores valores observados em sua história e a navegação ao longo dos canais teve que ser suspensa. A queda nos níveis dos rios e a seca dos lagos das planícies aluviais levaram à alta mortalidade de peixes, o que afetou as populações para as quais a pesca constitui um meio de subsistência. A seca de 2005 foi mais grave nesse aspecto do que aquela associada ao El Niño de 1997/1998, porque as condições meteorológicas subjacentes favoreceram a evaporação mais intensa, aumentando a dessecação dos lagos.

E concluem (p. 24):

Em suma, a Região Amazônica passou por dois períodos de extrema seca em apenas cinco anos. No mesmo período, a população também teve de enfrentar a enchente recorde de 2009. A Amazônia está periodicamente sujeita a enchentes e secas, mas esses exemplos recentes destacam a vulnerabilidade das populações humanas e dos ecossistemas dos quais elas dependem aos atuais eventos climáticos extremos.

Ao adentrarmos ao ano de 2012, a Amazônia tem sido tomada por grande volume de chuvas seus principais rios dão sinais que cheias ainda maiores do que as havidas no ano de 2009, o que mostra que os problemas de segurança humana relacionadas a eventos extremos do clima estão se tornando frequentes.

Para refletirmos sociologicamente sobre o problema, e trazer a escala global das mudanças do clima para o nível local de aspectos de sua mani-

festação, é preciso nos deter na singularidade dos povos da floresta úmida e seus processos de territorialização, como os que habitam na região do Alto Juruá, estado do Acre, nos quais passamos a nos deter. Ao compreender as dimensões socioculturais e sociopolíticas contidas no “estar no terreno”, maior a possibilidade de refletirmos sobre como alterações involuntárias nesse terreno tenderão a gerar desafios que apenas em parte são equacionáveis no seio das disposições duráveis do cotidiano do grupo. De outro lado, a contenção do processo de territorialidade de povos tradicionais em Unidades de Conservação (UC), como as Reservas Extrativistas (RESEX), impõe formas de manejo e de organização espacial controladas por um aparato institucional moderno, de caráter ambiental. Este cerceia qualquer alteração mais brusca e autônoma que o grupo tradicional quisesse dar à paisagem para responder aos desafios de um evento extremo do clima. Significa dizer que o *habitus* do grupo tradicional desenvolve também o predispõem a incorporar o sistema de sentidos da racionalidade moderna tanto para proteger os seus direitos territoriais quanto para aceitar a sujeição de sua estrutura endógena de autoridade por agentes da modernidade, os quais definirão o problema para, então, aceitar o enquadramento (ou não) da visão tradicional em torno de ações de resiliência ou adaptação.

Vejamos alguns aspectos da questão através do caso da Resex do Alto Juruá.

SERINGUEIROS: DA LUTA PELA POSSE DA TERRA À CRIAÇÃO DAS RESERVAS EXTRATIVISTAS

A história de consolidação do estado do Acre esteve muito atrelada a lutas políticas por territórios. Ainda no século XIX, no início do primeiro ciclo da economia da borracha, disputas territoriais entre os governos brasileiro, boliviano e peruano ocorriam na região fronteira (ALMEIDA, 2004). “Desde então, a geopolítica da fronteira amazônica entremeava-se com a biogeografia econômica” (ALMEIDA, 2004: p.36). Em território peruano, o látex vegetal, pertencente ao gênero *Castilloa*, denominado *caucho*, era extraído a partir do corte raso da planta, o que implicava em deslocamentos periódicos e influenciava o nomadismo dos caucheiros.

Já em território brasileiro, a floresta era rica em seringais, com árvores de diferentes espécies e pertencentes ao gênero *Hevea* (EMPERAIRE e ALMEIDA, 2002 *apud* ALMEIDA, 2004: p.36). Essa característica permitiu a fixação de moradias e a extração a partir de um processo contínuo e renovável, o que, de certa forma, gerava cobiça entre os caucheiros, isto é, suscitou relações de poder e violência em meio ao grupo.

A instalação das colocações,¹ estrategicamente posicionadas próximo aos seringais, com espécies do gênero *Hevea* e não da *Castilloa*, no final do século XIX, possibilitou a ocupação dessas áreas fronteiriças. De forma que, a partir de então, seringueiros brasileiros passaram a defendê-las como território. Em 1903, foi assinado o tratado Brasil-Bolívia e, no ano de 1909, o tratado Brasil-Peru reconheceu a titularidade brasileira, ainda que não tenha instituído a posse da terra aos seringueiros.

De 1890 a 1910, o estado do Acre viveu o primeiro ciclo de auge da economia da borracha. A produção anual de borracha bruta, entre o período de 1912 a 1914, chegou a 42 mil toneladas. Nesta mesma época, a Malásia investiu no plantio de florestas exóticas de seringueiras para competir mundialmente com o mercado brasileiro. E, em 1920, a produção anual da Malásia chegou a 400 mil toneladas e a preços inferiores que a borracha brasileira (ALMEIDA, 2004).

Com a queda da economia da borracha no Brasil, período que foi de 1920 a 1936, os seringais foram abandonados à própria sorte. A essa altura, “os seringueiros já haviam sido liberados para usar a floresta em lavouras alimentares, ou obter da caça e da pesca sua alimentação” (ALMEIDA, 2004: p.38). Nesse novo quadro, de crise econômica regional, os seringais tornaram-se unidades econômicas quase auto-suficientes sob o ponto de vista alimentar, reduzindo ao mínimo a quantidade de mercadoria que precisavam adquirir fora de suas colocações (ALMEIDA, 1992).

Almeida (2004: p.38) analisa a emergência de “economias duais” em seringais brasileiros a partir de três autores, em diferentes contextos e épocas, são eles: Boeke, na Indonésia, em 1953; Celso Furtado, no Brasil, em 1959 e Keith Hart, no continente africano, em 1982:

Esse tipo de economia continha um setor exportador e um setor de subsistência. Durante as crises de mercado, ocorria a contração do primeiro e, conseqüentemente, a expansão do segundo; em períodos de preços favoráveis, dava-se justamente o contrário, retração do setor de subsistência e ampliação do setor exportador. Um traço característico de tais sistemas é que podem sobreviver indefinidamente, mantendo a estrutura invariante, mas regulando suas proporções existentes entre suas partes.

A emergência das economias duais – produção de alimento para autoconsumo e a venda do excedente aos mercados regionais – consolidou

1. Área que cabe a cada família. A casa do extrativista e as plantações de subsistência ficam no centro, rodeadas pela floresta. Cada colocação é formada por no mínimo três estradas de seringa.

o modo de vida dos seringueiros, de forma a agregar atividades de extração e manejo de recursos naturais – vegetais, caça, pesca –, cultivo agrícola e relações com o mercado.

No segundo ciclo, período que vai de 1940 até meados de 1980, o trabalho escravo fora recriado na Amazônia brasileira pelo próprio Estado, com o apoio financeiro norte-americano. Isso se deu devido à demanda por adquirir borracha de seringais nativos, os quais ainda detinham grande volume da produção de borracha com a finalidade de alimentar a indústria da Segunda Guerra Mundial (ALMEIDA, 1999). No entanto, nem mesmo os incentivos fiscais e as relações trabalhistas inspiradas na escravidão foram suficientes para que os seringueiros produzissem o montante que outrora fora exportado.

Ficara claro, portanto, que os migrantes do primeiro ciclo da borracha viviam estritamente condicionados às atividades de extração do látex. Ambiente muito diferente que os migrantes do segundo ciclo encontraram nos seringais (ALMEIDA, 2004). A partir da queda do primeiro ciclo e do início do segundo, os seringais mantinham a economia familiar baseada nas florestas-camponesas. Significa dizer que,

formalmente, ele [seringueiro] trabalhava como um trabalhador autônomo em estradas de seringa pelas quais pegava renda em produto-borracha; no restante da semana, trabalhava como caçador ou em seus roçados. Esse regime durava cerca de nove meses; nos demais meses do ano, a família dedicava-se a cultivar os roçados, ou a outras atividades (ALMEIDA, 2004: p.39).

Portanto, não havia mais dedicação exclusiva à extração do látex, reduzindo consideravelmente a produção nacional. A incorporação de atividades direcionadas à subsistência das unidades familiares promoveu a multifuncionalidade do modo de vida nos seringais, validando as resistências e firmando ainda mais o objetivo de suas lutas territoriais.

Em outro trecho adiante, Almeida (2004: p.40) conclui que

os seringueiros acreanos sobreviveram ao colapso do primeiro ciclo da borracha anterior à Primeira Guerra Mundial, atravessaram o período entre as guerras tornando-se camponeses e resistiram às tentativas de re proletarizá-la sob o comando norte-americano no período posterior à Segunda Guerra Mundial.

A resistência do modo de vida nos seringais associou-se não somente aos atributos do território ocupado, mas também ao processo identitário com que as lutas sociais foram empreendidas.

Adiante, em meados da década de 1970, a Amazônia brasileira foi palco de um vasto movimento de ocupação conduzido pela ditadura militar, que teve como objetivo tanto incorporar seus recursos naturais na economia capitalista nacional e internacional como resolver o problema agrário do sudeste e do nordeste do país (ALMEIDA, 2004). A expansão da fronteira agropecuária, associada à extração exploratória de madeira, passou a ser uma ameaça constante e desafiadora em toda Amazônia. Por um lado, os governos militares incentivaram a ocupação e exploração da região, e por outro, essas ocupações passaram a dar início ao processo de expulsão dos seringueiros e a ocupação dos territórios por fazendeiros e grileiros. “*A estrutura amazônica de capitalismo selvagem tomava o lugar dos velhos seringais decadentes. Esse processo foi visto pelos moradores como a chegada dos maus patrões e a depredação das estradas de seringa.*” (ALMEIDA, 2004: p.40).

Tais ações suscitaram uma resposta imediata do movimento, cujo contra-ataque foi fundamentado a partir de uma base unida e organizada. Em 1977, criou-se uma rede de sindicatos rurais que, aliados à ação da Igreja Católica, canalizaram a resistência dos seringueiros contra expulsões. A luta contra a derrubada das florestas ficou conhecida como “empates” – termo derivado do verbo empatar, atrasar, obstruir – liderados originalmente pelo presidente do Sindicato do Trabalhador Rural de Brasília, o sindicalista Wilson Pinheiro e, posteriormente por Chico Mendes (ALMEIDA e CARNEIRO DA CUNHA, 2001). Os empates deram visibilidade às lutas pelo direito ao território e à valorização da floresta em pé. Como resposta ao movimento, na década de 1980, foi fundado o Conselho Nacional dos Seringueiros, que propôs uma reforma agrária diferenciada, tal como as terras indígenas; isto é, não haveria lotes individuais, e sim grandes áreas protegidas, as reservas extrativistas, em que se realizariam um manejo comunitário dos recursos naturais de forma a garantir sua capacidade de resiliência.

A estratégia geral consistia, por um lado, fortalecer a organização (sindical e cooperativa) e as lutas locais (“empates”); por outro, alcançar a meta da criação das reservas extrativistas com a desapropriação das florestas “griladas”, das quais fazendeiros procuravam expulsar os moradores. Quando Chico Mendes foi assassinado por fazendeiros em dezembro de 1988, o movimento dos seringueiros tinha adquirido um novo perfil de organização – uma combinação de sindicatos (formalmente confederados na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG) com uma organização (Conselho) que contava com aliados ambientalistas e que tinha recursos próprios. As lideranças eram as mesmas, mas a atuação do CNS tornava possível aos seringueiros atuar em um campo mais amplo de discussão (ALMEIDA, 2004: p.45).

Como resultado dos empates, os seringueiros foram reconhecidos também como posseiros, de acordo com o Estatuto da Terra, recebendo por suas benfeitorias, mesmo quando expulsos da floresta. Não se tratava somente de impedir os desmatamentos desenfreados, mas sim o de consolidar uma luta que passou a ser de um grupo específico, que só fazia sentido naquele determinado território. Como decorrência dessas lutas, os seringueiros conseguiram ter suas demandas socioambientais próprias incorporadas pelos órgãos estatais. Tais demandas foram transformadas em políticas públicas, com o apoio de assessorias especializadas do meio científico e outras.

A criação das reservas extrativistas implica, necessariamente, numa demanda, ou numa reivindicação, advinda dos próprios povos tradicionais ao CNPT,² os quais se organizam em associações. O Plano de Utilização dos recursos naturais é produto de reuniões que definem as regras de uso econômico e social das atividades implantadas na Reserva Extrativista. Tais regras são expressas em Portarias pelo IBAMA e publicadas em Diário Oficial da União. Ademais, idealmente, os moradores administram e fiscalizam o funcionamento da reserva extrativista e monitoram seus projetos. Através do Núcleo de Base, os diversos grupos de liderança, representam e discutem os problemas que os afetam, ampliando a participação das comunidades no processo gestorário (ALMEIDA, 1999), o que, no plano prático, nem sempre se dá, pois são racionalidades distintas que, por vezes, se entrecrocaram.

Neste contexto, a participação política é fundamental para a consolidação de reservas extrativistas, como a articulada pelos seringueiros, pois é por meio destas expressões socioespaciais que os povos tradicionais, como os do Alto Juruá, podem alimentar suas identidades sociais, em especial na Amazônia brasileira, abrigando o grupo doméstico, a moradia, o trabalho e o lazer. Representa, também, um espaço de sociabilidade própria, marcada por relações de parentela, de vizinhança e compadrio. Em seu interior realizam-se festas, mutirões e formas de cooperações variadas (ALMEIDA, 1988). O desejo pela terra (pela floresta, pelos rios) que os povos tradicionais inerentemente têm abriga tanto a necessidade de assegurar as condições ecológicas para a produção dos elementos materiais para a sobrevivência, como sua cosmogonia, os espaços sagrados e as formas próprias de convivência.

Em conformidade com a concepção original dessa unidade de manejo, há de se considerar a lógica de apropriação do espaço e dos recursos na-

2. Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado de Populações Tradicionais, órgão do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que nasceu com a função precípua de gerenciar, executar assessorar e monitorar os programas dessa unidade de manejo sustentável, a partir das demandas das próprias populações tradicionais e em trabalho conjunto.

turais presente no sistema tradicional desses povos pautado na observação rigorosa da natureza, de seus ciclos e movimentos, assim como os mecanismos culturais de controle ecológico existentes em sua própria sabedoria tradicional (ALMEIDA, 1988). Portanto, distúrbios nessa relação, como através de eventos críticos do clima, podem induzir o processo de vulnerabilização socioespacial dos referidos grupos sociais posto que o repositório da cultura tradicional tem que fazer ajustes entre o já sabido e experimentado e as novas e excepcionais circunstâncias, as quais exigem a produção de novas estratégias num ritmo mais acelerado do que as condições materiais, por vezes, pode permitir,

Comunidades ribeirinhas situadas na região do Alto Juruá, no estado do Acre, incluindo as que se encontram em reserva extrativista, reproduzem seus *habitus* sociais segundo a sazonalidade das águas doces e seus desdobramentos na flora e fauna associados. Anualmente, o alagamento sazonal do rio Juruá causa uma elevação do nível d'água de 09 a 17 metros, da estação seca para a cheia, sendo 13m a cota de transbordamento em algumas localidades. Esta dinâmica sazonal das águas é causada pelas chuvas nas cabeceiras dos rios da região, associadas ao degelo anual do verão andino (RADAMBRASIL 1977; IBGE e IPEA, 1994; AYRES, 2005). A alta produtividade das várzeas amazônicas, em sistemas aquáticos e terrestres, vem dessas alagações, que enriquecem o solo e influenciam direta e indiretamente nos padrões de ocupação humana, tanto em ambientes de várzea como em terra firme (GOULDING, 1980; JUNK, 1984; JUNK *et al.*, 1989).

CONCLUSÕES PRELIMINARES

A tradição e o *habitus* se reproduzem desde que se assentem num determinado lugar, onde repousa um conjunto de objetos, paisagens e ritmos. No que concerne às comunidades ribeirinhas, suas práticas, técnicas e cosmogonias, que constituem seu processo identitário, estão atrelados aos ritmos das águas, à fauna e aos fenômenos abióticos.

Secas ou cheias excepcionais podem desorganizar o *habitus* coletivo, pela alteração súbita do lugar. A perda dos elementos do território socializado implica em riscos de que o repertório cultural não dê conta, de imediato, a adoção de práticas que garantam a sobrevivência mais imediata do grupo.

Desta forma, para que os atores das instituições modernas, incluindo o do corpo gestor das reservas extrativistas, saibam lidar apropriadamente com esse tipo de crise na esfera social, é recomendado um amplo conhecimento da singularidade dos modos de vida dos povos tradicionais, em especial, o das comunidades ribeirinhas, para que nos seus termos culturais

as medidas de reabilitação e recuperação se concretizem. Ajustamentos em políticas públicas no tema dos desastres devem considerar, em suas diretrizes, as particularidades do arcabouço cultural de cada grupo tradicional e favorecer-se da participação desses na construção das decisões que lhes afetam.

REFERÊNCIAS

ADGER, W.N. *et al.*, (2005). Social-ecological resilience to coastal disasters. *Science* 309, 1036–1039.

ADGER, W.N., (2006). Vulnerability. *Global Environmental Change* 16, p.268–281.

ALMEIDA, M.W. B. (1988). *As colocações como forma social, sistema tecnológico e unidade de recursos naturais*, São Paulo. Rio Branco – Ac., mimeo.

ALMEIDA, M.W.B. (1999). Plano de Desenvolvimento da Reserva Extrativista do Alto Juruá, CNPT/ASAREAJ/UNICAMP.

ALMEIDA, M.W.B. (2004). *DIREITOS À FLORESTA E AMBIENTALISMO: SERINGUEIROS E SUAS LUTAS*. REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS SOCIAIS – VOL. 19 Nº. 55.

ALMEIDA, M. W. B.; Carneiro da Cunha, M.M. 2001. Populações Tradicionais e Conservação Ambiental. Pp. 184-193, in Capobianco, J. *et al.* eds., *Biodiversidade Amazônica. Avaliação e Ações prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios*. São Paulo.

AYRES, M. *Os corredores ecológicos das florestas tropicais do Brasil*. Belém: Sociedade Civil Mamirauá, 2005.

BOURDIEU, P., (1983). Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. (Org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática (Col. Grandes Cientistas Sociais).

CARPENTER, S.R., WALKER, B.H., ANDERIES, J.M., ABEL, N., 2001. From metaphor to measurement: resilience of what to what? *Ecosystems* 4, 765–781

EMPERAIRE, L.; ALMEIDA, M.W.B. (2002). “Seringueiros e seringas”, in M. Carneiro da Cunha e Mauro W. B. Almeida (orgs.), *A enciclopédia da floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações*, São Paulo, Cia. das Letras, pp. 285-309.

GOULDING, M., (1980). *The Fishes and the Forest Exploration in Amazonian Natural History*. Berkeley: University of California Press, 280 p.

IBGE e IPEA (1994). *Diagnóstico Geoambiental e Socioeconômico – Área de Influência da BR-364 Trecho Rio Branco/Cruzeiro do Sul*. Rio de Janeiro: IBGE e IPEA.

JUNK, W. J; BAYLEY, P.B; SPARKS, R.E., (1989). The flood pulse concept in river-floodplain systems. *Canadian Special Publishing Fisheries Aquatic Sciences*, 106, p.110-127.

JUNK, W.J. (1984). Ecology of the varzea, floodplain of Amazonian whitewater rivers, In: SIOLI, H. *The Amazon: limnology and landscape ecology of a mighty tropical river and its basin*. Dordrecht, Netherlands: Junk Publishers. P.215-243.

MARENCO, J. A., (2004). Interdecadal variability and trends of rainfall across the Amazon basin. *Theoretical and Applied Climatology*, n.78, p.79-96.

MARENCO, J., (2007). *A. Mudanças climáticas globais e seus efeitos sobre a biodiversidade – caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI*. 2. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, v.1, p.214.

MARENCO, J. A., (2008a). Hydro-climatic: and ecological behavior of the drought of

- Amazonia in 2005. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London. Biological Sciences*, v.21, p.1-6.
- MARENGO, J. A. et al., (2008b). The drought of Amazonia in 2005. *Journal of Climate*, v.21, p.495-516.
- MARENGO, J. A., (2008c). Água e Mudanças Climáticas. *Estudos Avançados* 22 (63), p.83-96.
- MARENGO, J. A. VALVERDE, M. C., (2010). Mudanças na circulação atmosférica sobre a América do Sul para cenários futuros de clima projetados pelos modelos globais do IPCC Ar4. *Revista Brasileira de Meteorologia*, v.25, n.1, 125 – 145.
- MARENGO, J. A.; TOMASELLA, J.; ALVES, L.; SOARES, W., (2011). Eventos extremos sazonais: secas de 2005 e 2010 e enchentes de 2009. In.: *Riscos das Mudanças Climáticas no Brasil – Análise Conjunta Brasil-Reino Unido Sobre Os Impactos Das Mudanças Climáticas E Do Desmatamento Na Amazônia*. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 56p.
- NASREEN, M., (2004). *Disaster Research: Exploring Sociological Approach to Disaster in Bangladesh*. *Bangladesh e-Journal of Sociology*. Vol. 1. No. 2. July, 2004.
- OBREGON, G.; MARENGO, J., (2011). Variabilidade e Tendências Climáticas. In: *RIS-COS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL – Análise Conjunta Brasil-Reino Unido Sobre Os Impactos Das Mudanças Climáticas E Do Desmatamento Na Amazônia*. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), 56p.
- QUARANTELLI, E. L., (1998). Epilogue: Where we have been and where we might go. In: QUARANTELLI, E. L.(ed.) *What is a disaster? Perspectives on the question*. London; New York, Routledge, p. 234-273.
- RADAMBRASIL (1977). Levantamento de Recursos Naturais, Vol.13, Folhas SB/SC 18 Javari/Contamana: Geologia, Geomorfologia, Pedologia, Vegetação e Uso Potencial da Terra. Rio de Janeiro: Departamento Nacional de Produção Mineral.

CAPÍTULO XVIII

O PODER PÚBLICO MUNICIPAL DE CAMPINAS (SP) DIANTE DAS INUNDAÇÕES: UMA ANÁLISE DOS PLANOS DIRETORES DE 1996 E 2006

Marina Sória Castellano
Lucí Hidalgo Nunes

INTRODUÇÃO

O Plano Diretor representa, no âmbito do município, o “instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana” (BRASIL, 2001). Trata-se, portanto, de um documento oficial que deve ser feito pelo próprio poder municipal e que tem como objetivo “estabelecer diretrizes, metas e programas de atuação do poder público nas diversas áreas atinentes à sua atribuição” (BRAGA, 1995, p. 21). O mesmo autor coloca a importância de essas diretrizes serem claras e detalhadas, a fim da implantação do Plano ser feita de maneira satisfatória.

Para Coutinho e Lemos (2011), o Plano Diretor tem um papel central

(...) como norteador do processo de planejamento da cidade com responsabilidade sobre: definição de prioridades para aplicação de recursos e investimentos; orientação da ação de agentes públicos e privados sobre a cidade; estabelecimento de normas para a realização da política urbana através da ordenação territorial, especialmente os limites e restrições para o uso e ocupação do solo; instituição de instrumentos legais; e promoção das políticas públicas setoriais e seus programas (p. 10)

Segundo o Estatuto da Cidade (BRASIL, 2001), os Planos Diretores são obrigatórios para cidades com população acima de 20.000 habitantes, que façam parte de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas, que sejam integrantes de áreas de especial interesse turístico ou que estejam inseridas em áreas de influência de atividades com significativo impacto ambiental.

Por ser o documento onde “se definem os destinos de ocupação do território, adensamento ou expansão” (COUTINHO e LEMOS, 2011), o Plano Diretor tem papel essencial no que diz respeito às inundações e ocupações de áreas de risco, sendo ele um dos instrumentos usados pelo poder público para amenizar problemas associados (ANDRADE FILHO *et al*, 2000). Dentre suas funções, estariam as medidas corretivas e mitigadoras relacionadas às inundações, incluindo ações para se evitar a ocupação de áreas de risco, por meio de zoneamentos - referentes ao mapeamento de áreas inundáveis e o estabelecimento de graus de risco, onde as áreas com maior grau podem ser ocupadas apenas para uso recreativo e as áreas de menor grau podem ter construções que tenham precauções especiais (SILVA, 2007).

Porém, grande parte dos Planos Diretores brasileiros desconsidera alguns quesitos ambientais (CRUZ e TUCCI, 2008) e não aborda a prevenção relacionada à ocupação de áreas de risco (BARBOSA, 2006).

Estudos relacionados às inundações e à importância da implantação de Planos Diretores para a gestão desses casos vêm sendo realizados em várias partes do Brasil. Barbosa (2006) estudou as inundações em áreas ribeirinhas de algumas cidades da bacia do rio Mamanguape, na Paraíba, concluindo que grande parte das áreas estudadas não possui Planos Diretores, documento imprescindível para o controle das inundações. Silva (2007) teve como foco a cidade de Pelotas (RS) e verificou erros no Plano Diretor, uma vez que algumas áreas definidas como “Expansão de Centralidade” e “Consolidação da Cidade Construída” são, na verdade, áreas com cotas inferiores a 5 metros, localizadas na planície de inundação da Lagoa Mirim. O autor enfatiza que o Plano deve ser revisto com urgência, a fim de evitar que áreas inundáveis sejam ocupadas. Já Sarlas (2008) analisou episódios de inundação em Santa Rita do Sapucaí (MG) e concluiu que a elaboração de um Plano Diretor, com ênfase em características fisiográficas e hidráulicas da área, além da delimitação de áreas de risco, seria essencial para evitar os problemas associados às inundações no município.

A cidade de Campinas, foco deste estudo, teve 3 Planos Diretores em sua história, publicados nos anos de 1991, 1996 e 2006, sendo os dois últimos os objetos de análise dessa discussão. A aprovação da implantação de Planos Diretores se deu pela Lei Complementar nº 02 de 26/07/91, “institucionalizando os princípios que devem reger o desenvolvimento do município.” (CAMPINAS, 2006, p. 2), tendo como função ordenar o território, condicionar as ações a serem feitas pelo poder público, além de fornecer possibilidades para a solução de problemas, conforme mencionado no Plano Diretor de 2006 (CAMPINAS, 2006):

Na confecção do Plano Diretor elaborou-se o diagnóstico (constatação da realidade existente) e formularam-se propostas (medidas de fomento para a realidade positiva e correção da realidade negativa), para, na sua implementação, formular um conjunto de instrumentos administrativos, financeiros e legais que permitam concretizar o prognóstico. (p. 335).

A importância de se ter um Plano Diretor para a cidade de Campinas se dá, entre outros pontos, em virtude da grande quantidade de ocorrências relacionadas a eventos de chuva intensa e inundações registradas tanto antes de 1996, data de publicação do primeiro plano aqui analisado, quanto entre 1997 e 2006, período entre a publicação dos dois documentos. Trata-se de um problema histórico associado muitas vezes, às ocupações de áreas de risco e sistemas de drenagem obsoletos.

Este estudo analisa os mais recentes Planos Diretores do município de Campinas - de 1996 e 2006 -, avaliando como foi feita a abordagem em relação às inundações, comparando-os e verificando se houve ou não evolução na discussão do tema.

A ÁREA DE ESTUDO

Campinas está na porção centro-leste do estado de São Paulo, distante 100 km da capital (Figura 1) e localizada entre o Planalto Atlântico e a Depressão Periférica Paulista.

Pertencente à unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Piracicaba/Capivari/Jundiaí, o município se localiza na Bacia do Tietê, apresentando densa rede de drenagem, composta por ribeirões e córregos. Ao norte, a cidade é cortada pelos rios Atibaia e Jaguari, ribeirões Quilombo e Anhumas na região central e rio Capivari ao sul. Assim, o município faz parte de seis microbacias: Capivari-Mirim, Capivari, Quilombo, Anhumas, Atibaia e Jaguari (Figura 2).

Apresentando clima tropical subúmido, com invernos amenos e com baixa precipitação, e verões quentes e mais úmidos, o município sofre influência principalmente da Massa Tropical Atlântica, responsável por estabilidade atmosférica, com a diminuição da umidade relativa do ar e aumento das temperaturas. Todavia, a massa polar atlântica também atinge a área com frequência, e distúrbios como a Zona de Convergência do Atlântico Sul também afetam esse setor, trazendo mais chuvas. Tem como temperatura média 22°C e precipitações médias anuais de 1.450 mm, concentradas, sobretudo, no semestre primavera-verão e principalmente de dezembro a fevereiro.

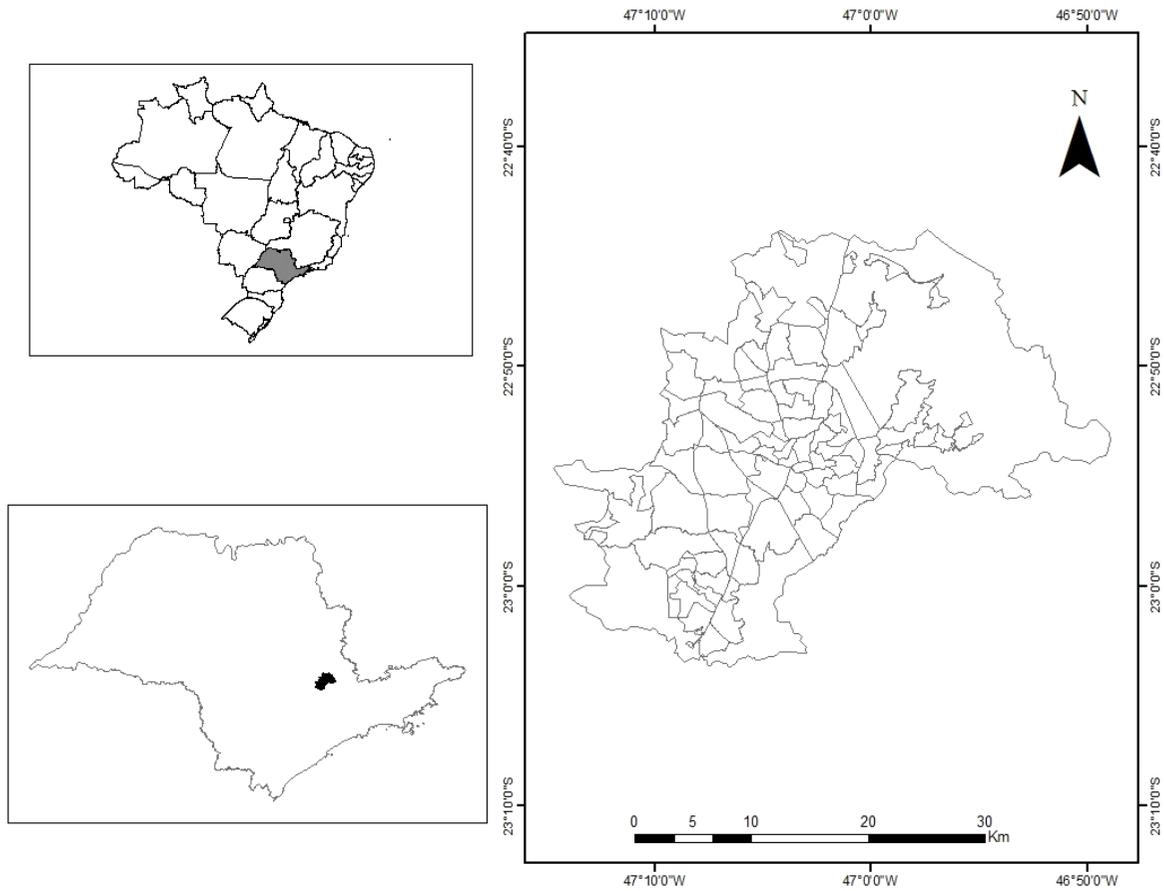


Figura 1 Localização da cidade de Campinas e sua divisão em Unidades Territoriais Básicas. Organização: Marina Sória Castellano

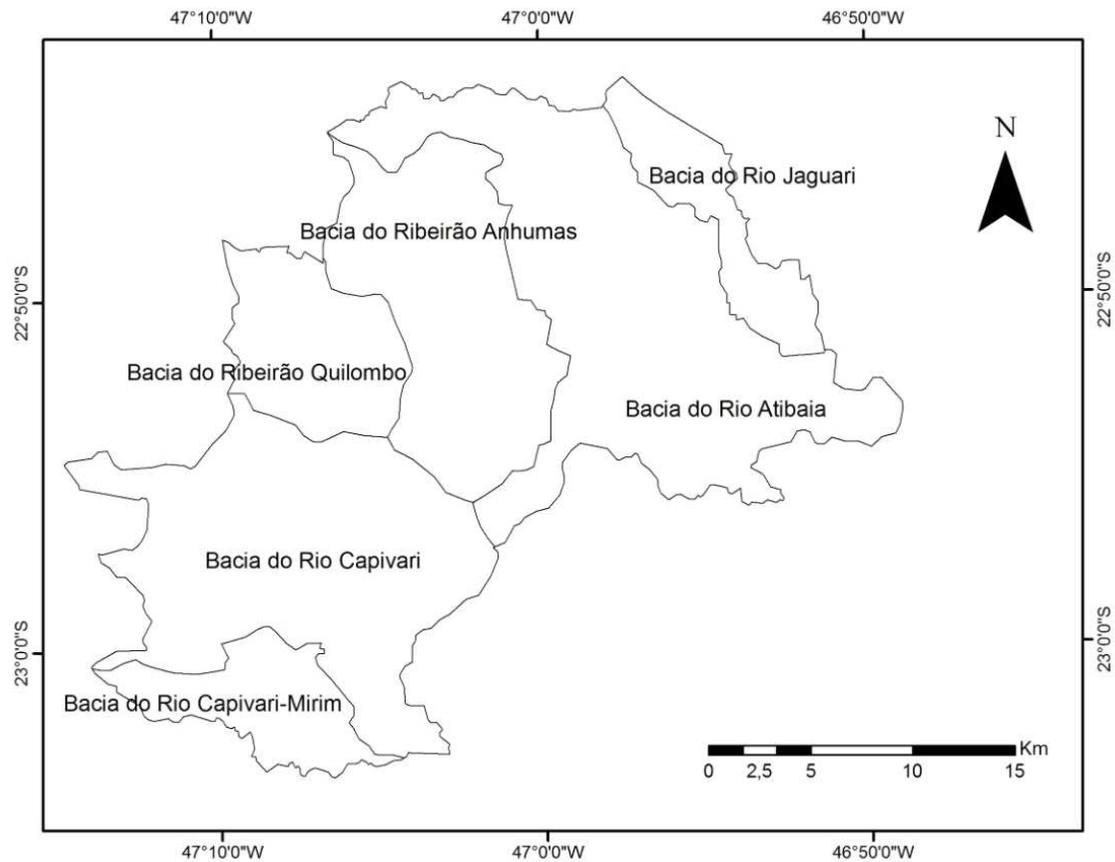


Figura 2 Bacias Hidrográficas de Campinas. *Fonte:* Seplama – Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente. Adaptado por Marina Sória Castellano

Atualmente Campinas se destaca por sua concentração industrial, sendo polo de ciência e alta tecnologia, abrigo de instituições como o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Telecomunicações (CpqD), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), além de diversas instituições de ensino superior, como a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCamp).

A cidade tem área territorial de 796,6 km², dos quais 389,9 km² são urbanas, e aproximadamente 1.080.000 habitantes (IBGE, 2010). Fator que se torna importante na dinâmica de Campinas é a questão populacional, que ao longo da história apresentou aumento, principalmente entre as décadas de 1950 e 1970, com a intensificação do processo de industrialização (BRIGUENTI, 2005) e fluxos migratórios, em decorrência do êxodo rural que atraíram migrantes predominantemente de baixa renda. O crescimento continuou nas décadas de 1980 e 1990: foram 121 e 60 novos loteamentos aprovados, respectivamente, no município (CAMPINAS, 2006).

É importante destacar, também, o aumento de pessoas residentes em habitações precárias no município. Já na década de 1970, a existência de favelas era preocupante: segundo Taube (1986), o Serviço de Assistência Habitacional afirmava haver 35 núcleos de favela em Campinas no ano de 1973, totalizando 6.825 habitantes, tendo este número aumentado para 7.195 pessoas apenas um ano depois. Na década de 1990, o crescimento também se fez presente, como coloca Moretti (2002), ao afirmar que entre 1991 e 1996, a população moradora de favelas e cortiços passa de 63 mil para 88 mil pessoas. Caiado (2002) complementa, ao afirmar que a população moradora de sub-habitações no ano de 1991 era de 8,0%, enquanto este índice aumenta para 16,5% em 2000.

Tal crescimento demográfico – tanto da população geral quanto daquela habitante de favelas e ocupações irregulares –, atrelado à ocupação da terra e urbanização, aparecem como fatores importantes na dinâmica do município e imprimem especificidades no clima local, além de grandes consequências no que diz respeito a inundações e impactos causados por eventos extremos de chuva.

ANÁLISE DOS PLANOS DIRETORES DE 1996 E DE 2006 DO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

Os Planos Diretores de 1996 e 2006 foram analisados de forma a entender como esses documentos tratam a questão das inundações no município. Eles foram lidos e avaliados, visando observar até que ponto as características climáticas foram consideradas para o planejamento urbano, além de ser levada em conta a forma como estes documentos abordaram

as questões relacionadas direta ou indiretamente às inundações, abrangendo itens como ocupações e remoção de famílias de áreas de risco, políticas habitacionais, preservação de áreas verdes, sistemas de drenagem e impermeabilização do solo.

Após a leitura dos dois documentos foi feita uma comparação entre eles, de modo a observar se houve evolução no trato do tema por meio do poder público municipal.

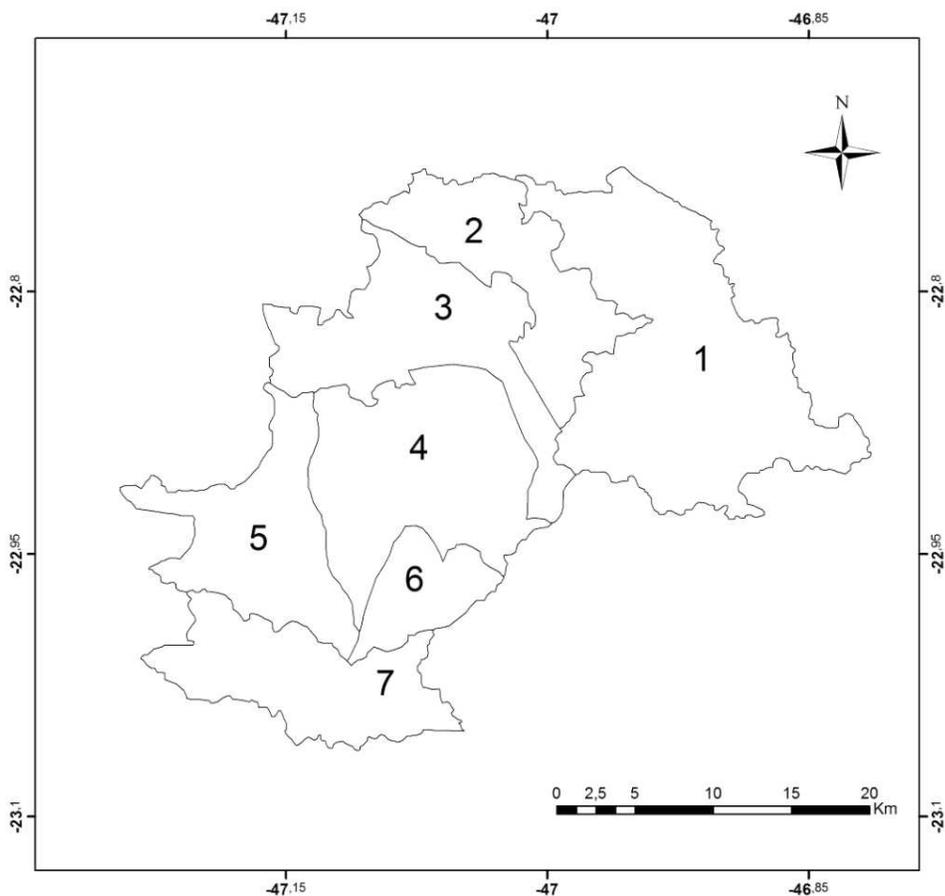
PLANO DIRETOR DE CAMPINAS – 1996

Na época em que o Plano Diretor de 1996 foi publicado, Campinas já apresentava uma série de problemas relacionados às chuvas intensas. Segundo dados levantados por Castellano (2010), de 1958 a 1996, foram registrados 611 casos de alagamento de imóveis, 484 de alagamento de vias, 85 ocorrências de pessoas desabrigadas e 3 óbitos diretamente relacionados às inundações, referentes a casos de afogamentos e arrastamentos pela enxurrada em decorrência das chuvas intensas em Campinas.

Destaca-se, portanto, a necessidade de se analisar como o Plano Diretor de 1996 tratou das questões relacionadas a estes eventos, conforme será exposto a seguir.

No início do Plano são apresentadas algumas questões urbanas estruturais a serem equacionadas no ano da publicação deste documento. Aquelas associadas às inundações incluem: a existência de algumas favelas localizadas em áreas de risco, o sistema de drenagem urbana subdimensionado – o que se agravaria devido ao aumento de áreas não permeáveis – e a carência de áreas verdes.

O Plano Diretor de 1996 divide o município de Campinas em 7 Macrozonas (Figura 3), cada uma delas denominadas de acordo com seu tipo de uso, sendo que somente duas Macrozonas (3 e 4) são citadas pontualmente por apresentarem problemas graves relacionados às inundações. No caso da primeira, a questão relaciona-se à ocupação de faixas ribeirinhas do córrego Quilombo e do ribeirão Anhumas. Já na segunda, estão os pontos críticos de alagamento do município, principalmente ao longo do córrego do Piçarrão e também do ribeirão Anhumas, por se tratarem de áreas com elevado grau de urbanização e impermeabilização do solo. Segundo o Plano, as inundações ocorreriam nesses pontos em virtude de um sistema de drenagem obsoleto, do aumento das áreas impermeabilizadas e das ocupações de áreas de risco, caracterizando um problema de difícil solução.



Legenda - Macrozonas 1996

- Macrozona 1 - Área de Proteção Ambiental
- Macrozona 2 - Área de Restrição à Urbanização
- Macrozona 3 - Área de Urbanização Controlada Norte
- Macrozona 4 - Área de Urbanização Consolidada
- Macrozona 5 - Área de Recuperação Urbana
- Macrozona 6 - Área de Urbanização Controlada Sul
- Macrozona 7 - Área Imprópria à Urbanização

Figura 3 Campinas dividida em Macrozonas, segundo o Plano Diretor de 1996. *Fonte:* Prefeitura Municipal de Campinas, 1996. Organização: Marina Sória Castellano

O Plano não menciona quantas pessoas habitavam áreas de risco de inundação no ano de 1996; porém, sabe-se que o problema já existia devido aos casos de ocupações ou bairros assentados em planícies de inundação, citados isoladamente no decorrer do texto.

Como forma de evitar a ocupação de áreas de risco, o documento menciona a necessidade de implantação do Programa de Fundos de Vale, que apresentaria algumas regras específicas para áreas sujeitas às inundações, tais como: o cumprimento da Lei Orgânica e de Uso e Ocupação de Solo, além da adoção da Resolução do CONAMA (nº 004, de 18/09/85), que restringiria a ocupação de planícies de inundação; a não execução de obras de saneamento em áreas de risco que estejam ocupadas; a implantação de parques verdes e de lazer nas planícies; a proibição à implantação de loteamentos em áreas de risco; a intensificação da fiscalização e proteção de microbacias de drenagem, com o auxílio da Prefeitura, Polícia Florestal e entidades ambientalistas, e finalmente o controle de áreas impróprias à ocupação.

No caso das áreas de risco ocupadas, o Plano cita, em muitos casos, a necessidade de remoção de famílias, em especial às margens do córrego do Piçarrão e rio Capivari. O Plano mostra como questão associada a esse tema a necessidade de regras para a remoção dessas pessoas, assim como a preocupação em retirá-las de maneira gradativa, esclarecendo a população envolvida a respeito do processo a ser feito, além de realocá-las em áreas próximas ao antigo local de moradia.

Assuntos associados ao sistema de drenagem só são citados para a Macrozona 4. Dentre eles menciona-se a importância da implantação de áreas de contenção das inundações, assim como a manutenção das redes e a correção de problemas críticos de drenagem em alguns pontos do ribeirão Anhumas e córrego do Piçarrão.

A permeabilização do solo aparece como fator importante no controle das inundações, sendo citada algumas vezes ao longo do Plano. Dentre os pontos significativos está a necessidade de estabelecer percentuais mínimos de permeabilização em áreas com processo de ocupação estabelecido e/ou a serem ocupadas. No caso da Macrozona 4, a mais adensada do município, essa questão aparece como um fator preocupante, uma vez que “a impermeabilização extensiva dentro e fora dos lotes está levando a uma situação crítica aos sistemas de drenagem instalados, demandando onerosas soluções estruturais para o equacionamento dos problemas de inundação”. (CAMPINAS, 1996, p. 69).

Embora não haja esclarecimento da relação entre as ocorrências de inundações e as áreas verdes, o Plano Diretor de 1996 cita a importância

de preservá-las e recuperá-las. Em diversos pontos do texto a manutenção e preservação das matas ciliares e áreas verdes são lembradas, por meio da conscientização e campanhas educativas, principalmente às margens do córrego do Piçarrão e do rio Capivari. Neste último, é citada a necessidade de implantação de um Programa de Recuperação Ambiental da várzea, com a criação de parques verdes e áreas de lazer.

PLANO DIRETOR DE CAMPINAS – 2006

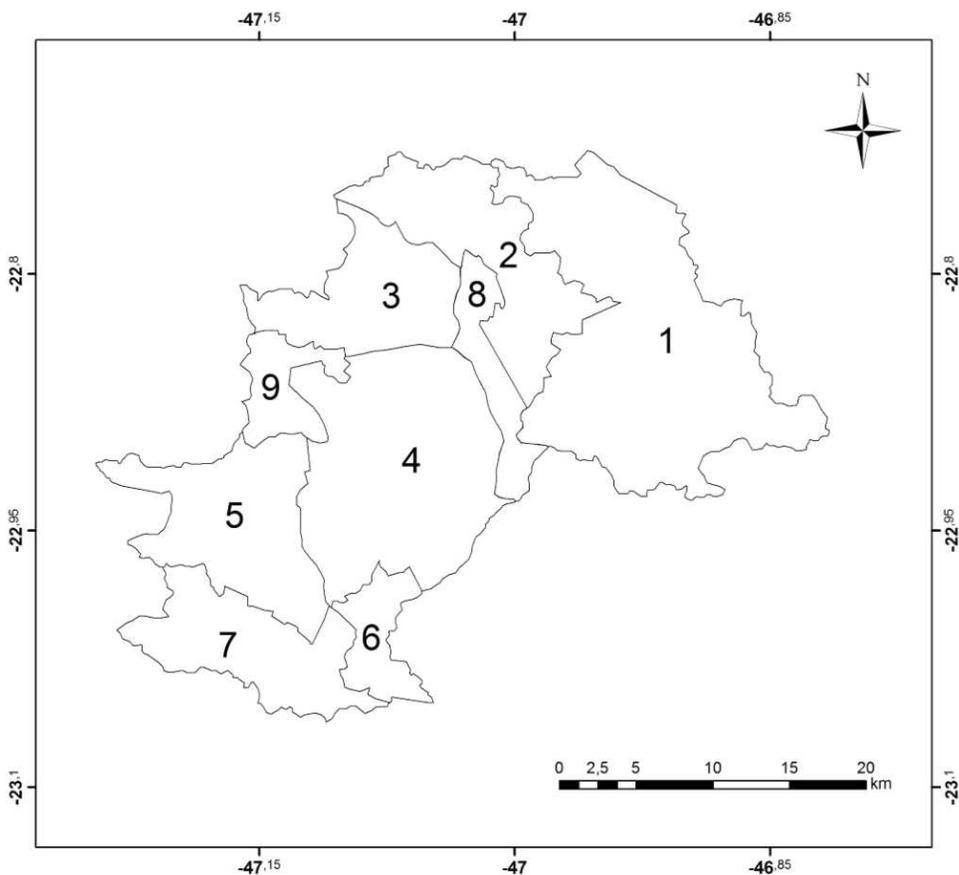
Entre 1997 a 2006, período entre a publicação do Plano Diretor de 1996 e de 2006, os impactos relacionados às chuvas continuaram a ocorrer no município de Campinas, conforme relatado por Castellano (2010): foram 763 registros de alagamento de imóveis, 356 de alagamento de vias, 82 casos de desabrigados e 9 óbitos.

As inundações foram abordadas amplamente no Plano Diretor de 2006, de acordo com diferentes abordagens: ocupações de áreas de risco, política habitacional, sistemas de drenagem, impermeabilização do solo e áreas verdes.

O Plano aponta como causa das inundações o alto grau de urbanização e consequente impermeabilização do solo, o que ocasiona aumento no escoamento superficial das águas, sobrecarregando os sistemas de drenagem. Menciona, ainda, a ocupação de áreas de risco e a rede de drenagem obsoleta, com bueiros, bocas-de-lobo, galerias e tubulações com seção insuficiente para escoar as águas. Esse Plano divide a cidade de Campinas em 9 Macrozonas (Figura 4) de acordo com o tipo de uso destinado às diferentes partes do município, e nele as Macrozonas 3 e 4 são apontadas como as mais problemáticas, além das bacias do córrego Piçarrão e do ribeirão Anhumas, pelo elevado grau de urbanização.

O Plano dedica parte de um capítulo ao item “Drenagem Urbana”, expondo alguns objetivos e metas relacionados ao tema, entre eles evitar o surgimento de novos pontos de inundação, assim como eliminar aqueles já existentes. Para isso, o Plano aborda como ações a serem feitas futuramente a adoção de medidas estruturais e não-estruturais associadas às inundações, além de ressaltar a importância de associar o emprego dos dois tipos de medidas a fim de se obter resultados satisfatórios.

As medidas não-estruturais incluem, entre outras, o controle do uso e impermeabilização do solo, a preservação de matas ciliares e a definição de critérios para implantar micro bacias de retenção em propriedades particulares.



Legenda - Macrozonas 2006

- Macrozona 1 - Área de Proteção Ambiental
- Macrozona 2 - Área de Controle Ambiental
- Macrozona 3 - Área de Urbanização Controlada
- Macrozona 4 - Área de Urbanização Prioritária
- Macrozona 5 - Área Prioritária de Requalificação
- Macrozona 7 - Área de Influência Aeroportuária
- Macrozona 8 - Área de Urbanização Específica
- Macrozona 9 - Área de Integração Noroeste
- Macrozona 6 - Área de Vocação Agrícola

Figura 4 Campinas dividida em Macrozonas, segundo o Plano Diretor de 2006. *Fonte:* Prefeitura Municipal de Campinas, 1996. Organiza o: Marina S ria Castellano

Quanto às medidas estruturais, o Plano sugere a execução de obras nos sistemas de drenagem, a fim de adaptá-los às condições atuais das bacias, a implantação de um programa de Combate a Enchentes, com prioridade para obras de jusante a montante, o constante desassoreamento e limpeza de cursos d'água, a substituição de galerias em áreas críticas e a remoção e reassentamento de famílias ocupantes de áreas de risco. Aqui, observa-se contradição no tratamento do tema, uma vez que, na bibliografia sobre o assunto a desapropriação de áreas de risco aparece como uma medida não-estrutural.

Um ponto de destaque é que o Plano situa o leitor a respeito da quantidade de habitantes de áreas de risco no município (cerca de 5 mil pessoas em 2006) e explica os motivos dessas ocupações por extratos sociais economicamente menos favorecidos, associando esse fato à especulação imobiliária, que não permite a instalação dessa população próxima à infraestrutura urbana, além da redução dos investimentos na área da habitação voltados para essa classe. Assim, o Plano ressalta a existência de muitas favelas com precárias condições de saneamento localizadas em áreas de risco.

O Plano coloca que esse é um problema histórico, uma vez que essas ocupações se deram em decorrência da falta de normatização, há muitos anos, o que acarretaria em soluções onerosas por parte do poder público atualmente para a remoção de famílias assentadas nessas áreas, assim como a execução de obras de drenagem para solucionar os problemas associados.

O Plano mostra algumas formas de evitar a ocupação das áreas de risco, incluindo: implantação de áreas verdes, de lazer ou parques nesses locais e coibição à implantação de loteamentos, por meio de maior controle dessas áreas.

No caso de locais já ocupados, o Plano cita com frequência a remoção e o reassentamento das famílias ali localizadas, principalmente ao longo do ribeirão Quilombo, rio Capivari e córrego Piçarrão. Segundo o Plano, essa remoção deve ser feita de forma gradativa, oferecendo às famílias alternativas de moradia. De acordo com o Plano, até o ano de publicação do documento, 880 famílias já haviam sido removidas e vários assentamentos tinham ocorrido.

Associados aos reassentamentos, a questão da habitação também aparece no Plano, com menção à necessidade de oferecer às pessoas removidas acesso a financiamentos relacionados à habitação de interesse social. Para abrigar essas famílias, o Plano cita o desenvolvimento de alguns empreendimentos na cidade, como o Residencial Olímpia (617 unidades) e a Vila Esperança (414 unidades), feitos no Programa de Regularização Fundiária “Campinas Legal”.

As obras e manutenção relacionadas aos sistemas de drenagem da cidade foram mencionadas pontualmente, sendo citadas com mais frequência em uma tabela sobre bairros atingidos por inundações, onde se encontram os problemas associados a esses locais e, muitas vezes, relacionados aos sistemas de drenagem obsoletos. O Plano cita rapidamente as obras já feitas de canalização de córregos nas Avenidas Orosimbo Maia e Princesa D'Oeste e a necessidade de se corrigir problemas relacionados à drenagem no Ribeirão Anhumas e no distrito de Sousas.

A impermeabilização do solo é citada como fator agravante das inundações, uma vez que a utilização de cimento, construções e ruas impedem a infiltração da água das chuvas (fato acentuado nas últimas décadas, com o crescimento urbano). O Plano menciona que, na cidade de Campinas, apenas as regiões da APA de Sousas e Joaquim Egídio, de Barão Geraldo e a área de abrangência do Parque Linear do Rio Capivari têm taxas de permeabilidade estabelecidas por lei, conforme decreto dos anos de 1996, 2001 e 2004, respectivamente. Para amenizar o problema, cita-se a urgência de critérios para controlar a impermeabilização, seja em áreas já ocupadas ou naquelas a serem parceladas. Para tanto, o Plano propõe a instituição de uma faixa mínima de 10% de permeabilidade para novos empreendimentos e aprovações de novas edificações.

A questão das áreas verdes aparece como ponto recorrente ao longo do documento. Faz-se menção a pretensão de se implantar mais eixos verdes na cidade, incluindo parques lineares ao longo de cursos d'água, assim como a preservação e recuperação de matas ciliares, principalmente nas margens do rio Capivari e ribeirão Quilombo. Um ponto importante a ser considerado é que, diferente do Plano Diretor de 1996, houve preocupação em explicar, de maneira mais clara, a relação entre as áreas verdes e as inundações, uma vez que elas "... representam elementos naturais para acomodação de volume de águas nos períodos de cheias, evitando transtornos e prejuízos à dinâmica urbana durante esses períodos." (p. 140).

Assim, o Plano propõe, como forma de se amenizar os problemas de drenagem, a associação de alguns fatores: a permeabilidade do solo, a presença de áreas verdes e a manutenção de várzeas e áreas de proteção permanente, como forma de reter as águas das chuvas e não sobrecarregar os sistemas de drenagem.

COMPARAÇÃO ENTRE OS PLANOS DIRETORES DE CAMPINAS DE 1996 E 2006

Primeiramente, é importante comparar a quantidade de ocorrências registradas nos dois períodos distintos: antes de 1996 (ano de publicação

do primeiro Plano Diretor aqui analisado) e de 1997 a 2006 (ano de publicação do segundo Plano Diretor). A Tabela 1 mostra as ocorrências levantadas por Castellano (2010) associadas diretamente aos impactos de chuvas intensas no município.

Tabela 1 Número de registros de acordo com o tipo de impacto e período para Campinas

Tipos de impactos	De 1958 a 1996	De 1997 a 2006
Alagamento de imóveis	611	763
Alagamento de vias	484	356
Desabrigados	85	82
Mortos	3	9

Quando há a comparação entre os registros de cada período, alguns pontos se destacam. Primeiramente, apenas os casos de alagamento de vias e desabrigados apresentaram diminuição, sendo que no último tipo de impacto a queda foi bem pequena. Chama a atenção o fato dos casos de alagamentos de imóveis terem aumentado consideravelmente e os casos de morte terem triplicado no período comparado. Assim, a grande quantidade de ocorrências nos dois períodos expostos na Tabela 1 justifica a importância e a necessidade de implantação dos Planos Diretores no município de Campinas.

Desta forma, a análise dos dois Planos Diretores de Campinas permitiu perceber tanto pontos em comum como divergentes entre os documentos. Para melhor explicitar as informações contidas nos dois Planos, optou-se por dividir as discussões em duas partes: os pontos convergentes e divergentes.

PONTOS CONVERGENTES

Os dois Planos abordaram, basicamente, os mesmos assuntos relacionados às inundações, sendo eles: ocupação de áreas de risco, remoção e reassentamento de famílias, permeabilidade do solo, áreas verdes e obras relacionadas aos sistemas de drenagem.

Ambos apresentaram como causa das inundações as ocupações de áreas ribeirinhas, a impermeabilização do solo e o alto grau de urbanização, principalmente nas bacias do ribeirão Anhumas e córrego Piçarrão. Como forma de evitar as ocupações em áreas de risco, os documentos mencionam a implantação de áreas verdes e parques nesses locais, além da proibição de loteamentos nesses setores.

No caso das áreas verdes, os dois documentos citam a importância, garantida em lei, da preservação das matas ciliares, principalmente no córrego do Piçarrão e rio Capivari. São nas margens desses mesmos cursos d'água que os dois Planos mostram a necessidade de remover famílias que vivem em áreas de risco, reassentando-as de maneira gradativa.

Ainda como pontos em comum, ambos citam a urgência em se estabelecer percentuais mínimos de permeabilização do solo em áreas já ocupadas ou a serem ocupadas.

É importante perceber que em nenhum dos planos a limpeza urbana é vista como prioridade no que se refere a entupimentos de boca-de-lobo ou bueiros, assim como a falta de relação entre o setor de limpeza e as ocorrências de inundações. Tal fato causa estranhamento, uma vez que, na Lei Complementar nº 004, de Janeiro de 1996,¹ o Plano Diretor de Limpeza Urbana aparece como um dos instrumentos básicos para a execução da política de infraestrutura, serviços públicos e equipamentos sociais.

Ambos os Planos citaram as bacias do córrego Piçarrão e do ribeirão Anhumas como as áreas mais problemáticas quando se tratam de inundações, em especial devido ao alto grau de urbanização ali registrados. Isso mostra que nos 10 anos decorridos entre a publicação dos Planos, as questões relacionadas às inundações não foram resolvidas nessas bacias, mesmo sendo conhecidas.

Outro item comum é o fato de haver o diagnóstico, ou seja, existe a preocupação em se detectar os problemas associados às inundações; porém, as soluções oferecidas não são esclarecedoras. Um exemplo está no caso das remoções e reassentamentos de famílias localizadas em áreas de risco: cita-se a urgência em retirar essas pessoas de áreas inadequadas; todavia, não há especificação em nenhum plano de como esse processo se dará, quanto tempo irá demorar, quais famílias terão prioridade e para onde essas pessoas serão reassentadas.

Percebeu-se que em ambos os documentos as questões relacionadas ao meio físico, representadas aqui pelos eventos atmosféricos, não ganharam destaque no planejamento urbano, não aparecendo como assunto importante a ser tratado pelo poder público. Contudo, as chuvas foram consideradas indiretamente, uma vez que é a partir das precipitações que as inundações ocorrem.

1. Disponível em www.campinas.sp.gov.br/bibjuri/leicomp04.htm. Acessado em fevereiro de 2012.

PONTOS DIVERGENTES

Os dois Planos divergem em uma série de pontos: o primeiro diz respeito ao maior nível de detalhamento encontrado no Plano de 2006: há maior preocupação em se explicar alguns processos que formaram a configuração atual da cidade. Um dos exemplos é a associação feita entre a migração de mão-de-obra não qualificada para o trabalho nas indústrias e as ocupações de áreas de risco, em virtude da especulação imobiliária.

Sobre as áreas verdes, o Plano de 2006 apresenta evolução em relação ao documento anterior, pois há a preocupação em se explicar, de maneira clara, a relação entre as áreas verdes e as inundações. Já o Plano de 1996 aborda a necessidade de implantação de um Programa de Recuperação Ambiental da várzea do Capivari, com a criação de parques verdes e áreas de lazer, fato não mencionado no Plano de 2006.

No caso da impermeabilização do solo, o Plano de 2006 quantifica a taxa de permeabilidade para novos empreendimentos e edificações: 10%. Esse valor não é estabelecido no primeiro Plano, o que demonstra evolução relacionada ao assunto.

O Plano Diretor de 2006 apresenta o número de pessoas removidas de áreas de risco até então, o que mostra que houve, desde a publicação do primeiro plano, ação efetiva do poder público no que diz respeito a esse assunto. Entretanto, o documento de 2006 cita a necessidade de remover algumas famílias às margens do ribeirão Quilombo, fato não mencionado no Plano de 1996, mostrando que, no período de 10 anos, problemas associados às inundações podem ter sido agravados em áreas próximas a esse curso d'água.

Apenas o Plano de 2006 apresenta o tema da habitação associado às inundações, colocando a necessidade de haver política habitacional voltada à população de baixa renda, com acesso a linhas de financiamentos para esse extrato populacional.

O Plano de 1996 se destacou quanto às ações da Prefeitura para evitar que as áreas de risco fossem ocupadas. Neste documento essa questão foi mais bem abordada, com maiores possibilidades de ação por parte do poder público, incluindo a adoção da Resolução do CONAMA de restringir a ocupação de planícies de inundação, a parceria da Prefeitura com a Polícia Florestal e entidades ambientalistas na fiscalização dessas áreas, entre outros.

Uma questão muito importante é que no Plano de 2006 há uma abordagem mais enfática e completa a respeito do papel da Defesa Civil no

município, analisando suas diretrizes, metas e ações estratégicas. A existência do órgão sequer foi citada no Plano de 1996, provavelmente pelo fato da Defesa Civil de Campinas, naquela época, ainda estar no início de suas operações (o órgão existe desde 1991 no município).

O Plano de 2006 evidencia a adoção de medidas estruturais e não-estruturais relacionadas ao tema, explicando claramente as diferenças entre cada uma delas, salientando a relevância em associá-las no combate às inundações. No Plano de 1996 não há referência a esses tipos de medidas.

No Plano de 1996 foram levantados pontualmente 30 bairros que apresentaram problemas com as inundações. No Plano de 2006, esse número passa para 42. No total, foram 17 bairros citados em ambos os Planos, o que mostra não ter havido evolução na questão das inundações relacionadas a essas áreas, nos 10 anos de intervalo entre um Plano e outro.

Ainda em relação aos bairros, 13 deles apareceram pontualmente no Plano de 1996 e não foram citados no Plano de 2006, havendo a possibilidade de esses locais terem tido seus problemas resolvidos ou amenizados ao longo dos 10 anos. No caso dos bairros Nova Campinas e Jardim Paraíso, algumas considerações podem ser feitas: a primeira delas é que ambos foram afetados fortemente por alagamentos de vias, tendo a maioria deles ocorrido nas Avenidas José de Souza Campos (Norte-Sul) e Princesa D'Oeste, respectivamente; por apresentarem pontos críticos de alagamentos nesses locais, essas avenidas foram alvo de intervenções por parte da Prefeitura, como a construção de piscinões, a construção de um *boulevard*, fechando parcialmente o córrego da Avenida Norte-Sul e a canalização do curso d'água na Avenida Princesa D'Oeste, fatores que podem ter sido responsáveis pelo Plano de 2006 não citar essas Avenidas (e os bairros correspondentes) como áreas críticas.

No Plano de 2006, outros bairros (um total de 25) surgiram na lista de áreas afetadas, em relação ao Plano de 1996, o que mostra que, em 10 anos, os problemas relacionados às inundações se evidenciaram nesses bairros.

Outro aspecto verificado é que em 1996 o município era dividido em 7 Macrozonas enquanto em 2006, em 9, fato que dificulta a comparação entre os locais.

Desse modo, nota-se que a quantidade de bairros que apresentou problemas relacionados a chuva no Plano de 2006 teve um incremento considerável em relação aos bairros que deixaram de apresentar problemas (foram 25 contra 13 bairros, respectivamente).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise de dois Planos Diretores para o município de Campinas elaborados com a diferença de 10 anos mostrou que, ainda que os itens relacionados às inundações abordados nos dois documentos tenham sido basicamente os mesmos, o Plano Diretor de 2006 apresentou certa evolução em relação ao Plano de 1996. Com exceção das ações a serem feitas a fim de evitar as ocupações de áreas de risco, que foram mais bem colocadas no Plano de 1996, todos os outros itens apresentaram progresso na abordagem, abarcando mais elementos e possibilidades de ação. Isso pode ser visto especialmente no fato do Plano mais recente citar a Defesa Civil e sua importância no que diz respeito às inundações. Tal fato demonstra uma preocupação recente maior em relação ao assunto.

No entanto, é importante ressaltar que as abordagens mostradas nos dois Planos ainda são superficiais e precisam ser melhoradas, principalmente em termos de detalhamento, como, por exemplo, no caso das ações a serem tomadas em relação aos reassentamentos de famílias que habitam áreas de risco, como citado anteriormente.

A respeito da menção às questões físicas, representadas aqui pelas chuvas, aventa-se que o fato dos Planos terem ignorado o assunto, pode ter repercutido na manutenção dos problemas em 10 anos, período entre a publicação dos dois documentos, uma vez que diversas áreas do município mantiveram o histórico de problemas atrelados às chuvas.

Outro ponto que merece menção é que a evolução na abordagem do tema nos documentos analisados não é suficiente, uma vez que, na prática, os problemas continuaram ocorrendo, conforme os registros mostrados na Tabela 1. O essencial no que tange às questões relacionadas às inundações é a aplicação efetiva dos conhecimentos expostos nos Planos Diretores, a fim de se amenizar os efeitos adversos que afetam, todos os anos, uma parcela considerável da população de Campinas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE FILHO, A.G. de; SZÉLIGA, M.R.; ENOMOTO, C.F. Estudo de Medidas Não-estruturais para Controle de Inundações Urbanas. *Ciências Exatas e da Terra, Ciências Agrárias e Engenharia*. 6 (1), p. 69-90, 2000.

BARBOSA, F. de A. dos R. *Medidas de Proteção e Controle de Inundações Urbanas na Bacia do Rio Mamanguape/PB*. 2006. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

BRAGA, R. Plano Diretor Municipal: três questões para discussão. *Caderno do Departamento de Planejamento (Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP)*, Presidente Prudente, v. 1, n. 1, p. 15-20, Agosto de 1995.

BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, 11 de julho de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>. Acessado em janeiro de 2011.

BRIGUENTI, E.C. *O uso de geindicadores na avaliação da qualidade ambiental da bacia do Ribeirão Anhumas*. 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

CAIADO, A.S.C. *et al.* Município de Campinas. In: CANO, W.; BRANDÃO, C.A. *A Região Metropolitana de Campinas: Urbanização, Economia, Finanças e Meio Ambiente*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2002.

CAMPINAS. *Plano Diretor*. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, 1996.

CAMPINAS. *Plano Diretor*. Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente, 2006.

CASTELLANO, M.S. *Inundações em Campinas (SP) entre 1958 e 2007: tendências sócioespaciais e as ações do poder público*. 2010. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas, Campinas: 2010.

COUTINHO, R.M. da S.; LEMOS, M.F.C. Desafios e oportunidades do plano diretor participativo para a construção de cidades resilientes e adaptadas à mudança climática. SEMINÁRIO INTERNACIONAL POPULAÇÃO E ESPAÇO NA MUDANÇA AMBIENTAL: CIDADES, ESCALAS E MUDANÇAS CLIMÁTICAS, I, 2011. Campinas, SP, *Resumos...* Campinas: NEPO/UNICAMP, 2011. Disponível em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=explorer&chrome=true&srcid=0ByFeH79ITBRZMmRjYtliMWQtYWI1OS00NmU5LWFjOWMtNGUxNGRiM2MwYzQ3&hl=en&authkey=COuOrpCG>>. Acesso em: maio de 2011.

CRUZ, M.A.S.; TUCCI, C.E.M. Avaliação dos Cenários de Planejamento na Drenagem Urbana. *Revista Brasileira de Recursos Hídricos*, v. 13, n. 3, p. 59-71, Jul/Set 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – <www.ibge.gov.br>. Acessado em outubro de 2011.

MORETTI, R. de S; JANNUZZI, P. de M. Política habitacional na Região Metropolitana de Campinas. In: FONSECA, R. B.; DAVANZO, A.M.Q.; NEGREIROS, R.M.C. *Livro Verde – Desafios para a gestão da Região Metropolitana de Campinas*. Campinas: Unicamp, IE, 2002.

SARLAS, T.L.B. *Elaboração de Manchas de Inundação para o Município de Santa Rita do Sapucaí, utilizando SIG*. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia da Energia) – Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2008.

SILVA, C.S. da. *Inundações em Pelotas/RS: O Uso de Geoprocessamento no Planejamento Paisagístico e Ambiental*. 2007. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

TAUBE, M.J. de M. *De Migrantes a Favelados – Estudo de um Processo Migratório*. Vol. 1. Campinas: Ed da Unicamp, 1986.

